



MICHEL JUSTAMAND

THARCISIO CRUZ

(ORGS.)

faas

Fazendo Antropologia
NO ALTO SOLIMÕES



ALEXA
CULTURAL

COMITÊ CIENTÍFICO

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid/Espanha)

Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)

Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)

Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)

Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)

Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)

Cristian Farias Martins (UFAM – Benjamin Constant/AM)

Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica)

Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)

Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)

Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)

Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)

Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)

Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)

Heloisa Helena Corrêa (UFAM – Manaus/AM)

José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)

Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)

Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo – São Paulo/SP)

Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)

Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)

Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)

Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)

Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)

Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)

Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)

Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)

Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)

Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)

Renata Senna Garraffoni (UFPR – Curitiba/PR)

Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)

Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)

Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)

Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)

Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

CONSELHO EDITORIAL DA OBRA

Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)

Gilse Elisa Rodrigues (UFAM – Benjamin Constant/AM)

Leandro Infantini (UALg – Portugal)

Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)

Patrícia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)

Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)

Rita Juliana Poloni (UFPEL – Pelotas/RS)

Michel Justamand
Tharcísio Santiago Cruz

Fazendo
Antropologia no
Alto Solimões 9

ALEXA
CULTURAL

Embu - SP
2017



© by Alexa Cultural

Direção

Yuri Amaro Langermans e Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

K Langer

Revisão Técnica

Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz

Revisão Gramatical, Ortográfica e de Língua

Joaquim Onésimo Ferreira Barbosa

Gravuras internas

Mariene Mendonça

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J276m JUSTAMAND, M.

C379t CRUZ, T. S.

Fazendo Antropologia no Alto Solimões 9 - Michel Justamand, Tharcísio Santiago Cruz, Alexa Cultural: São Paulo, 2017

14x21cm - 256 páginas

ISBN - 978-85-63354-99-0

1. Antropologia - 2. Estudos de casos - 3. Solimões (AM) - I. Índice - II Bibliografias

CDD - 300

Índices para catálogo sistemático:

Antropologia

Solimões (AM)

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610
Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores

ALEXA
CULTURAL

Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes - SP - CEP: 06844-140
alexa@alexacultural.com.br

Primeiras palavras: Um espectro ronda a Antropologia amazônica

Estevão Rafael Fernandes

Um espectro ronda a Antropologia amazônica.

Não me refiro aqui às visagens de sempre: a velha falta de orçamento (hoje, mais que “privilégio” das periferias, regra em se tratando de ensino e pesquisa no país), da relativa invisibilidade de nossa produção (algo superado, graças a infosfera, redes sociais, e *smartphones* da vida), e muito menos à pretensa incompetência dos colegas que resolvem fazer ciência nas “franjas” – quase sempre enfrentando acusações de estarem fora dos eixos hegemônicos por não serem bons o suficiente, ou para usar instituições periféricas como “trampolim”: fazer ciência de qualidade em um lugar onde sistematicamente falta luz e/ou *internet* de qualidade, “carapanãs” são algo constante nas salas de aula e a troca de informações tête-à-tête com pares cujos temas são correlatos é um luxo não é para muitos.

Talvez sejam estas tantas razões que, no fim das contas, tornem possível a existência desse espectro: a formulação de um pensamento sobre a Amazônia *desde, para e na* Amazônia. Em um universo de impossibilidades e improbabilidades físicas, desabrocha, cada vez, mais, um conjunto de reflexões que desvitalizam os vários sujeitos localizados na região para neles situá-los, epistemicamente. E é disso que se trata este volume de *Fazendo Antropologia no Alto Solimões (FAAS)*: uma possibilidade – aliás, um universo de possibilidades.

Até há bem pouco tempo a região era tão-somente vista como um grande laboratório de diversidades, coloca-se agora como um celeiro de ideias originais, colocadas em seus termos pelos próprios atores. Mais que uma potência, temos aqui uma agência política, epistemológica, ontológica e um contraponto à velha lógica desde a qual fornecemos experiências para que outros, mais capazes – com outras cores e sotaques – venham a nos analisar para, ao final e ao cabo, nos ensinarmos quem somos. Aliás, esta é a maior característica do colonialismo: reduzir o colonizado a uma nota de rodapé de si mesmo.

Neste sentido, o FAAS 9 é tudo o que o colonialismo epistêmico interno não quer que sejamos.

Temos aqui um conjunto original de reflexões sobre os vários lugares de fala possíveis em um contexto extremamente complexo, um lugar fronteiro sob vários aspectos – geográfico, identitário, étnico – deixando clara a premência de se pensar um outro modelo de Ciências Sociais mais crítico e auto reflexivo, buscando, de fato, levar a sério não apenas “o ponto de vista do outro”, mas a necessidade de incorporá-lo às práticas da ciência que buscamos, mesmo em tempos tão sombrios, praticar.

Há, neste percurso, alguns desafios – que ficarão mais ou menos claros ao leitor ao longo das próximas páginas. O principal deles talvez seja a necessidade urgente de se elaborar um léxico original, fugindo da tentação de se aplicar críticas situadas em contextos muito distantes à realidade social que enfrentamos. Não me refiro, evidentemente, à negação de teóricos já clássicos no campo dos estudos pós-coloniais, como Saïd, Bhabha e Spivak: mas é necessário, mesmo que partindo deles, darmos um passo além, buscando elaborar nossos próprios modelos teóricos, situados em um espaço onde hoje parece haver um vazio. A pura e simples reprodução de um léxico pós-colonial produzido alhures para nossos contextos sociais e históricos pode resvalar em uma outra espécie de colonização.

Dessa forma, o FAAS 9 deixa evidente o desafio de se desenvolver outras formas de percepção que irão, elas mesmas, por sua vez, desvelar não apenas os vários sujeitos historicamente invisibilizados e subalternizados mas, sobretudo, seus saberes – não mais na condição de objetos de pesquisa, mas de nosso próprio horizonte teórico. Não se trata mais de se usar o outro para teorizar sobre si, mas de ampliar a experiência de si de tal modo a incluir o lugar de enunciação negado ao outro. Esta é, sem dúvida, a grande contribuição deste livro. Ao se tratar de temas tão cotidianos a nós, desta parte do mundo, temas como indígenas urbanos, violência, desenvolvimento, tecnologias, sustentabilidade, entre tantos outros, seus autores deixam claro se tratar de uma realidade social complexa, sendo cada um desses capítulos um passo no sentido de se recuperar um lugar de fala até então inexistente para vários de nós. Quais as implicações disso?

Talvez os próximos volumes *FAAS* venham a lidar com isso, sobretudo nestes tempos sombrios, aos quais me referi acima. No momento em

que escrevo estas palavras o país passa por um momento de obscurantismo e conservadorismo, com vozes se levantando a favor do fascismo e da repressão. Isso faz com que estes capítulos tornem ainda mais claro o papel de resistência que ora cabe às Ciências Sociais latino-americanas, brasileiras e, especificamente, amazônicas. Somos, historicamente, vistos como objetos não apenas por colegas nacionais e estrangeiros, mas também pelos gestores de políticas públicas e classe política, em geral. Somos vistos nos livros de história como grandes bolsões de recursos naturais, áreas de entrada de drogas, vazios demográficos habitados “apenas” por comunidades vistas, a quem não nos (re)conhece, como amorfas – um amontoado de “caboclos”, “índios” e “ribeirinhos”, morando em locais onde onças passeiam livremente pelas ruas e conhecidos apenas via programas de pesca de grandes emissoras internacionais, ou filmes sobre *sucuris gigantes*...

Este livro e o esforço empreendido em sua organização, pelos queridos colegas e amigos Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz deixa claro justamente o oposto: estamos em um lugar repleto: repleto de gente, de pensamentos, de originalidades, de *pulsões*.

O desafio, após o enorme passo dado por cada um dos autores e pelos organizadores é, justamente este: como transformar essas pulsões em um processo realmente criativo que ofereça um contraponto epistemológico e político à lógica do ensimesmamento acadêmico ao qual nos acostumamos, da objetificação da Amazônia, de um modelo de desenvolvimento que nos pretere como coletivo, ao espaço ao qual nos recusamos, de forma cada vez mais enfática, a sermos reduzidos e preteridos?

Este volume nos deixa mais próximos dessas respostas.

Prefácio

Por um Mundo Melhor: a produção e a reprodução de saberes e conhecimentos críticos na Amazônia.

Fabiano Gontijo

Os textos reunidos nesse livro, elaborados por estudantes no âmbito do curso de *Contribuições do Pensamento Pós-Colonial às Relações entre o Mundo, a América Latina e a Amazônia*, ministrado por Michel Justamand no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, parecem ensinar todos uma mesma oportunidade: a de **desejar – e, por aí mesmo, realizar – um mundo melhor**, diante das mazelas do capitalismo, das consequências nefastas da globalização e dos efeitos da situação colonial. Com o intuito de buscar subsídios epistemológicos, teóricos, metodológicos, ideológicos (e até mesmo emocionais) para sustentar o desejo e sua realização, todos/as os/as autores/as foram à fonte dos estudos sociais críticos ou pós-coloniais produzidos nas últimas três ou quatro décadas pelo mundo afora (sobretudo nas “margens” do mundo, seja na África de F. Diawara, na Ásia de G. Spivak, na América Latina de N. Canclini ou no Brasil de Milton Santos; seja nas “periferias intelectuais” europeias e/ou norte-americanas, de H. Bhabha, Stuart Hall, N. Chomsky e W. Mignolo).

Com o olhar crítico de antropólogo inquieto e preocupado com a necessidade de se pensar um mundo melhor, pude perceber quatro grandes eixos temáticos organizadores dos dezesseis textos que compõem o livro. Um primeiro eixo temático abordaria os impactos dos grandes projetos de desenvolvimento, deslocamentos populacionais e migrações na Amazônia. Esses temas aparecem nos textos: de Antônio Carlos Batista de Souza (Capítulo 1) sobre a “invenção” do município de Presidente Figueiredo, no Amazonas, e os impactos dos projetos de desenvolvimento implantados na região sobre os povos indígenas e populações tradicionais; e de Delta Paula Melo (Capítulo 2), que traz um interessante relato pessoal sobre as consequências da expansão do capitalismo na Amazônia, com o deslocamento migratório de nordesti-

nos para o trabalho nos seringais e, posteriormente, o aproveitamento desse contingente humano na implantação da Zona Franca de Manaus, inchando a capital amazonense.

Um segundo eixo temático abarcaria os textos que tratam, de alguma maneira, dos efeitos estratégicos da colonialidade do poder, dos processos de subalternização e dos movimentos estigmatizantes sobre os sujeitos amazônidas e suas táticas de sobrevivência, suas formas de agência e seu autoempoderamento resistente. Aqui se encontram os textos: de Francisco de Assis Coelho e Pinho (Capítulo 3) e sua análise da maneira como o sujeito amazônida é um sujeito da colonialidade, *assujeitado* a um jogo de poder que o torna, não somente subalternizado, mas, de certa forma, cúmplice do próprio processo de subalternização; de Gisele Bahia Lins (Capítulo 4) sobre “a arte de viver do homem da floresta com muita diversidade e riqueza” na construção de suas moradias; de Israel Pinheiro (Capítulo 5), que analisa os discursos coletivos produzidos nos espaços virtuais com o intuito de detectar e denunciar os processos de produção e reprodução de estigmas sociais, mas também de mostrar a irrupção de formas de agência e resistência por parte dos coletivos alvos de discursos de “deterioração da identidade coletiva” (mulheres, homossexuais, negros, etc); e de Rafael de Figueiredo Lopes (Capítulo 13), que aborda a maneira como o “cinema de garagem” ou cinema alternativo contra-hegemônico de baixo custo produzido no interior do Amazonas pode servir como forma de empoderamento, de resistência e de crítica contextualizada à situação colonial.

Um terceiro eixo temático envolveria as consequências nefastas da globalização e as implicações dos discursos desenvolvimentistas e práticas capitalistas regionalizadas. Aqui estariam situados os textos: de Joaquim Onésimo Ferreira Barbosa (Capítulo 6), que traz uma boa síntese dos intérpretes da Amazônia; de José Carlos dos Santos (Capítulo 7), sobre as noções de desenvolvimento e globalização no contexto amazônico; de Joyce Freitas Araújo Firmino (Capítulo 8), que aborda os efeitos da “globalização perversa” (Milton Santos) e a consequente precarização das relações de trabalho; de Kamilla Ingrid Loureiro e Silva (Capítulo 9), sobre os efeitos locais da globalização e sua relação com o *modus operandi* da situação colonial em uma cidade do interior do Amazonas; e de Salatiel da Rocha Gomes (Capítulo 14), que questiona o conceito de sustentabilidade e os subterfúgios e falácias do uso desse conceito.

Enfim, o último eixo temático trataria das modalidades de soluções encontradas em contextos específicos para se inventar um mundo melhor, uma Amazônia melhor. Aqui se apresentam os textos: de Andreverson Marinho, Lílian Freire Noronha e Marian Serrão Barros (Capítulo 10), que mostra a aplicação das propostas de Paulo Freire no ensino de artes visuais em uma escola pública de Manaus como prática educativo-crítica; de Maria Goreth da Silva Vasconcelos e Maria Almerinda de Souza Matos (Capítulo 11), sobre a política de acolhimento de crianças e adolescentes no município de Manaus; de Mário Bentes Cavalcante, Mirian de Araújo Mafra Castro e Rúbia Maria Farias Cavalcante (Capítulo 12), que analisa o trabalho da mulher na pesca artesanal num município do interior do Amazonas como táticas de empoderamento feminino; de Taniamara Queiroz de Freitas (Capítulo 15), que reivindica a importância da representatividade feminina nas instâncias políticas; e de Tássia Patrícia Silva do Nascimento (Capítulo 16), sobre a relevância da educação especial para a inclusão de sujeitos estigmatizados por suas deficiências.

Assim organizados, esses eixos temáticos nos permitem perceber que o conjunto da obra tem um objetivo crítico de extrema proeminência e acuidade para se compreender as tensões que marcam as relações sociais no contexto da situação colonial e, mais particularmente, no contexto de precarização dos direitos no Brasil pós-golpe de 2016. Se o objetivo do ensino universitário é o de alavancar, impulsionar e esparramar a produção de pensamento crítico, os Profs. Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz obtiveram êxito ao elaborar este livro – e demonstraram, dessa forma, que a universidade pública e gratuita é a base da produção de conhecimentos necessários para se inventar um mundo melhor.

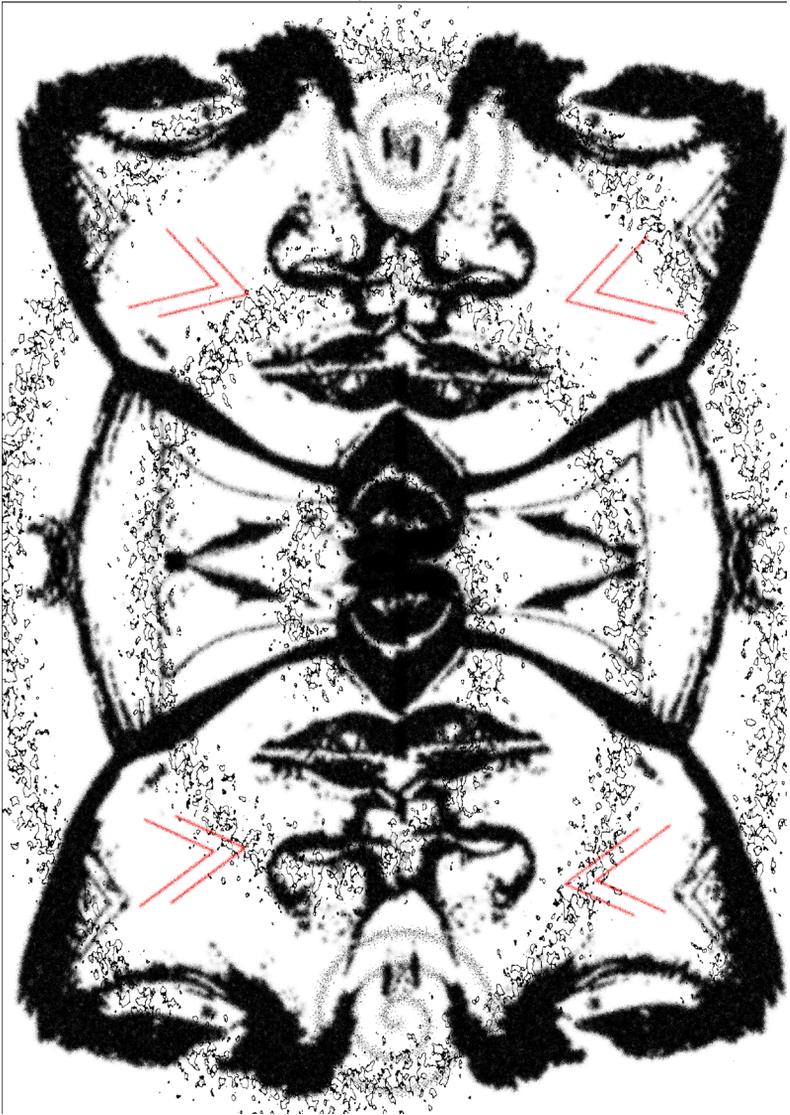
Como trabalhos produzidos para um curso específico, os textos desse livro oferecem reflexões que, às vezes, podem se apresentar um pouco confusas, contraditórias ou pouco amadurecidas; em alguns casos, faltam leituras fundamentais para se entender melhor o tema tratado; em outros casos, há generalizações apressadas ou, ao contrário, supervalorização de particularismos. Mas, repito, deve-se ter em mente que se trata de um conjunto de textos produzidos para um curso e, como tal, são parte do processo de ensino-aprendizagem, uma etapa da produção de conhecimentos, apenas um tijolo num muro que está em construção. Exorto para que todos/as os/as professores/as sigam o mesmo exemplo! Somente assim, poderemos ter uma universidade

plural que produz, reproduz e repassa saberes e conhecimentos de forma eficaz e eficiente, saberes e conhecimentos reflexivos e multivocais, a serviço da invenção de um mundo melhor, contra os silenciamentos e subalternizações.

Sumário

Primeiras palavras Um espectro ronda a Antropologia amazônica <i>Estevão Rafael Fernandes</i>	5
Prefácio Por um Mundo Melhor: a produção e a reprodução de saberes e conhecimentos críticos na Amazônia. <i>Fabiano Gontijo</i>	9
Apresentação Fazendo Antropologia no Alto Solimões. FAAS, volume 9. <i>Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz</i>	17
A invenção de um espaço urbano na Amazônia, o surgimento de uma cidade na selva e o genocídio do povo indígena Waimiri-Atroari <i>Antonio Carlos Batista de Souza</i>	27
Caminhos e descaminhos: as Ciências Sociais e a volta para casa <i>Delta Paula Melo</i>	41
As relações entre o pensamento pós-colonial e o homem amazônica <i>Francisco de Assis Coelho e Pinho</i>	55
O reconhecimento do saber do amazônica ao construir e morar na Amazônia <i>Gisele Bahia Lins</i>	67
Discursos Políticos de Estigma: processos de deterioração identitária nas redes virtuais no Brasil. <i>Israel Pinheiro</i>	77
Intelectuais e o pensamento social na Amazônia <i>Joaquim Onésimo Ferreira Barbosa</i>	95
O lugar da Amazônia no contexto globalizado: um desafio à reflexão pós-colonial. <i>Jose Carlos dos Santos</i>	107
Os efeitos da globalização perversa na precarização do trabalho sob a ótica do pensamento pós-colonial <i>Joyce Freitas Araújo Firmino</i>	121

O Período pós-colonial e a influência no desenvolvimento do município de Manicoré <i>Kamilla Ingrid Loureiro e Silva</i>	131
A formação docente e a prática educativo crítica no pensamento pós-colonial: uma aplicação nas Artes Visuais <i>Andreverson Marinho, Lílian Freire Noronha e Marian Serrão Barros</i>	139
Política de Acolhimento de crianças e adolescentes no município de Manaus: uma realidade silenciada em meio ao descaso do poder público <i>Maria Goreth da Silva Vasconcelos e Maria Almerinda de Souza Matos</i>	151
O trabalho da mulher amazônida na pesca artesanal: experiências vivenciadas na Comunidade Sagrada Família – Remanso/AM <i>Mário Bentes Cavalcante, Mírian de Araújo Mafra Castro e Rúbia Maria Farias Cavalcante</i>	165
Bricolagens audiovisuais no interior do Amazonas: a emergência de um cinema contra hegemônico em Tefé <i>Rafael de Figueiredo Lopes</i>	181
O pós-colonialismo e a desconstrução do discurso da Sustentabilidade <i>Salatiel da Rocha Gomes</i>	199
A mulher brasileira e a luta pela inserção na história <i>Taniamara Queiroz de Freitas</i>	209
Educação Especial: Desafios na contemporaneidade no acesso ao conhecimento <i>Tássia Patrícia Silva do Nascimento</i>	227
A voz <i>Goreth Vasconcelos</i>	242
Sobre os autores	245
A pertença <i>Mariene Mendonça</i>	255
Coleção FAAS – Fazendo Antropologia no Alto Solimões <i>Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand</i>	256



Fazendo Antropologia no Alto Solimões

FAAS, volume 9¹

*Michel Justamand
Tharcísio Santiago Cruz*

Fazer Antropologia no Alto Solimões é um desafio. Mas é também um prazer. Um desafio devido a algumas condições políticas e institucionais adversas, sem esquecer as fomentadoras/patrocinadoras das pesquisas. Consideramos que as condições políticas podem, atualmente, dificultar em muito os trabalhos na região, em função de uma guinada das ações em direção ao conservadorismo. Isso, certamente, gerará em um futuro próximo, dificuldades para realizarmos as pesquisas e darmos continuidade aos trabalhos já em andamento na região amazônica, em especial. Sabemos que com essa mudança de perfil dos gestores das áreas de fomento e financiamento que vem sendo operada desde a queda da presidenta Dilma, via impeachment, em 2016, novos projetos de pesquisa na área da Antropologia, dificilmente serão aprovados e ou mesmo renovados.

Sabemos ainda, que nem sempre temos o devido apoio institucional para nossas publicações. Temos sim a esperança de que o novo mandato de Reitor que se inicia em 2017 e tem sua conclusão em 2020, possa trazer novas perspectivas, novas formas de agir e refletir na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, pois a gestão anterior, que já se mantinha há pelo menos 16 anos, carecia de compreensão da real dimensão sobre a diversidade de conhecimentos e saberes existentes na região e que nos esforçamos por trazê-los para nossas publicações. Enfim, não nos acenavam com boas perspectivas ou apoio para o andamento de nossas pesquisas institucionais e ou outras.

Creemos ser do conhecimento de professores, pesquisadores, estudantes e comunidade em geral o verdadeiro significado de investimentos em pesquisa e educação superior no Alto Solimões. A Coleção Fazendo Antropologia no Alto Solimões é parte de um processo de democratização da ciência e do diálogo desta com saberes tradicionais da região amazônica, na medida em que as inúmeras realidades empíricas e de pesquisa são imortalizadas nestas publicações.

¹ Este texto teve a contribuição do Prof. Adailton da Silva e da Profa. Gilse Elisa Rodrigues.

O fazer antropológico institucionalizado, com a oficialização da unidade acadêmica da UFAM em Benjamin Constant, no Alto Solimões, ocorreu em 2006. Desde então, diversas pesquisas foram realizadas pelos docentes e discentes sobre uma infinidade de temas da Antropologia Social, Cultural e da Etnologia.

Houve projetos que foram desenvolvidos e concluídos. Alguns deles foram publicados em pequenos textos nessa coleção Fazendo Antropologia no Alto Solimões – FAAS. Esses pequenos livros, que chamamos carinhosamente de livrinhos, foram/são organizados por docentes do curso de Antropologia, e são uma parte significativa de nosso prazer em produzir e divulgar o fazer antropológico no Alto Solimões.

A primeira publicação ocorreu em 2012. Naquele momento foram a público dois volumes, um intitulado Fazendo Antropologia no Alto Solimões, ainda na incerteza do caminho que teria essa ação dos professores da unidade acadêmica de BC, já o outro volume recebeu o nome de Antropologia no Alto Solimões, que reunia artigos de recém egressos do curso de Bacharelado em Antropologia do Instituto de Natureza e Cultura.

A coleção começa a ter, realmente, formato, encaminhamento, ou uma cara quando lançamos o Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2. Nesse volume, além de termos dois organizadores que são docentes do curso apresentando seus escritos, pesquisas e reflexões, outros colegas da UFAM e de outras instituições também contribuíram com seus escritos. Essa mesma metodologia usamos para outros três volumes lançados no ano de 2016 e para mais dois no primeiro semestre de 2017.

Dessa forma, chegamos a oito volumes já lançados nesta coleção. Lembramos aos nossos queridos leitores que aquele volume, com os textos dos egressos, a partir daqui, é parte da coleção FAAS e é considerado o volume inicial. Por esse motivo, o atual volume é o 9.

Nós, organizadores, temos o prazer de lhes apresentar os textos que compõem esta publicação, mas antes gostaríamos de informar de onde partiu a ideia deste volume.

No ano de 2016, numa roda de conversas entre os docentes Adailton da Silva e Michel Justamand, sobre teorias que permeiam a vida acadêmica e, em especial, dos discentes da UFAM, pensamos na possibilidade de ministrar aulas embasadas nos autores pós-colonialistas ou que tem o pós-colonialismo como um de seus motivos de pesquisas.

Posteriormente, mais dois docentes contribuíram com a discussão, Gilse Elisa Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz, esses dois últimos e os dois primeiros contribuíram com indicações de teóricos e textos. A disciplina seria ministrada no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura – PPGSCA da UFAM, mas não sabíamos ainda em que campus da instituição e nem se realmente ocorreria.

De toda forma, resolvemos investir nesse tema, e passamos a construir o plano da disciplina quando nos encontrávamos na instituição ou em outros locais de sociabilidade na região do Alto Solimões, como as casas de: Gilse; Tharcísio, Adailton. Michel está sem residência fixa atualmente na região, mas conversa com seus pares nas acomodações do Hotel Cabanas, em BC.

Michel Justamand é o docente, dentre os professores de Antropologia da unidade acadêmica, que está vinculado ao PPGSCA. Por esse motivo, ficou responsável pela futura aplicação da disciplina em nível de pós-graduação. Assim, a disciplina foi construída coletivamente, mas foi apresentada por um dos colegas, Justamand, para a avaliação do PPGSCA, no ano de 2016. Em julho de 2017 a disciplina foi ministrada nas salas da unidade de Manaus e teve a importante participação e contribuição para a discussões nas aulas, do docente do Curso de Antropologia Campus do Alto Solimões, Tharcísio Santiago Cruz.

Participaram dessas aulas discentes do curso de mestrado e de doutorado do PPGSCA, mas também de outros programas de pós-graduação da UFAM, como o de Antropologia. Mais de 25 alunos se matricularam e destes, 17 apresentaram seus artigos que se tornaram capítulos nesse livro. Alguns desses capítulos tiveram a participação de outros colegas além dos que assistiram as aulas.

É válido ressaltar que o trabalho antropológico dos pesquisadores citados a cada ano alcança outros espaços e agrega outras leituras e interpretações de outros programas de pós-graduação da UFAM, instituições nacionais e internacionais, seja de pesquisa ou ensino superior.

O FAAS tem contribuído, em certa medida, para a construção e difusão de conhecimento Antropológico na Amazônia, pois tem possibilitado que diversos atores, como: professores, pesquisadores e estudantes da UFAM, UEA, IFAM, Universidade Nacional da Colômbia-UNAL, UNEMAT; PPGAS, PPGCASA, representantes de populações indígenas e inúmeros interessados participem com suas vozes, olhares, experiências acadêmicas ou empíricas, de uma iniciativa de publicação que tem um perfil democrático e plural.

Ficamos muito felizes com a produção dos discentes, porque seguiram as “orientações” de embasarem seus textos com temas amazônicos, usando de argumentos e reflexões retiradas da bibliografia indicada no programa da disciplina e ou no percurso das aulas.

Feita essa digressão podemos apresentar os textos deste volume.

Assim, vejamos...

O texto inaugural do livro é *A invenção de um espaço urbano na Amazônia, o surgimento de uma cidade na selva e o genocídio do povo indígena Waimiri-Atroari*, de autoria de Antonio Carlos Batista de Souza. O autor analisa a construção dos territórios urbanos na Amazônia, buscando compreender o processo de criação do município de Presidente Figueiredo e o consequente genocídio do povo indígena Waimiri-Atroari. Visando discutir o “preço” do avanço da urbanização na Amazônia.

Delta Paula Melo em seus *Caminhos e descaminhos: as Ciências Sociais e a volta para casa* retrata a visão de uma graduada em Ciências Econômicas, capitalista, ex executiva que atuava em grandes corporações, e que hoje se dedica aos estudos de Mestrado no Programa Sociedade e Cultura da Amazônia na Universidade Federal do Amazonas. A autora procura abordar as grandes questões com que se depara uma postulante a intelectual frente às diversas abordagens das Ciências Sociais voltadas a sua área de graduação, as Ciências Econômicas.

Francisco de Assis Coelho e Pinho, se utilizando do pensamento pós-colonial, discute as bases ideológicas e o processo histórico por trás da construção de conceitos e referências que se transformaram em critérios de diferenciação e de caracterização do homem amazônida. Busca compreender em *As relações entre o pensamento pós-colonial e o homem amazônida* qual foi o caminho e quais os instrumentos pelos quais o colonialismo obteve êxito em seu “projeto civilizatório” que influenciaram a forma como o amazônida vê a si e seu posicionamento na sociedade amazônica contemporânea.

O texto seguinte, de autoria da Gisele Bahia Lins, recebe o nome de *O reconhecimento do saber do amazônida ao construir e morar na Amazônia*. A autora aborda a importância dos saberes e conhecimentos do amazônida. Trata também das técnicas primárias de construir moradias frente às particularidades do meio amazônico. Lembra da adaptação necessária ao meio. Comenta sobre a valorização do saber dos habitantes tradicionais, sua realidade

social, cultural, econômica e ambiental que podem resgatar novas alternativas e novas formas de pensar e agir na contemporaneidade, usufruir dos conhecimentos não providos da academia aos costumes e tradições da população indígena na Amazônia.

Os Discursos Políticos de Estigma: processos de deterioração identitária nas redes virtuais no Brasil são abordados por Israel Pinheiro. O autor comenta sobre as novas condições sociais, políticas e econômicas engendradas pelo desenvolvimento de tecnologias de comunicação em rede. Relata que essas novas condições carecem da atenção científica na proporção em que estão redefinindo os quadros de referências de valores que orientam as ações de indivíduos, grupos e classes sociais. Pinheiro lembra que essas mesmas condições estão revelando um papel significativo no modo de organização de todas as esferas da vida social.

O sexto capítulo do livro é de autoria de Joaquim Onésimo Ferreira Barbosa. Seu texto é sobre os *Intelectuais e o pensamento social na Amazônia*. Nele, Barbosa reflete sobre as formas de pensar sobre a Amazônia, nos desafios que se colocam a quem busca entender esse labirinto de rios e matas, mas também de mitos na sua diversidade. Barbosa lembra, em suas palavras, também, que se exige entender o lugar da fala e quem fala por meio dos discursos que se constroem sobre a região. Para o autor, é aí que se enquadra o papel do intelectual que, no entre rios e matas, ausculta os sinais que emergem de um território ainda conhecido aos fragmentos.

O lugar da Amazônia no contexto globalizado: Um desafio à reflexão pós-colonial é o texto de Jose Carlos dos Santos. O autor pretende com seus escritos contribuir para reflexão sobre a situação de subalternidade da Amazônia brasileira, região periférica colonizada e que em função das facetas da economia capitalista globalizada, apresenta intensas desigualdades sociais, chegando às raias da perversidade. Santos também reflete sobre a forma pela qual a periferia econômica está inserida no contexto da economia global.

Já o oitavo capítulo é de Joyce Freitas Araújo Firmino. Esse tópico recebe o nome de *Os efeitos da globalização perversa na precarização do trabalho sob a ótica do pensamento pós-colonial*. Firmino trata, nessas inscrições, de uma reflexão a partir do pensamento pós-colonial no que tange aos efeitos da globalização, um processo colonizador que vem impactando vários setores de forma universalizada, em especial no campo da precarização do trabalho

na sociedade contemporânea. Enfoca a expressão “globalização perversa”, que, segundo ela, define esse processo de exclusão generalizado, sobremaneira, na forma como vem impactando as esferas da vida social.

Kamilla Ingrid Loureiro e Silva, em seu texto intitulado *O período pós-colonial e a influência no desenvolvimento do município de Manicoré*, elucubra, a partir das leituras na disciplina Contribuições do Pensamento Pós-Colonial às relações entre o mundo, América Latina e a Amazônia, sobre o desenvolvimento do município de Manicoré, após o período denominado pós-colonial. Analisa as influências do período pós-colonial no desenvolvimento do município. Fundamentada teoricamente nos estudos de Serge Latouche, Fodé Diawara e Milton Santos.

O tópico 10 é de autoria dividida entre três pesquisadores. São eles Andreverson Marinho, Lílian Freire Noronha e Marian Serrão Barros. Os autores de *A formação docente e a prática educativo-crítica no pensamento pós-colonial: uma aplicação nas Artes Visuais* tratam, nesses escritos, das mudanças que estão ocorrendo no mundo para a construção de uma nova escola, que seja capaz de desconstruir o pensamento colonial de uma educação hierarquizada intelectualmente no estilo da educação bancária, para serem executadas necessitam de educadores que se libertem da condição de sujeito central do ensino para atuarem em pluralidade com o educando, de modo que este construa seus conhecimentos e sua autonomia.

Já o texto *Política de acolhimento de crianças e adolescentes no município de Manaus: uma realidade silenciada em meio ao descaso do poder público*, que também é de autoria partilhada por Maria Goreth da Silva Vasconcelos e Maria Almerinda de Souza Matos, versa sobre a realidade dos serviços de acolhimento institucional presentes no município de Manaus. As autoras procuram dar visibilidade a uma situação pouco discutida no contexto acadêmico, a política de acolhimento do outro, nesse caso, crianças e adolescentes. Sujeitos que precisam ser tratados em sua integralidade e com acesso a direitos sociais, entre os quais a convivência familiar digna e, significativamente, protetiva.

Mário Bentes Cavalcante, Mírian de Araújo Mafra Castro e Rúbia Maria Farias Cavalcante refletem sobre O trabalho da mulher amazônica na pesca artesanal: experiências vivenciadas na Comunidade Sagrada Família – Remanso/AM. Os autores desenvolvem seus escritos por meio de reflexões acerca do trabalho da mulher amazônica na pesca artesanal. Eles querem sa-

ber se o protagonismo feminino possibilita outras formas de economia local em contraposição à economia capitalista do ocidente vencedor. A partir das discussões sobre gênero revelam que apesar do trabalho efetivo da mulher a divisão sexual do trabalho ainda se faz presente nos contextos sociais da pesca artesanal.

O décimo terceiro capítulo desta obra, trata das *Bricolagens audiovisuais no interior do Amazonas: a emergência de um cinema contra hegemônico em Tefé*, escrito por Rafael de Figueiredo Lopes. Esse texto analisa as formas alternativas de cinema na contemporaneidade. Lopes aponta que há um panorama polissêmico de possibilidades estéticas, de narrativas e de modos de produção. Lembra que essas novas cartografias do audiovisual ainda são pouco estudadas e, geralmente, são marginalizadas pelas filmografias hegemônicas. O autor enfatiza que em Tefé, no interior do Amazonas, emerge um cinema contra hegemônico, baseado nas práticas colaborativas e estimulando a criatividade, a valorização da cultura regional e o espírito crítico dos seus participantes.

O próximo capítulo é de autoria de Salatiel da Rocha Gomes. Ele aborda em seus escritos *O pós-colonialismo e a desconstrução do discurso da Sustentabilidade*. Gomes tem como principal objetivo compreender como o pensamento ocidental, a partir do discurso da sustentabilidade, é inserido no contexto das práticas de Educação ambiental. O autor lembra que as ações individuais como reciclagem, coleta seletiva e campanhas de sensibilização ambiental são muito frequentes, mas que acabam se tornando um dispositivo de manutenção de um discurso hegemônico da lógica capitalista. Gomes sugere que seja feito um debate mais aprofundado, especialmente, nas escolas de ensinos fundamental e médio.

Taniamara Queiroz de Freitas em *A mulher brasileira e a luta pela inserção na história* trata da luta das mulheres por espaço e inserção na história do país. Lembra que a mulher teve, e ainda possui em alguns cenários, a sua imagem atrelada a um segundo sexo ou sexo frágil. Lembra ainda que as mulheres muitas vezes são excluídas de atividades ligadas ao conhecimento e ao pensamento e que lutaram nos séculos XX e XXI para serem ouvidas pela sociedade, adquirindo voz e vez para garantir os seus direitos e que nos séculos XX e XXI, a mulher “invadi” ambientes de trabalho, até os antes dominados pelo gênero masculino; quebrando paradigmas e preconceitos no Brasil.

O último capítulo do livro, intitulado de Educação Especial: Desafios na contemporaneidade no acesso ao conhecimento, é de autoria de Tássia Patrícia Silva do Nascimento. A autora aborda a questão do acesso ao conhecimento da pessoa com deficiência, pensando na sua relação com a educação e perpassando pela comunicação. Nascimento trata da dialética exclusão/inclusão no atual contexto nacional e internacional. Discorre sobre o que a Legislação Federal vigente propicia de reflexões e críticas a respeito das pessoas com deficiência que se encontram excluídas dos direitos à educação. Ressalta, ainda, as condições do acesso de pessoas com deficiência na Educação.

Nesta nova publicação nos propomos a desafios que consideramos pertinentes em termos epistêmicos e gestados na disciplina Seminário Temático do PPGCASA ministrada por Michel Justamand. Buscamos assim, trazer para leitura e análise autores como: Stuart Hall, Edward W. Said; Tariq Ali; Gayatri C. Spivak, Noam Chomsky, Fodé Diawara; Milton Santos; Paulo Freire dentre outros. O resultado foi o diálogo estabelecido pelos autores dos artigos que transversalizam com esta base teórica em temas como: práticas genocidas do Estado nacional, epistemologia das ciências humanas; identidade; pensamento pós-colonial e social na Amazônia; globalização, pós-colonialismo e precariedade no mundo do trabalho, mulheres, crianças, educação; cinema, educação especial.

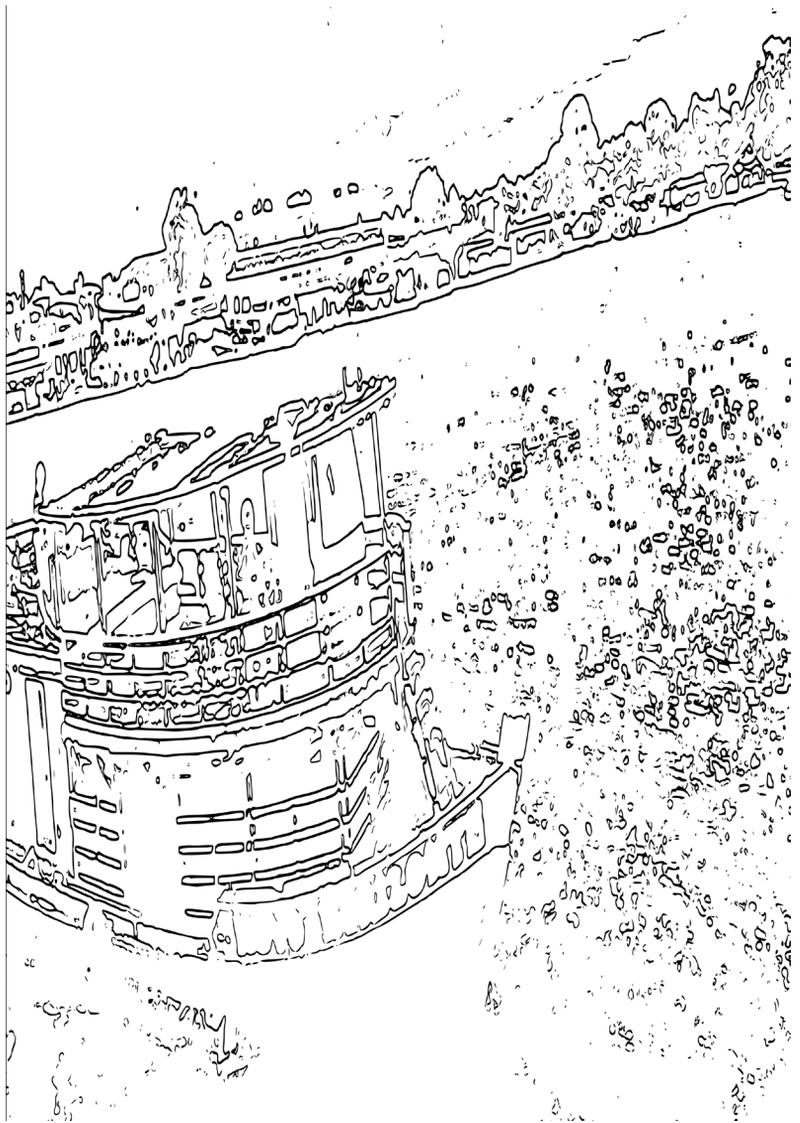
O FAAS tem sido uma possibilidade e oportunidade para as diversas consciências, falas, olhares, interpretações e utopias que se encontram e dialogam numa tentativa de mostrar que ideias e práticas de pesquisa, estão aí para serem conhecidas e socializadas com liberdade de escrita e de pensamento.

Assim, desejamos a todas e todos ótima leitura e que esses escritos sejam úteis em suas vidas!

Os organizadores

Setembro de 2017

Diretamente da região do Alto Solimões!



A invenção de um espaço urbano na Amazônia, o surgimento de uma cidade na selva e o genocídio do povo indígena Waimiri-Atroari

Antonio Carlos Batista de Souza

Introdução

Durante o processo de pesquisa, transitando no meio das leituras bibliográficas, e pelo contato mais direto com os protagonistas desta história, mesmo que de uma forma preliminar, chega-se a uma reflexão imediata: a de que a história da origem do município de Presidente Figueiredo se confunde com a história da conquista e ocupação da Amazônia. De uma Amazônia simbolizada como a última fronteira de expansão do capitalismo. A partir de um processo contraditório que *destruiu* as formas espaciais existentes; *criou* resistências e *reconstruiu* formas e conteúdos espaciais.¹

Num primeiro momento, na busca dos pressupostos teórico-metodológicos para imbuir o tema, numa complexidade de análise e, para fugir das concepções multifacetadas, recorreremos a Marx (2009:59) para entender que:

A burguesia submeteu a zona rural à cidade. Criou cidades enormes, aumentou prodigiosamente a população urbana em relação à rural e, desse modo, arrancou uma parte considerável da população do embrutecimento da vida rural. Assim como submeteu a área rural à cidade, os países bárbaros ou semibárbaros aos países civilizados, subordinou também os povos camponeses aos povos burgueses, o oriente ao ocidente.

Na consistência teórica desse estudo, toma-se como base, também, o materialismo histórico por se entender que ele ajuda-nos a sustentar esta compreensão, de rupturas e mobilidades na sociedade humana.² Consequentemente, a pesquisa embasa-se em referenciais de autores contemporâneos que vão dar subsídio ao tema. E, dessa forma, chegar ao objetivo proposto nesse

¹ Na busca da compreensão dessa realidade urbana, da ocorrência dessa segregação socioespacial, justificamos a adoção dos termos *destruiu*, *criou* e *reconstruiu*. O conteúdo original dos conceitos foi incorporado nesse trabalho a fim de fortalecer a discussão. O mérito do uso dos termos encontra-se em OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades na Selva*. Manaus: Editora Valer, 2000.

² Nessa ecologia das ideias das economias clássicas, Marx o mais implacável acusador da organização industrial de tipo capitalista (DE MASI, 2000), ao descrever o domínio da burguesia sobre o proletariado, reporta-nos à compreensão histórica de um urbanismo imperfeito, de eclosão, sobre as vidas de milhares de trabalhadores recém-transferidos do campo.

trabalho: estudar, compreender e perceber as transformações espaciais nessa parte da Amazônia. Compreender como a forma agressiva da ocupação de um espaço pode resultar no extermínio de um povo.

O município de Presidente Figueiredo insere-se na ótica da geopolítica da Amazônia, mais precisamente na ótica dos *Grandes Projetos* implementados no nordeste do estado do Amazonas e ainda estudados de modo frágil, para onde o regime militar (1964-1985), no bojo da política de segurança e desenvolvimento, levou a cabo três megaobras: a Usina Hidrelétrica de Balbina, a BR-174 e o Projeto de Mineração Pitinga, desconsiderando o ecossistema, causando impactos ambientais e, no caso em questão, sendo responsável pelo genocídio dos Waimiri-Atroari.

Divagando nesse passado histórico, revisitando-o, Chauí (2000:41) reporta-nos a um arcabouço teórico quando lembra-nos de que:

A ditadura, desde o golpe de Estado de 1964, deu a si mesma três tarefas: a integração nacional (a consolidação da nação contra sua fragmentação e dispersão em interesses regionais), a segurança nacional (contra o inimigo interno e externo, isto é, a ação repressiva do Estado na luta de classes) e o desenvolvimento nacional (nos moldes das nações democráticas ocidentais cristãs, isto é, capitalistas).

O papel do geógrafo é explorar as forças econômicas e sociais e os mecanismos responsáveis pela distribuição espacial das atividades humanas (CLAVAL, 1984). Dessa forma, partiu-se para a compreensão do objeto em estudo entendendo que as relações sociais de produção na Amazônia têm sido produzidas e reproduzidas numa “espacialidade concretizada e criada para possibilitar a expansão do capitalismo que avança, fragmentando-a e homogeneizando-a, estabelecendo condições de controle para inseri-la na escala global” (OLIVEIRA, 2000).

De certa forma, pode-se afirmar que o município de Presidente Figueiredo simboliza o suprassumo dos grandes projetos na Amazônia: a produção de um território, intercalado por vários projetos, em um mesmo lugar.

Ao se estudar o processo de construção do urbano na Amazônia tendo como objeto de estudo Presidente Figueiredo, pretende-se compreender a maneira como as pessoas vivenciam a experiência do lugar onde vivem. O problema não é somente explicar por que a terra muda de acordo com os lugares. É compreender por que as pessoas associam aos mesmos lugares sentimentos, atitudes e humores diferentes (CLAVAL, 2001, p. 35-86). E com essas

reflexões ampliar a discussão demonstrada por outras correntes de que as desigualdades sociais se refletem no espaço urbano e as formas resultantes delas diferem em função de cada contexto específico (VASCONCELOS, 2013).

No estudo da complexidade desse mosaico urbano, Oliveira é um dos principais autores na busca da compreensão polissêmica desse espaço amazônico enfatizando que aqui:

Mais do que em qualquer lugar, a memória não se encontra no espaço que se está construindo, mas nos seus construtores, pois cada fragmento do que produz contém uma parte de quem o faz. [...]. Nesse sentido, a cidade é o lugar do vivido, mas de um vivido espedaçado em que a memória não detém a ação do produzir o espaço, havendo no processo de criação da cidade a predominância do esquecimento e do desenraizamento (OLIVEIRA, 2000:20).

É fundamental, para compreender essa evolução, reexaminar o processo de urbanização brasileiro, que se traduziu na profunda remodelagem das paisagens urbanas e rurais e na transformação de uma sociedade até pouco tempo atrás rural, cuja inserção no mundo urbano provoca, entre uma e outra, nova dinâmica. A integração das regiões mais periféricas foi efetuada principalmente pela ação dos poderes públicos e em função dos interesses do centro-sul. As ações decorrentes dessas políticas serviram de alicerce à implantação e à consolidação de setores produtivos urbanos, a partir dos quais a modernização rural era empreendida (THÉRY, 2005).

A origem da cidade: a destruição das formas espaciais existentes

A origem da cidade está diretamente ligada à construção da BR-174 e o reordenamento de um espaço dado pelo encontro e pelo confronto. Soa como óbvio e até mesmo como um “jargão geográfico” afirmar que “a estrada modifica a paisagem”. A veracidade é que a BR-174 tem grande importância na análise espacial do município de Presidente Figueiredo. A fim de beneficiar grupos empresariais, a origem do município deve-se às frentes pioneiras direcionadas para essa parte do estado do Amazonas. Foi com a construção da estrada que se criou o município.

Nos discursos aparentemente inquestionáveis que sustentavam a construção da estrada, escondiam-se interesses escusos sustentados pelo governo central e legitimados por políticos tanto de Roraima como do Amazonas. Ou seja,

A necessidade de criação de uma alternativa de ligação entre dois Estados, tirando a cidade de Boa Vista do isolamento ao qual é submetida durante cerca de 6 meses do ano com a vazante do Rio Branco e pela possibilidade de acesso a um corredor de expansão através do Caribe foi o escudo protetor de um discurso político que garantiu a construção da estrada (OLIVEIRA, 2000).

É preciso sempre perguntar quem segrega para realizar seus interesses; quem a possibilita ou a favorece, com normas e ações que a legalizam ou a legitimam; quem a reconhece, porque a confirma ou parece ser indiferente a ela; quem a sente, porque cotidianamente vive essa condição; quem contra ela se posiciona, lutando ou oferecendo instrumentos para sua superação; quem sequer supõe que ela possa ser superada e, desse modo, também é parte do movimento de sua reafirmação (SPOSITO, 2013). Do global ao local, o interesse do grande capital nacional e internacional se faz presente quando se observa que:

A criação do município tem relação com a descoberta de minerais na região. Todavia, o processo não se encerra em Pitinga e não se restringe à [mineradora] Paranapanema, mas faz parte de um contexto mais amplo que passa pelo grande capital financeiro nacional, através da bolsa de valores, onde a empresa negocia suas ações, e pelo capital financeiro internacional, através da bolsa de metais de Londres, onde negocia o estanho (OLIVEIRA, 2000).

Hoje, pertencendo ao grupo peruano *Minsur*, a mina do Pitinga, em Presidente Figueiredo reserva, também, minérios como nióbio e ítrio, cobijados pela indústria aeroespacial para produção de vigas utilizadas na fabricação de aeronaves. Calcula-se ainda que, na área da mineradora, haja uma reserva aproximada de 88 mil toneladas de tântalo (empregado para a fabricação de instrumentos cirúrgicos e em implantes).

No plano do lugar, na análise desse espaço-tempo, onde alguns conceitos foram tomados de empréstimo, perpassamos uma transformação socioeconômica a fim de entendermos a transformação territorial (jurídica) e as territorialidades (cultura). Dessa forma encontramos um caminho:

Necessário para encontrar os fundamentos da segregação socioespacial como forma das desigualdades (desdobrada na contradição do espaço entre valor de uso / valor de troca) e como especificidade da cidade contemporânea [...]. Portanto, se a propriedade dos meios de produção e da terra atravessa a história, no capitalismo ela se torna abstrata e, em sua forma jurídica, naturalizada (CARLOS, 2013:97).

Verifica-se que a expansão da fronteira na área nordeste do estado do Amazonas relaciona-se, de fato, a partir do planejamento e da construção de seus territórios com a construção da BR-174 e da invasão/ação perpetrada por mineradoras.

O território de Presidente Figueiredo também serviu de base para a construção de uma usina hidrelétrica para abastecer a cidade de Manaus, sobretudo, o Pólo Industrial. De acordo com Oliveira:

A hidrelétrica de Balbina foi, dos projetos públicos executados recentemente na Amazônia, o mais criticado. As críticas iam da inviabilidade econômica, ao impacto causado ao meio ambiente e ao desrespeito aos direitos das populações atingidas. A sua construção mostrou de forma inequívoca os resultados e os contrastes de um planejamento centralizado, autoritário e excludente que norteou a ação do Estado para a Amazônia (OLIVEIRA, 2000:160).

Questionada do ponto de vista econômico e ambiental por ter sido construída numa bacia hidrográfica de baixa vazão, Balbina supre pouco mais da metade da demanda energética de Manaus. A Eletrobrás, por sua vez, durante muito tempo simplesmente ignorou as comunidades rurais do seu entorno que até recentemente não possuíam energia elétrica em suas casas. Parte dessa dívida social começou a ser paga apenas recentemente, no final do ano de 2013, com a chegada do Programa “Luz Para Todos”.

A origem da cidade: a criação das resistências

Durante o Governo Militar (1964-1984), os conflitos com os Waimiri-Atroari ocorreram entorno da construção da BR-174, rodovia que atravessa o território indígena desse povo no sentido sul-norte, ligando Manaus à Venezuela. No início, entre os anos de 1967 e 1968, a obra estava sob responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas (DER-AM), mas foi interrompida após o fracasso da expedição do Padre Calleri.

Padre Calleri foi o missionário designado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para atuar como pacificador dos Waimiri-Atroari. Em 1968 uma tentativa de aproximação e pacificação fracassou, sendo morto o padre e praticamente todos os sertanistas que o acompanhavam. Grupos de indigenistas e historiadores afirmam que qualquer tentativa de aproximação, naquele contexto, estaria fadada ao fracasso, devido ao histórico de agressões e violações que os indígenas estavam sofrendo em seu território. Contudo, o destino

tomado pela expedição do Padre Calleri acabou reforçando o discurso do Governo Militar que defendia a abertura da estrada, independente do preço a ser pago.

Preço este que *gerou novas morfologias urbanas bastante mais complexas* (SPOSITO, 2013), justamente no período de vigência da Operação Amazônia (1966-1970), quando foram incentivados os investimentos em logística e infraestrutura de transporte na região.

A BR-174 cortou a floresta ao meio; cortou a carne de homens mulheres e crianças Waimiri-Atroari; corta a cidade de Presidente Figueiredo. É sinal de “progresso”, é “símbolo do desenvolvimento”, mas não evitou semblantes tristes e olhares desiludidos. Os interesses que determinaram a construção da rodovia são ainda discutíveis. *Certamente o conhecimento geológico da região foi o principal motivo para a construção da rodovia* (SCHWADE, 2012).

No meio do caminho havia uma pedra. A frase-verso de Carlos Drummond de Andrade personifica aquilo que nos propomos anteriormente. O de compreender a construção de um espaço a partir de um processo contraditório que destruiu as formas espaciais existentes; criou resistências e reconstruiu formas e conteúdos espaciais.

Por que *kamña* matou *kiña*? A palavra “*kamña*” é utilizada pelos Waimiri-Atroari para identificar os não indígenas, enquanto “*kiña*” quer dizer “a gente”, “a nossa gente”. Essa foi a pergunta mais frequente que os Waimiri-Atroari fizeram aos seus professores Egydio Schwade e Doroti Schwade, que desenvolveram o primeiro processo de alfabetização, pelo método Paulo Freire, em sua língua materna na aldeia Yawará – sul de Roraima – entre fevereiro de 1985 e dezembro de 1986.³

A pedra em questão foram as populações nativas do lugar. O povo indígena Waimiri-Atroari. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (CNV) cerca de 2 mil índios foram “chacinados” na construção da BR-174. Uma história encoberta e esquecida que a Justiça e os militares insistem em não reconhecer. De acordo com a CNV além dos tratores e retroescavadeiras, na construção da estrada também foram utilizados dinamites e metralhadoras contra os índios a fim de “manter a segurança dos operários”.

Há relatos de homicídios por uso de bombas químicas e explosivas lançadas de aeronaves, cercas eletrificadas, distribuição de roupas contaminadas com sarampo e vacinação com super dosagens de medicamentos (MAREWA, 1983). O primeiro e principal resultado da política indigenista oficial foi:

³ A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari: “por que Kamñã matou Kiña?/ Comitê Estadual de Direito à verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas – Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2014.

As mais de duas mil pessoas vítimas de um dos maiores genocídios do mundo contemporâneo. E tudo nos leva a crer que, somente ocorreu por se tratar de uma população indígena. Isso porque além dos preconceitos e da intolerância decorrentes do estranhamento das diferenças culturais, já existia uma legislação indigenista no país que vetava algumas interferências nos territórios indígenas, como, a mineração. A mineração e os grandes projetos de infraestrutura são pontos importantes para entender a dinâmica dessa área (SCHWADE, 2012).

Eles não estão na lista oficial de desaparecidos políticos, nem de vítimas de violação de direitos humanos durante a ditadura militar, mas foram considerados empecilhos para o desenvolvimento por resistirem à construção da BR-174, que atravessou seu território. É uma das muitas histórias obscuras para justificar empreendimentos econômicos em territórios indígenas.

A contradição presente lembra-nos como podem ser geradas novas morfologias urbanas violentas, contraditórias e complexas. Gerando muito mais do que uma segregação, uma fragmentação. Nessa história de violência específica apegamo-nos, [também] ao conceito defendido por Sposito⁴ a fim de:

Incluir a compreensão das mudanças contemporâneas em todas as esferas da vida social nas cidades, com ênfase nas articulações entre elas e observando-as no espaço e no tempo, vale a pena a adoção da ideia de fragmentação socioespacial, em que pesem os cuidados que são necessários ao se fazer esta escolha (SPOSITO, 2013:82).

Desse modo, deve ser tentada uma pequena teoria da urbanização brasileira como processo, como forma, e como conteúdo dessa forma. O nível da urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidade a ser analisada à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, assim como das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos. Os nexos que esses fatores mantêm em cada fase histórica devem permitir um primeiro esforço de periodização que deve iluminar o entendimento do processo (SANTOS, 2005, p. 11).

O que aconteceu com o povo indígena Waimiri-Atroari foi a continuidade daquilo que fizeram com outros povos cercados por estradas, pelas frentes de colonização e por mineradoras, como os Xavante e os Panará, no Mato Grosso; as tribos do Xingu no Brasil Central; os Kayapó, no Sul do Pará e os Suruí, em Rondônia. Há uma triste e homogênea fatalidade histórica dos Waimiri-Atroari com os Yanomami. A rodovia BR-210 (Perimetral Norte)

⁴ Mais adiante, Sposito (p.84) toca num ponto pertinente sobre os conceitos de segregação e fragmentação. Ao afirmar que a cidade não seria mais somente segregada, mas igualmente fragmentada, considera que a fragmentação não anula ou substitui a segregação.

trouxe os conflitos armados, os abusos sexuais às mulheres e as doenças como sentença de morte também para esse povo. A existência de ouro, cassiterita, diamante e urânio no território Yanomami beneficiou os garimpeiros e os grupos econômicos com forte apoio político.

O mundo urbano, onde imperam ganância e desconfiança, onde falta honestidade, é um mundo sombrio e triste. Nele se joga o jogo do “parecer” e as pessoas esquecem de ser. Vivendo um cotidiano sem alma, trabalham sem amor e vivem a sombra da vida, sem conhecer a plenitude da vida verdadeira e a felicidade interior. A vida dos índios nas aldeias tradicionais é difícil, mas há gosto e alegria no que fazem. Eles têm consciência de que tudo no universo é vivo, que a alma existe, que a realidade espiritual e a realidade material são interligadas... O civilizado compreende isso? (MACEDO, 2012).

A origem da cidade: a reconstrução das formas e conteúdos espaciais

Diferentemente das primeiras décadas, hoje o caminho não se constitui “num caminho de terra batida”. Contudo, como a maioria das estradas da Amazônia, a BR-174 tem baixo tráfego de veículos, simbolizando, porém, o único elo com a economia e a sociedade dos outros lugares do território brasileiro.⁵

Hoje, como resultado dos grandes projetos instalados no município, em função dos repasses do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e dos royalties oriundos da Usina Hidrelétrica de Balbina e da exploração mineral, Presidente Figueiredo e Coari (royalties da exploração petrolífera) se mantêm como os primeiros em arrecadação no interior do Estado do Amazonas. Ressalte-se que dos 61 municípios do interior do estado, apenas Presidente Figueiredo e Coari possuem arrecadação própria. Não dependem de forma tão intensa do repasse do Fundo de participação dos Municípios (FPM) do Governo Federal.

Essa autonomia é imediatamente questionável, pois Presidente Figueiredo inserida na região metropolitana de Manaus sofre uma forte e agressiva dependência da capital. Não muito diferente de outros projetos de explo-

⁵ Mesmo sendo uma rodovia de baixo tráfego, a BR-174 simboliza “o ar do progresso” entre Manaus (AM) a Boa Vista (RR), onde o fluxo de veículos pesados como caminhão e ônibus é intenso. Logo, a mesma não está alheia a acidentes muitas vezes fatais. Bem como ao atropelamento de espécies nativas da fauna da região, constantemente encontrados mortos ao longo da estrada. Consequência da falta de planejamento que desconsiderou a necessidade de construção de corredores ecológicos. Não por acaso, em 2012, a BR-174 recebeu o título de “a sétima pior rodovia do país” de acordo com a Confederação Nacional de Transportes (CNT).

ração mineral na Amazônia “vão-se as riquezas e ficam os buracos”.

Os royalties deveriam gerar bons índices de qualidade de vida, saúde e educação no município, mas na prática não é o que se constata. Quando se precisa de um especialista na área de saúde recorre-se a Manaus. Os bairros, do centro à periferia têm em comum uma deficiente infraestrutura de saneamento básico: sem coleta e tratamento de esgoto. O manejo dos resíduos sólidos resume-se a retirada do lixo e limpeza das ruas. Não existe coleta seletiva. O município não possui aterro sanitário. Os jovens que concluem o ensino médio, os que podem, seguem o mesmo caminho da estrada, em sentido inverso, em busca de emprego⁶ e de um ensino superior de qualidade.

Ratificando a afirmação acima, contrariando uma recomendação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), e em meio a uma recessão econômica, em 2016 a prefeitura da cidade destinou cerca de R\$ 800 mil em investimentos para custear três noites de festa com cantores de música sertaneja e pagode. Mesmo que se tente justificar que esses folguedos fazem parte do calendário cultural da cidade, há por parte da população um sentimento de desconfiança e estranhamento na convivibilidade urbana. Diante daquilo que está sendo colocado como prioridade pelos cofres públicos, pois se deixa de priorizar a saúde, a educação e demais infraestruturas⁷. A população do município reclama da falta de médicos e medicamentos nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e da ausência de pavimentação asfáltica em diversas ruas e bairros, além, da falta de construção de um sistema de drenagem de esgoto.

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial (SANTOS, 2013, p. 10).

⁶De modo geral o mercado de trabalho no estado do Amazonas continua concentrado na capital. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados no último trimestre de 2016 informam que de janeiro a outubro daquele ano Manaus concentrou 95% dos 111,6 mil postos de trabalho abertos com carteira assinada. No interior, onde as atividades econômicas relacionam-se mais ao comércio e serviços foram gerados apenas cinco em cada cem empregos. Reflexo da concentração da economia em Manaus e de um enfraquecimento histórico das economias municipais que não conseguem gerar políticas alternativas de renda e emprego sustentável para a fixação das populações locais.

⁷Em 2017, com um novo gestor, justificando o gasto com essa festa (que trouxe três atrações nacionais) onerosa ao cofre público e questionável quanto ao retorno econômico, a Prefeitura afirma que Presidente Figueiredo movimentou cerca de R\$ 10 milhões. A Secretaria Municipal de Cultura e Eventos (Semcult) superestimou a previsão de turistas alegando que a cidade receberia cerca de 300 mil pessoas durante os três dias; em uma cidade de pouco mais de 30 mil habitantes. Pós-festa, a carência em infraestrutura pode ser percebível no sinal de telefonia móvel. Nas constantes interrupções. Na existência de apenas uma estação de rádio. Na retransmissão de apenas dois canais de TV abertos. E com um fraco sistema/sinal de internet. Problema que de acordo com a atual gestão municipal será resolvido com a distribuição de internet banda larga por meio de rede fibra ótica.

Considerações Finais

As bases teóricas tomadas para discutir a realidade contraditória de uma segregação vivida em Presidente Figueiredo ganham dinamismo quando analisamos a percepção de Batista (2007). No centro dessa reflexão epistemológica, do homem perante a geografia, o autor apresenta-nos em suprassumo um sistema conceitual da complexidade do espaço regional, de acordo com a geografia humana: as três Amazôniaas.

A “primeira Amazônia”, das metrópoles, Belém e Manaus, das quais estão se aproximando as demais capitais. É a região especialmente trabalhada pela civilização. Para a qual convergem navios, aviões, visitantes e imigrantes, além das rendas e da produção de extensas áreas. A outra Amazônia é a das cidades do interior, tanto as que se encontram em fase de desenvolvimento ou são sedes municipais, muitas delas apenas com o rótulo de cidades, onde o povo em geral não tem condições econômicas para custear o fornecimento de água encanada, luz ou telefone. Assistência médica restrita, educação ainda muito a desejar. A “terceira Amazônia” é a grande área onde vivem os extrativistas, agricultores, pescadores e garimpeiros: são os habitantes das vilas, povoados, aldeias, sítios, seringais e castanhais. Uma massa imensa, em completa desagregação social, vivendo em condições subumanas (BATISTA, 2007).

No bojo dessas contradições, Presidente Figueiredo parece transitar entre a segunda e a terceira Amazônia. Dessa forma, tomando novamente o pensamento de Carlos (p.98) constata-se que *“para uma imensa parcela da sociedade, a vida urbana constitui-se pela precariedade absoluta, envolvida num processo de trabalho dividido e sem conteúdo, numa cidade que não lhe pertence e com a qual não se identifica”*.

No sistema urbano, as categorias consideradas homólogas, os níveis tidos como paralelos são cada vez mais diferenciados entre si. Há, pois, diferenciação extrema entre os tipos urbanos. Houve tempo em que se podia tratar a rede urbana como uma entidade onde as cidades se relacionavam segundo uma hierarquia de tamanho e funções. Esse tempo passou. Hoje, cada cidade é diferente da outra, não importa o seu tamanho (SANTOS, 2013, p. 58).

Antropólogos relatam que o povo Sara do Chade tem uma percepção de olhar o tempo diferente. É caracterizada por uma clara orientação para o passado. *Os Sara do Chade pensam que o que está atrás dos olhos, e que eles não podem ver, é o futuro, enquanto que o passado se encontra na frente, porque ele é conhecido* (LATOUCHE, 2004).

A lição que nos é ensinada por esse povo africano é a de que devemos seguir em frente, mas sem esquecermos o passado. Incorporar o tempo passado para refletirmos melhor no tempo presente.

No estudo do processo de produção desse espaço urbano, de desagregação e descontinuidades, onde houve diversas formas de violência para se apropriar do território e se inventar uma cidade, chega-se a uma percepção controversa: a de que o tempo não passa em Presidente Figueiredo. Há certas práticas que insistem em se perpetuar.

Referências bibliográficas

A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari: “por que Kam-nã matou Kiña?/ Comitê Estadual de Direito à verdade, à Memória e Justiça do Amazonas – Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2014.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento.** Manaus: EDUA, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte** útopico. In: A Cidade Contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CLAVAL, Paul. **Géographie humaine et économique contemporaine.** Paris: PUF, 1984.

_____. **O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana.** In: Matrizes da Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2001.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial.** Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Ed. da UnB, 2000.

LATOUCHE, Serge. **Pode a África contribuir para resolver a crise do ocidente?** IV Congresso Internacional de Estudos Africanos. Barcelona, jan. 2004.

MACEDO, Sérgio. **Povos indígenas em quadrinhos.** Campinas-SP: Zarabata Books, 2012.

MAREWA. (MOVIMENTO DE APOIO À RESISTÊNCIA WAIMIRI/ ATROARI). **Resistência Waimiri Atroari**. Itacoatiara: Edições Loyola, 1983.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Escala, 2009.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na Selva**. Manaus: Editora Valer, 2000.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2013.

SCHWADE, Tiago Maiká Müller. **Reordenamento Territorial e Conflitos Agrários em Presidente Figueiredo – Amazonas**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2012. [Dissertação de Mestrado].

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Segregação socioespacial e centralidade urbana**. In: A Cidade Contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

THÉRY, Hervé. **Atlas do Brasil: Disparidades e Dinâmicas do Território**. São Paulo: EDUSP, 2005.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades**. In: A Cidade Contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

Caminhos e descaminhos: as Ciências Sociais e a volta para casa

Delta Paula Melo

Introdução

A Amazônia dos idos sessenta se debatia para encontrar caminhos que a fizessem entrar no cenário das certezas, do crescimento e desenvolvimento social e econômico de suas populações, mais especificamente o Estado do Acre, berço natural dessa autora, tentava encontrar seu papel na história brasileira, após ter demonstrado através dos duros embates com os Bolivianos, sua vontade em permanecer no solo da mãe gentil¹, é nesse cenário de transformações e reafirmações da identidade dos povos da Amazônia, que familiares dos combatentes invisíveis da segunda guerra mundial; o seringueiro, ou também denominados soldados da borracha², exauridos em suas forças, imigravam para outro rincão da Amazônia, buscando melhores condições de vida.

Longe de ser uma espécie de volta ao passado, resgate de memórias, esse Artigo se propõe a analisar, a influência do processo civilizador, família, fatores culturais e socioeconômicos, como pontos fundantes na tomada de decisões na vida, busca-se um elo entre as grandes dicotomias que a vida adulta impõe diante de um novo mundo, conduzido pelas lentes dos detentores do capital, procura-se estabelecer outros caminhos, quebrar velhos paradigmas a partir de novos conhecimentos adquiridos e, do nascimento de uma nova consciência proporcionada pelas epistemologias sociais, nesse intento, e privilegiando a didática, optou-se por dividir este artigo em quatro tópicos; o primeiro versa sobre o papel da família como responsável pelo processo civiliza-

¹ Trecho do Hino Nacional Brasileiro, composto por Joaquim Duque Estrada em 1831, ao se referir a Pátria brasileira como “Mãe Gentil” o autor quer dizer que a Pátria amada é boa e generosa para com seus habitantes, oferecendo recursos naturais em abundância, exuberante biodiversidade.

² Nome dados aos brasileiros que entre 1943/1945 foram alistados e transportados para a Amazônia pelo Semta, com o objetivo de extrair borracha para os Estados Unidos da América (Acordos de Washington) na II Guerra Mundial. Estes foram os peões do Segundo Ciclo da Borracha e da expansão demográfica da Amazônia. O contingente de Soldados da Borracha é calculado em mais de 55 mil, sendo na grande maioria nordestinos.

dor, e construtora dos maiores anseios de um *ethos* vencedor numa sociedade em que vale – se o quanto ganha, o segundo trata das relações de exploração de trabalho, o terceiro, trata do novo status social frente as grandes corporações, das práticas impostas pelo donos do capital para funções de comando e, o quarto e último trata das escolhas que o ser humano faz, do recrudescer de uma nova consciência, de visão de mundo, longe do antropocentrismo, proporcionado por conhecimentos ora empíricos, ora científicos, traduzidas nas teorias de grandes pensadores que refletem a teia vida, “*Tudo que ele (o homem) faz a teia, o faz a si mesmo*” (CAPRA 1993) e reverbera o ontem no hoje, o hoje no amanhã.

A Família e a realidade Amazônica - Acre

Desprotegidos e invisíveis ao Estado, expulsos de suas terras pelas chagas e bexigas, o Nordeste que aqui chegou, trouxe em seu imaginário, além do sonho em encontrar um “Novo Eldorado³”, a fé na bonança prometida pelo Governo, que compulsoriamente os incumbia de um novo papel no desenvolvimento do País, como soldado da borracha, cuja mão de obra fora inexoravelmente explorada pelos donos de seringais, manifestada com clareza pela celebrada pensadora Neide Gondim,

A Árvore que chora, fala da metamorfose do homem em mercadoria enquanto vendedor de sua força de trabalho a alguma coisa que sente na pele, mas não vê; é subjetiva e se objetiva em seu próprio descrédito enquanto homem; sente a força vampiresca e poderosa que lhe extrai do corpo a alma e o sangue num constante movimento autofágico. (GONDIM, 1994: 250).

É nesse contexto de exploração, do homem pelo capitalista, nomeados pela história como Seringalistas, que o Estado do Acre experimenta o segundo surto da produção e extração do látex, formando uma espécie de base econômica, corrobora nesta visão,

O seringal formou na Amazônia, a unidade econômica social mais expressiva, transformando-se na primeira grande unidade de produção amazônica e sendo simultaneamente, agente de profundas modificações do modo de vida da região e de seu povo” (SILVA, 2010: 63).

De certo, a pujança dos tempos dos seringais atendeu a interesses nacionais e internacionais, do lado nacional, “solucionou” em parte proble-

³ Neide Gondim na esteira retratou a Amazônia como, o paraíso perdido, o Eldorado, fonte da juventude, no imaginário do colonizador europeu em alusão a uma antiga lenda indígena da época da colonização da América e atraiu muitos aventureiros europeus. A lenda falava de uma cidade que foi toda feita de ouro maciço e ouro puro, apesar de ter muitos outros tesouros na cidade.

mas de alguns desvalidos da seca no nordeste, embarcando o nordestino para Amazônia, sem nenhuma garantia jurídica que o protegesse da ganância, exploração de mão de obra nos seringais da época dos “Coronéis de barranco”⁴, da perspectiva internacional, atendeu aos interesses dos Estados Unidos quanto ao atendimento da demanda por borracha, material necessário nos fronts de batalha na segunda guerra mundial no período 1939-1945, mas com o termino da segunda guerra mundial, e tendo a borracha expropriada para novos plantios asiáticos, a Amazônia, se vê novamente isolada, com quebra dos padrões econômicos resultado de uma economia centrada em um único produto; a borracha, o ciclo, deixou marcas indeléveis para os povos da Amazônia, nesta visão, corrobora o Médico e Pesquisador a quem a história amazônica rende tributos, Djalma Batista; “*Cabe a borracha, ainda, a responsabilidade do primeiro grande e decisivo desequilíbrio ecológico assinalado na Amazônia, quando ocorreu o avanço sobre os seringais, onde se recolhia o leite que de branco se tornava negro ao contato da ambição humana*” (BATISTA 2007, p. 174) cabendo aos governos militares a implantação de novas diretrizes para a ocupação dos espaços “vazios” que a borracha deixou para os povos da Amazônia.

É nesse contexto, que muitas famílias de nordestinos deixaram o Estado do Acre, para tentar a vida em outras capitais da Amazônia, (incluindo a família dessa autora) como a cidade de Manaus, posto que a implantação da Zona Franca de Manaus, implantada durante a ditadura militar, tem como objetivo, “*viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental, promover a melhor integração produtiva e social dessa região ao País, garantido a soberania nacional sobre as fronteiras*”. (SUFRAMA, 2017). A notícia da chegada das fábricas em Manaus atraiu grande quantidade de mão de obra, família numerosa exigia grandes esforços para alimentar a todos, ao mesmo tempo em que buscava no fenômeno social religião, o melhor caminho para a criação da prole, desviando dos vícios da vida, acreditando que esse seria um bom mecanismo de controle, a tríade; trabalho – escola – igreja, no caso desta autora; Salão do Reino (Testemunhas de Jeová). As fábricas estabelecidas no Distrito Industrial representava excelente emprego, concedia diversos benefícios como trans-

⁴ Com o início da demanda do mundo industrializado pela borracha, os empresários “Seringalistas”, ou “Coronéis de Barranco” estabeleceram na Amazônia um sistema de semiescravidão capitalista: Eles obrigaram grande parte da população indígena de forma violenta a trabalhar para eles, transformando-os em “caboclos seringueiros”. Os trabalhadores nordestinos, que vieram para Amazônia em busca de emprego, ficaram economicamente dependentes dos Seringalistas e se tornaram os “seringueiros nordestinos”.

porte, alimentação, clube social dentre outros, pelo menos um membro de várias famílias era operário, estabelecendo uma dependência deste membro em relação ao sustento da família, configurando o que o pensador Norbert Elias chamou de *“rede de interdependências entre os seres humanos é o que os liga, elas formam o nexo do que aqui é chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes”* (ELIAS, 1994, p. 249).

Trabalhar nas fábricas do Distrito Industrial não era uma escolha, a qualificação profissional dos oriundos dos seringais era baixa, atrelado à necessidade de manter e ajudar no sustento da família, não deixava alternativa, principalmente para família fora dos moldes tradicionais, cuja liderança era exercida pela matriarca, que decidia sobre a vida de todos quanto às relações sociais, escola, igreja, namoro, gerando conflitos que alimentavam ressentimentos, destaco a visão Eliasiana sobre essas relações,

Á medida que, de acordo com a estrutura global de uma sociedade, a distribuição de poder entre as pessoas que conformam a família é muito desigual, a relação entre pais e filhos. Em outras palavras, essa relação se apresenta sob uma forma socialmente sancionada e relativamente rígida.... Os modelos de anteposição e subordinação, de mando e obediência, são inexoráveis. (ELIAS, 2012, p.492-493).

As relações familiares são vistas como algo imutável, cujos sentimentos que as alicerçam são de reciprocidade, proteção, dados pela natureza, mais tais relações são modificáveis e reestruturadas pelo ambiente social vivenciado, é nesse cenário de aceitar, ou não, a forma de “civilização” dada pelos pais (no caso a mãe), que novas aspirações se revelam, como a busca pelo controle da própria vida, materializada através do trabalho remunerado.

Dos Seringais para as Fábricas

O processo de industrialização no Brasil apresenta maior dinamismo, nos anos cinquenta, através do Plano de Metas do então Presidente Juscelino Kubitschek, assim diz,

[...] constitui a mais solida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do País [...] e conferia prioridade absoluta à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada e do capital social básico de apoio a esta estrutura. Daria continuidade ao processo de substituição de importações que se vinha desenrolando nos dois decênios anteriores. (LESSA 1981: p. 70).

Nesse período o País deu início ao processo de endividamento externo, cujas consequências trariam graves desequilíbrios econômicos, pela alta da inflação e pelas políticas de arrocho fiscal ditada pela cartilha do FMI – Fundo Monetário Internacional.

No início da década de 1960, a economia ainda mantinha sua trajetória de crescimento, mas em 1962, os dados sobre o nível de investimentos e sobre o ritmo de crescimento industrial apontavam para a recessão de 1963, se avizinhava os Governos Militares,

A partir de 1964, [...] o regime militar aprofundou as características do modelo econômico dependente e associado ao capital estrangeiro e manteve a matriz industrial implementada com o Plano de Metas [...] bases do chamado Milagre Econômico Brasileiro, de 1968-1973. (REGO e MARQUES, 2013, p. 92).

Na Amazônia, o vazio deixado pelo fim do ciclo econômico da borracha aliado a necessidade de resguardar a soberania na imensidão das fronteiras Amazônicas, era motivo de preocupação dos governos militares, após o golpe militar de 1964, diversas tentativas foram realizadas em forma de projetos e empreendimentos, Grande Carajás, Calha Norte, a Rodovia Transamazônica, dentre outros, findou servindo ao capital internacional representados por grandes empresas multinacionais que se apropriaram dos bens e riquezas da Amazônia, deixando rastros de destruição, pobreza, miséria as populações nativas com ênfase para a degradação ambiental.

A implantação do modelo, Zona Franca, (hoje Polo Industrial de Manaus) cujo objetivo seria desenvolver economicamente a Amazônia, bem como resguardar a soberania nas fronteiras, fixou na cidade de Manaus grandes indústrias de eletroeletrônicos, como Gradiente, Sanyo, etc., atraia grande contingente de trabalhadores, a venda da mão de obra para os donos do capital, através do trabalho nas linhas de montagem das fábricas, representava ou dava a ilusão para aquela geração anos oitenta, de um passe para um novo mundo de crescimento individual e “melhoria de vida”, proporcionada pelo acesso a bens de consumo, como a tv colorida, sonho de consumo daqueles anos, nesse sentido:

A maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditado primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. A norma que nossa sociedade coloca para seus membros é a capacidade e vontade de desempenhar esse papel. [...] o dilema sobre o qual se cogita hoje em dia é se é necessário consumir para viver ou se o homem vive para poder

consumir. Isto é, se ainda somos capazes e sentimos a necessidade de distinguir aquele que vive daquele que consome. (BAUMAN, 1998, p. 88/89).

Isso significaria jornadas exaustivas nas chamadas horas extras, perda da saúde diante do ambiente insalubre da fábrica, ou pelo despertar nas madrugadas, nesse contexto, os conceitos de alienação construídos a partir do pensamento social de Karl Marx, auxiliam na compreensão dessa etapa de vida, quando descreveu a alienação como “*um estado e um processo pelos quais os homens perdem a si mesmos e a seu trabalho no capitalismo*” (MARX

2004, p. 74, apud SCOTT, 2010, p. 22) ao analisar o modo de vida da sociedade burguesa entendia que tanto o Estado como a propriedade privada capitalista eram formas sociais alienadas exatamente iguais ao mundo da crença e das organizações religiosas “*A religião é o ópio do povo*” (MARX, 2004), ainda segundo Marx, o trabalhador assalariado é destituído da propriedade de seus meios de produção, e portanto, se encontra numa posição desigual em relação ao empregador capitalista, explica a alienação em um de seus escritos mais famosos, Manuscritos Econômicos e Filosóficos, com diversas traduções e edições, declara,

O fato de o trabalho ser externo ao trabalhador, isto é, não pertencer ao seu ser essencial, e de ele, portanto não se confirmar em seu trabalho, mas se negar, se sentir miserável e não feliz, não desenvolve uma energia física e mental livre, mas mortifica sua carne e arruína sua mente. Portanto o trabalhador se sente ele mesmo apenas quando não está trabalhando... sente estar agindo livremente apenas em suas funções animais – comer, beber e procriar, ou no máximo em sua residência em seu próprio embelezamento.... É verdade que comer beber e procriar, são funções humanas genuínas. Entretanto, consideradas abstratamente, á parte de outros aspectos da atividade humana, e convertida em fins últimos e exclusivos, são funções animais (MARX, 2004 p. 74).

Sobre o sonho de consumo da então operaria de chão de fábrica, a visão marxista não deixa dúvida, mesmo dentro da alienação, o trabalhador pode se sentir feliz, pois durante ciclos de progressos econômicos, poderá ganhar mais e assim proporcionar pequenos luxos a sua família, mais ainda assim esse trabalhador será alienado, como um burguês ou um fanático religioso.

Das linhas de montagem para as grandes corporações

O sucesso individual, material, promovido pela acumulação capitalista, pode ser externalizado de diversas maneiras, um carro de última geração, aquisição de um imóvel ou galgar vários níveis na hierarquia em grandes

empresas multinacionais, a cultura do ganhar mais, para gastar mais, do status social numa nova configuração de vida, fazem do ambiente corporativo ponto fundante para, um novo *ethos* social, que exige; resistência do corpo, submetido a longas viagens e reuniões de trabalho, que por força do “cargo de confiança”, justifica-se o prolongamento da jornada de trabalho, sem que isso signifique alteração no contracheque, controle de emoções e exclusão sumaria de sentimentos, quanto às decisões pautadas exclusivamente em indicadores de mercado, como por exemplo, demitir um pai de família com filhos menores, pelo não cumprimento de metas financeiras, ou não admitir um profissional qualificado por conta do número de filhos, o que traria maiores custos a empresa, como por exemplo, planos de saúde, “precisas ser fria” palavras de orientação do representante do capital, afinal, como disse outro pensador, “*you are only as good as your last success*”, esta é a regra máxima do bem viver num mundo em que as regras mudam durante a partida e não duram mais do que o tempo necessário para aprende-las e memoriza-las” (BAUMAN, 2010, p. 49).

Das mazelas do corpo, a ciência médica trata, a questão que se impõem são as da alma, do espírito exaurido pelas decisões de pauta, as grandes corporações não veem abstrações, nem subjetividades na força produtiva, vê e reage somente diante das planilhas e indicadores plotadas nos programas da janela. A competitividade desmedida na busca do maior *market share* torna tênue a linha que separa a ética do imoral, neste contexto, em consonância com pesquisador Milton Santos, “*Os papéis dominantes, legitimados pela ideologia e pela prática da competitividade, são a mentira, com o nome de segredo de marca; o engodo, com o nome de marketing; a dissimulação e o cinismo, com o nome de tática e estratégia*” (SANTOS, 2000, p.61).

De certo, a grande diferença na venda da mão de obra seringueira, operaria e executiva para os capitalistas, reside na dialética Marxista conhecida como mais valia⁵, o excedente produzido e expropriado que ficou nas mãos do capitalista, assim dito,

Consiste no valor do trabalho não pago, isto é, na exploração exercida pelos capitalistas sobre seus assalariados [...] mantendo-se inalterados os salários, a taxa de mais valia tende-se a elevar-se quando a jornada e/ou a intensidade do trabalho aumenta (aumentando a mais valia absoluta) ou com o aumento da produtividade nos setores que produzem os artigos de

⁵ Termo utilizado por **Karl Marx** em alusão ao processo de exploração da mão de obra assalariada que é utilizada na produção de mercadorias. Trata-se de um processo de extorsão por meio da apropriação do trabalho excedente na produção de produtos com valor de troca.

consumo habitual dos trabalhadores (aumentando a mais valia relativa). (SANDRONI, 2003, p. 362).

As reflexões sobre essas etapas da vida capitalista reside, na tomada de consciência da finitude do status social, das relações de poder pós-crachá, da volta ao nome de origem em detrimento do nome corporativo, fulano da empresa x, y, apontados por muitos como o “nome de guerra”, rastros de frustração, desanimo, em reconhecer que, os esforços foram maiores que as recompensas, materiais e imateriais permanecem. Nossa natureza é social, somos marcados pelo sentido de pertencimento ao um determinado grupo social, quer seja família, amigos, trabalho, estudos,

Um grupo consiste de duas ou mais pessoas que interagem e partilham objetivos comuns, possuem uma relação estável, são mais ou menos independentes e percebem que fazem, parte de um grupo. (BOCK, TEXEIRA e FURTADO, 2015, p. 55).

Fazer parte de uma equipe de trabalho em posição de comando é exercer um papel social de direcionamento, de poder, é tomar decisões que alteram a vida das pessoas, para o bem ou para o mau, para alegria ou para tristeza.

De uma forma contraditória o trabalho é muito importante para o ser social, é um dos fatores de produção, a bíblia dos cristãos critica aquele que não labuta, versa “*quem não quer trabalhar, tão pouco coma*” (BIBLIA, Provérbios: 6), é contraditório, pois em dado momento o trabalho é visto como atividade penosa, por outro lado, a construção de identidades é realizada a partir de realizações pessoais, que perpassam por escolhas no âmbito profissional,

O trabalho é uma condição específica do homem e, desde suas formas mais elementares, esta associado a certo nível de desenvolvimento [...] assim, o trabalho assumiu formas particulares nos diversos modos de produção que surgiram ao longo da história da humanidade. Na comunidade primitiva, teve caráter solidário, coletivo, nas sociedades de classe (escravista, feudal e capitalista), se tornou alienado como afirmam os teóricos marxistas. O trabalho assalariado é tipo do modo capitalista, no qual o trabalhador, para sobreviver, vende ao empresário sua força de trabalho em troca de um salário. (SANDRONI, 2003, p. 608).

O que mudou significativamente desde as palavras hebraicas foram as relações de trabalho, formas de produção, o trabalhador é, produto e produtor ao mesmo tempo, neste aspecto, apregoa Milton Santos, “*empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzir os produtos*”

(SANTOS, 1974, p. 48), o labor, em tempos contemporâneos, solapados por uma sociedade industrial planetária, capitalista, produz altíssimos excedentes, nessas condições, o resultado do trabalho é estranho ao trabalhador que não reconhece o pagamento pelo realizado, nesse sentido contextualizo,

Trabalho alienado cujo produtor não é seu proprietário, nem dos produtos por ele criados, pois estes são apropriados pelo capitalista, senhor dos meios de produção e, momentaneamente, proprietário da própria força de trabalho do operário. Nessas condições, o produto do trabalho aparece ao sujeito da criação – o trabalhador – como algo que lhe é estranho, uma força independente dele, não qual não se reconhece. Por isso, o trabalho assume caráter de algo forçado, que constitui apenas um meio de o assalariado ganhar sua sobrevivência. (SANDRONI, 2003, p. 609).

O homem é o único animal que dispõem de um aparelho neurocebral complexo, com uma linguagem de dupla articulação para comunicar-se, de individuo a individuo, o único que dispõem da consciência que lhe permite trilhar por outros caminhos quando uma jornada é dada como encerrada.

As Ciências Econômicas

Decidir pelos estudos sociais, tendo como escolha as Ciências Econômicas, acarreta consequências que perduram o resto da vida, secular ou acadêmica, por tratar da ciência cujo objeto de estudo, é a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços em uma sociedade, de maneira a alocar recursos abundantes ou escassos para satisfazer as necessidades humanas, a qual precisa dar respostas sobre o que produzir? Como produzir? e para quem produzir, e conforme os instrumentos usados, (como o aumento ou redução da taxa de juros, com objetivos claros de estimular ou desacelerar o consumo), promove desigualdades, concentração de renda, tais questões dão a Ciência Econômica um papel subjacente aos estudos dos ciclos econômicos, aos pressupostos macro e microeconômicos, quais sejam preditivos, inclusive quanto a eventos imponderáveis da natureza, considerados como variável exógena⁶, como por exemplo as enchentes, faz o preço do produto da lavoura subir, materializando a lei da oferta e da procura. A Ciência Econômica trata da satisfação de necessidades ilimitadas, criadas por um sistema consumista, construído pelo capitalismo, diante de recursos escassos, o Prêmio Nobel em Economia – Maurice Allais declarou: “*Em economia, tudo depende de tudo e tudo age sobre tudo*” (ALLAIS, 1999).

⁶Trata de variáveis determinadas por forças externas, independente do modelo econômico, como por exemplo, o mercado do café, quando sofre influência das condições climáticas, provocando redução de oferta do produto e elevação de seu preço.

De maneira geral, todos nós somos agentes econômicos, tomamos decisão, diariamente em virtude de diversos acontecimentos, ligados a economia, apesar da retórica de alguns pensadores sobre um dos maiores teóricos no estudo das Ciências Econômicas, apregoou;

Adam Smith disse-nos, na célebre fórmula do seu livro *A riqueza das nações*, que todo ser humano procura; mercar, trocar e negociar a finalidade única dessa obra consistiu em convencer-nos que todos deveriam abster-se de interferir nesta tendência natural e comum a todo o indivíduo. (WALLERSTEIN, 2000, p. 30).

Ora, desde tempos imemoriais, o homem interage com o semelhante para satisfazer suas necessidades, nas sociedades primitivas às trocas eram realizadas através do processo de escambo, “*O escambo é a troca de bens e serviços sem a intermediação do dinheiro. É o estágio mais primitivo das relações de troca e caracteriza as sociedades de economia natural.*” (SANDRONI, 2003, p.211).

A Ciência Humana, da qual faz parte a Economia, destina ao homem, que vive, fala, produz, trocando aquilo que tem necessidade, uma relação imbrincada como ele mesmo sendo um elemento de troca, corrobora Foucault,

Na superfície da projeção da economia, o homem aparece enquanto tem necessidades e desejos, enquanto busca satisfazê-los, enquanto, pois, tem interesses, visa a lucros, opõe-se a outros homens, em suma ele aparece numa irredutível situação de conflito” (FOUCAULT, 1996, p. 494).

Estudar Economia, a despeito de todas as críticas quanto às responsabilidades dos caminhos e descaminhos que a sociedade capitalista e seus paradigmas do maior lucro, pelo menor custo financeiro, pela exploração da mão de obra assalariada que como a dessa autora expropriou mais valia, criou um estado interior e profundo, de crítica sobre o mundo, sobre a vida, uma espécie de polaridade de espírito que orientou enquanto jovem, e seguiu por toda a vida.

De certo, o conhecimento das teorias econômicas, serviu como parâmetro para mudar outras realidades; as minhas próprias, as da família e de pessoas que comandeí, feliz ou infelizmente sob a diretriz do capital, ampliou a visão sobre a importância de poupar o excedente, visando projetos futuros, trabalhar com recursos escassos em ciclos de menor renda e construir o futuro com base em investimentos materiais, humanos e acima de tudo se preparar

para as incertezas, nos quais reverberam as palavras morinianas: “A maior contribuição do conhecimento do século XX, foi o limite dos conhecimentos. A maior certeza nos dada é a indestrutibilidade das incertezas”. (MORIN, 2003, p. 55).

Considerações finais

A sociedade através do processo civilizador produz no ser social, tensões, expectativas e experiências, muitas desiguais, opressoras, os antepassados diziam que “quem nasce pobre, morre pobre, quem nasce iletrado, morre iletrado”, essa configuração mudou, quando o homem mecanizou os meios de produção, descobriu que possuía conhecimentos que lhe permitiria, construir máquinas mais sofisticadas e complexas, para isso, buscou conhecimentos lógicos, empíricos, científicos, que lhes permitiu vislumbrar um mundo de oportunidades, assim como ocorreu com as famílias de seringueiros que aportaram na “Paris dos Trópicos⁷” no início dos anos setenta, em busca de emprego nas linhas de montagem e, de novos saberes que possibilitasse compreender o mundo visto além dos Seringais, em tempos contemporâneos buscamos, novos conhecimentos, vivemos uma espécie de sociologia das ausências assim descrita por Boaventura Santos:

Necessitamos de um novo modo de produção de conhecimento em nosso País, quantos estudantes trabalham sobre a realidade de outros países, eles (estudantes de outros países) fazem um trabalho global, nós estamos de certa maneira localizados, o importante não é ver como o conhecimento representa o real, mas conhecer o que determinado conhecimento produz na realidade; a intervenção no real, para levar o homem a lua, o conhecimento científico bastou, mais para preservar a biodiversidade a ciência moderna de nada serve, pois o que vem mantendo a biodiversidade são os conhecimentos indígenas e camponeses. (SANTOS, 2007, p. 20 e 32).

Há necessidade de reconhecer a falibilidade das escolhas, quem somos nós, o que fazemos de nossas vidas? sábias palavras do pensador Edgar Morin, “a Ciência crítica, motivada pela reflexividade, tem por interesse a emancipação dos homens enquanto os outros interesses conduzem a dominação” (MORIN, 2010) tais reflexões são necessárias, através das injunções contraditórias a que todo postulante a prática científica incorre, quando confronta o conhecimento adquirido versus praticado, ainda pelas palavras de Edgar Mo-

⁷ A cidade de Manaus foi um dos maiores símbolos da riqueza do ciclo da borracha na Amazônia, entre o fim do século XIX e início do século XX. Naquela época, Manaus, que foi a primeira cidade brasileira a ter energia elétrica, era chamada de ‘Paris dos Trópicos’. A riqueza desfilava pelas ruas com pessoas em belas vestimentas, feitas de várias camadas de tecidos, inapropriados para o calor tropical. Como os filhos dos barões da borracha eram enviados à França para estudar e voltavam falando francês, a língua tornou-se oficial entre os nobres.

rin, “*É o imperativo: conhecer para conhecer, que deve triunfar, para o conhecimento, sobre todas as proibições, tabus, que o limitam*” (MORIN, 2001) . O caminho da verdade é uma busca sem fim, cabe a cada um a escolha, é tentativa, erros e acertos, errância e itinerância, o que importa é buscar sempre, novas trilhas, novos trajetos, que possam nos levar de volta para casa.

Referências bibliográficas

BATISTA, Djalma. O Complexo da Amazônia. Manaus: Valer/Edua/Inpa, 2007

BAUMAN, Zygmunt. Globalização as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. Capitalismo parasitário. Rio de Janeiro: Zahar, 2010

BÍBLIA, A. T. Provérbios. In BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada Católica: Antigos e Novos Testamentos. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

BOCK, Ana; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi e FURTADO, Odair. Psicologia Fácil. São Paulo: Saraiva, 2015.

CAPRA, Fritjof. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1993.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. Leituras de Norbert Elias: A civilização dos pais. Revista Sociedade e Estado – volume 27, n. 3, 2012.

FOUCAULT, Michel. As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Portugalia, 1996.

GONDIM, Neide. A Invenção da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994

LESSA, Carlos. Quinze anos de política econômica. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. In: A. PENA-VEGA; E. P. NASCIMENTO (Org.). O Pensar complexo. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

- MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.
- MORIN, Edgar. *A Cabeça Bem Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.
- REGO, José Marcio e Marques, Rosa Maria (org). *Economia Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 2003.
- SANTOS, Milton. *Por outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1976.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, *Reinventar a teoria critica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SCOTT, John. *Sociologia: conceitos chaves*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- SILVA, Eliane Alves. *Conquista e Formação Territorial do Estado do Acre*. 2010. Apresentação disponível em: www.amairanet.com.br. Acesso em 10 ago. 2017.
- SUFRAMA. *Superintendência da Zona Franca de Manaus*. Apresentação. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br>. Acesso em 10 ago. 2017.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O albatroz racista: a ciência social, Jörg Haider e a Resistencia*. Coimbra: Cadernos do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Edições Afrontamento, 2000.

As relações entre o pensamento pós-colonial e o homem amazônida

Francisco de Assis Coelho e Pinho

Introdução

O pensamento pós-colonial é uma importante via epistemológica, como um recorte no conhecimento tradicional, e possibilita ultrapassar a fronteira dos arquétipos construídos em torno da ideia de homens e mulheres de dois grupos étnicos (brancos e índios), os quais se encontraram na Amazônia para colocar em movimento uma estratégia de povoamento colonial assegurando a superação do atraso (representado pelo elemento indígena). Na perspectiva colonial, todavia, o homem amazônida, nascido do encontro do europeu e outras raças com os indígenas, não é o representante legítimo de uma sociedade evoluída, mas um instrumento necessário para que ela fosse construída na hinterlândia amazônica.

O viés interpretativo por trás dessa concepção legitimou, e continua a validar, uma sociedade baseada em estereótipos e preconceitos, introjetados pelo próprio homem amazônida que adota uma visão depreciativa e negação de seu próprio valor e identidade.

Este artigo, baseado na desconstrução dessas ideias e conceitos implantados por um processo civilizador exógeno e imbuído de propósitos alheios ao reconhecimento da alteridade representada pelo homem amazônida, toma como parâmetro para discutir o tema o pensamento pós-colonial, considerando a sua importância para uma reconstrução do modo de ver e de pensar o homem amazônida e, sobretudo, para compreender a dinâmica das relações de poder e representações sociais entrelaçadas na definição do ser-na-Amazônia.

O homem amazônida como categoria de análise

Ser ou existir na Amazônia remete a uma questão fundamental: como definir-se enquanto sujeito no mundo e para o mundo tendo como referência o pertencimento a um *locus* específico: a Amazônia.

Uma primeira referência para compreensão do que significa homem amazônida é dada por Fraxe; Witkoski; Miguez (2009, p. 30):

Caboclos, ribeirinhos, caboclo-ribeirinhos, seringueiros. O homem amazônico é fruto da confluência de sujeitos sociais distintos – ameríndios da várzea e/ou terra firme, negros, nordestinos e europeus de diversas nacionalidades (portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, etc) – que inauguram novas e singulares formas de organização social nos trópicos amazônicos. Diferenciada em suas matrizes geracionais, marcada por dinâmismos e sincretismos singulares, a formação social amazônica foi fundamentada historicamente em tipos variados de escravismo e servidão.

A configuração social nascida nesse processo histórico marcado por desigualdades – de poder, econômica, tecnológica – deve ser interpretada não a partir de um viés reducionista, considerando que existe um inelutável avanço de algumas sociedades em razão de um processo evolutivo, enquanto outras permanecem em estágios intermediários ou inferiores.

Essa concepção evolucionista e determinista marcou a perspectiva teórica do olhar antropológico por muito tempo, contribuindo para a criação de interpretações racistas ou impregnadas de preconceito, expresso na ideia da existência de sociedades atrasadas ou primitivas, que deveriam ser incorporadas ao processo civilizador dos europeus, os mais “evoluídos”.

Na obra de um dos primeiros retratistas do homem brasileiro, Euclides da Cunha, fica evidente essa orientação quando afirma, acerca do sertanejo: “[...] é desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. [...]. É o homem permanentemente fatigado” (CUNHA, 2006, p. 118-119).

A tarefa classificatória da ciência antropológica emergente deu origem a uma perspectiva centrada na construção de uma lógica aparente por trás do discurso sobre as diferenças e sua “naturalização”: a evolução está na ordem natural das coisas e como tal é “óbvio” que algumas sociedades estejam à frente enquanto outras, ditas “primitivas” ou atrasadas devem seguir esse modelo civilizatório “superior”, ou melhor, este deve incorporá-las atualizando-as para o bem-estar dos seus membros.

No que se refere ao homem amazônida, foi igualmente importante esse descentramento ou deslocamento interpretativo, pelo qual não é o ser-em-si que constrói o conhecimento e a compreensão do que é ser amazônida, mas o Outro que se coloca em posição “superior”, ainda que se dizendo “isento” para poder analisar e estudar cientificamente a sociedade ou o grupo humano com a qual toma contato.

Alçado à condição de herdeiro dos traços primitivos ou atrasados de uma cultura indígena anterior ao processo civilizador europeu implantado com o projeto colonial na Amazônia, esse homem amazônida é visto como aquele que carrega nos seus traços físicos, nas suas tradições, hábitos e costumes, crenças e práticas diárias essa carga ancestral incompatível com tudo aquilo que é considerado “avançado”, que é a marca por excelência da civilização superior aportada nas terras amazônicas pelos lusitanos e depois por outras levas de europeus.

Mesmo quando não mais vive isolado na floresta, nas margens dos rios e igarapés da hinterlândia amazônica, mas habita os centros urbanos, grandes ou pequenos, da Amazônia, o homem amazônida não deixa de perder essa condição de “elo com o atraso”.

Na cidade, mais do que na floresta, se torna evidente a recusa a tudo o que diga respeito a essa herança, tomando-se como paradigma a modernidade em suas várias formas e discursos: os avanços da tecnologia, a ideologia do consumo, a necessidade de esconder os traços da mestiçagem, sobretudo quando envolve ancestrais indígenas, a preocupação em “embranquecer” a cor da pele por meio da união com mulheres brancas, ainda que uma investigação genética possa mostrar nestas traços insuspeitos, ao simples olhar de sua aparência externa, de uma ancestralidade indígena ou negra produto de um processo histórico de entrelaçamento de raças desde o início da colonização do Brasil.

Trata-se de uma invisibilidade, construída socialmente e autoassumida portanto, a ela referindo-se Fraxe; Witkoski; Miguez (2009, p. 31):

Embora apresentem grandes diferenciações entre si, há um aspecto que se manteve comum entre os grupos sociais da Amazônia – a sua relativa invisibilidade social e política. Atualmente, essas sociedades representam os antagonismos resultantes de um projeto de colonização e formação de uma identidade nacional. Essa colonização se deu de modo diferenciado, em vários momentos da história, por vários grupos sociais.

Subjacente ao discurso da “inferioridade” cultural, para não dizer

racial, proclamada por meio do viés interpretativo da superioridade da cultura e do modelo civilizador europeu nas terras amazônicas e brasileiras, há um entrelaçamento de um modo de ver e pensar o ser-na-Amazônia, em termos de conhecimento elaborado de um ponto de vista reducionista e unilateral do mundo, com uma questão de exercício do poder, inerente ao processo civilizador e aos mecanismos de dominação implantados pelo projeto de colonização na Amazônia.

Discorrendo sobre a forma como a cultura ocidental cria referências para opor entre si diferentes expressões de ser-no-mundo, Bhabha (1998, p. 45) questiona:

Serão os interesses da ‘teoria ocidental’ necessariamente coniventes com o papel hegemônico do Ocidente como bloco de poder? Não passará a linguagem da teoria de mais um stratagema da elite ocidental culturalmente privilegiada para produzir um discurso do Outro que reforça sua própria equação conhecimento-poder?

As análises desse autor mostram que a recusa à diferença, explícita no discurso colonial como condição de “integração” ao processo civilizador, repercute, por outro lado, na identificação daqueles que se mantêm à margem como desajustados, assegurando-se pela imposição de critérios de exclusão a impossibilidade de se reconhecer a diferença como “normalidade”. Impede-se, como afirma Bhabha (1998, p. 117), a possibilidade de “[...] diferença e circulação que liberaria o significante de pele/cultura das fixações da tipologia racial, da analítica do sangue, das ideologias de dominação racial cultural ou da degeneração”.

A condição do homem amazônida é, portanto, perpassada por questões inerentes ao esforço civilizatório iniciado com o projeto colonial lusitano, cuja continuidade, num segundo momento, define o que se denomina de pós-colonial, não menos imbricado à manutenção de estereótipos estigmatizadores e excludentes que incidem sobre aqueles que, na condição de seres-na-Amazônia, sentem-se ligados à terra e, contraditoriamente, vêem-se na condição de invisíveis, sobretudo quando se percebem numa zona “limítrofe”, entre a cultura indígena original e a cultura europeia, esta dita “superior” e, portanto, referência basilar para a integração no mundo moderno.

Castro (2013, p. 463) descreve essas contradições inerentes à existência como ser-na-Amazônia, observando que o homem amazônico

[...] na sua complexidade, habita um mundo que ele sabe não lhe ser conhecido como seu. Habita por concessão, por favor de uma outra ca-

tegoria social, o grupo não menos difuso, hoje em dia, que é dominante colonizador. Da mesma forma, habita uma identidade que somente não é difusa enquanto relação de poder. Nesse cenário, se ocorre o fenômeno da denegação é porque ele se tornou, sempre por sedimentação na intersubjetividade amazônica, o espaço de comunicação possível.

Mais adiante, esse autor refere-se ao modo como o homem amazônida concebe a si mesmo:

[...] constitui uma margem imprecisa e invisível, marcada por uma inexorável tendência à denegação. Não sendo ele, portanto, um sujeito sem identidade, mas sim um sujeito de contraidentidade aceita, sobre o qual pesa uma permanente característica simbólica de negatividade (CASTRO, 2013, p. 463).

Como observa Nugent (2006, p. 34), esse homem amazônida, incorporando elementos indígenas e não indígenas, passou a ser visto como integrante de uma sociedade “não autêntica” e, portanto, sem valor cultural. Essa concepção é adotada e mantida pela sociedade amazônica pós-colonial, reforçada por novos arranjos sociais que continuam a desconhecer o homem amazônida na sua essência e importância.

O pensamento pós-colonial

Embora toda dicotomização possa conduzir a uma perspectiva limitada da realidade, o debate sobre a questão do homem amazônida e seu lugar no mundo moderno implicam em contrapor à construção das concepções históricas tendo como marco o processo civilizador sob os auspícios do projeto colonial lusitano, as perspectivas emergentes após a sua consolidação em novas configurações, as quais delinearão e ainda delimitam o campo das relações entre grupos e culturas na Amazônia atual.

Não se trata de considerar o sentido de pós-colonial em termos de processualidade histórica, como seguimento do projeto colonial lusitano na Amazônia, mas de empregar uma perspectiva crítica que é um meio mais adequado de utilizar o pensamento pós-colonial naquilo que ele tem de importante: a contribuição crítica para apreensão dos sentidos conferidos ao homem amazônida que hoje permeiam o viver coletivo na Amazônia.

Em princípio, o “momento” pós-colonial pode ser associado à intenção de definir de alguma forma o homem amazônida quando, já tendo se consolidado o projeto civilizador, tornou-se necessário desenvolver

[...] o projeto de firmar a Amazônia como região, dando-lhe um indivíduo geral, unificador e caracterizador do caráter social, tal como o indígena funcionara décadas antes para marcar a unidade brasileira e tal como, nesse mesmo tempo, as diversas literaturas regionais brasileiras procuravam firmar seus tipos ideais humanos: o sertanejo, o mineiro, o gaúcho, o baiano, o caipira etc. (CASTRO, 2013, p. 448).

Todavia, adotando-se o sentido crítico, por pós-colonial pode-se entender a busca de novas compreensões e interpretações da condição do homem amazônida, para desconstruir tudo o que fora articulado pelo projeto colonial ou que foi dele derivado para acomodar controvérsias e questionamentos, rumo a um propósito unificador do pensamento para legitimar valores, ideias e posições com relação às condições de existência após a colonização:

As perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das 'minorias' dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma 'normalidade' hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos. Elas formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das 'racionalizações' da modernidade (BAHBHA, 1998, p. 239).

Os referidos discursos ideológicos da modernidade a que faz referência Bhabha, em se tratando do homem amazônida, encerram um viés reducionista calcado na representação que dele se faz no sentido de situá-lo como paradigma do êxito do processo civilizador e do projeto colonial, no sentido de amalgamar culturas diversas e em etapas diferentes de desenvolvimento (de um lado, os indígenas primitivos, e de outro, os colonizadores europeus).

Dessa dualidade oposta emerge, como síntese, o homem amazônida, um produto por excelência do projeto colonial planejado que soube incorporar o conhecimento dos índios sobre a hinterlândia Amazônia e suas peculiaridades para subjugar a natureza e desenvolver uma sociedade moderna nessas terras. Nesse processo, o homem amazônida é identificado como um ente capaz de intermediar culturas diferentes e assegurar a pacificação e a consolidação desse processo civilizador "avançado".

Esse processo histórico não ocorreu de forma linear, nem dicotômica, e tampouco foi pacífico, mas permeado por violências, dissidências, resistências, e não opôs somente brancos e índios, mas também os próprios amazônidas nascidos da união dessas raças, ou ainda entremeados com outras que aportaram na Amazônia.

Como observa Castro (2013, p. 464):

As especificidades e contradições das formas de exploração humana na Amazônia foram muitas, por exemplo, em suas peculiaridades étnicas, como sugere Leonardi ao perceber que na Amazônia brasileira o trabalho indígena foi explorado por brancos mas também por mamelucos, ou mestiços, que, fisicamente, quase não se diferenciavam de seus empregados índios.

A contribuição mais importante do pensamento pós-colonial é, portanto, não descrever ou delimitar novas situações e relações após a colonização, mas, sobretudo, analisar os conteúdos, inter-relações, seus sentidos e significados em num novo contexto, oferecendo assim a possibilidade de pensar e repensar conceitos, ideias e posições antes reconhecidas e legitimadas.

Compreender qual o significado das mudanças, na passagem do colonial para o pós-colonial, permite situar mais realisticamente a condição existencial do homem envolvido nesse processo de transformação, o qual, além de histórico, é geográfico na medida em que todo projeto colonial envolve um espaço territorial específico, no qual se desenvolvem, se configuram e se remodelam sociedades específicas e diferentes no decorrer do tempo.

Para Hall (2009, p. 102-103), o pensamento pós-colonial é uma releitura da colonização e do que sobrevém a ela, como parte de rearranjos globais, transnacionais e transculturais, possibilitando compreender a dinâmica das mudanças a partir de elementos endógenos e exógenos à matriz colonial e suas transformações, os quais incluem os povos ou sociedades colonizadas tanto quanto os próprios colonizadores.

A colonização, como processo complexo, é definida também pelas marcas do poder que se infiltra nas relações e inter-relações, configurando a colonialidade, ou a

[...] a dinâmica do poder dentro mesmo do âmbito local de jurisdição, sob os auspícios de uma concepção hierarquizada da humanidade, naturalizada historicamente para atender aos objetivos econômicos e políticos de um mundo em transformação, em que, indivíduos superiores⁹ exploram, expropriam, negam e se prevalecem da condição, muitas vezes miserável, de seus “inferiores” (PEZZODIPANE, 2013, p. 94).

Com base nessas referências, cabe analisar o contexto e o sentido das relações imanentes ao pensamento pós-colonial com relação ao homem amazônida, a partir da sua condição de ser-na Amazônia, sendo esta o lócus do projeto colonial lusitano.

O homem amazônida à luz do pensamento pós-colonial

O pensamento pós-colonial renuncia às interpretações tradicionais do projeto colonial como um processo histórico de desenvolvimento ou evolução no qual a sociedade amazônica toma forma com base em um padrão de mudanças planejado, e que, no decorrer do tempo, substitui com êxito as culturas e modos de ser e existir na Amazônia elaborados por sociedades atrasadas.

A noção de atraso, como referência de análise, por oposição, ou dualidade, ao avanço, desenvolvimento ou civilização superior, é o produto do entrelaçamento entre o colonialismo, a colonialidade e as novas configurações que definiram espaços relacionais diversos os quais, em seu bojo, conservam os fundamentos de uma concepção enraizada nesse processo de mudanças, a qual se manifesta na forma de estereótipos acerca dos colonizados e seus descendentes:

A noção de sociedades primitivas evoca instantaneamente no espírito do “homem civilizado” o clã, a tribo, a aldeia, a selva africana, a floresta equatorial, o mato. Hoje, unanimemente, permite ver uma comunidade de pequenas dimensões, unida por ligações de sangue, uma comunidade humana esquecida pela história nas profundidades da natureza e garantindo a sobrevivência graças a processos técnicos rudimentares, arcaicos (DIAWARA, 1973, p. 147).

O pensamento pós-colonial refuta a continuidade do pensamento “tradicional”, isto é, daquilo que foi erigido em certeza e afirmação da superioridade da civilização ocidental (europeia) como referência para a colonização, e ainda hoje, para o mundo pós-colonial.

Nesse sentido, Diawara (1973, p. 9) postula que:

O grande paradoxo, o próprio absurdo que, efetivamente constitui o movimento da história de hoje consiste nisto: mesmo quando na pessoa dos seus representantes a raça branca cessou (por falta de provas objectivas) de proclamar a sua superioridade congénita, no duplo plano biológico-psíquico, o fruto da mentalidade branca (baptizada com o nome, que se tornou mágico, de “civilização”) continua contudo a ser apresentado como o único destino digno de todo o homem [...]

O desvelamento dos paradoxos criados pelo colonialismo e suas inflexões nos modos de ser e de ver a si e o mundo, é uma tarefa fundamental do pensamento pós-colonial, particularmente no que se refere ao desenvolvimento de novos saberes pautados em uma outra visão que não a dicotômica

baseada em contraposições: civilizado, incivilizado, avançado e retrógrado, primitivo e desenvolvido.

A essência epistemológica desse conhecimento é descrita por Ribeiro; Sousa; Gasperazzo (2012, p. 72):

As críticas formuladas pelos autores pós-coloniais nascem de uma variante do pensamento pós-moderno em seu movimento teórico anti-fundacional e de descentramento do “sujeito iluminista”, na percepção da incapacidade deste representar a vasta gama de vozes dissonantes que compõem o mundo. Os pós-modernos trazem, portanto, para a cena intelectual as profundas conexões entre saber e poder e põem em xeque a credibilidade de métodos e categorias científicas que, ao se postularem neutros, produzem discursos que ordenam, classificam e hierarquizam as realidades sociais

Nesse cenário, o pensamento pós-colonial revela o que Bahbha chama, com base em Fanon, de desejo pelo que o Outro representa, como ideário a ser buscado. O colonizado (e hoje o homem amazônida) tem fascínio pela cultura, pelos modos, pelo *habitus* europeu que, transcendendo os tempos coloniais, se mantém como referência para a aceitação ou integração numa sociedade que, apesar das mudanças, ainda é essencialmente elitista e culturalmente voltada para a subalternização daqueles que são mais pobres e sem acesso ao poder político. Como observam Ribeiro; Sousa; Gasperazzo (2012, p. 75): “Mímese, estereótipos e discriminação são formas de reinvenção do ‘outro subalterno’”.

Esse é o delírio maniqueísta citado por Bahbha (2007, p. 75), que consiste em criar uma fissura entre o “eu” e aquilo que o indivíduo estabelece como parâmetros para configurar sua identidade, os quais não se encontram nele mesmo e em suas origens ou raízes, mas no que lhe é ditado ou apresentado como ideal e “mais apropriado”.

A crítica do pensamento pós-colonial, portanto, é uma crítica dirigida ao próprio homem amazônida, na medida que ele é e deve ser o único parâmetro de referência para a busca de mudanças na sua condição como ser-em-si e ser-no-mundo. Esse é também um projeto coletivo, pois toda mudança pressupõe um consenso coletivo fundamental, e isso é ainda mais importante quando se trata de considerar os reflexos do colonialismo sobre a forma como o amazônida vê a si mesmo.

Conclusão

O controle social e a subversão da identidade do colonizado, como o homem amazônida o foi por muito tempo, transcendem o tempo pois o que foi idealizado e implantado pelo colonialismo se perpetua ainda hoje na forma como o homem amazônida na contemporaneidade projeta em si mesmo.

O pensamento pós-colonial desvela essa questão em profundidade, demonstrando como a colonização foi um processo sutil de transformação das vontades e das mentes, até o ponto em que os sujeitos colonizados perderam de vista sua própria subjetividade, substituída pelo desejo de ser e de parecer com o Outro, isto é, o colonizador.

O sentido ontológico do ser-na-Amazônia deve ser resgatado, para que se possa superar esse viés interpretativo da condição existencial e social daqueles que, submetidos e integrados a um processo de desconstrução de suas bases culturais e da sua identidade, tornaram-se sujeitos-para-o-mundo (colonial, escravocrata, mercantilista, capitalista) e não “seres-em-si”, enquanto indivíduos capazes de reconhecer a sua essência como entes originais, autênticos e livres.

O pensamento pós-colonial é importante para essa tarefa, pois pode ser entendido como uma contra-ideologia, uma ferramenta auxiliar no caminho para a ruptura com o pensamento tradicional e com formas de conhecimento ancoradas em estruturas de cognição da realidade social originárias do colonialismo e incorporadas a práticas, relações e formas de organização da sociedade contemporânea.

Referências bibliográficas

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CASTRO, Fábio Fonseca de. A identidade denegada. Discutindo as representações e a autorrepresentação dos caboclos da Amazônia. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 56, n. 2, p. 431-475, 2013.

CUNHA, Euclides da. Os sertões. São Paulo: Record, 2006.

DIAWARA, Fodé. O manifesto do homem primitivo. Lisboa: Futura, 1973.

FRAXE, Therezinha de J. Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; MIGUEZ, Samia Feitosa. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. Ciênc. Cult., São

Paulo, v. 61, n. 3, p. 30-32, 2009.

HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite?. In: Liv Sovik. Da diáspora. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 95-120.

NUGENT, Stephen. História e sociedade. Utopias e distopias na paisagem social amazônica. In: ADAMS, Cristina et al. Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo, Fapesp/Annablume, 2006, p. 33-44.

PEZZODIPANE, Rosane Vieira. Pós-colonial: a ruptura com a história única. Simbiótica, Ufes, v. ún., n. 3, p. 87-97, 2013.

RIBEIRO, Adelia Miglievich; SOUSA, Antonio Carlos Rocha de; GASPERAZZO, Marcus Vinícius. O empenho epistemológico pós-colonial e o ponto de vista subalterno em Darcy Ribeiro. Uma proposta de diálogo. Simbiótica, Ufes, v. ún., n.02, p. 71-85, dez. 2012.

O reconhecimento do saber do amazônida ao construir e morar na Amazônia

Gisele Bahia Lins

Introdução

A diversidade dos saberes (não científicos) mesmo contextualizados pela modernidade não possuem a devida visibilidade e valorização. O etnoconhecimento deverá ser difundido, caso contrário, essa diversidade de experiência, não reconhecida pela ciência, continuará a ser invisível, a não ter vez e voz e que poderá cair no esquecimento. O modo espontâneo de construir sua morada visando o seu bem-estar e do meio, com a preocupação em adaptar-se às condições locais indicam uma interação com as particularidades da história, das técnicas construtivas de seus antecedentes e da cultura.

A região amazônica, caracterizada pelo clima do tipo quente-úmido, a forte incidência dos raios solares e a baixa velocidade dos ventos geram uma sensação de calor que se agrava pela alta umidade relativa do ar provocada pela transpiração da vegetação florestal e evaporação das águas da bacia hidrográfica. O amazônida possui a devida familiaridade com as particularidades da região, um alto grau de compreensão e adaptabilidade quanto à diversidade amazônica, sabedoria que pode vir a agregar no comportamento da sociedade contemporânea quando em contato com o ambiente amazônico.

Como os indígenas e seus descendentes sincronizaram suas vidas com o rigor do clima respeitando a vegetação e as variações dos rios, elementos dos quais dependem para sobreviver. A opção dos caboclos ao escolher os materiais naturais para construir seus abrigos, sejam os temporários na floresta, sejam os localizados nas várzeas, sempre apresentando soluções adequadas ao seu meio natural e cultural. Em outras palavras, o conhecimento produzido na região, a compreensão das condições concretas do homem local, suas diferenças e especificidades, demonstram as suas origens a ressignificação de suas identidades.

O “primitivo”

Diferentemente do que pensa Auguste Comte que diz que o preconceito que coloca o ‘mundo primitivo’ no nível mais baixo da escala de evolução... Fodé Diawara diz que ao contrário, tinham uma vida enriquecedora, pois o índio vive da caça, pesca, extrativismo vegetal, agricultura, danças, festas, lutas, rituais religiosos, cerimônias (DIAWARA, 1973). Um modo de vivência desse dito “primitivo” que têm outras formas de ver, pensar e agir - uma relação diferente com as pessoas e com a natureza. O não-índio poderá através do povo tradicional, obter um outro olhar, outras saídas. Um conhecimento diferenciado, importante. Saberes que segundo Marcos Terena, índio brasileiro, dialoga com Morin afirmando:

Porque não ser moderno, não ser desenvolvido, não significa ser culturalmente ou intelectualmente pobre. Porque nós, índios, nascemos com uma sabedoria, um conhecimento, também religioso e espiritual, e quando chegou a civilização nada disso teve valor ou sentido. (MORIN, 2001, p. 23).

O povo tradicional com seu intelecto e sabedoria reivindica uma visão do índio baseada na igualdade para com os demais segmentos da sociedade. O emprego de técnicas primárias que deram atenção à relação com a floresta, com o mínimo de interferência na paisagem bem como as soluções eficientes frente às pressões ambientais da região, o etnoconhecimento no modo de construir e de habitar, adaptando o máximo possível as moradias ao clima, ao solo, às águas e à floresta, ao singular meio em que estão inseridos. Herança de conhecimentos e saberes que segundo Morin:

Existe a herança das tradições de solidariedade que implica integrar e não destruir. Existem múltiplos conhecimentos, saberes sobre o mundo mineral, vegetal e animal que temos que incorporar. Existem artes de viver muito diversas e ricas, inclusive nas pequenas sociedades indígenas... (IDEM, p. 5).

A Amazônia, mesmo sendo parte do Brasil, ainda é vista por muitos, como um lugar de pessoas e costumes exóticos, ideias de um lado permeadas de fantasias relacionadas às exuberâncias da flora e da fauna da região e do outro, os nativos e o clima úmido. A identidade cultural do povo amazônico, mesmo na contemporaneidade com as novas formas de relação de produção, trabalho, moradia e de vivência prevalece ainda seus valores como um povo com características próprias, pois sabem viver e dali extrair sua melhor condição; como cita Stuart Hall sobre esse grupo social que ali vive por séculos:

Tem suas histórias - e as histórias, por sua vez, têm seus efeitos reais, ma-

teriais e simbólicos. [...]. É construído sempre por intermédio de memória, fantasia, narrativa e mito. As identidades culturais são os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história (HALL, 1994, p. 70).

Uma coisa é posicionar um sujeito ou um conjunto de pessoas como o Outro de um discurso dominante. Coisa muito diferente é sujeitá-los a esse “conhecimento” (IDEM). O menosprezo daquilo que é estranho, diferente, o que não é bem entendido, o não entendimento do Outro nos leva a potencializar processos imaginários construídos com base no preconceito e o processo de superação dos indivíduos, muitas vezes se faz em detrimento do Outro, é dessa forma que a identidade vai sendo perdida, deixa os seus valores e cultura e tenta se enquadrar no outro, o que vai enfraquecendo a base de uma mesma história e de seus grupos singulares como o povo amazônico.

A maneira como os indígenas e seus descendentes sincronizaram suas vidas num ecossistema específico que reflete pressões ambientais específicas como o rigor do clima, respeitando a vegetação e as variações dos rios, elementos dos quais dependem para sobreviver. A opção dos caboclos ao escolher os materiais naturais para construir seus abrigos, sejam os temporários na floresta, sejam os localizados na terra firme, sempre apresentando soluções adequadas ao seu meio natural e cultural. A arte de viver do homem da floresta com muita diversidade e riqueza.

A Amazônia é um mosaico ecológico onde se encontram uma grande variedade de floras e faunas, solos dos mais variados do mundo e diferenças climatológicas significativas. As populações da Amazônia reconheceram isso e será necessário que essa sabedoria comece a nos influenciar. [...]. Neste processo será necessário considerar os conhecimentos das populações indígenas e caboclas da região. (MORÁN, 1990, p. 18).

A construção onde antes o amazônida extraía matéria-prima dos recursos naturais oferecidos pela floresta, herança dos primeiros habitantes, materiais entre eles cipós, palhas, fibras e mais comum ainda é a utilização da madeira, onde os caboclos são hábeis no seu manejo e sabem escolher as mais adequadas para cada uso. Tudo que de uma forma ou de outra viesse a proporcionar comodidade e conforto em suas habitações, uma melhor adaptação principalmente quanto ao rigor do clima. Um ajuste de comportamento de acordo com os limites e oportunidades que a Amazônia lhes proporciona.

O dito “primitivo” é detentor de saberes tradicionais, dele devemos sugar conhecimento ancestral incomparável e dar a devida respeitabilidade,

pois vai muito mais além da magia, da lenda e do mito ou o que se entende dela. O “primitivo” tem arte, ciência, matemática, conhecimento, sabedoria, ideologia, como também técnica. Seu modo de agir e viver na Amazônia não visa a destruição e sim transformar, restaurar e integrar. Vive-se na natureza, não se foge dela, confunde-se a ela.

O homem e meio ambiente amazônico

A maneira como o povo tradicional faz o uso da terra, da floresta e das águas em sua vivência cotidiana, as relações entre o homem e o meio ambiente que segundo (IDEM, p. 26). *As práticas e estratégias adaptativas das populações amazônicas constituem riquezas que a ecologia humana e a sociedade devem valorizar, porque podem oferecer soluções à problemática de como compatibilizar o desenvolvimento com a conservação da Amazônia.* Estender os conhecimentos e habilidades técnicas do povo amazônida à humanidade que possui os conhecimentos técnicos.

Uma população humana, num ecossistema específico, apresenta respostas que refletem pressões ambientais presentes e passadas. Quanto maior for o tempo durante o qual uma população habita um ambiente estável, maior será o grau da adaptação dessa população às várias pressões ambientais. (IDEM, p. 31).

Pressões ambientais bem específicas da região como o forte calor, a umidade, as fortes chuvas, as cheias e vazantes. O papel do conhecimento tradicional nas várias particularidades do ecossistema é parte do componente do universo que consiste habitar na região amazônica, relação própria do povo da floresta com o seu meio, desenvolvendo um determinado grau de relacionamento e adaptação com o ambiente. Integrar informações dos campos das ciências sociais e naturais ainda é um desafio nas várias esferas do trabalho interdisciplinar uma dimensão socioecológica do uso dos recursos naturais.

Muito bem adaptado ao meio, o amazônida utilizou/utiliza os recursos provindos da floresta, através do conhecimento adquirido por gerações anteriores, desenvolveu suas técnicas de construir sua habitação de forma que melhor se adequasse às particularidades do clima, como a utilização de palha, madeira e cipó, permitindo uma edificação ecologicamente mais adequada à região. De acordo com Morán:

A Amazônia é um mosaico ecológico onde se encontram uma grande variedade de floras e faunas, solos dos mais variados do mundo e diferenças climatológicas significativas. As populações da Amazônia reconheceram

isso e será necessário que essa sabedoria comece a nos influenciar. [...]. Neste processo será necessário considerar os conhecimentos das populações indígenas e caboclas da região. [...]. Os recentes imigrantes à região amazônica não têm a necessária familiaridade com o ambiente amazônico que possa servir para otimizar nossa adaptação futura à região. Eles tentam reproduzir os seus conhecimentos na região sem atenção às características próprias da Amazônia (IDEM, p. 18).

Como se dá esses ajustes e adaptabilidade do amazônida em resposta às limitações ambientais, o conhecimento das características de suas localidades, sua própria história natural, suas estratégias e tecnologias de construir e habitar, sistemas de exploração de recursos naturais provindos da floresta de forma que não destroem ou degradam a natureza para as gerações futuras. Começar a ver com humildade e com vontade de aprender esses saberes e conhecimentos do homem amazônico, o conservar e desenvolver a Amazônia aprendendo com os habitantes da região sobre a complexidade de seu mundo.

A moradia do amazônida

Preocupações com o meio ambiente devem ser recorrentes ao se projetar e construir. *Aqui o homem vive no meio da natureza mais selvagem: florestas equatoriais. Não existe panteão. Não foge da natureza, confunde-se com ela. A habitação parece mais ser o resultado de uma técnica de camuflagem de que a de uma arte arquitetônica* (DIAWARA, 1973, p. 92), uma maior e melhor percepção da necessidade de adaptação do construído ao meio ao qual está inserido uma maior integração do construído com o entorno - a floresta, um profundo conhecimento sobre a diversidade do ambiente amazônico.

Proteger a edificação do acúmulo de calor no seu interior, das chuvas, do sol intenso, dos insetos, e otimizar a ventilação natural; essas são as premissas básicas a serem seguidas para se obter uma arquitetura adequada ao clima quente-úmido em ambiente com características tão particulares, sem se esquecer, é claro, que o impacto ambiental deve ser o menor possível. Construções em harmonia com o que a natureza oferece, uma atenção e valorização do desenvolvimento, da vivência e da cultura própria do amazônida, segundo o que aborda Morin:

O desenvolvimento da mundialização civilizacional se desenvolve, para o pior e para o melhor: para o pior, acarreta destruições culturais irremediáveis; homogeneiza e padroniza os costumes, os hábitos, o consumo, a alimentação (fastfood), a viagem, o turismo; mas essa mundialização opera também para o melhor porque produz hábitos, costumes, gêneros de vida comuns através das fronteiras nacionais, étnicas, religiosas, rompendo um

certo número de barreiras de incompreensões entre indivíduos ou povos. [...]. Enquanto a noção de civilização recobre essencialmente tudo o que é universalizável: técnicas, objetos utilitários, habilidades, modos e gêneros de vida baseados no uso e consumo dessas técnicas e objetos, a noção de cultura recobre tudo o que é singular, original, próprio a uma etnia, a uma nação (MORIN, 2003, p. 36).

O amazônida dispõe sua casa de maneira a evitar contato direto com o solo (elevam-nas) para evitar a umidade excessiva nos assoalhos, garantir ventilação por baixo dos pisos de madeira e para protegê-las da cheia; utilizam-se da palha, madeira, cipós e outros materiais facilmente encontrados na floresta, usam tanto para cobertura quanto para a vedação (paredes). Uma arquitetura menos agressora, que consiste no uso adequado dos materiais e tecnologias por eles aprendidos por gerações anteriores e que se adequem mais harmoniosamente ao local, uma parte viva da história, costumes e tradições do lugar, ou seja, as figurações do caboclo e do ribeirinho.

Nesse modelo de casa construída de forma rústica, com material extraído da floresta, percebem-se as madeiras dos apoios, a cobertura com palha da palmeira. [...]. No tempo em que todos dependiam da palha para cobrir suas casas, o valor real e simbólico do palhal (área de palmeira) no contexto da área pesquisada era de interação. A retirada da palha – procedimento sociológico/etnoconhecimento – para não danificar a palheira e, posteriormente, a próxima palha a ser colhida por quem dela precisa [...]. O extrator retira a palha que lhe vai servir, tendo o cuidado de não danificar o espigão que é a guia ou talo novo que já vem colado ao espigão/palha principal a ser retirada. Após quatro ou cinco meses, o espigão estará maduro para ser utilizado para cobrir casa. (MATOS, 2015, p. 84).

O povo local que possui uma relevante compreensão da diversidade amazônica, conhecimentos que foram repassados, experiências no uso devido dos materiais, recursos provindos da floresta para construir sua habitação quer em terra firme ou sobre as águas. Como menciona (SALGADO, 2009, p. 27) *“São suas ruas, suas avenidas, seu lazer, seu caminho. Sem dúvida, há uma convivência respeitosa e fraterna entre os amazônidas e as águas...”* A vida e a força das águas são muito presentes para o amazônida, principalmente o povo do interior:

A água confirma mais uma vez, a sua importância na vida amazônica. Ao ser transformada em “terreno” para a construção de casas flutuantes – singelas e inteligentes soluções da arquitetura cabocla, com total adaptação ao meio. Coloridas, subindo e descendo com as águas, encantavam leigos e arquitetos, artistas e engenheiros, que as encontravam à beira da floresta, nos inúmeros paranás, igarapés, lagos e rios do entorno de Manaus. Nesta

cidade, como em toda a Amazônia, no sábio dizer do grande Leandro Tocantins: “o rio comanda a vida” (SALGADO, 2009, p. 27).

O rio pode ser considerado como uma extensão dos lotes das famílias, uma interação e complementação do espaço de morar. Mostra-se como importante para a cultura, história e geografia da região, pois é utilizado como via de transporte, lazer, referencial cultural onde até os dias atuais se ouve sobre suas lendas e mitos. O rio é a obtenção de sua subsistência e para a reprodução social de todas as comunidades ribeirinhas. Tal população que tem um modo de vida próprio é vista por muitos como atrasadas ou primitivas, visões preconceituosas que devem ser banidas do imaginário social, tendo a necessidade do devido respeito a esse modo de viver às margens do rio.

Adaptar a moradia (palafitas) aos períodos de cheia do rio, um verdadeiro diálogo com o ciclo das águas da região, onde suas habitações são erguidas sobre longas estacas de madeira de modo a afastar o assoalho da habitação o mais distante possível do solo, devido ao alto índice pluviométrico evitando assim inundações e que seja arrastada pelas correntezas, sendo percebido as particularidades desse sistema construtivo nas épocas de vazante. *Tudo na “cultura primitiva” traduz no homem mais a preocupação, não de destruir e de transformar a natureza, mas, pelo contrário, de restaurar na sua plenitude primordial e de nela se integrar profundamente* (DIAWARA, 1973, p. 92).

Verifica-se na tecnologia primária do construir do amazônida, a preocupação do homem com a natureza em observar o clima, o terreno e as águas para a construção de sua habitação. O conhecimento sobre o modo de vida das comunidades habitantes da floresta no sentido de mostrar que cada povo possui suas particularidades culturais que também pode ser traduzido pela arquitetura das casas. A identidade para esse modelo de construção, que respeitou e preservou o meio ambiente, retirando das matas apenas o suficiente para as edificações, nada mais além do necessário à sobrevivência dessa população.

Considerações Finais

Um explicar diferente da ciência sobre a arte, as técnicas e o modo de construir do índio e seus descendentes. Fontes de conhecimento que ao serem repassados/reproduzidos mostram que esse povo fez uso de nada mais

além do necessário à sua sobrevivência, revelando que a relação do homem com o ambiente em que viviam era um fato natural e harmonioso que não degradava e não interferia na utilização dos seus materiais por povos posteriores, o conhecimento produzido na região, a compreensão das condições concretas do homem local suas diferenças e especificidades.

Estender os conhecimentos e habilidades técnicas do povo amazônida à humanidade que possui os conhecimentos técnicos. Qualidades, virtudes, artes de viver, modos de conhecimento de construir e de morar na Amazônia, que deveriam não apenas ser salvaguardados, mas também propagados. O amazônida tentou encontrar respostas adaptativas para melhorar o padrão de conforto em suas habitações com o uso correto dos materiais e tecnologias disponíveis que se adequem ao contexto e ao clima amazônico, uma habitação mais harmoniosamente inserida no local, uma parte viva da história, costumes e tradições do lugar.

Preocupações com o meio ambiente e com o clima que devem ser recorrentes ao se projetar e ao se construir; uma maior e melhor percepção da necessidade de adaptação do construído ao meio ao qual está inserido. A aplicação de soluções pertinentes ao conforto, a percepção das dinâmicas sociais e culturais exige que se atente à inovação não deixando de lado as tradições. O fato de se copiar tipos de habitações de outras regiões pode vir a ser menos saudável, não compatíveis com o clima e com pouco ou sem nenhum conforto térmico aos seus usuários, além de não representar a cultura local.

Uma arquitetura menos agressora e menos pautada em padrões importados, mas que consista no uso adequado dos materiais e tecnologias pelos indígenas aprendidos. O estudo da historicidade das vivências e hábitos das comunidades habitantes da floresta, as influências do conhecimento, do saber, do viver e do construir na Amazônia compatibilizando o desenvolvimento com a conservação da floresta. Valores e culturas que enriqueceram os métodos de composição projetual resultando em uma identidade para uma arquitetura própria e condizente com as peculiaridades da região.

Os saberes do índio e do caboclo precisam ser conhecidos e difundidos em sua lógica histórica e cultural do construir e do viver na Amazônia, pois exibem geralmente uma relevante compreensão da diversidade da região e uma melhor adaptação às suas características próprias. Legado cultural que disseminada apropriadamente, poderá vir a agregar no modo de pensar, agir e

construir na Amazônia. Como esses povos souberam integrar o conhecimento desta diversidade na sua forma de apropriação da terra, sem fazê-lo de modo predatório.

Os indígenas sempre foram um povo consciente e reflexivo dentro de sua lógica de organização, profundos conhecedores do ambiente amazônico e suas limitações respondendo às restrições impostas pela região. Se devidamente disseminados terão voz e serão “vistos” pelos grupos dominantes e terem a possibilidade de dialogarem em condição de igualdade, serem ouvidos pela sociedade e terem a perspectiva de ensinar a viver em meio amazônico e conquistar assim, o seu devido espaço enquanto indivíduo e grupo étnico habitante da Amazônia.

Abordar as interações das populações amazônicas dentro do contexto do meio pode representar os aspectos relevantes sobre as respostas adaptativas encontradas frente aos obstáculos impostos pelas particularidades do ambiente. Os mecanismos utilizados pelos povos tradicionais na variedade ambiental, o explorar sem degradar os recursos que os cercam. O apreço ao homem amazônico em seus processos interativos com a natureza é capaz de garantir que a Amazônia seja usufruída de forma estratégica e racional - não destruída e sim conservada e preservada para as gerações futuras.

Não se trata de negar especificamente a ciência, a sua dimensão social no desenvolvimento do progresso, trata-se de mostrar que ela não constitui um mundo à parte, mas de mostrar que o conhecimento do povo tradicional amazônico é portador de saberes obtidos, guardados e repassados por gerações anteriores e que unir o empírico com a técnica moderna pode vir a ser um instrumento importante quanto à melhor adaptação à região, acarretando assim, o fortalecimento da identidade e a manutenção de suas vivências, hábitos e técnicas de viver na Amazônia.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por conduzir de forma magnífica a minha vida. Ao meu esposo Miquéas, que de forma especial e carinhosa me apoia nos momentos de dificuldades. Às minhas filhas Julie e Maria Júlia, que iluminam de maneira especial os meus pensamentos me levando a buscar mais conhecimentos. Aos meus pais Dora e Ricardo e minhas amadas irmãs Suzy e Michele, pelo amor e estímulo que sempre me ofereceram.

Referências bibliográficas

- DIAWARA, Fodé. Manifesto do homem primitivo, Lisboa: Futura, 1973.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1994, (24): 70.
- MATOS, Gláucio. Ethos e figurações na hinterlândia amazônica. Manaus: Valer, 2015.
- MORÁN, Emílio. A ecologia humana das populações da Amazônia. Petrópolis, R.J: Vozes, 1990.
- MORIN, Edgar. Para um pensamento do Sul: diálogos com Edgar Morin. Rio de Janeiro: SESC – Departamento Nacional, 2011.
- MORIN, Edgar. Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- MORIN, Edgar; Kern, Anne-Brigitte. Terra-Pátria. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- SALGADO, Roberta. Manaus 1965 – Da Floresta e das Águas. Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado da Cultura, 2009.

Discursos Políticos de Estigma: processos de deterioração identitária nas redes virtuais no Brasil.

Israel Pinheiro

Introdução

Compreendendo os fios invisíveis em redes virtuais

A compreensão do campo de estudos desse trabalho procura expor fios invisíveis dessa trama virtual que constituem a construção do discurso político do *estigma* em redes virtuais no Brasil, nesse sentido a análise pauta-se necessariamente pelo entendimento que existem espaços virtuais específicos em que produtos coletivos se deslocam em constante processo de trocas de informações e conseqüentemente de valores, constituindo e atingindo um número cada vez maior de sujeitos e reforçando uma estrutura social que manuseia os sentidos ideológicos da realidade.

O espaço do novo nomadismo não é o território geográfico, nem o das instituições ou o dos Estados, mas um espaço invisível de conhecimentos, saberes, potências de pensamentos em que brotam e se transformam qualidades do ser, maneiras de constituir sociedade. Não os organogramas do poder, nem as fronteiras das disciplinas, tampouco as estatísticas dos comerciantes, mas o espaço qualitativo, dinâmico, vivo da humanidade em vias de se autoinventar, produzindo seu mundo. (LÉVY, 2007, p 15)

Esse espaço é um fluxo constante de conexões e desconexões intersubjetivas potencializadas através de discursos e *objetos de sentido* produzidos socialmente. Para tanto a internet se apresenta como uma interface que projeta formas sociais de dominação, sujeição e estigmas. O site, o blog, o canal são espaços que podem ser compreendidos como artefatos por onde fluem sentidos em uma cadeia de produção e reprodução de inteligências coletivas (Levy, 2007). A compreensão da realidade perpassa a uma apreensão conjunta de estímulos e sentidos sociais construídos historicamente. Dessa maneira essa reflexão encontra seu aporte no entendimento que a internet é um aspecto possível de análise da realidade explicitando o fluxo discursivo dentro de cam-

pos virtuais que nos apresentam cosmologias e visões de mundo fundamentais para a compreensão do que se chama *discurso de ódio* ou *processo estigmatizante*.

Na tentativa de entender fenômenos sociais através de relação entre sujeitos e interfaces digitais – internet, computador, mídias digitais, programas de televisão – essa mediação na verdade não se expressa somente a partir de um sentido de comunicação intersubjetiva, mas também na potencialidade subjetiva de ação social.

O computador, como objeto material de relação, se torna ferramenta essencial no século XXI para qualquer tipo de atividade humana, a metrópole informacional como apresentada por Castells (2000), traz consigo também uma mudança de lógica social onde os agentes que compõem a divisão social do trabalho necessitam adequar-se a uma linguagem informática, tendo o computador como instrumento de transmissão e construção de mensagens e informação, no entanto, outros dispositivos eletrônicos interativos têm se tornando essenciais na construção dessa relação, como verdadeiras *gadgets*¹ no avanço de uma lógica social voltada para um mercado de trocas de informação.

Para Lévy (2011), a lógica de trocas de informação é uma marca de nosso tempo, no entanto, ressalta que os processos de virtualização sempre estiveram ocorrendo nas relações sociais entre sujeitos, assim, nesse período histórico assumem uma estrutura diferenciada voltada para o agente detentor da informação. A sociedade em rede nos proporciona uma verdadeira “feira” de trocas simbólicas², onde o conjunto de informação é repassada de um nó para outro dentro da rede, a conexão entre os sujeitos múltiplos e coletivos que compõe a realidade e ao mesmo tempo o que chamamos de virtualidade.

Essa relação pode ser compreendida como extensão entre realidade e virtualidade no constante processo de relação humana, sendo essa relação

¹ Ferramentas mecânicas ou virtuais que auxiliam uma determinada tarefa. O termo é utilizado por Castells para identificar os softwares e hardwares que auxiliaram nos avanços da internet e da computação durante o avanço da tecnológico entre 1970 e 1980. Aqui o uso do termo visa adequar-se ao conjunto de programas e dispositivos digitais que estão inseridos dentro de uma lógica informacional e econômica, como aplicativos, celulares, Ipod, Tablets, laptops, etc.

² Compreende-se que em todas as sociedades as trocas simbólicas se apresentam nas formas de relações e nas estruturas de interação entre sujeitos ou grupos sociais, no entanto, as redes virtuais nos proporcionam uma forma de trocas simbólicas que envolvem aquilo que pode ser entendido como idéia-produto que estão ancoradas em relações formatadas através do instrumento computador que amplia seu escopo através da conectividade em redes desses instrumentos, que em nossa etapa já foi incorporada em celulares e construiu outros instrumentos de convergência dessas trocas – tablets, ipods, laptops – assim como cada período histórico possui seus instrumentos de mediação social, nossa época também apresenta suas armas de relações e embates.

dialética consequente da própria existência. Pierre Levy (2011) indica que não existe uma fronteira rígida entre virtual e real, sendo continuidades e descontinuidades co-operativas entre si. O antropólogo brasileiro Jonathan Dorneles, ao desenvolver seu trabalho de pesquisa através do que ele caracteriza como *mundo on-line* aponta:

De um lado temos o mundo on-line, que é aquele que medeia a interação entre indivíduos virtualmente a partir da mídia digital. De outro lado temos o off-line, que é aquele mundo que medeia a interação entre indivíduos sem o equipamento computador/internet. Esse caso é quando os indivíduos interagem face a face, diferentemente de outro modo, que é a partir da interface do monitor/computador que coloca os indivíduos em interação via Internet. (DORNELES, 2004, p. 249)

Essa distinção é construída, a partir de uma pesquisa pioneira no Brasil, a respeito das relações traçadas por internautas dentro de um chat de bate-papo de Porto Alegre, onde são organizados encontros na cidade, à relação compreendida na pesquisa de Dorneles procura entender dicotomia real e virtual a partir do bate-papo e da cidade de Porto Alegre como campo de ação social destes internautas. Essa divisão entre o campo real – a cidade – da rede – que é o computador – se mostra promissora, no entendimento que as relações traçadas *on-line* são interligadas com as ações *off-line*, interferindo dessa forma no mundo *on-line* novamente.

Essa intervenção pode ser caracterizada como novas formas de interação social que se apresentam a partir das próprias condições da modernidade, dessa forma as relações sociais não se tornam efêmeras, mas realizam na verdade um movimento de consolidação comunitária a partir do reconhecimento das subjetividades coletivas.

No ciberespaço compartilham do mesmo ambiente virtual de interação uma multiplicidade de pessoas, oriundas de diversos estratos sociais, com valores, crenças, tempos e espaços, específicos, passíveis de colisão [...] (DORNELES, 2008, p. 13). No entanto, o salto tecnológico da atualidade torna a existência humana uma relação cercada pela possibilidade de colisão³. A colisão no ciberespaço não ocorre como em nossa realidade, trata-se de uma colisão

³ Nas relações sociais pode levar em consideração que determinados conflitos ou fricções intergrupais tende a ocorrer uma espécie de choque de valores sociais, opta-se por tratar esse fenômeno de conflitualidade ou choque através do que elenco como sendo uma forma de colisão semântica, que tem por objetivo expressar que as relações não são dadas fixamente, mas em um movimento constante que pode ser entendido como fluxo de sentidos onde a ação social dos sujeitos ancoram-se em determinado contexto social, tempo histórico, e/ou evento cultural que impulsiona sentidos essa ação. Ao tratar de Colisão Virtual, estamos tratando de um fluxo ora oposto ora contínuo que proporciona o que observamos como conflito ou processos de deterioração do outro.

virtual onde são colocados em cheque valores, representações, conhecimentos, ou seja, as características essenciais que dão sentido à vida de cada indivíduo. A subjetividade individual se mescla em um conjunto comunitário de ideais que são compartilhados por pares que compartilham uma mesma rede social de afirmação identitária, isso foi percebido por Dornelles (2008) ao desenvolver seu trabalho sobre usuários do Orkut, que apesar do potencial de relação transnacional que a rede mundial de computadores nos proporciona, se cria na verdade uma comunidade localizada que se constitui a partir de um espaço real, no entanto, na presente pesquisa pode-se perceber que as comunidades que partilham um conjunto ideológico também se constroem em um espaço virtual e se articulam ao redor de ideias de reconhecimento de identidades e não de espaços.

Apesar de existir uma comunidade manauara de cristãos, os sites citados rompem esse espaço local, sendo na verdade produtores para diversos espaços reais e tendo agentes de diversos espaços, ou seja, o mundo off-line não é o componente essencial de aglutinação de agentes. Dessa maneira os agentes sociais de produção se aglutinam através de outras características, como o fato de professar uma fé, um conceito de família, uma nacionalidade, uma visão política e econômica de mundo.

Essas características apesar de definirem individualmente cada sujeito que compartilha de um mesmo ideal, nos indica também a potencialidade de um tipo de sociedade, que na verdade é um retrato da própria modernidade. Nesse sentido esse conjunto de características se torna uma identidade coletiva, que é compartilhada por um conjunto de sujeitos dentro da sociedade, quando afirmo que pertenço à *nação verde e amarelo*, estou fazendo referência na verdade que me reconheço nas cores da bandeira brasileira, mas isso pode gerar outras interpretações, que na verdade confio no time brasileiro de futebol, ou que acredito na força da economia brasileira, ou que pertenço a uma classe social específica, como ocorreu em no processo de construção do impeachment da presidenta Dilma, em 2016 no Brasil, onde o *verde e amarelo* ganharam um outro significado em extratos sociais conservadores e que fortaleceram o discurso para a retirada da presidenta.

O espaço virtual é um campo de disputas axiológicas, onde coletividades constroem possibilidades, não se trata de um espaço público onde um conjunto de ideias são apresentadas, mas trata-se de outra dimensão da

existência, na internet os sujeitos projetam uma representação de si e interagem a partir dessa representação. O simulacro virtual de interação permite que uma pessoa tímida nas relações sociais da realidade, possa ser uma pessoa carismática, incisiva e de muitos relacionamentos. Isso não é de modo algum uma simulação distanciada da identidade do sujeito, é em suma outra faceta potencial da identidade dos sujeitos.

Para Silva (2009) a construção social da identidade em um mundo globalizado, em nosso caso dentro de uma concepção de rede, se estabelece a partir dos conflitos estabelecidos dentro de uma ordem que aparentemente seria hegemônica, mas na verdade é composta por discursos plurais em disputas que afirmam ou desconstrói uma determinada visão de mundo, tendo em vista isto, a interação dentro de um campo social virtual traz consigo a possibilidade da construção e desconstrução sem amarras que no mundo real seriam impostas por outros indivíduos, que no mundo virtual pode ser resolvido com um simples clique, evitando coerções que poderiam expor um aspecto congruente de uma determinada identidade.

Nesse sentido o virtual e o real são extensões de um mesmo mecanismo dialógico, esse mecanismo se expressa através da comunicação e das relações intersubjetivas, o campo virtual não é virtual por não se efetivar na realidade, na verdade o campo virtual é parte da realidade social humana, dessa maneira é efetivo da realidade também, já que em nossa sociedade utilizamos a todo momento objetos de sentidos virtualizados, que se apresentam desde as formas mais rudimentares de escrita até a equações complexas, em desenhos na caverna até interfaces gráficas de alta resolução.

Os problemas de identidades deterioradas.

As raízes dos processos de perpetuação discursos de intolerância se encontram em um tipo de ideologia demarcada também pelo processo de produção vigente na modernidade, isso quer dizer, delimitada pelas ideias vigentes da classe dominante ou grupos dominantes, assim encontra-se os processos a respeito do *estigma*. Como propõe Goffman (2004), o termo estigma se apresenta com uma dupla relação de sentidos, em um determinado caso um grupo social estabelece sobre um indivíduo barreiras de relação social, através de características pré-estabelecidas que constituem processos de distinção, nesse caso o sujeito não pode atuar junto ao grupo pois a característica stig-

matizada é o que define sua identidade social, que encontra dessa maneira em desacordo com aquilo que o grupo considera importante e necessário, assim um sujeito homossexual se torna estigmatizado diante uma sociedade onde o discurso heteronormativo estrutura-se de forma hegemônica, não lhe permitindo acessar os mesmos direitos de um sujeito heterossexual, assim mesmo o direito a vida não é preservado por conta dessa condição estigmatizadora, criando uma identidade deteriorada em relação aos “normais”, por consequência o estigma também marca o diferente dentro da sociedade, a possibilidade alternativa em relação ao que está estabelecido, a sua própria existência significa a possibilidade de outra realidade.

A teoria de uma identidade deteriorada⁴ nos remete tanto a impossibilidade da construção desses sujeitos de novas possibilidades de identidades, impedidas de constituir novas realidades pelo grupo que detém um determinado domínio de meios de produção simbólica, levando a um processo de petrificação, onde a categoria social de identidade dos sujeitos estigmatizados ficam petrificadas temporalmente e espacialmente, dentro daquilo que é imposto pelo grupo de “normais”, o debate aqui não se situa no que é considerado normalidade, mas na normatividades imposta por grupos em interação nas redes virtuais, onde existe uma luta pela autodeterminação de um si individual e de um eu coletivo como reação a esse processo de deterioração da identidade.

A constituição de autodeterminação por um determinado grupo estigmatizado pode ser entendido como um processo de enfrentamento ao grupo “normal”, dessa forma a definição de um movimento LGBT em uma sociedade heteronormativa gerado de um processo de não reconhecimento da identidade e da intersubjetividade, se constrói a possibilidade de transformação do que é estabelecido, do mesmo modo o movimento feminista se apresenta como um processo de ruptura com os padrões pré-estabelecidos para as mulheres ao longo de uma normatividade patriarcal, onde o grupo masculino detém sobre si o poder de definição da identidade feminina. Este grupo acaba se tornando o “outro” ontologicamente construído pelos grupos que estão em luta pela hegemonia do poder simbólico na sociedade.

Tendo em vista isso se é construído uma gramática ética e moral para regimentar as identidades dos *outros*, esse conjunto de estruturas com-

⁴ O conceito de identidade deteriorada é desenvolvido por Goffman (2004) como resultado do processo de estigmatização, dessa maneira quando um grupo nomeia determinadas características negativas ou estabelece discurso de intolerância contra outro grupo, constitui uma identidade deteriorada, que acaba classificando o sujeito em segundo plano.

postas por objetos de sentidos que necessitam ser impostos, afirmados e assimilados de forma autoritária e violenta para que os estigmatizados possam estabelecer categoricamente dentro da lógica hegemônica. Esses aspectos geram dessa maneira os processos de intolerância, produzindo dessa maneira um discurso que válida as ações dos sujeitos.

Axel Honnet (2003) chama essa condição de formas de reconhecimento recusado, gerando dessa maneira um conjunto de possibilidade de lesão da identidade do *outro*, com ofensas e desrespeitos, no entanto ainda se perpetua a possibilidade de reconhecimento, acredito que nos processos de intolerância a possibilidade de reconhecimento é anulada pela própria auto-determinação do grupo agressor, pois não existem objetos de significado que possam concatenar ou mediar às relações, já que o reconhecimento do *outro* denota o potencial de esfacelamento da própria identidade. Consequentemente os objetos de sentido do grupo agressor estão baseados na nulidade do *outro* e consequentemente na extinção dessa ameaça em potencial, não deixando alternativa ao *outro* se não resistir e procurar mecanismos de enfrentar as violências impostas, dessa maneira cessar os processos de ódio, mesmo assim as marcas da violência sofrida não serão apagadas.

[...]essa experiência de desrespeito não pode variar simplesmente com o tempo histórico ou com o quadro cultural de referências: O sofrimento da tortura ou da violação será sempre acompanhado, por mais distintos que possam ser os sistemas de legitimação que procuram justificá-las socialmente, de um colapso dramático da confiança na fidedignidade do mundo social e, com isso, na própria autosssegurança. (HONNET, 2003, p. 214)

Há diversos níveis de *estigmatização* social que contribuem para a desqualificação das identidades dos *outros*, no entanto, a violência física e psicológica acabam por deixar marcas na própria construção da autoimagem dos sujeitos, dessa maneira promovendo a construção de estratégias de resistência por grupos deteriorados. Essas estratégias compõe a construção de espaços de sociabilidade que permitam o desenvolvimento livre das identidades de grupos sociais estigmatizados, assim nos espaços de segregação os sujeitos procuram estabelecer mecanismos de resistência às violências impostas, reafirmando a si em detrimento aos ataques simbólicos empreendidos por outros. Pode-se situar como exemplo disso as *Marchas das Vadias*, em abril de 2011 realizou um protesto na cidade Toronto no Canadá, quando um policial que ministrava um curso de segurança na Universidade afirmou que as mulheres teriam menos

chance de serem estupradas se parassem de se vestir que nem vadias, consequentemente gerando protestos na cidade pela afirmação. A ação do policial é na verdade consequência do estabelecimento de uma normatividade sobre o corpo feminino, em como se vestir e se comportar, como estratégia os grupos femininos utilizam o termo Vadia que foi de forma negativa imposta por uma cultura machista para romper com o moralismo e a normatividade masculina, construindo dessa maneira mecanismos de reconhecimento, já que todas as mulheres sofrem constrangimento e ameaças físicas diariamente independente da roupa e do comportamento, apenas por serem mulheres.

Os processos de ódio são estabelecidos por grupos agressores que sentem sua identidade ameaçada pela existência do *outro*, recusando reconhecer a identidade dos estigmatizados como possíveis, dessa maneira, o fio condutor dessa pesquisa se fundamenta na compreensão dos discursos políticos que envolvem os processos de ódio constituídos como estratégias por grupos agressores em relação a um conjunto de sujeitos estigmatizados na sociedade brasileira, compondo dessa maneira minorias que se apresentam como alternativa a normatividade vigente.

Do Riso ao Escárnio

Procurou-se inicialmente selecionar dentro do campo social de redes brasileiras aqueles blogs, canais e sites que tinham a possibilidade de maior interação de agentes, no entanto, pôde-se observar que a variável número de visitantes muitas vezes não reflete a potencialidade de interatividade desses sites dentro das redes virtuais a qual os se encontram inseridos.

Durante as pesquisas preliminares, a página *Homem de Bem* aparece potencialmente como um dos produtos com intensos discursos de ódios contra grupos feministas, homossexuais e negros no Brasil, incentivando inclusive o *estupro corretivo*⁵, essa página aparece nas rede virtuais expondo imagens de mulheres sendo amarradas, espancadas e colocadas em situação de humilhação e submissão, mesmo não tendo um número grande de visitantes, surge na esfera pública virtual por conta de seu conteúdo violento, sendo denunciada e sendo pauta de debate em diversos fóruns na internet.

Esses tipos de produtos que são impactantes geram também a cons-

⁵ Estupro Corretivo é uma espécie de abuso sexual que visa corrigir um comportamento desviante de uma mulher, ou seja, o discurso machista propõe que o estupro corretivo serve de meio punitivo para que as mulheres se submetam ao padrão de feminilidade estabelecido a elas por uma sociedade patriarcal

trução de outros discursos de ódio, principalmente em páginas mais antigas que já contém um discurso violentador subjacente, muitas vezes latente. Esses produtos geram refração dentro do campo de pesquisa, revelando na verdade que o discurso de ódio é expresso a partir de reproduções prévias fora das redes virtuais. Sendo as redes virtuais o espaço de potencialização dessas ações sociais.

Pôde-se identificar cerca de quatro grupos majoritários de antagonistas em relação aos sites, seriam estes as mulheres feministas, militantes da causa LGBT, população negra e indígena lutando por políticas de ação afirmativas e militantes de esquerda – comunistas e anarquistas em sua maioria. A constituição desses grupos como alvos de discurso de deterioração de identidades coletivas é o mote central de alguns sites, apesar de não serem apresentados de forma explícita, os discursos tendem a apresentar elementos particulares na medida em que são produzidos ou se aproximam de determinadas estruturas de valores.

Para tanto, realizou-se a partir das observações coleta de dados envolvendo tanto hipertextos produzidos coletivamente, através de comentários em posts⁶, através de imagens reproduzidas por esses produtos e em alguns casos mídias como vídeos e zines que advinda dessas páginas, em primeiro momento dessa pesquisa estabeleceu-se uma análise prévia do conteúdo dos dados coletados, nessa etapa da pesquisa inicia-se a sistematização desses dados para compreender dessa maneira a posição política estabelecida pelos grupos em relação a si e em relações a outros.

As seleções dos produtos midiáticos, nesse caso caracterizados de sites, blogs, canais de vídeo que concentram em si um conjunto de informações e fazem parte de uma rede de outros produtos que trocam entre si informações afins, os sites escolhidos são na verdade nós informacionais (CASTELL, 1999) que estabelecem uma interatividade com outras redes de interação social e de troca de informação. Os produtos escolhidos foram 1) *ADHT: Defesa Hetero. Org* ; 2) *Garotas Direitas: um blog para garotas de valores, que sabem conciliar beleza e inteligência*; 3) *Homem de Bem: Contra a escória gayzista, limpando o lixo feminista, destruindo a imundice ateísta.*; 4) *Mulheres Contra o Feminismo*:

⁶ Posts são na verdade mecanismos de produção discursiva a partir da exposição de um hipertexto. Por exemplo quando alguém nas redes escrever uma mensagem e compartilha, se torna um post, quer seja em uma página ou em redes sociais, o post na verdade é uma espécie de publicação virtual, que ao invés de ficar exposta em uma parede, fica em um espaço virtual, que pode ser desde um blog, até mesmo um mural virtual de recados individual

Orgulhosas e Feliz de sermos mulheres; 5) *Orgulho de Ser Hétero: um site de humor masculino*; 6) *Orgulho 32 Carecas do Brasil*; 7) *Mulheres e Homens Unidos a Favor da Família e da Justiça*; 8) *Parada Hétero Brasil*; 9) *Homens Brancos*.

A coleta de dados se pauta na construção hipertextual de diversos sujeitos, gerando dessa maneira uma construção textual coletiva não coordenada que é desenvolvida de forma estrutural pelas próprias regras dos produtos construídos, por exemplo, em blogs se acompanha comentários deixados abaixo de posts, em páginas de rede sociais, acompanhando a discussão de modo mais dinâmico, tendo comentário e resposta em cima de comentários de diversos sujeitos. A intenção não é analisar individualmente cada sujeito e ator que compõe o hipertexto, mas compreender o discurso coletivo que é produzido e expressado nesses espaços virtuais.

Nesse sentido identificou-se o público alvo, como os produtores se afirmavam, o público objeto de deterioração, matriz político ideológica de reconhecimento e a motivação da tomada de decisão de construir um site. Esses conjuntos de informações foram retiradas da apresentação das propostas dos sites pela recorrência em afirmar um público alvo que alguns dos produtos midiáticos tenderam a apresentar.

Sites	Público Alvo	Motivação	Antagonistas	Matriz Político Ideológica	Produtores
ADHT: A Defesa Hetero	Cristãos	Proteção da Família	Movimento LGBT	Cristianismo Conservador de Direita	Pastores
Mulheres e Homens Unidos	Cristãos	Proteção da Família	Movimento LGBT e Feministas	Cristianismo Conservador de Extrema Direita	Não identificado
Garotas Direitas	Mulheres	Conservar padrões de feminilidade	Esquerda, Feminismo e Público LGBT	Neoliberalismo Conservador	Mulheres de classe média
Mulheres contra o Feminismo	Mulheres	Antifeminismo	Feminismo, Cultura Popular e Comunismo	Neoliberalismo Conservador	Não identificado
Orgulho de Ser Hétero	Homens	Humor Masculino	Feministas e Público LGBT	Cultura Masculina	Homens
Parada Hétero Brasil	Homens	Proteger a Heterossexualidade	Feminismo, Público LGBT e Esquerda	Heteronormatividade Estrutural	Homem
Homens de Bem	Não identificado	Discurso Violento contra minorias	Movimentos Sociais	Fascismo	Não identificado

Orgulho 32	Nacionalistas	Publicidade Nacionalista	Punks e Movimento LGBT	Conservadorismo nacionalista (FASCISMO)	Carecas do Brasil
Homens Brancos	Brancos	Supremacia Branca	Movimento Negro	Neonazismo	Nazistas

Tabela 1 - Quadro Político Ideológico dos Sites

O quadro acima apresentado parte de um conjunto de produções, no formato de postagens e artigos que visam deteriorar um grupo social ou vários grupos sociais, que de alguma forma ameaçam as perspectivas dos objetos de sentido de grupos hegemônicos. Essas construções perpassam determinados valores, além de posições políticas estabelecidas, que visam reificar uma determinada interpretação da realidade, o perfil dos produtores em alguns casos está explicitamente apresentado, mas em outros casos o anonimato serve de subterfúgio para expressar os discursos agressivos, que poderíamos classificar como discurso de ódio.

Há estruturas sociais que delimitam as produções dependendo do público alvo, enquanto *Garotas Direitas e Orgulho de Ser Hétero* constroem seus discursos de modo sofisticados e buscando pautar através de opiniões livres ou piadas. No outro extremo dentro da mesma rede, *Homem de Bem e Homens Brancos*, expressam de modo aberto o sentido de deterioração de determinados sujeitos.

Apesar de não ter exata noção do que é a direita, o povo brasileiro é conservador de forma intuitiva - quer menos impostos, mais liberdade, menos intervenção do governo, e apesar de boa parte da população se deixar levar pelo assistencialismo, a maioria não quer viver de bolsa família pelo resto da vida (Garotas Direitas, 3 de Janeiro de 2014)

O trecho é retirado de uma análise retrospectiva feita pelo blog, no início do 2014, ao afirmar que o *povo brasileiro é conservador de forma intuitiva* busca afirmar a posição conservadora como sendo um posicionamento majoritariamente vigente, ou seja, trata-se de valores que se encontram impregnados no seio da sociedade brasileira. Consequentemente a autora estabelece uma distinção entre uma maioria que conserva valores e uma minoria que não compartilha esses valores, uma minoria que, de acordo com seu discurso, busca *privilégios*.

A conquista desses *privilégios* ocorre em detrimento de perda de direitos desse grupo social majoritário, a exemplo disso, ao analisar o progra-

ma de cotas estabelecidas pelo governo, analisa este de forma negativa, sendo um programa que não incentiva a população se esforçar por um objetivo, sintetizando seu descontentamento em um bordão do governo atualizado por sua análise. *Brasil é um país de todos – menos dos que se esforçam, trabalham, tentam se manter sem ajuda do governo, pagam suas contas, estudam em boas escolas e não são adeptos do coitadismo*⁷.

O Orgulho de Ser Hétero, se autodenomina uma página de humor, entre os assuntos abordados em suas postagens envolvem o significado de ser homem, perigos da friendzone, ataques aos movimentos LGBT e Feministas, em um conjunto de vídeos, fotografias, imagens e montagens que ressaltam um tipo de Cultura de Masculinidade.

A página se utiliza da imagem de homens famosos, como o ator Charles Sheen e Clint Eastwood como figuras masculinas que dão conselhos recorrentes como ser homem e o que fazer com mulheres interesseiras, piranhas, vadias e que te colocam em friendzone. O termo friendzone trata-se da relação que é traçada entre um homem e uma mulher sem interesse sexual, onde ambos se encontram em uma “zona da amizade”, termo se sustenta ao longo do site em uma espécie de guerra dos sexos, onde a afirmativa de que um homem não pode ser amigo de uma mulher.

Em ambas as páginas o conteúdo construído visa deteriorar grupos específicos da sociedade, no entanto o fazem de formas em que do discurso não seja visto de forma agressiva, ou seja, indicando uma dupla mensagem na construção, ao mesmo tempo que é uma piada é também um mecanismo de controle, ao mesmo tempo que é uma “opinião expressa” – um desabafo – é também um ataque direto ao reconhecimento de outras identidades. Há uma tentativa de produzir um tipo de sociedade em que os valores defendidos por essas páginas possam ser perpetuados sem um dano semântico aos objetos de sentido elaborados por estes, como tipos familiares e orientações sexuais – em boa parte Heteronormativas, formas de consumo – moda, carros, videogames, livros – e principalmente formas de comportamentos – como ser homem e como ser mulher.

Já o Blog *Homens de Bem* surge em 11 de Setembro de 2013, sob o lema *Desmascarando os males do esquerdismo, gayzismo e do feminismo*, busca delimitar explicitamente grupos sociais dentro da sociedade brasileira, entre eles a população LGBT, Negros e Negras, Mulheres entre ativistas dos direitos

⁷ Garotas Direitas, 11 de janeiro de 2014.

de animais, ou que considerados de esquerda. Em uma postagem de inauguração do blog, busca demonstrar que pessoas de orientação sexual homoafetivas seria os responsáveis por *orgias e a destruição da sociedade*.

Os homossexuais são naturalmente promíscuos, um sujeito que não honra nem o seu próprio orifício anal é incapaz de honrar. Não existe amor gay, já que o amor verdadeiro é um valor moral e homossexuais são seres amorais. Se você leva uma fora de mulher na balada é porque não está tendo uma atitude masculina, e se não consegue ter uma atitude masculina é porque foram criadas leis que te oprimem favorecendo um tipo de homem afeminado, mais propenso ao bissexualismo. O objetivo de longo prazo dos gays é fazer com que as sociedades futuras se tornem homossexuais, para isto as mulheres estão sendo doutrinadas a repudiar o home típico, trocando por um sujeito afeminado aos moldes de Justin Bieber. (Homens de Bem, 11 de setembro de 2013)

Nessa postagem o ataque é direto, visando demonstrar que os homossexuais são sujeitos de segunda categoria e doutrinam o movimento feminista para estabelecer suas diretrizes de sociedade, nos comentários desenvolvidos ao longo da postagem, uma pessoa afirma inclusive *Homossexuais são uma aberração da natureza, culpa de um Estado Esquerdista que não deixa a evolução natural acontecer*.

O blog aponta inclusive que se os homossexuais desaparecessem da face da terra, não seria problema algum, pois há gastos demais com o combate a AIDS. *Bilhões são gastos em pesquisa na cura da AIDS, sendo que o grupo que mais responde pela propagação desta doença é o grupo homossexual*. No dia 15 de setembro, uma segunda publicação, após diversos ataques a primeira publicação ele passou a ser alvo de debates em diversos grupos da internet, o título dessa publicação era *Eu como minhas alunas de mestrado*.

Eu como minhas alunas de graduação, e como outras vagabundas da Universidade. Todas estas patricinhas universitárias são vadias sujas que não valem nada mais que uma foda. As minhas colegas doutoras são umas retardadas parasitas acadêmicas que só cresceram pois dormiram com as pessoas certas. Eu sou um self-made-man. Eu conquistei tudo que tenho hoje graças a suor e esforço. E é por isto que eu criei este blog, pois vejo que a maioria de adolescentes está gastando sua vida, desperdiçando seu tempo escutando mimimi de vagabundas, gastando seu dinheiro com baladas ao invés de livros. Eu estou aqui para mudar sua vida rapaz. Em 1 ano, você irá comer qualquer vadia que quiser, irá entrar na Universidade que quiser, e irá ter o que quiser (Homens de Bem, 15 de setembro de 2013).

A ideia da postagem é criar um estereótipo a ser seguido, foi isso que o autor da página buscou demonstrar, dessa forma trazer mais pessoas

que concordam com ele para curtir a página, a afirmação de homem no topo do mundo, rico e com acesso as mulheres, retrata o modelo heterossexual a ser assumido como acima de qualquer outro, colocando em segunda categoria qualquer outra forma de expressão sexual, bem como o gênero feminino, esse homem acima do mundo. Para, além disso, com o direito de poder fazer o que quiser na sociedade, no dia 24 de outubro, depois retornar no Ar, o blog colocar a artigo chamado *Penetração corretiva de lésbicas*. CURA-GAY.

A postagem fala que mulher é *para ser feita de saco de pancadas*, incentivando como cura gay o estupro corretivo, afirmando que é um direito natural do homem branco fazer isso para colocar as mulheres lésbicas em seu devido lugar para impedir dessa forma o avanço de um Estado esquerdista que visa acabar como homem hétero, informa ainda que não existe estupro que na verdade é um acerto de contas.

É sua obrigação sabotar o estado matriarcal. E é seu DIREITO fazer a penetração corretiva em lésbicas. Nos nossos próximos posts ensinaremos a abordagem e como meter de com força e estourar as pregas dessas delinquentes (Homens de Bem, 24 de outubro).

O grau de violência do discurso empregado visa demonstrar como a mulher é negativa em relação ao homem branco, nesse sentido a tática não se trata somente da deterioração da identidade, mas de táticas de terror e extinção da vida, para tanto, valha-se de diversos termos como matar, estuprar, espancar direcionados a violação do corpo feminino, em grande medida buscando infligir dano, isso pode parecer óbvio, quando o discurso está tão escancarado dessa maneira, mas não o é quando mais sofisticado ele for.

Nesse segundo conjunto de exemplos, a disposição para o incentivo de deterioração da identidade do outro ocorre de modo explícito sem mensagens dupla, em um discurso inteligivelmente agressivo, como o uso de imagens que possam impactar o leitor, envolvendo sempre cenas de violência contra grupos específicos.

Ao todo, poderia afirmar que existem na forma de tipos ideais cinco estruturas de valores que permeia o conjunto dos blogs, páginas e canais estudados. 1) A Cultura de Masculinidade; 2) Estrutura de Dominação Heteronormativa; 3) Valores Neoliberais Conservadores; 4) Fundamentalismo Religioso Judaico-Cristão; 5) Relações Raciais Etnocentradas Brancas. Esses tipos ideais que se apresentam neste trabalho são como plataformas de sentidos que amparam o conjunto dos discursos ao longo do conjunto de blogs estudados.

Essas estruturas são interseccionadas entre si, compõe diversos conjuntos de ação nas redes virtuais estudadas, que constituem artefatos coletivos de inteligência, ou seja, que delimitam visões de mundo e perspectivas de sociedades, eles compõem círculos discursivos concêntricos que emanam valores nas diversas direções, dependendo da página, comunidade, grupo, chat tendem a condicionar os discursos de determinada maneira que visam estabelecer a posição política do estigma nas redes virtuais.

Ao tratarmos da sociedade brasileira, estamos buscando uma abstração necessária para exemplificar um conjunto de reivindicações jurídico-burocráticas, em um território específico e partir do conjunto linguístico particular, tendo isso em mente, analisar as posições políticas de produtos midiáticos dentro deste conjunto que representa a sociedade brasileira, se trata de analisar perspectivas de sociedade em um fluxo de colisão, de um lado grupos sociais que ancoram valores, sentidos e representações em determinadas estruturas e do outro lado grupos sociais em uma luta por reconhecimento de valores, sentidos e representações a partir de reivindicações de direitos sociais.

A colisão semântica que ocorre nas perspectivas de sociedades tende na medida em que seus agentes e atores se apresentam nos espaços públicos de disputa por direitos, se agravar na medida em que os grupos sociais estabelecidos sentem-se ameaçados de alguma forma por aqueles que deveriam ser estigmatizados.

Essa disputa é mais profunda, ela atinge o âmago dos sentidos de individualidade dos sujeitos, pois representa *a queda de um mundo sobre suas cabeças*, as lutas desses grupos representam uma mudança de perspectiva da sociedade que não pode ser considerada pelos sujeitos que detêm o discurso oposto, levando a um processo de não-reconhecimento do outro e ainda de uma cristalização identitária que aprisiona os sentidos e não permite uma comunicação entre os sujeitos.

A disputa que se encontra no momento na sociedade brasileira representa não apenas uma disputa por democracia ou por direitos, mas por perspectivas de sociedade que pode “ameaçar” a diversidade necessária de grupos para compor uma sociedade democrática de fato, na medida em que os sujeitos não conseguem se comunicar, resta à colisão semântica entre si, que proporciona um conjunto de fluxos discursivos que são entendidos como discurso de ódio, mas que contém em si além desses aspectos afetivos, racional-

dades instrumentalizadas que adéquam à realidade. O campo virtual se torna uma arena de disputa, que tende a se efetivar em outros espaços, nas relações cotidianas, dentro das instituições públicas, no seio da igreja, nos espaços de trabalho e moradia, aspectos importantes que permeia a vida social dos sujeitos e que tornam possível a manutenção de sentidos.

Referência bibliográficas

CAMPOS, Ricardo (2011), “Imagem e tecnologias visuais em pesquisa social: tendências e desafios”, *Análise Social*, 46, 237-259.

CASTELLS, Manuel. A construção da identidade. In: O poder da Identidade. São Paulo, SP: Editora Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em Rede. Vol 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2003

CASTELLS, Manuel. Redes de Esperança e Indignações. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2013

DORNELLES, Jonatas. Antropologia e Internet: quando o “campo” é a cidade e o computador é a “rede”. In: Horizontes Antropológicos, vol 10, n.21, p.241-271, 2004

DORNELLES, Jonatas. Vida na Rede: uma análise antropológica da virtualidade. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991

GOFFMAN, Erving. Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Editora Coletivo Sabotagem. 2004

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed 34, 2003

LEMONS, André (2008), *Cultura das redes: ciberensaios*. Salvador: EDUFBA.

LEVY, Pierre. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo. Edições Loyola, 2007

LÉVY, Pierre. O que é virtual. São Paulo: Ed 34, 2011.

SILVA, Sérgio Luiz Pereira da. Sociedade da diferença: formações identitárias, esfera pública e democracia na sociedade global. Rio de Janeiro, Rj. Maud X;-FAPERJ, 2009.

THOMPSON, John B. Mídia e Modernidade: uma teoria social da mídia. Rio de Janeiro, Vozes. 2012

Intelectuais e o pensamento social na Amazônia

Joaquim Onésimo Ferreira Barbosa

A Amazônia no imaginário social

O escritor e crítico literário Péricles Moraes, ao dissertar sobre os intérpretes da Amazônia, destaca que a Amazônia não é objeto de estudo para o olhar medíocre. Segundo o crítico, para estudá-la e desvendá-la, o pesquisador precisa “*ser dotado de um talento verdadeiro, auxiliado com todas as forças do espírito e da vontade, além de possuir, simultaneamente, a faculdade de perceber [...] as circunstâncias particulares e sensíveis que lhe explicam as influências passadas e presentes*” (MORAES, 2001, p. 19). Moraes vê a Amazônia além das matas e dos rios, e assim como Moraes, muitos outros intérpretes compreendem-na no seu conjunto de diversidade biológica, hídrica, geográfica, populacional, econômica, histórica e cultural, e, além disso, no conjunto de suas credences, dos seus mitos, estes que povoam os rios e as matas, e fazem deles sua morada; destacam que há uma Amazônia imaginada, aquela descrita pelos viajantes europeus que por ela passaram, levaram impressões e narraram em seus diários de viagem o que viram ou ouviram – de Pinzón a La Condamine, de Alexandre Rodrigues a Elizabeth Agassiz, mesmo pelos brasileiros, como Euclides da Cunha e Mario de Andrade, em suas andanças, no início do século passado.

Olhar apenas com o fim de vislumbrar esse complexo que é a Amazônia não basta, o presente se explica também e, principalmente, quando se busca entender o passado, raízes de sua história, percursos trilhados, espaços conquistados, até mesmo com mitos desfeitos, mas nunca negados. O pensamento precisa franjar as vicissitudes do *entre* rios e matas, do *entre* espaços em que permeiam o natural e o sobrenatural, o sagrado e o profano, o ouvido e o vivido, o dito e visto, e aventurar-se na desmedida que o mundo amazônico permite trilhar para ser re-des-construído, pois a Amazônia, longe do olhar que busca captar as sutilezas do sobrenatural, mítico, resquícios do *El Dorado*, invenção do europeu, não se desvenda pela curiosidade e na superficialidade

de, como bem nos lembra Péricles Moraes, ou sequer pode ser subjugada aos espaços de uma invenção explicada por Neide Gondim (2007), mas somente quando é percebida, entendida e interpretada no todo, nos seus tantos vieses, no seu complexo, como Djalma Batista a vê e a interpreta. Essa Amazônia que, no ver de Teixeira, foi construída pelo olhar estrangeiro e é oriunda da junção de vestígios das mais variadas origens, dos portugueses e espanhóis, que “*puseram em dúvida os poderes dos pajés e a veracidade dos deuses, eles: os Dessana, Tukano, Baniwa, Sateré-Mawé e seus demais parentes, tornaram-se desconhecidos para eles mesmos e inclusive perderam a intimidade e a cumplicidade com que conviviam entre eles e com o cosmos*” (TEIXEIRA, 2015, p.11).

Muitos têm pensado a Amazônia – dos vários ângulos, nos diversos olhares, exógenos e endógenos, que abarcam em particularidades, as silhuetas de um território ainda a ser desvendado nas suas nuances –, nos seus vieses como o labirinto dos rios que entrecortam a vastidão verde que é essa ainda vista, no risco de imagens preconcebidas, como “*Paraíso perdido... eldorado... inferno verde... [...] imagens extremadas historicamente construídas sobre a Amazônia [que] se reproduzem hoje com novas feições e intensidade*”, com nos faz ver Berta Becker (1997, p. 7).

Os vários discursos que se construíram sobre a Amazônia são aqueles escritos a partir dos rios, por onde percorreram muitos dos que se atreveram a encarar a imensidão – ainda insólita, desde o século XVI até o século XX – de uma região que recheava o imaginário europeu, principalmente. Ana Pizarro, a partir da análise de vasto material escrito e iconográfico coletado em pesquisa, nos lembra de que dos traços que se podem destacar sobre a Amazônia marcam os de que ela foi primeiramente pensada

em nível internacional, através de imagens transmitidas pelo ideário ocidental, europeu, sobre o que eles entendem ser sua natureza, [...] sobre o lugar que a Amazônia ocupou na sua experiência, imagem que foi ratificada em diversos textos: crônicas, relatos de viajantes, relatórios de cientistas, informes de missionários (PIZARRO, 2009, p.31).

A Amazônia, mais do que uma invenção poética de todo o mundo (IANNI, 2015, p. 20-1), é uma construção social, socialmente elaborada e partilhada, ainda mais imaginada do que conhecida nos seus compassos. Sobre ela, ou sobre as Amazônias, há discurso e pluridiscursos, assim como dialogismos e polifonias. Pensadores têm-se colocado a entender essas Amazônias cujo território parece não ter limites capazes de abarcar todas as sutilezas que

o material e o imaterial permitem descrever. Muitos dos que a estudam e teimam entendê-la não se arriscam colocá-la como um mero objeto, pois não o é. E, por meio do olhar superficial, ou medíocre, como ao que alude Péricles Moraes, não se capta no seu conjunto por inteiro, mas em pedaços, em faces que se podem perceber – na Amazônia visível, há a invisível, sentida, mas não vista, pouco percebida, mas vivida pelos seus. Deles, como Benedito Nunes, colocam-se como um frágil aventureiro, sertanejo de outrora, diante de um gigante indomável, que ostenta sua pujança, seus mistérios, suas histórias. E, é certo, mais do que um fazer-sentido, são pensamento conjunto as palavras de Nunes, que representa tantos outros pensadores, e no lugar de quem se coloca, quando declara:

Longe de mim a ideia de poder escrevê-la [...]. Mas, pelo menos, será preciso delinear-lhe algumas passagens, principalmente aquelas que salientaram na transição do século XIX para o século XX, quando uma parcela da *intelligentsia* local conquistou, atuando em vários planos, didático, artístico e científico da atividade intelectual, sob o influxo de “ideias novas” perfilhadas pela geração de 1870, identidade própria no trabalho de abrir as diversas frentes de investigação exploratória das terras amazônicas. Entende-se por *intelligentsia*, na acepção de Karl Mannheim, o grupo heterogêneo, no exercício de profissões liberais, de que participam como escritores, artistas e homens de ciências, elementos de diferentes classes sociais. (NUNES, 2008, p. 256)

As palavras de Nunes colocam em questão os muitos gestos que se fazem, em esforços, para se conhecer e fazer-se conhecer a Amazônia. Nela, como bem poetiza Paes Loureiro, “*estão os mais preciosos arquivos culturais do mundo amazônico, os manguezais simbólicos da nossa cultura, as raízes submersas da alma cabocla*” (LOUREIRO, 2003, p. 24). Não são poucos. Nas academias, nos centros de pesquisas, nos espaços culturais e de debates, mesmo nos espaços de entretenimento, transitam muitos dos que fazem parte dessa *intelligentsia* que Nunes alude. Sem desfazerem do imaginário mítico que ainda preenche parte do pensamento sobre esse espaço estratégico para o Brasil e para o mundo, armazém da rica biodiversidade do planeta, conjugando-o na tese da religação dos saberes, na sua complexidade em tela, os pensadores da/na Amazônia buscam decifrar o labirinto cortado pelos rios e preenchido pela densa floresta, que soma “*esse próximo-distante, esse perto-longe, esse tocável-intocável, onde o homem vive seu cotidiano que se apresenta a ele revestido da atmosfera de uma coisa rara*” (LOUREIRO, 2000, p. 29). Essa Amazônia que, como nos lembra Octávio Ianni, “*pode ser vista como um arsenal de problemas,*

perspectivas e dilemas: a dialética sociedade e natureza, desde os tempos primordiais; o contraponto nativo e colonizador[...]” (IANNI, 2015, p. 21). Diante disso, colocam-se seus intérpretes no desafio, como Édipo diante da Esfinge, ao ouvir a enigmática frase “Decifra-me ou te devoro”. Porém, a tarefa de decifrá-la é tão complexa quanto por todo complicada e, de certo, mais incerta do que a certeza de serem devorados por ela, quando nela também se metamorfoseiam, como fez o teuto-brasileiro Curt (Unckel) Nimuendajú¹, tornando-se entre os muitos da amazônica um só.

Intelectuais e o pensamento sobre a Amazônia

Pensar sobre a Amazônia. Pensar a Amazônia nas suas tantas faces é um desafio que se coloca a quem busca entender esse labirinto de rios e matas, mas também de mitos na sua diversidade. Exige também entender o lugar da fala e quem fala por meio dos discursos que se constroem sobre a região. Para Élide Rugai Bastos (2007), a condição do intelectual, na tomada de decisão para entender o local de onde percebe tantos outros movimentos, é importante – embora não o principal – posto que, além do local da fala, importa também entender caminhos a serem percorridos e “*buscar explicações para a rotinização das interpretações que se transformam em senso e que acabam por “justificar” as medidas políticas assumidas. Assim, a alocação institucional aciona o próprio recorte do objeto [...] além da posição política e social do intelectual*” (Bastos, 2007).

Para Édna Castro (2008), a Amazônia vive em dois mundos: o da pós-modernidade e o da modernidade. No contexto da modernidade e da pós-modernidade, ela é percebida pelos discursos que se fazem dela: colocam-na no centro das discussões e dos inúmeros interesses, como é o caso da questão ambiental, que incomoda o mundo, como desafio para a sobrevivência não apenas da humanidade mas também do planeta, porém o olhar – ou a ideia dos muitos que se referem a ela e colocam-na nas discussões – parece ser um olhar distante; é o olhar de quem não conhece a dinâmica da vida social da região, mas que reconhece sua importância enquanto depósito de riqueza hídrico-mineral, na sua complexa biodiversidade, no potencial econômico que dela se pode subtrair, o que coloca a região no contexto da globalização, mas

¹ Curt (Unckel) NIMUENDAJÚ nasceu na Alemanha (1883), mas mudou-se para o Brasil, onde naturalizou-se brasileiro, em 1922. Em 1906, recebe, dos Nandeva-Guarani, o nome indígena de *Nimuendajú*, que significa “fazer moradia”. Viveu entre os índios, escreveu sobre eles, fez-se um deles. Em 1945, morre na aldeia dos Tikuna, no Alto Solimões, Estado do Amazonas.

também no viés da pré-modernidade, haja visto que muitos problemas sociais da pré-modernidade ainda persistem no contexto da pós-modernidade, e entre os tantos problemas que separam a Amazônia da modernidade da pós-modernidade está o ainda precário acesso entre o sul-sudeste desenvolvidos e um Norte esquecido ou ignorado na sua vastidão.

É entender os problemas e desafios a que faz referência Edna Castro, e além deles, outros tantos, visíveis e invisíveis, que se soma ao desafio do intelectual que busca captar a Amazônia nos múltiplos vieses vistos de longe e de perto pelo olhar atento. No contexto da pós-modernidade, há um conjunto de desafios, que foram sendo amontoados no decurso do povoamento e do desenvolvimento da Amazônia, e hoje parecem desafiar tantos quantos se fazem intérpretes ou observadores dessa que é a região mais cobiçada do planeta, conhecida em fragmentos, a quem ainda se advoga, por uns, o epíteto de pulmão do mundo; por outros, o *inferno verde*, como a metaforizou Alberto Rangel, mas no limite do espaço e do contexto da história já foi também coroada como um *paraíso perdido*, na lembrança de Euclides da Cunha.

No fio do que certifica Péricles Moraes, sobre a particularidade do intelectual que se coloca a interpretar a Amazônia, muitos dos que buscaram/ buscaram interpretá-la ou descrevê-la, fizeram/fazem-no sob o argumento do inacabado, do superficial, e de certo modo, com razão: qualquer trabalho que se fizer sobre a Amazônia será um pequeno recorte sobre ela, sem a intenção de esgotá-la por inteiro – é como o observador que a espreita de cima: parece enxergá-la no todo, entretanto, capta-a aos pedaços. É aqui nos cabe citar, num resumo, ao menos três deles: Euclides da Cunha, Djalma Batista e Neide Gondim, entre os tantos que contribuíram para o decifrar esse enigma ainda sob suspeita, apresentam-nos uma pesquisa substantiva sobre o que Cunha vê como uma região à *margem da história*, Batista chama de *complexo*, e Gondim chama de *invenção*, fito dos devaneios dos europeus, uma vez que a região já existia, era povoada e mantinha toda uma cultura pujante e viva – a invenção se deu pelo olhar e pelo discurso do outro, certamente.

E no contexto do pensamento sobre determinada região, – região que Élida Rugai (2014, p.14) entende como sendo “*parte delimitada de um todo [...] configurações territoriais e ambientais que combinam aspectos sociais, econômicos e culturais*” –, podemos lembrar aqueles que, no alvorecer do século xx teceram suas considerações no âmbito de um Brasil mesclado pelo

regional. Assim, temos Euclides da Cunha (2006), que além de considerar o Nordeste nos seus estudos históricos, teceu também seu olhar sobre a Amazônia, a quem no viés de Leandro Tocantins foi chamado de “paraíso perdido”.

Cunha, mesmo antes de estudos mais detalhados sobre a Amazônia virem a ser realizados pelos pensadores das Ciências Sociais principalmente – e não menos dos historiadores também –, conjugou seu olhar num viés histórico-cultural sobre a região que estava “à margem da história”, como bem adjetivou o autor d’*Os Sertões*. Vale destacar que a visão de Euclides da Cunha com relação à Amazônia, embora descrita com a pujança que pesa sobre a região, revela mais de um pessimismo do que de uma idealização da região, que no início do século xx ainda sofria as distâncias dos centros, ainda que já começasse a experimentar os primeiros sinais de desenvolvimento antes legado ao Sudeste-Sul brasileiros.

Apesar desse “pessimismo” aparente, Cunha se coloca como um intelectual que pensa a Amazônia e a vê como um território esquecido ou a quem são negados os préstimos dados ao Sul e Sudeste em desenvolvimento. “*Euclides viu a Amazônia com a consciência do artista e a profundidade do cientista [...]*” (MORAES, 2001, p. 16), diz-nos Moraes. Entretanto, é certo, o homem amazônico que Cunha nos apresenta é vestido naquele que chama de sertanejo, quando o índio, ou no viés da linguagem contemporânea, o caboclo da região, aparece apagado ou metamorfoseado na figura sertaneja que preenche as narrativas d’*Os Sertões*.

Djalma Batista, no seu *Complexo da Amazônia* (2007), entre outros escritos, descreve a Amazônia que vai além do imaginário, dos mitos, dos rios e das matas. O médico sanitaria e intelectual do Norte vê a Amazônia além da visão inter-trans-multidisciplinar: na sua diversidade cultural, biológica, mineral, territorial, política, institucional e populacional – das pequenas e grandes cidades. Batista vai além da Amazônia – a partir da qual vê o Brasil – e chega às Amazônias que também foram vistas por Samuel Benchimol, Arthur Cezar Reis, Euclides da Cunha, Dalcídio Jurandir, Benedito Nunes, Berta Becker, etc., além dos viajantes naturalistas europeus que nela estiveram, e a partir dos quais hoje busca ser entendida ou desmistificada por tantos outros intelectuais, muitos destes filhos da região, outros não filhos, mas interessados em entendê-la/compreendê-la.

Mesmo advertindo que seu livro não tem intenção científica, Djalma Batista acaba deixando para os pesquisadores e interessados pelos estudos da Amazônia um roteiro completo e complexo sobre a região. Diz-nos ele que o objetivo do seu livro “é alertar contra o grande mal, que está à vista: a destruição desavisada do último reduto da natureza na face da Terra, transformando-o em outra área-problema para o Brasil, tal como o Nordeste, de terras semidesérticas” (BATISTA, 2007, p. 37). Mas ele vai além disso, quando denuncia o abandono, o atraso da região em relação ao sudeste-sul e a falta de interesse em desenvolver essa que é o espaço brasileiro que muito pode oferecer ao Brasil e ao mundo. Como num paradoxo, na visão de Batista, a Amazônia constitui-se, ao mesmo tempo, de uma potência e um vazio demográfico.

Mais tarde, Neide Gondim, no seu *A invenção da Amazônia* (2007), traça um perfil sobre o imaginário com que se construiu a Amazônia, a partir dos escritos dos viajantes, numa costura entre o olhar europeu e a realidade em que vivia o nativo da região – o Velho e o Novo Mundo – um olhar um tanto preconceituoso, eurocêntrico e até mesmo manipulador, que levou outros a construírem uma imagem deformada ou fantasiosa da região, uma ideia falsa e defeituosa das coisas, diz-nos Gondim, mais imaginação dos viajantes, sedentos por materializar aquilo que ouviam/viam nos relatos de poetas europeus, do que a realidade que poderia ser descrita em face do visto e do vivido.

Traçando um panorama a partir de dois olhares sobre a Amazônia: do exótico e do progresso, Gondim ajuda-nos a entender o entrelaçado de vozes com que nos deparamos nos registros que se constroem sobre o que hoje chamamos de Amazônia; de um longo percurso dos escritos bíblicos, passando pela Idade Média até os nossos dias, aqui entendido como nos faz ver Édna Castro, a Pós-modernidade. Como espécie de advertência, na abertura do livro, diz-nos Gondim: “*Contrariamente ao que se possa supor, a Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída. Na realidade, a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes*” (GONDIM, 2007, p. 13).

Marilene Corrêa (2007), ao comentar sobre o pensamento social na Amazônia, põe em destaque os desafios para os intelectuais dispostos a estudá-la. Segundo Corrêa, entre os tantos desafios, pensa-se “[n]a particularidade de recuperação dos estudos de maior densidade literária, cuja implicação está ex-

plícita na eleição dos chamados estudos formadores dos “intérpretes inaugurais” da região” (FREITAS, 2007, p. 27), e não muito longe destacam-se estudos que visam à interpretação das realidades amazônicas, aquelas que enfocam diálogos dos aspectos ambientais e os que situam a análise de estruturas, fenômenos e processos cobertos pelas abordagens das ciências sociais que englobam, num conjunto, os campos interdisciplinares do conhecimento, com destaque para as pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, cuja área de concentração envolve os Processos Socioculturais na Amazônia, já com um importante acervo escrito a nível de mestrado e doutorado.

No contexto dos estudos sobre a Amazônia do século XXI, Bastos (2016), em concordância com as ideias de Ortega y Gasset (1975) quanto às ideias preconcebidas dos europeus dos séculos XIX e XX, que chegavam ao norte da África, sobre a realidade daquela região e daqueles povos, ignorando a realidade local e o segredo da sua organização, representando-os ao seu modo, reflete também sobre a leitura dos olhares exógenos que tentam explicar a realidade social amazônica, sem conhecer – de perto e de modo profundo – as condições de vida que encerram na região, ignorando, principalmente, o que Bastos chama de “identidades marginais”, na confluência da representação do outro.

Edward Said (2005, p.19), ao destacar o papel dos intelectuais, reforça as ideias de Gramsci, para quem os intelectuais podem ser vistos como uma grande ou pequena parcela de pessoas selecionadas que se ocupam de pensar a sociedade. E ainda, em consonância com Gramsci, lembra-nos de que embora todos os homens sejam intelectuais, nem todos eles assumem tal atividade. E nesse contexto, há dois grupos de intelectuais: os tradicionais que, de geração a geração, continuam fazendo a mesma coisa, e os orgânicos, os que estão ligados a classes ou empresas, que se organizam segundo os seus interesses, para conquistar poder (es) e obter controles, criando, de certo modo, eles entre outros profissionais que perfazem uma cadeia de interesses afins.

Thomas Sowell (2001) ajuda-nos também a pensar sobre o papel do intelectual na sociedade, quando destaca que o que distingue os intelectuais entre aqueles que possuem outras visões que não se encarregam de olhar a sociedade com o olhar crítico e que *“eles [os intelectuais] fazem e não o que dizem fazer ou pensam estar fazendo, mas o que de fato representam suas ações com suas*

correspondentes consequências e repercussões sociais.” (SOWELL, 2011, p. 440).

Pensar sobre esse conjunto de intelectuais – tradicionais ou orgânico – a que aludem Gramsci e Said, permite-nos chegar aos tantos intelectuais que têm pensado a Amazônia no seu complexo. Permite-nos ver como pensam a Amazônia a partir de um pensamento que coloque o próprio pensamento do Sul em evidência e em contraposição ao pensamento da hegemonia do Norte, como nos faz ver Boaventura Santos. Nas ideias de Santos (2009, p.23), o pensamento ocidental constrói-se numa abissalidade, com linhas radicais, que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo deste lado da linha, o Norte, e o universo do outro lado da linha, o Sul, que se torna invisível, inexistente, e é produzido como inexistente, excluído, que entende tudo o que é produzido no território do sul como sendo o inválido ou do outro, e aqui cabe ao que se advogam os estatutos dados aos pensadores que vivem na Amazônia, pensam e escrevem sobre ela, no punhado daquilo que consideramos estudos regionais ou regionalistas, considerados “menores”, como nos fazem ver Élide Rugai Bastos e Renan Freitas Pinto. Entretanto, destacam Bastos e Pinto (2014), *“Recuperar a reflexão desses intelectuais é importante, pois se constitui em estratégia que simultaneamente dá conta da circulação das ideias, de sua adaptação, de seu efeito institucional e da(s) representação(ões) sobre a região”* (BASTOS, 2014, p. 14).

Rugai Bastos e Freitas Pinto (2014), em referência também às ideias de Gramsci, destacam a importância dos intelectuais regionais/nacionais, a partir de cujos trabalhos podemos conhecer os pensamentos de intelectuais, principalmente dos regionais: como se articulam, como produzem ciência numa região – como a Amazônia – cunhada ainda como uma zona territorial periférica, subalterna aos interesses nacionais e mesmo internacionais, o que nos faz destacar as ideias de Said, para quem cada região produz seus intelectuais, cuja função é promover a liberdade humana e o conhecimento (SAID, 2005, p.31), num mundo em que as grandes narrativas parecem ter cedido espaço para as narrativas locais, o que parece ser a ênfase que se passa a dar ao papel dos intelectuais da/na Amazônia.

Alerta-nos Said que a localização dos intelectuais num âmbito mais estrito, não mais numa busca de questionamentos universais mas regionais, pode provocar a cooptação de alguns dos intelectuais pelos governos, que tentam a todo custo calar a voz daqueles que ousam esclarecer ou denunciar a

realidade local ou regional, o que obriga os intelectuais a “*saber usar a língua e a saber quando intervir por meio dela*” (SAID, 2005, p.33), mostrando-se independentes no seio da sociedade em que vivem e onde buscam articular suas ideias, tendo em si a consciência de que pertencem ao seu tempo e propenso entre a solidão e o alinhamento (SAID, 2005, p.35). Também, alerta Said, o intelectual deve saber que seu papel é mais o de causar desconforto, inconformismo e embaraço do que gerar sensação de conforto, desembaraço e ou ser agradável e falar meias verdades.

Conclusão

Antônio Candido, ao tratar sobre o papel do escritor e da obra, dá destaque para o que chama de papel social do escritor, que ocupa tendo em vista a sua posição em relação ao grupo profissional a que pertence. Esse papel social a que Candido se refere espraia-se quando o público passa a ter contato com a obra e a obra passa também a revelar misto da sociedade em que vive o leitor – o que credita à obra e ao autor a sua legitimidade. A relação do autor – e Candido faz referência abundante aos escritores da obra literária de ficção principalmente – com o público, com a sociedade é a mesma que podemos elevar aos intelectuais que pensam a Amazônia, alguns tantos que vivem nela. Entendê-los, interpretá-los, encontrar em seus escritos nuances de suas ideias, é o que possibilita aos homens – no tempo e no espaço social – unir os fios dos tantos pensamentos que se têm construído sobre a Amazônia; essa Amazônia vista por Pinzón e por La Condamine, mais tarde percorrida por Alexandre Rodrigues e Elizabeth Agassis – uma das poucas mulheres em visita oficial a contextualizar suas impressões sobre o território em desenvolvimento tardio–, também trilhada por filhos brasileiros, como fizeram Euclides da Cunha e Mário de Andrade, este que, no seu *Turista aprendiz*, seus relatos de viagem de bordo, desenha uma Amazônia que pulsava nos idos do final do primeiro quarto do século XX. Também não menos importantes como a escreveu em seus romances o escritor paraense Dalcídio Jurandir, nos seus romances do ciclo do Norte, de *Chove nos campos de cachoeira* e *Marajó a Belém do Grão-Pará e Ribanceira*.

Essa Amazônia, como nos faz ver Paes Loureiro, que se conforma na poética da encantaria, em cujo território o homem/intérprete vive a remoldar as significações da vida, ao mesmo tempo em que “cria, renova, interfere, transforma, reformula, sumariza ou alarga sua compreensão das coisas, suas

ideias, através do que vai dando sentido à sua existência.”(LOUREIRO, 2008, p. 27). Eis o papel e o sentido do ser intelectual que vive a prosar sobre a região que tem sido pinçada aos retalhos, num mosaico ainda a ser decifrado. Se para Said, os intelectuais árabes ou africanos, assim como os indianos ou os mexicanos, percorrem, num contexto histórico-social, uma realidade com triunfos, limitações e peculiaridades, os intelectuais brasileiros – e não apenas os brasileiros mas o latino-americanos – que pensam e interpretam a Amazônia também percorrem e enfrentam dilemas no apanhado de todo sociais, históricos, geográficos, políticos, econômicos e culturais de uma região que se faz um complexo-mundo; uma Amazônia de peculiaridades pujantes tanto quanto o tamanho do seu espaço cortado por rios e encarpetado pelo verde das matas onde se escondem discurso e discursos que conjugam, num só tempo, o profético, o ético e o poético.

Referências bibliográficas

BASTOS, Élide Rugai. Polifonia da Amazônia. In. BASTOS, Élide Rugai, PINTO, Renan Freitas (org.) *Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007, vol.1.

BASTOS, Élide Rugai, PINTO, Renan Freitas. Os intelectuais e a questão regional. In. *Vozes da Amazônia 2*. Manaus: Editora Valer e Edua, 2014.

BATISTA, Djalma. *O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento*. 2. ed. Manaus: Editora Valer/EDUA/INPA, 2007.

BECKER, Berta K. *Amazônia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CASTRO, Édna. O Brasil não conhece o Brasil, o Brasil não conhece a Amazônia. In. *Revista Somanlu*, ano 8, n.1, jan/jun. 2008.

CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martin Claret, 2006

FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. A Amazônia e o pensamento social brasileiro contemporâneo. In. BASTOS, Élide Rugai, PINTO, Renan Freitas, 2007.

- GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.
- IANNI, Octávio. Lendas do novo mundo. In. LOUREIRO, 2015.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. Meditação e devaneio: entre o rio e a floresta. In. Revista *Somanlu*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Ano 1. Vol. 1, (2003). Manaus: Edua/FAPEAM, 2003, p. 24.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. *A arte como encantaria da linguagem*. São Paulo: Escrituras, 2008.
- MORAES, Péricles. *Os intérpretes da Amazônia*. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2001.
- NUNES, Benedito. Amazônia e suas culturas. In: MERONI, Fabrizio (Org.). *As cidades, as culturas e seus desafios – o CCFC na Amazônia*. Belém / São Paulo: CCFC/EDUSC, 2008.
- PIZARRO, Ana. *Amazônia: as vozes do rio, imaginário e modernização*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- SAID, Edward W. *Representações do intelectual: conferências Reith de 1993*. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do sul*. Coimbra: CES, 2009.
- SOWELL, Thomas. *Os intelectuais e a sociedade*. São Paulo: Realizações editora, 2011.
- TEIXEIRA, Neisa. Para um pensar outro, a poética do imaginário. In. LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura Amazônia: uma poética do imaginário*. 5. ed. Manaus: Valer, 2015.

O lugar da Amazônia no contexto globalizado: um desafio à reflexão pós-colonial.

Jose Carlos dos Santos

A marca da exploração originária no processo de ocupação da Amazônia persiste e se atualiza concomitantemente ao processo de renovação do capitalismo, que subalterniza de diversas formas. Polaridades, dicotomias e desigualdades marcam as relações transnacionais, orientadas pela hegemonia imperialista. Poucas regiões passaram de colônia a colonizador e, inversamente, regiões extremamente ricas, tanto em potencial intelectual, quanto em recursos naturais e minerais continuam ambicionadas, desejadas e por isso vilipendiadas, usurpadas, num estado perene de submissão aos interesses econômicos globais. É o caso da Amazônia, onde a atual situação de subserviência remonta há séculos. Antes, pelos colonizadores que por meio das grandes navegações iniciaram o processo de globalização.

Na atualidade, o avanço tecnológico confere novos impulsos ao processo de mundialização econômica, termo utilizado por Francois Chesnais (2005), quando se refere a globalização. Segundo Esther Jeffer (2005, p. 169), *a Espanha é, atrás do Estados Unidos, o segundo maior investidor na América Latina*. Com recorte geográfico para esse artigo, a Amazônia desde a colonização espanhola até a atualidade é marcada pelos antagonismos e contradições entre o colonizador e colonizado, entre o 'exportador' de biodiversidade e os financiadores da carboneutralização, marcam as relações e expressam a dominação da região. Utilizaremos o Estado do Amazonas para demonstrar como uma região é subordinada ao poder hegemônico imperialista, se mantendo num estágio de submissão.

Antes, durante e após a primeira e segunda guerra mundial, o Brasil já figurava como área de interesse estadunidense. Basta olhar a importância do látex amazônico, no auge dos conflitos mundiais. Na polaridade das forças mundiais, os olhos do Norte se voltam para a América Latina. Ao analisar a Democracia e os mercados na nova ordem mundial, (CHOMSKY, 1999, p. 35)

registra que o Brasil se tornou manchete no Wall Street Journal, que publicou: “*Não há melhor território no mundo para exploração do que o Brasil*”. O que aconteceu depois foi a consolidação do processo de exploração e usurpação do território nacional mantendo o País em situação de subdesenvolvimento.

Para conceituar desenvolvimento e subdesenvolvimento, oportuno Celso Furtado (2009, p. 85):

O processo de desenvolvimento se realiza seja através de combinações novas dos fatores existentes no viés da técnica conhecida, seja através da introdução de inovações técnicas. Numa simplificação teórica se pode admitir como plenamente desenvolvidas, num momento dado, aquelas regiões em que, não havendo desocupação de fatores, só é possível aumentar a produtividade, introduzindo novas técnicas. Por outro lado, as regiões cuja produtividade aumenta ou poderia aumentar pela simples implantação das técnicas já conhecidas, são consideradas em graus de subdesenvolvimento.

No ensejo de cobrar a dívida, por se considerar um defensor global da democracia, os norte-americanos, atuam fortemente no Brasil. *Como um componente de um projeto global, em que os Estados Unidos assumem a responsabilidade pelo bem-estar do sistema capitalista mundial, o Brasil é tutelado pelos Estados Unidos desde 1945* Chomsky (1999, p. 36). Não obstante ser o ‘*colosso do Sul*’ um dos países com enormes riquezas e recursos que deveria ser um dos mais ricos do mundo, continua em situação de subdesenvolvimento, evidenciando a assertiva de Celso Furtado.

Para exemplificar, destaca-se o projeto Zona Franca em Manaus, implantado pelo [Decreto-Lei Nº 288](#), de 28 de fevereiro de 1967, com impactos diretos na Amazônia brasileira, especialmente na década de 1970, mas que não foi capaz de alçar a região a patamares de regiões desenvolvidas, pelo prisma do capital e do poder hegemônico, considerando o conceito de desenvolvimento e subdesenvolvimento de Celso Furtado.

No ranking nacional o Amazonas ocupa a 15ª posição na economia e a 18ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano. Pelo Índice de Desenvolvimento humano Municipal – IDHM, uma derivação do IDH, sete (7) municípios amazonenses estão com IDHM muito baixo (até 0,499), quarenta (40) municípios classificados como baixo (entre 0,500 e 0,599), quatorze (14) municípios se classificam por médio (entre 0,600 e 0,699) e somente a capital Manaus está com IDHM de 0,737, considerado alto. Independente dos critérios de avaliação, a variação no nível desenvolvimento econômico e social das regiões brasileiras, evidencia que as decisões são tomadas a partir de interesses

focalizados em não alcançar uniformidade no desenvolvimento do território nacional.

O Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH, 2014, p.21) aponta que as 85 pessoas mais ricas do mundo têm a mesma riqueza que os 3.5 bilhões mais pobres. A situação se agrava, quando a pobreza persiste e aumenta a desigualdade, como é o caso do Brasil. A desigualdade não só é injusta, como também afirmam estudiosos, pode afetar o bem-estar e a ameaçar a estabilidade política.

A ideologia de uma Amazônia lucrativa e exuberante no contexto da economia global necessita ser atualizada pelo pensamento decolonialista. Conceito, segundo (ROSEVICS, 2017), sem matriz teórica definida pois que nasceu da interpretação dos fenômenos sociais, emergente a partir da década de 1970, com destaques para os estudos do indiano Ranajit Guha sugere uma nova abordagem para leitura das manifestações dominadoras e opressoras na periferia econômica do mundo globalizado.

A argumentação sobre a relevância de pensar a região sob o prisma do pensamento decolonial, exige antes conceituar colonialidade, que segundo Anibal Quijano, estudado por Rosevics (2017) é a estruturação do processo de dominação das potências centrais em relação às periféricas. *Tal estrutura se firma nas diferenças étnicas, raciais, gêneros e classes.* A dominação se faz no controle do trabalho e dos recursos, alocados em favor do mercado, que orienta e domina a política e a econômica, combinados com a dominação do conhecimento político, da ciência e da cultura. O conceito de colonialidade apresentado Anibal Quijano, salvo a diferenciação das áreas de análise, coaduna com o conceito de subdesenvolvimento de Celso Furtado.

Em termos globais, as regiões periféricas, entre elas a Amazônia, são apenas mais um lugar apropriado pelo capital. *A estrutura que sustenta esse modelo de desenvolvimento é marcada pela concentração de riqueza como resultado de uma competição global* (CHOMSKY, 1997) afirmando ainda que *uma sociedade deveria ser baseada sempre pelo princípio do consentimento, ou seja, do respeito as tradições a cultura, e respeito aos valores simbólicos.*

Note-se que um dos mecanismos utilizados pelo sistema neoliberal, marca da hegemonia norte-americana sobre as regiões periféricas, é a importação de cérebros. Gérard Duménil e Dominique Lévy (2005, p. 93), postulam o seguinte: *Sabe-se que os Estados Unidos drenam um número formidável de*

peessoas competentes, ou as utilizam localmente. Tal estratégia de dominação, está intrinsicamente relacionada à educação e pesquisa, um dos maiores desafios das regiões periféricas, onde o viés social é menosprezado pelo capital.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, indicam que, mais de 12% da população do Estado do Amazonas está em situação de analfabetismo, o que implica diretamente na capacidade de escolhas e decisões, frente ao processo de informatização e avanços tecnológicos, favorecendo a subordinação a outros padrões sociais, que podem não representar as reais necessidades. Milton Santos (2001, p. 65) afirma que ao *entrar de forma impositiva e perversa nos novos territórios, o processo de globalização tem abandonado o viés social em nome da reprodução do capital, cujo enfoque é promover a padronização cultural.*

Tal padronização é incentivada em todos os aspectos e alcança as dimensões sociais, morais, biológicas, psicológicas da sociedade. Os saberes locais, as tradições culturais, os hábitos alimentares, os costumes, os valores vão se desconfigurando à medida que a globalização econômica, carrega todos os demais aspectos. Contraditoriamente a fragilidade na educação fortalece o sistema de consumo entre as classes sociais de menor poder aquisitivo. De acordo com Santos (p.) *chegam rapidamente nas casas, nas mentes e corações e nesse processo ficamos presos numa gigante aldeia global. O capitalismo vai nos devorando e nós nem percebemos.*

A Ilusão do capital que não fica

Quando surgiram, em Manaus, fábricas e indústrias, com o objetivo desenvolvimentista de promover a ocupar a Amazônia e elevar o nível de segurança para manutenção da sua integridade, a vida humana e todos os recursos naturais tornaram-se secundários, senão meros objetos de exploração pelo capital. Não se observa na desde a criação da Zona Franca de Manaus, espaço destinado aos investimentos estrangeiros, a preocupação com as gentes do local. As políticas públicas não acompanharam a entrada das empresas e à medida em que chegavam indústrias e aumentava o número de postos de trabalho, no chão de fábrica, criava-se a ilusão de que a região emergia novamente no cenário mundial, como ocorrera na época do auge do período da borracha. Ocorre que as riquezas, fruto do trabalho dos amazônidas, não ficam aqui. Aqui ficavam os problemas em função da ausência do Estado no

contexto social, pois que está presente no contexto econômico, atuando na perspectiva de um Estado neoliberal.

Como consequência econômica das medidas neoliberais, em *Os dilemas da dominação* (CHOMSKY, 2004, p. 23) destaca a liberação *dos fluxos financeiros internacionais de capital, a redução da capacidade dos governos de implementar políticas públicas, as privatizações, as sociedades anônimas, a privatização dos serviços*, ressaltando ainda que *os investidores e credores internacionais são quem decidem quais as políticas aceitáveis de acordo com suas conveniências*. A voracidade do capital internacional é capaz de arruinar economias que não se sujeitem às suas regras, tomando como exemplo o Consenso de Washington.

Na obra *A Batalha das ideias na construção de alternativas* (ANDERSON, 2004, p. 37) *recorre a Marx, afirmando que o mesmo tinha razão sobre as ideias dominantes no mundo são sempre as ideias de classes dominantes, ou seja, o capital*. Passados tanto tempo da análise de Marx, o capital continua portador e detentor dos meios de materiais de produção em escala nacional e internacional. Pouco importando onde esteja localizado.

Nas regiões que deixaram de ser colônia, no sentido literal, mas subjetivamente pensam e vivem como tal, o capital encontra além do apoio do aparelho Estatal, farta mão de obra de baixo custo. Compartilhar com a crítica marxista, não nos coloca ao lado de nenhum dos *ismos*, nem capitalismo, nem comunismo, posto que ambos já provaram que são insuficientes para dar respostas às necessidades humanas e sociais.

Ao tratar do colapso das economias de comando, baseadas na economia de guerra, que posteriormente necessita de uma economia de mercado Robert Kurz (1992, p. 131) *demonstra a ilusão dos modelos econômicos*, tomando como exemplo a China que foi alçada ao patamar de maior País exportador do mundo, graças a credibilidade e visibilidade do governo brasileiro à época. Com entrada da China numa economia de mercado, (ROBERT KURZ, 1992, p. 132) *tem-se a ilusão de que o Ocidente é vencedor no embate ideológico*, no entanto o autor frisa que a *libertação da ilusão do socialismo concebido na base da sociedade de trabalho e imanente ao capital, que fez estabelecer apenas um lado da modernização burguesa, vai se extinguindo como sistema social*. Nesse contexto de análise, houve apenas a troca de “uma ilusão por outra”. Por hora não surgiu ainda nenhuma perspectiva social nova que possibilite novos hori-

zontes para o mundo. Numa análise de longo prazo, Kurz recomenda observar que a circunstância de comparação de duas ruínas da modernidade decaídas em graus diferenciados não pode ser percebida do ponto de vista imanente da alma entregue a mercadoraria.

É o que acontece com a Amazônia e particularmente ao Estado do Amazonas, avaliados somente pela perspectiva do lucro imediato, da exploração dos recursos naturais e da biodiversidade desde suas origens, até chegar ao engodo da compensação pela carbonização de carbono.

O Capital indutor do consumo que aprisiona mentes e corações

Na atualidade das atividades hegemônicas, Milton Santos (2001, p.51), postula que estas são fundamentadas na técnica do discurso que aparece como algo capital na produção da existência de todos. Que abre a porta à ideologia como um discurso que nos convoca e induz a uma forma de comportamento para o consumo, um império de objetos que tem um papel relevante na produção do novo homem apequenado. O avanço tecnológico sob o ponto de vista do capital, segundo Milton Santos, *foi um elemento fundamental para unificação do planeta e que possibilitou a transição para a situação atual do neoliberalismo.*

Para consolidar sua hegemonia na América Latina e afastar o fantasma do socialismo os Estados Unidos promove no Brasil um crescimento econômico baseado solidamente no capitalismo e passa a ditar as regras, a exemplo novamente do Consenso de Washington. Nesse acordo, o Brasil renova sua subordinação ao imperialismo Norte-americano. Sai de uma democracia de mercado e sela o fracasso do Estado (CHOMSKY, 1999, p.36), registra que o objetivo era eliminar a “concorrência estrangeira” da América Latina, a fim de manter a área como um mercado importante para a superprodução industrial estadunidense e investimentos provados, explorando as grandes reservas de matérias-primas e afastando o comunismo internacional.

Nesse processo de investidas do capital, via sistema neoliberal, a globalização não alcança os direitos humanos na mesma proporção. Com o desaparecimento, quase total do campo comunista (ANDERSON, 2004, p. 39), *foram derrubadas também as eventuais inibições que condicionava o Norte nas relações com o Sul, salientando o comprometido da universalização dos direitos humanos.*

A falência do sistema capitalista, é evidenciado do acirramento da desigualdade social em âmbito mundial. A fragilidade das regiões periféricas, se mostra quando se tornam palco de ações políticas interventivas, fundamentas em acordos internacionais, como forma de justificar as investidas do capital estrangeiro. Em Sete grandes debates sobre desigualdade social (SOLE-RA, 2005 p. 224) argui que *os dois grandes sistemas econômicos do século XX, comunismo e socialismo, mostraram o quanto é difícil conciliar os dois grandes objetivos de liberdade e equidade aos quais aspiram, o enfoque no desenvolvimento humano e social*. Enquanto o capitalismo incentiva a produção realiza com ineficiência a distribuição, daí vemos a grande concentração de renda, o socialismo por sua vez, é eficiente em distribuir, porém não produz a contento. Está aí o exemplo da Venezuela, na América Latina.

Ambas as ideologias incompetentes em suas políticas, vai conforme Milton Santos, em *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, obra lançada em 2001, promovendo a perversidade sistêmica, pois as necessidades humanas passam a ser generalizadas e permanentes, exemplificando na fome que atinge mais de 800 milhões de pessoas espalhadas por todos os continentes e mais de 2 bilhões de pessoas sobrevivem sem água potável, a movimentação de massas humanas se deslocando como refugiados, o desemprego, o fenômeno dos sem-teto.

De acordo com Santos (2001, p. 20) a *perversidade sistêmica está na raiz dessa evolução negativa da humanidade*, e que essas mazelas estão ligadas de forma direta ou indireta ao processo de globalização. Com um olhar crítico e uma visão de futuro próspero para a humanidade, vislumbra a construção de um mundo globalizado a partir de um enfoque mais humano. Valendo-se do que está posto como base material do período atual, destaca a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta que pode servir como instrumento de mudança, desde que utilizados a serviço de outros fundamentos sociais e políticos.

O sociólogo, analisando os fatos novos de indicativos de emergência de uma nova história, observa o fenômeno da mistura de raças, culturas, gostos, em todos os continentes.

O século XX, é palco de maiores mudanças na terra. Para Santos (2001 p. 72), *o mundo torna-se unificado em virtude da tecnologia da informação, que surgiu como base para a globalização perversa*, pois provocou o

acirramento da competitividade nos campos da produtividade e do consumo, o que é a fonte de novos totalitarismos, mas que vai se instalando com o consentimento de todos, graças à confusão dos espíritos. Tal competitividade vai se dando ao mesmo tempo que produz concentração de riqueza e a pobreza estrutural globalizada também se estabelece. Resultante de um sistema de ação deliberada, alcançando uma espécie de naturalização da pobreza, que seria produzida pelos atores globais com a colaboração direta e consciente dos governos nacionais.

Notas conclusivas

Tecer notas conclusivas sobre o desafio de pensar a Amazônia, onde a dominação se faz no controle do trabalho e dos recursos, alocados em favor do mercado, que orienta e domina a política e a econômica, combinados com a dominação do conhecimento político, da ciência e da cultura Rosevics (2017), necessita de estudos locais. É o caso dos Impasses da cultura ocidental de Marcílio Freitas para quem:

A desigualdade social exacerbada constitui uma das principais questões que tencionam os fundamentos dos sistemas de pensamentos e dos processos civilizatórios em curso. A rapidez em que o capitalismo intensifica a precarização sócio econômica nas regiões periféricas, compromete sua própria dinâmica. O processo de pauperização mundial é uma ameaça à ordem política e econômica. (FREITAS, 2003, p. 49).

O pensamento pós-colonial, necessita (ROSEVICS, 2017) ser decolonizado e sugere uma nova abordagem para leitura das manifestações dominadoras e opressoras na periferia econômica do mundo globalizado. Consoante a essa nova forma de interpretar os processos sociais globalizantes e imperialistas, Freitas (2003, p. 51), postula que *os paradigmas da ciência enquanto agente de promoção social entre os diferentes povos, da economia enquanto mecanismo de desenvolvimento físico e humano integrado e aliado às aspirações mundiais de prosperidade e alteridade e da política enquanto processo de construção de um mundo mais livre, solidário, fraterno e humano, estão definitivamente postos em cheque* (IDEM).

O conflito entre o necessário e o que está posto, é observado nas polaridades e dicotomias. Gérard Duménil e Dominique Lévy (2005, p. 93), demonstram que uma das estratégias de dominação da periferia econômica, se faz pela cooptação de competências, o que perpassa pelo sistema educacional,

onde a região Amazônica é deficitária. Toma-se o Estado do Amazonas como exemplo, posto que 12% de sua população está em situação de analfabetismo em contraponto o Estado abrigar o maior Polo Industrial da América Latina, onde se produz, em muitos casos, a partir de tecnologia de ponta.

A perversidade social denunciada por Milton Santos (2001) é confirmada pela entrada de indústrias e corporações na região, no caso a Zona Franca de Manaus, paralelamente ao abandono do viés social, enfocando a padronização de uma cultura global, negligenciando os valores e a cultura local. Santos ressalta também que a competitividade, peculiar aos sistemas de produção vigente tanto produz riqueza para poucos quanto a pobreza para muitos.

O Amazonas entrou no terceiro milênio, ano 2000, com 2.812.557 habitantes dos quais 27,13% dessa população, o que corresponde a mais de 763 mil pessoas, em situação de extrema pobreza e 48,50%, o que corresponde a mais de 1.300.000 milhões de pessoas em situação de pobreza (ATLAS, 2013). Em síntese, do ano 2000 a 2010, a população do Estado do Amazonas saltou para 3.483.985 habitantes, com 573 mil pessoas em situação de extrema pobreza e acima de 1 milhão em situação de pobreza não obstante o Estado ocupar a 15ª. posição na economia nacional.

Além de ter 12% de sua população em condição de analfabetismo, a situação da educação básica no Amazonas também é agravada, quando se analisa a taxa de conclusão do ensino fundamental que é de 50,10%. Metade das crianças inseridas no sistema regular de ensino abandona a escola. No ensino médio esse percentual é de 48,2%. Considerando que apenas 45,5% da população adolescente e jovem está inserida na educação regular e que desse percentual apenas 48,2% termina um ciclo completo de estudo, fortalece-se a tese incisiva de ação colonialista na região, em pleno século XXI. Empreender esforços na mudança dessa posição, requer, antes, tomada de consciência a partir do pensamento pós-colonialista, decolonizado.

O desenvolvimento social e econômico no sistema capitalista não ocorre naturalmente. É produto de ideologias forjadas pelo sistema, que imputa seus interesses políticos, sociais e econômicos a continentes, países, regiões, estados e municípios. O Brasil tem se colocado ao longo dos diversos momentos políticos, na condição de exportador de matéria prima, e importador de bens finalizados, acarretando com isso atraso tecnológico e reduzido

investimento no desenvolvimento intelectual, pautando suas políticas sociais e econômicas aos interesses internacionais, acumulando dívida pública e déficit social.

A divisão do mundo em dois blocos, o bloco socialista e o bloco capitalista, logo após a segunda guerra mundial, marcou o fim do poder do continente Europeu e os Estados Unidos tornaram-se a principal liderança no mundo capitalista definindo novas relações internacionais e novos conflitos mundiais.

Para estimular o desenvolvimento capitalista e maior integração da economia mundial, foram criadas instituições e mecanismos com objetivo de promover “ajuda” econômica aos países membros das instituições e atualmente a economia mundial é controlada por grandes corporações multinacionais, graças à expansão do processo de globalização, resultante da evolução da tecnologia da comunicação, das ciências e dos meios de transporte.

As origens conceituais do subdesenvolvimento estão fincadas em várias teorias e suas razões. No entanto, estudiosos concordam que ambos os processos devem ser analisados em sua dimensão histórica, convergindo para essa, os fatores externos e internos, numa tentativa de explicar as diferenças econômicas e sociais no mundo globalizado.

A importação de tecnologia e a exportação de bens primários vêm definindo ao longo do tempo, a situação da região Amazônica no cenário global. O aumento de capital como resultado desse processo importação de tecnologia x exportação de bens primários, colocou o Brasil como 7ª economia mundial e extremamente desigual com um índice de Gini¹ 0,60. Dos Estados brasileiros o mais desigual é o Amazonas, com 0,65 e Santa Catarina, o menos desigual, com 0,49. (Atlas do desenvolvimento, 2013).

Encaixar a Amazônia numa economia globalizada, em particular do Estado do Amazonas, que detém um Polo industrial, sem tecnologia própria, com a maioria de seus municípios em economia de subsistência em políticas setoriais, no âmbito econômico, social e político, formuladas à distância, com interesses difusos e sem a efetiva participação da sociedade local, entendendo por sociedade local, os cidadãos de cada e diversa região que compõe a Amazônia, é assumir o papel de Procusto, que deseja encaixar à todos, dentro

¹ Índice de Gini o coeficiente de Gini é usado para medir a desigualdade social. Desenvolvido em 1912 pelo italiano Corrado Gini. Ele vai de 0 a 1, onde zero corresponde a completa igualdade na renda per capita e hum corresponde a completa desigualdade entre as rendas.

de suas medidas. Essas medidas aqui são entendidas como ditames imperialistas da hegemonia capitalista

A variação no nível de desenvolvimento econômico e social das regiões periféricas evidencia o colonialismo imperialista. O Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH, 2014, p.21) aponta que as 85 pessoas mais ricas do mundo têm a mesma riqueza que os 3.5 milhões mais pobres. A situação se agrava, quando a pobreza persiste e aumenta a desigualdade, como é o caso do Brasil. A desigualdade não só é injusta e perversa, como também afirmam estudiosos, pode afetar o bem-estar e a ameaçar a estabilidade política.

Muito à propósito Freitas (2003), disjunção temporal entre a dinâmica dos processos científicos, econômicos e políticos e as demandas das populações locais, regionais e nacionais, constitui um entrave para a construção de uma solução imediata.

Nesse sentido, entendemos que despertar o mundo ocidental e oriental para a necessária junção dos interesses, numa perspectiva de sustentabilidade é ação urgente para sobrevivência dos povos e nações.

Dos autores estudados, abstrai-se que a nem o capitalismo nem o socialismo traz respostas aos conflitos que a globalização tem estabelecido com a colaboração dos governos locais. Os autores, alguns de forma implícita, outros de forma explícita, ensinam o fortalecimento da solidariedade, da fraternidade, da justiça, do respeito aos valores éticos e morais, do coração e dos sentimentos de justiça e igualdade, do respeito à natureza como condição de vida.

Isso não é utopia. Já existe, basta apenas que saibamos para onde olhar.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. A batalha das ideias na construção de alternativas. In: BORON, Atilio (org.) Nova hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004. Pag. 37-52.

Atlas de desenvolvimento. Brasil. <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/municipios>.

CHOMSKY, Noam. Consentimento sem consentimento: a teoria e a prática

da democracia. Artigo. Estud. av. vol.11 no.29 São Paulo Jan./Apr. 1997. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0103-40141997000100014>.

CHOMSKY, Noam. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In: CHOMSKY, Noam e DIETERICH, Hein. A sociedade global. Editora da FURB, 1999. Pg. 27-66.

CHOMSKY, Noam. Os dilemas da dominação. Artigo. In: Nova Hegemonia Mundial: alternativas de mudança e movimento sociais (org) Atilio Boron. 1ª. Ed. Buenos Aires. Conselho latino-americano de Ciencia Sociais, 2004.p. 15-36.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia Norte americana. In.: CHESNAIS, Francois (org.). A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

FREITAS, Marcilio de. Os impasses da cultura ocidental. In: FREITAS, Marcilio de; FREITAS, Marilene Correa da Silva e MARMOZ, Louis. A Ilusão da sustentabilidade. Manaus: Ed. Governo do Estado do Amazonas. SEC. Ed. Universidade Federal do Amazonas, 2003. (49 – 83).

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto – Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

INDICADORES EDUCACIONAIS. Instituto Nacional de Pesquisa Aplicada Anísio Teixeira/INEP. Média de Alunos por Turma da Educação Básica - Ensino Infantil (Creche, Pré-Escola), Ensino Fundamental e Ensino Médio, por Localização e Dependência Administrativa, em 2014. <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>.

JEFFERS, Esther. A posição da Europa na valorização mundial dos capitais de aplicação financeira. In.: CHESNAIS, Francois (org.). A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

KURZ, Robert. O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Relatório do desenvolvimento humano 2014. *Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidade e Reforçar a Resiliência*. PNUD. Tradução: Camoes Instituto da cooperação e da língua Portugal. Julho, 2014. http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais.

ROSEVICS, Larissa. Do pós-colonial à decolonialidade. In: CARVALHO, Glauber e ROSEVICS, Larissa. *Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo* Rio de Janeiro: Perse, 2017 (p. 190-195).

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOLERA, Carlos Rafael R. Sete grandes debates sobre desigualdade social. In: *Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas*. CATTANI, Antonio David Cattani e DIAZ, Laura Mota. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

Os efeitos da globalização perversa¹ na precarização do trabalho sob a ótica do pensamento pós-colonial

Joyce Freitas Araújo Firmino

Introdução

Os efeitos da globalização na sociedade contemporânea são inúmeros, e, portanto, não é incomum vermos estudos a respeito da temática. Por conta disso, pensou-se em desenvolver este trabalho, realizando uma reflexão a partir da ótica do pensamento pós-colonial.

Partindo desse pressuposto, refletimos como os efeitos do processo de globalização têm impactado diretamente na questão do trabalho, dando ênfase a questão da precarização, criando novas formas de subalternidade nesse campo.

Buscou-se descortinar essas considerações através do olhar do pensamento pós-colonial, que traz no seu bojo, a possibilidade de novas perspectivas na tentativa de se repensar sobre os modelos de dominação colonial na sociedade e na vida dos indivíduos.

A partir de Giddens (2002), podemos pensar nas mudanças que a globalização provoca no cotidiano das pessoas em suas diversas dimensões, sentidas não apenas em uma parte do globo e sim em sua totalidade. Essas mudanças, reestruturam profundamente a forma como vivemos, trazendo-nos um pacote de riscos e incertezas, vivendo em “um mundo em descontrolé”², como define o autor.

Em face dessa prerrogativa, é importante analisarmos que esse mundo em descontrolé tem como um dos impulsores, o processo de globalização, que se articula de maneira perspicaz no nosso cotidiano e nas nossas relações, especificamente na precarização do trabalho.

1 A expressão globalização perversa, no corpo do título, é uma referência ao conceito utilizado por Santos (2001), pois a partir do termo, podem-se compreender os efeitos da globalização no estado mais ferino, representado pelos processos de exclusão e precarização existentes na sociedade

2 Ao falar em mundo em descontrolé, Giddens (2012) faz um alerta sobre a dimensão do impacto da globalização para a vida humana. Para o autor, a globalização traz uma gama de riscos e incertezas que nos reestruturam profundamente e que nos condiciona a uma ordem global.

Por muito tempo, o pensamento romantizado sobre o ideal de globalização imperou sobre as massas, o que estimulou o surgimento de novas relações socioculturais, econômicas e políticas na sociedade.

No entanto, essa globalização romantizada que é apresentada para a grande maioria das massas, está relacionada a um pensamento ideológico dominante na sociedade, conhecido como pensamento colonizador ou pensamento do Ocidente Vencedor. “A globalização é conduzida pelo Ocidente, carrega a forte marca do poder político e econômico americano e é extremamente desigual em suas consequências” (GIDDENS, 2002, p. 15).

Se por um lado, o mundo globalizado através da repercussão midiática, nos trouxe superficialmente certa comodidade e praticidade nas atividades do dia-a-dia, por outro, ele tem mostrado uma face bastante obscura, que, por conseguinte, afeta todas as esferas da vida social.

A problemática da precarização do trabalho é intensificada sistematicamente em variadas segmentos, pela ausência de direitos e pouca ou quase nenhuma intervenção estatal, além disso, desenvolvida, sobretudo pela violência estrutural e por uma perversidade sistemicamente instalada no mundo.

Dessa forma, pretendemos apresentar a seguir, as implicações dessa globalização generalizada, os efeitos que ela causa na dinâmica da precariedade, na vida coletiva e mostraremos que, além da classe trabalhadora, há outros grupos subalternos que estão anexados nessa relação.

Os efeitos da “globalização perversa” na precarização do trabalho

Uma das dimensões da globalização na vida social se manifesta na questão da precarização do trabalho, um fenômeno que tem se expandido por várias esferas sociais, e não embarca apenas grupos específicos, mas também aqueles que de maneira direta ou indireta estejam inseridos na dinâmica dos processos de trabalhos existentes.

Os grupos que integram essa população excludente são em sua grande maioria, constituídos pela massa empobrecida e subalterna, que vivem a margem da sociedade, como os desempregados, mulheres, negros, trabalhadores informais, presos, ou seja, pessoas que tem seus meios de sobrevivência ameaçados ou quase inexistentes.

Guy Standing, no livro *O precariado a nova classe perigosa* (2013), denomina o precariado como o “filho da globalização”, uma vez que a globali-

zação junto com os ideais neoliberalistas trouxe transformações profundas nas relações de trabalho, por meio da flexibilidade de salários, vínculos empregatícios e instabilidade de empregos.

Surge no meio desse plano de fundo, o crescimento da instabilidade generalizada. O precariado, por sua vez, abrange várias dimensões do trabalho e grupos de pessoas em todo o mundo. Onde os trabalhadores possuem grande insegurança, não apenas na atividade profissional, mas na possibilidade de crescimento social.

São pessoas que tem relações estreitas com as garantias de trabalho mínima, baseadas geralmente em rendas precárias, trabalhos inseguros, temporários, com poucas perspectivas de integração e crescimento profissional (STANDING, 2013).

No Brasil, um exemplo prático de precarização, podemos citar o setor de telemarketing. De acordo com Braga (2012), a partir da década de 90, o telemarketing começou a se expandir consideravelmente no país, acompanhada da fase das privatizações neoliberais, apoiada pelas tecnologias da informação e das empresas em rede com dominância financeira.

Esse setor é caracterizado por relações de trabalho extremamente precárias, com alta taxa de rotatividade e absorve a maioria do grupo que compõe parte do precariado brasileiro: trabalhadores jovens (geralmente mulheres e negros), sem experiência, semi ou não qualificados, sub-remunerados, com sindicatos fragilizados, relações trabalhistas enfraquecidas e sem organização coletiva. (BRAGA, 2012).

Nesse processo de trabalho, a instabilidade, insegurança e a pouca perspectiva de crescimento profissional desses trabalhadores são latentes, perante o controle de um sistema mercadológico neoliberalista instalado, e infelizmente é o retrato de tantos outros setores existentes no país.

O mercado globalizante vira o plano de fundo para a expansão do precariado, caracterizado pela instabilidade e insegurança nos empregos, acompanhado de um alto índice de rotatividade. “A ‘ameaça’ é suficiente para forçar as pessoas a aceitar salários mais baixos, jornadas de trabalho mais longas, benefícios e segurança social reduzidos e outras ‘inflexibilidades’ dessa natureza”. (CHOMSKY, 1999, p. 57).

No âmbito da globalização mundial e da hegemonia dos blocos econômicos financeiros, instauram-se novos modelos de produzir e gerir o

trabalho, porém, as demandas de trabalho se tornam mais escassas, ampliando a exclusão social, econômica, política e cultural da população sobrando das classes subalternas (IAMAMOTO, 2008).

As reflexões de Milton Santos (2001) nos fazem pensar sobre essas mudanças que o mundo globalizado trouxe à precariedade no campo do trabalho, das relações sociais e a vida humana em geral. De acordo com ele, essa globalização é caracterizada como perversa, pois é alimentada por um sistema econômico cruel, onde as empresas desempenham ativamente a função de reguladores da vida social.

Nesse sentido, podemos destacar entre as expressões da precarização, a intensificação da mão-de-obra barata e exploratória da “classe que vive do trabalho”, como já dizia Ricardo Antunes, por intermédio de métodos progressivamente precários e subalternizados em escala global.

Essas implicações encadeiam consequências não somente para um determinado segmento, mas para a vida coletiva. O mundo globalizado que vivemos, tem sido predominado pelo medo, insegurança, desemprego generalizado e condições subumanas de existência.

A perversidade instalada pela globalização é sistêmica, tem sido regulada por uma violência estrutural, produzida por organizações econômicas e políticas de forma direta, economicamente a exploração e politicamente a repressão das classes. O seu caráter é eminentemente despótico, tirânico, alicerçado pelo que podemos chamar de globalitarismo (SANTOS, 2000).

Uma peça importante da engrenagem que alimenta o globalitarismo, além do sistema ideológico é o dinheiro em estado puro. Empresas do Ocidente Vencedor estão diariamente reinventando estratégias que visam manter a dominação do poder econômico em funcionamento.

Para tal, elas absorvem de setores mais subalternos, novos estímulos lucrativos, como é o caso do crime e da construção de prisões, que estão sendo exploradas estrategicamente por essas empresas ocidentais e capitalistas, como um novo e lucrativo ramo de empreendimento.

Segundo Chomsky (1999), a construção de presídios privados atingiu um crescimento bastante significativo e estão movimentando fortemente as empresas ocidentais, com o aval de recursos isentos de impostos, o ramo da indústria de construção civil e consultorias jurídicas, são os que mais lucram com esse novo tipo de negócio.

O encarceramento em massa, além de lucrativo, também produz precariedade. Nesse patamar, há uma série de situações, além da vigilância do Estado sob a população indesejada, tem a questão do trabalho precariado dentro das prisões, com o fornecimento de mão de obra barata de presos.

O precariado está sendo alimentado por um extraordinário número de pessoas que foram criminalizadas de uma maneira ou de outra. Há mais pessoas nessas condições do que jamais houve. Uma característica da globalização é o crescimento do encarceramento [...]. (STANDING, 2013, p. 138).

Para o viés colonizador, é uma forma de se “livrar” de uma parcela da população sobrando, excluída, e ao mesmo tempo, fazer dessa população marginalizada, um negócio rentável. “Não se enfrentam as causas; ao contrário, o crime é explorado de diferentes maneiras como um método de controle da população” (CHOMSKY, 1999, p. 61).

No campo do trabalho, não é diferente, visto que o impacto é sentido em proporções assustadoras. De acordo com dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³, o índice de desemprego subiu para 13,7 % de janeiro a março deste ano corrente, tornando-se a taxa de desocupação mais alta da série histórica desde o ano de 2012.

A pesquisa mostra, ainda, o cenário de deterioração em que o mercado de trabalho no país se encontra atualmente, onde as perdas expressivas dos postos de trabalho foram os de carteira assinada, levando, segundo os dados do IBGE, cerca de 14,2 milhões de pessoas desempregadas, sem acesso a nenhum tipo de ocupação e garantia trabalhista⁴.

O desemprego em massa é de fato, um dos efeitos mais perversos ocasionados, entre outros fatores, pelo processo decorrente da globalização, ocorrendo em proporções gigantescas e de forma sistemática, contribuindo para o aumento e naturalização da pobreza a nível global.

[...] o desemprego é gerado e a remuneração do emprego se torna cada vez pior, ao mesmo tempo em que o poder público se retira das tarefas de proteção social, é lícito considerar que a atual divisão administrativa do trabalho e a ausência deliberada do Estado de sua missão social de regulação estejam contribuindo para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza, [...] trata-se de uma pobreza perversa, generalizada, permanente, global. (SANTOS, 2000, p. 72).

As modificações que transcorrem no âmbito do trabalho precariza o coagido pelos moldes do sistema capitalista de produção e pelas diretrizes

3 BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

4 IBGE, op. cit.

do neoliberalismo econômico, rompe com a garantia de vivência da coletividade, produz a pobreza globalizada, ocasiona novas formas de trabalhos cada vez mais precários e subalternizados.

Além das transformações societárias, as relações de trabalho também foram modificadas, nas formas de organização e gestão, o que levaram ao aumento do índice de competitividade entre os trabalhadores, ou seja, uma disputa acirrada de quem pode ser polivalente e ao mesmo tempo, produtivo para o mercado. (LISBOA, 2017).

Por consequência, esse padrão de produção ocidental, além de estimular o consumismo devido ao aumento de produtividade de bens materiais, ameaça a estabilidade da população mundial em todos os sentidos, potencializa as desigualdades e questões sociais como desemprego, precariedade de trabalhos, com salários baixos e grupos de pessoas em situação de subalternidade, excluídas dos setores básicos como educação, trabalho, saúde e proteção social.

Segundo o dicionário da Língua Portuguesa Aulete (online), a palavra “subalterno”, traz em seu sentido etiológico, os seguintes significados:

1) Diz-se de quem está sob as ordens de outro; SUBORDINADO; 2) P.ext. Diz-se de quem se sente inferior a outrem; SUBMISSO; 3) Lóg. Diz-se da proposição particular com relação à universal da mesma qualidade, na oposição por subalternação; 4) O que está subordinado a outro; o que tem graduação inferior ou autoridade inferior relativamente a outrem; 5) Indivíduo que se sujeita ou obedece a outrem.

Através dessas cinco definições da palavra, podemos perceber o destaque aos termos subordinação e submissão nas entrelinhas do significado da palavra subalterno, assim como, da interdependência ao termo “outro” e “outrem”. Curiosamente, a palavra “outro” é um termo frequentemente discutido na obra de Gayatri Spivak, no livro *Pode o Subalterno Falar?* (2010) designado aos grupos de sujeitos subalternos dos países do Terceiro Mundo.

Há um grande contingente de pessoas, independentes de sexo, cor, religião ou cultura, que sentem diariamente o dilema do que é ter uma relação de dependência e de submissão. É importante, pensarmos sobre essas relações subalternas que estão postas e se apresentam na divisão internacional do trabalho.

O proletariado urbano é uma classe que permanece, sem sombra de dúvidas, inserido no contexto da subalternidade. Dentro das relações subal-

ternas, também prevalece um sucateamento expressivo do trabalho, através da mão-de-obra barata nos países do Terceiro Mundo, demandadas por intermédio de um Estado totalitário que estimula a submissão do proletariado urbano às mínimas condições de subsistência (SPIVAK, 2010).

O mundo está se reconfigurando aos moldes do Terceiro Mundo por meio de uma política de deliberação do Estado e das corporações, desenvolvendo grande massa de riqueza e ao mesmo tempo, de população excedente, ou seja, a intenção é manter as pessoas em situação máxima de alienação e submetidas ao controle de um pensamento ocidental dominante. (CHOMSKY, 1999).

O crescimento alarmante dessa massa de população excludente que está inserida nos setores mais precários de trabalho, em condições subalternas de existência, com relações sociais enfraquecidas, é encontrado nas expressões do subemprego, informalidade, desemprego, instabilidade, desproteção social, exclusão social, racial, de gênero, entre outros.

Dessa forma, tanto a violência sistêmica generalizada, oriunda dos efeitos expressivos da globalização, contribui para o crescimento alarmante da precariedade no trabalho, põe em risco a condição humana e as formas de existência coletiva, constituindo-se na classe dos precarizados, excluídos e subalternizados.

Como foi destacado, o precariado não é isolado, existem variedades com diferentes graus de manifestação e a globalização na sua face mais perversa se faz presente. É uma parte integrante do colonialismo, seus efeitos são sentidos em todos os aspectos da vida, no trabalho, na educação, nas relações sociais e até mesmo no mundo da criminalização.

Considerações finais

Nas reflexões propostas no artigo podemos fazer uma crítica contundente aos séculos do pensamento colonial, sobretudo ao posicionamento em relação aos efeitos da globalização ocasionada pela construção de uma ideologia do “Ocidente vencedor”, além de destacar a situação da precariedade e das relações subalternas do trabalho.

A precarização é uma realidade cruel para aos trabalhadores, como por exemplo, o subemprego, os baixos salários e a falta de perspectiva de crescimento, demandas impostas pelo sistema capitalista neoliberal produzindo uma realidade que se constrói ao passar das décadas, e faz com que muitas

dessas problemáticas não sejam repensadas de forma emergencial.

Tão perverso quando o sistema de exclusão, que produz cicatrizes sociais e fere a dignidade humana, é a apatia dos governos que insistem em reproduzir e intensificar essas desigualdades. Não se pode negar essa realidade, apenas com expressões demagógicas e vazias de realidade.

A “exclusão” dos trabalhadores evidencia a precarização em uma das suas faces perversas, que se apresenta não apenas na economia financeira, mas tem seus desdobramentos na política, cultura, nas etnias e nas relações sociais e humanas.

Não se podem mudar sistemas agressivos repentinamente, mas cabe pensarmos como intervir em situações emergenciais, combater as agressões à vida humana e extirpar o que mata, fere e não traz dignidade. Não pensada como uma utopia, mas como uma realidade possível.

Sabe-se da globalização, sua perversidade, seus efeitos e como essa realidade se manifesta na vida dos trabalhadores e das populações subalternas, produzindo uma vasta (sub) condição humana.

Nosso papel enquanto intelectuais e críticos é o compromisso com a verdade, se apropriar do pensamento pós-colonial como uma nova forma de olhar essas questões. Começar a construir o agora para quiçá, as gerações futuras possam ter uma gota de esperança, apesar desse mar caudaloso e perverso que temos atravessado.

Referências bibliográficas

AULETE (online). Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em <http://www.aulete.com.br/subalterno>.

BRAGA, Ruy. A angústia dos subalternos. In: A política do precariado do populismo a hegemonia lulista, do mesmo autor. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://agenciadenoticias.ibge.gov.br>>. Acesso em 08 de agosto de 2017.

CHOMSKY, Noam. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In: CHOMSKY, Noam e DIETERICH, Heinz (orgs.). A sociedade global: educação, mercado e democracia. Santa Catarina: Editora da FURB, 1999.

GIDDENS, Anthony. Mundo em descontrol: o que a globalização está fazen-

do de nós. Rio de Janeiro: Record, 2002.

IAMAMOTO, Marilda. O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LISBOA, Cecília Creuza Melo (org.). Globalização, educação, trabalho como novas categorizações na docência. In: Interdisciplinaridade Amazônica: sociedade, cultura e complexidade. Olinda: Livro Rápido, 2017.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001

SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Almeida, Marcos Feitosa e André Feitosa. Belo Horizonte: editora UFMG, 2010.

STANDING, Guy. O precariado: a nova classe perigosa. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

O Período pós-colonial e a influência no desenvolvimento do município de Manicoré

Kamilla Ingrid Loureiro e Silva

Introdução

O Amazonas, segundo Batista (2007) tem uma história de colonização desordenada. As grandes mudanças pelas quais passou o estado após o período denominado colonial confirmam essa assertiva.

Quando se fala de período pós-colonial refere-se a um momento da história da humanidade em que o mundo se unifica e com isso há uma generalização da cultura, da economia e da sociedade. É como se cada país não tivesse identidade própria.

Segundo HALL (2003, p. 107),

O conceito de pós-colonial, pode nos ajudar a fazer, descrever, ou caracterizar a mudança nas relações globais, que marca a transição (necessariamente irregular) da era dos impérios para o momento do pós-independência, ou da pós-colonização.

No período denominado de globalização, destaca-se a emergência, segundo Santos (2000, p. 37) pelo *“dinheiro e a informação intimamente relacionada”*. A necessidade de assegurar espaço no mercado competitivo faz com que as pessoas busquem novas maneiras de se relacionar, priorizando as intenções; há com isso o fortalecimento das relações interpessoais, visando às relações de troca.

Santos (IDEM), afirma que

Ambos, juntas, fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um novo ethos¹ as relações sociais e interpessoais, influenciando no caráter das pessoas.

A partir daí as pessoas adotam um novo comportamento, sentindo-se obrigadas a agir a partir de uma nova tendência, em que consumir passa a ser uma forma de status, afinal quem acumula bens materiais tem poder. Há o acúmulo de riquezas nas mãos de uns e, como afirma Santos (IDEM, p.38)

¹ Costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento e cultura característicos de uma região.

“ampliação da pobreza e os crescentes agravos à soberania”.

Com isso, esse artigo se propõe a analisar o desenvolvimento do município de Manicoré, após o período denominado pós-colonial, assim como as influências desse período no desenvolvimento local.

Caracterização do município de Manicoré

Manicoré é um município do interior do Amazonas, cujo nome é originário de um dos afluentes do rio Madeira, o rio Manicoré. Esse rio tem origem da palavra Anicoré, que segundo Santos (2013) era o nome de uma das tribos indígenas que habitavam a região na época da colonização.

O município está localizado na mesorregião Sul Amazonense e na microrregião¹³ do Madeira, com Sede à margem direita do Rio Madeira. De acordo com o último CENSO – IBGE de 2010 a população total do município é de 47.017 mil habitantes, sendo que 26.668 mil habitantes na zona rural, e 20.349 mil habitantes na zona urbana e sua população estimada em 2016 é de 53.890 mil habitantes. Distante de Manaus cerca de 333km em linha reta (via área) e 421 km por via fluvial, sua sede situa-se à margem direita do Rio Madeira, compreendendo uma área total de 48.283km². Limita-se aos municípios de Beruri, Borba, Humaitá, Tapauá, Apuí, Novo Aripuanã no Amazonas e aos estados de Rondônia e Mato Grosso.

No Município de Manicoré, há uma predominância da agricultura familiar, essa atividade tem contribuído positivamente para o orçamento e consequentemente ao aumento da renda das famílias. A comercialização da produção ocorre tanto no mercado local, quanto em outros centros, pois como o município está localizado em um ponto estratégico entre Manaus e Porto Velho, grande parte da produção é destinada para esses centros consumidores.

Constitui-se a agricultura na principal fonte de renda do município que figura como o maior produtor de banana e melancia do interior do Estado do Amazonas e grande produtor de farinha de mandioca, castanha, cacau laranja, açaí e outros.

Com todas essas potencialidades econômicas o município se destaca, ainda, na agropecuária. Segundo Furtado (2014, p.15).

[...] a agropecuária é uma dos principais fontes de Manicoré, alcançando a 7^o posição dos municípios mais ricos do estado, sendo o maior produtor do estado do Amazonas, segundo INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA-IBGE (2010), nas culturas de banana com cerca

de (1.209.005 cachos/ano), melancia (2.110.345) e castanha-do-Brasil (950 toneladas/ano), com grande potencial para as culturas de mandioca, açaí e cacau. A pecuária de Manicoré fica na 2ª posição na criação de gado do estado do Amazonas com cerca de 120 mil cabeças de gado.

O Município de Manicoré é caracterizado pelas grandes extensões de florestas densas. Entre as espécies produtivas não madeireiras da região se destaca a Castanha do Brasil que é de grande importância para a economia local. Segundo estimativas do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), mais de 1.500 famílias do município têm na Castanha da Amazônia sua principal fonte de renda.

A extração da castanha é feita em áreas protegidas (Unidades de Conservação, Terras Indígenas), áreas devolutas ocupadas por populações tradicionais e propriedades particulares que são arrendadas. Enquanto algumas comunidades têm as suas colocações mais próximas das vilas, outras precisam viajar por dias até chegar a seus castanhais situados no interior da Floresta.

No turismo, a cidade possui vários atrativos turísticos, entre eles o balneário do Atininga, o hotel de Selva Caiué e as cachoeiras do Rio Manicoré. Possuem atividades culturais como os tradicionais forrós de rua os festivais de quadrilhas e as festas das comunidades, como a festa do Açaí da comunidade do Estirão.

A economia do município baseia-se no setor primário com destaque para a produção agrícola, sendo as principais culturas: abacaxi, arroz, batata-doce, feijão, fumo, juta, mandioca e milho. As outras fontes de renda do município são provenientes do comércio, de benefícios sociais e programa de renda mínima (INSS e bolsa família) e dos empregos gerados pela prefeitura e estado.

Influências do período pós-colonial no município

O mundo tem passado por uma série de transformações decorrentes da evolução do homem e suas necessidades. Tal evolução tem sido pautada na ampliação da liberdade de consumo e de condições de renda favoráveis ao aumento da aquisição de produtos.

A globalização tem um traço marcante nesse período denominado como pós-colonial, o uso da informação. Julga-se como mentalidade primitiva aquela que não condiz com o que o mundo está passando. Na opinião de Fodé (1973, p. 75):

Toda política de cooperação entre os povos está antecipadamente voltada a transformar-se em política de sujeição de certos povos por outros povos, e por tanto tempo quanto estes mantiverem a íntima convicção de que, dentro do ponto de vista mental, a natureza os dotou melhor do que aqueles.

A respeito da constituição da globalização, Santos (2000, p. 38) afirma que “entre os fatores construtivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontram-se a forma como a informação é oferecida a humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social”.

O despotismo da informação, ao invés de ser usado como técnica para evolução do conhecimento do planeta e dos objetos que o cercam, é usado em função de objetivos individuais, transmitindo a humanidade uma informação manipuladora que ao invés de instruir, confunde.

Ao pensar em um homem do interior do Amazonas, remonta-se ao sujeito oriundo do campesinato, onde há a predominância da agricultura, extrativismo, pecuária e pesca, com pouca evolução do tecnicismo do campo, um estilo de vida mais pacato e uma visão política conservadora, onde uma parte da produção seria destinada ao consumo e a outra destinada à venda para terceiros.

Manicoré é advindo do campesinato, onde muitos habitantes ainda desenvolvem uma economia de subsistência. Como Latouche (2004) afirma as pequenas empresas trabalham em prol do pequeno lucro e do seu sustento, desenvolvendo pequenos trabalhos como: restauração de objetos, trabalhos de marcenaria, costuram e fazem pequenos consertos em roupas, contribuindo com seus serviços com a sociedade em geral.

Apesar de não ser favorecido pela logística, o município, na opinião de Santos (2013, p. 55), “*tem na zona rural uma grande fonte de renda e que os produtos por ela colhidos não se limitam à subsistência*”.

Segundo o IBGE (2017), a renda per capita média do município é de R\$ 70, 26. A população do município sobrevive com uma renda em torno de um salário mínimo, ou abaixo disso. Os direitos trabalhistas dos habitantes normalmente são mínimos, ou inexistentes. Esses dados contribuem para clarificar o problema da falta de estrutura do município que não consegue prover, segundo Santos (2013, p. 57), a população dos serviços básicos necessários.

Temos uma deficiência em serviços como: abastecimento de água por meio de rede geral; o esgotamento sanitário não se dava via rede geral; não havia fossa séptica ligada à rede coletora; e coleta de lixo que deveria ter sua adequação pelo governo local. Dos domicílios, 45,4% apresentam a falta de um dos serviços básicos do sistema de esgotamento sanitário; 49,6 sem serem atendidos por nenhum deles e apenas 5% com todos eles funcionando pela prefeitura. Isto demonstra a falta de estrutura do município para atender toda a população.

No comércio, Manicoré ainda apresenta um modelo colonial. A atividade do comércio, sempre esteve, e permanece concentrada na mão de poucas famílias que se destacam como verdadeiros barões da terra, exercendo o monopólio sobre vários ramos de atividade. Uma mesma família possui hotel, supermercado, lojas de ferragens entre outros.

A competitividade, no mundo globalizado, como citamos anteriormente, influencia no consumo comandando as formas de ação da população. Os habitantes de Manicoré, por exemplo, não possuem uma rede de telecomunicações habilitada para usar rede de dados do tipo 3g e 4g, mas o cidadão, levado pelas influências do consumismo mundial mesmo não tendo muitas vezes como acessar a internet, compram celulares de alta tecnologia.

A influência do período pós-colonial também se faz presente na dinâmica de escolha dos representantes da população, cujo processo passa a ser conduzido por grandes empresas que são contratadas, muitas vezes com recurso público, para produzir e comercializar um produto que é vendido como a solução para os problemas da população. Assim, opinião do cidadão passa a sofrer influências da mídia, onde o jargão “rouba, mas faz!” acaba sendo preferido, a optar pela liberdade de escolha.

Um fato característico do município de Manicoré, e não só da cidade, mas de todos os municípios do interior do Amazonas é que a política se configura, normalmente, por uma disputa entre dois grupos que se reparam por anos no controle do poder municipal. Em período de eleição, os habitantes se dividem e optam pela sua preferência, comparado à rivalidade de uma disputa de partida de futebol. Muitas vezes no período eleitoral a cidade se transforma em um verdadeiro carnaval fora de época, onde a população assiste a seus candidatos por meio de showmícios², seguem trios elétricos com músicas de seus escolhidos que, muitas vezes, enfatizam os erros dos adversários, aclamando os pretendentes a cargo político por eles escolhidos. As trocas

2 Shows seguidos de comício.

de votos são comuns e caracterizam-se pela troca de influências, criação, ou manutenção de empregos, distribuição de materiais de construção, rancho, ou até mesmo dinheiro em espécie.

Segundo Santos (2000, p. 68),

Na medida que os institutos encarregados de cuidar do interesse geral são enfraquecidos, com o abandono da nação e da prática da solidariedade estamos pelo menos a médio prazo, produzindo as condições da fragmentação e da desordem, claramente visíveis no país, por meio do comportamento dos territórios, isto é, da crise praticamente geral dos estados e dos municípios.

A educação no município passou por transformações com a implantação de um núcleo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), no ano 2000. Durante esses 17 anos a UEA já formou mais de 1000 profissionais nas mais diversas áreas de conhecimento: Licenciaturas em Geografia, Matemática, Pedagogia, História, bacharéis em Economia e tecnólogos em Gestão Pública e Logística.

Além da Universidade do Estado, o município ainda recebeu cursos de Licenciatura em História, Língua portuguesa e Geografia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), além de cursos de formação técnica do Centro de Educação Tecnologia do Amazonas (CETAM). A implantação desses cursos no município possibilita aos moradores assumirem postos de trabalho antes ocupados, quase sempre, em sua maioria, por pessoas que vinham de outras localidades.

Considerações finais

Numa reflexão preliminar, com base no referencial consultado, pode-se dizer que o período colonial ainda se faz muito presente no município de Manicoré, não só o período colonial, mas o chamado período pós-colonial, caracterizado como globalização que tem influenciado o município num novo processo civilizador.

A mudança de comportamento é perceptível visto que a população do município não tem mais o propósito de produzir somente para o consumo, mas também para comercializar; tanto com população local, como por meio da exportação do excedente para os municípios mais próximos.

A chegada da Universidade no interior do Amazonas parece colaborar para essa realidade, uma vez que os cursos ofertados à população, em

sua maioria, com exceção dos voltados para a formação docente, são direcionados ao empreendimento comercial com o foco na produção e comercialização dos produtos, possibilitando a criação de novas empresas e novos meios de produção.

O pensamento colonial é refletido, dentre outras maneiras, no poder centralizado na mão de poucos e no elevado número e famílias vivendo abaixo da linha da pobreza.

Apesar do avanço no campo educacional, por meio de oferta de cursos superiores, de cursos técnicos, ainda não se consegue perceber, em uma escala considerável, a evolução do pensamento dos habitantes da cidade. Essa assertiva encontra abrigo no fato, de fácil percepção, de que muitos moradores do município acumulam diferentes cursos superiores, no entanto não conseguem se desenvolver em nenhuma área de formação. Ainda nessa linha de análise, há aqueles que, uma vez formados, preferem morar na capital trabalhando em subempregos por terem a visão de que os grandes centros ainda oferecem melhores condições de vida.

Há também os que permanecem no município, ou se sujeitam a viver da política, onde muitas vezes são obrigados a acompanhar todas as solenidades realizadas pelos governantes sob o risco de perderem seus empregos, caso não forem, ou apoiarem. O restante vive do comércio, ou das demais atividades desenvolvidas no município.

Diante do exposto, se percebe, com ajuda do referencial pesquisado, que Manicoré ainda vive sob o jugo do pensamento colonial, em que os habitantes ainda se sujeitam, por exemplo, a votar por troca de favores, sem análise real das propostas daqueles que se apresentam como candidatos aos cargos eletivos. Essa realidade que por ora se apresenta, torna imperativa a necessidade de que a população desenvolva um significativo interesse pela informação, para que, assim, possa atingir um grau satisfatório de evolução no pensamento, capaz de, então, promover o desenvolvimento do município.

Agradecimentos

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades. À Instituição pelo ambiente criativo e amigável que proporciona. Ao professor Michel Justamand, pela orientação, apoio e confiança. A minha mãe e meus irmãos, pelo amor, incentivo e apoio incondicional e a todos que direta ou indiretamente fazem parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Referências bibliográficas

BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia – Análise do processo de desenvolvimento. 2º ed.- Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

FODÉ, Dawara. A mentalidade primitiva, in: Manifesto do Homem Primitivo. Ed. Futura, 1973.

FURTADO, Risomar. Logística no Município de Manicoré: Armazenagem e Distribuição de Suplemento dos Produtores Agrícolas, Manicoré. 2014.

HALL, Stuart. Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik. Ed. Da UFMG, 2003.

IBGE. <http://www.ibge.gov.br/home/>, Acesso em 07 de agosto de 2017.

IDAM. <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/27567398/idam-instituto-de-desenvolvimento-agropecuario-e-florestal-do-amazonas>, Acesso em 07 de agosto de 2017.

LATOUCHE, Serge. Pode a África contribuir para resolver a crise do ocidente? Barcelona, 2004.

SANTOS, Milton. Por uma Globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS, Nelson. Diagnóstico das transformações socioterritoriais no eixo da BR 319 (Manaus/AM – Porto Velho/RO). Brasília, 2013.

A formação docente e a prática educativo-crítica no pensamento pós-colonial: uma aplicação nas Artes Visuais

Andreverson Marinho

Lílian Freire Noronha

Marian Serrão Barros

Iniciamos este capítulo fazendo uma breve contextualização acerca da pesquisa realizada, tendo por base o antagonismo entre os pensamentos colonial e pós-colonial no século XXI no que tange à área educacional face à Teoria Freireana relacionada às Artes.

Dada esta importância, acreditamos que a teoria integrada à prática, através de projetos desenvolvidos para instigar o educando a ter mais autonomia e a ser mais crítico é fundamental para a construção de uma postura que rompa com a passividade e permita construir seus próprios conhecimentos.

Nesse sentido, a aplicação de nossa pesquisa visa demonstrar de que maneira tal autonomia pode ser construída através de um projeto vinculado ao campo das Artes e, executado na forma de oficina, intitulado “Oficina de introdução à técnica de desenho e liberdade criativa” com alunos da rede pública estadual de Manaus.

Assim, a oficina foi planejada e implementada com a participação de 16 alunos, na faixa etária entre 14 a 17 anos, de três turmas do nono ano do ensino fundamental da Escola Estadual Integral Bilíngue Professor Djalma da Cunha Batista. Nela foram exploradas as técnicas de desenho e liberdade criativa para que os educandos rompessem com o bloqueio criativo, caso exista.

A organização do capítulo está disposta da seguinte forma: na primeira seção, intitulada “Ainda o pensamento colonial?”, apresentamos as características do educador que se encontra no centro do processo de ensino e de como tal atitude é nociva à construção de uma autonomia e senso crítico do aluno. Na seção denominada “O pensamento pós-colonial e a Teoria Freireana” relatamos o tempo de mudanças e como está ocorrendo à formação docente e a prática educativa no século XXI. Na seção “A Influência da Teoria Frei-

reana nas Artes” percebe-se um campo dialogal com as Artes e Paulo Freire. Na seção “Desenho em sala de aula para construção da autonomia” narramos a classificação de Fases Gráficas Expressivas de Lowenfeld com demonstração visual de desenhos representativos de cada fase. Na seção “Implementação do projeto no Ensino Fundamental” explanamos acerca da execução da oficina e das atividades elaboradas, assim como a metodologia utilizada. Por fim, relatamos na seção “Resultados” os resultados obtidos e, na sequência, a Conclusão, os agradecimentos e notas sobre os autores da pesquisa.

Ainda o pensamento colonial?

Vivenciamos tempos de mudanças que nos obrigam a desconstruir nossa visão de educação para a construção de uma educação crítica que seja contrária ao discurso do ocidente vencedor. Discurso esse que promove uma hierarquização intelectual, tal qual, identificamos na educação bancária¹ de Paulo Freire, onde o aluno é um ser sem luz, como na própria acepção da palavra, uma tábua rasa na qual os conhecimentos são preenchidos pelo sujeito de luz que detém todo o poder, inexistindo, portanto, uma educação plural e, reforçando dessa forma, os resquícios do colonialismo.

A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão (FREIRE, 2005). Tal educação se funda num sujeito que assume uma posição invariável perante os educandos, característica essa marcante de uma sociedade opressora que prega a cultura do silêncio, onde manda quem pode e obedece quem precisa. Freire (2005, p. 68) critica a concepção bancária na qual:

- a) O educador é o que educa; os educandos, os que são educados;
- b) O educador é o que sabe; os educandos os que não sabem;
- c) O educador é o que pensa; os educandos, os pensados;
- d) O educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente;
- e) O educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados;
- f) O educador é o que opta e prescreve sua opção; os educandos, os que seguem a prescrição;

¹ Na visão “bancária” da educação, o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber (FREIRE, 2005).

- g) O educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam, na atuação do educador;
- h) O educador escolhe o conteúdo programático; os educandos, jamais ouvidos nesta escolha, se acomodam a ele;
- i) O educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente a liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele;
- j) O educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos.

Na medida em que a ideia de uma educação transmitida de um sujeito para um objeto perpassa o tempo e, ainda, encontra-se consolidada numa sociedade através de uma práxis conservadora, evidenciamos além dos resquícios de um colonialismo, com seu poder opressor, não somente a domesticação do educando enquanto educando, mas do educando enquanto ser humano, tornando-se passivo perante a sociedade na qual integra.

O pensamento pós-colonial e a Teoria Freireana

Ao problematizar sobre como a educação ainda está vinculada a um pensamento de domesticação do educando, observamos que é necessário romper com esse paradigma, calcado nas diversas formas de dominação, e, apresentar uma educação insubmissa a esses ditames tão coloniais. É tempo de mudança no pós-colonial e *por que o pós-colonial é também um tempo de “diferença”?* *Que tipo de diferença é essa e quais as suas implicações para a política e para a afirmação dos sujeitos na modernidade tardia?* (HALL, 2003, p. 101).

Variadas respostas surgem a tal questionamento e a maioria delas converte para a inserção do oprimido no centro da construção do processo educacional, saindo, a partir de então, da passividade, na qual estava subjogado, para a visibilidade e a construção ativa de novos espaços nos quais é detentor da palavra, alcançando esta, uma amplitude não somente na educação, mas, também, na política, na sociedade, e, na forma como se percebe enquanto ser humano (SHIVA, 2003; FREIRE, 2003; SANTOS, 2008; SPIVAK, 2010).

Nesse sentido, pensar na Teoria Freireana e na sua articulação com o pensamento pós-colonial para a educação é, indiscutivelmente, refletir acerca de como está ocorrendo à formação docente e a prática educativa no século XXI que, necessariamente, para transpor e desconstruir todo um supedâneo ideológico e político eurocentrista e estadunidense de hierarquização do conhecimento carecem de uma formação docente integrada à prática educativo-

crítica. Para tanto, far-se-á necessário que *o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção* (FREIRE, 1996).

Assim, essa não transferência mecânica do conteúdo se perfaz no ato de transformar o educando no criador do seu conhecimento a partir do instante em que ele é instigado a conectar a teoria aprendida à prática e a relacioná-las criticamente ao seu entorno de forma a problematizar questões sociais, políticas, econômicas, e, ambientais com vista a encontrar soluções concretas para esses segmentos. Por conseguinte, *nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo* (FREIRE, 1996). Por isso, o despertamento para a criatividade em alunos acerca das Artes já foi tema usual na Teoria Freireana, que será discutido na próxima seção.

A influência da teoria freireana na Arte

Paulo Freire obteve um campo dialogal com as Artes a partir do início de sua carreira na educação, onde alcançou a presidência de uma escola de Artes em Recife, na década de 50, juntamente com sua esposa que, também, tinha vínculo com a Arte e foi uma das pioneiras em integrar o ensino de Arte nas escolas públicas (BARBOSA, 1996). Nessa concepção, o pensamento freireano objetiva uma discussão da Arte/Educação crítica e pós-crítica para evidenciar a democratização da arte na sua perspectiva libertária.

Nesse sentido, se na teoria freireana o discurso é o dos educandos como sujeitos de sua própria construção, numa associação com a mesma, Barbosa (1998), parte da ideia que *a Leitura da obra de arte é questionamento, é busca, é descoberta, é o despertar da capacidade crítica [...], um conhecimento construído pelo próprio aluno, com a mediação do próprio professor, acerca do mundo visual e não uma educação bancária.*

A educação libertária se faz presente na Arte na proporção que a liberdade de se expressar através da imagem, da escrita, da música, da pintura, e do desenho é um ato de posicionamento crítico no mundo do que se pensa e se compreende e se problematiza acerca da sociedade, da educação, da política,

da economia, da própria Arte.

Freire (1996) entendia que havia uma relação significativa entre palavra e imagem e que, portanto, o ensino e a aprendizagem seguiam para além do simples ensinar, sem haver uma contextualização com o entorno e com as imagens, as quais nomeamos as coisas ao nosso redor, e que, indiscutivelmente, são revestidas de ideologias e, também, de preconceitos. Sendo, por esse motivo, que devem ser consideradas.

Desse modo, trataremos na seção seguinte dessa relação entre palavra e imagem e da construção da autonomia através da utilização do desenho pelos educandos.

Desenho em sala de aula para a construção da autonomia

A Arte na contemporaneidade vem alcançando novos espaços, porém na formação educacional ainda predomina o conceito perfeccionista em relação a tudo o que é considerado arte. Nesse sentido, Lowenfeld (1977) relata que o ato de desenhar possui um significado que, de acordo com a elevação da maturidade da criança, vai se modificando com o intuito de expressar o que ela sente em cada época. Desse modo, elaborou uma classificação de Fases Gráficas Expressivas na qual vincula a maneira de representar tal desenho à determinada faixa etária: a primeira etapa corresponde ao “Estágio das Garatujas” que ocorre por volta dos dois anos de idade. Nesse estágio não há coordenação motora e verificam-se somente rabiscos, conforme ilustrado na Figura 1.

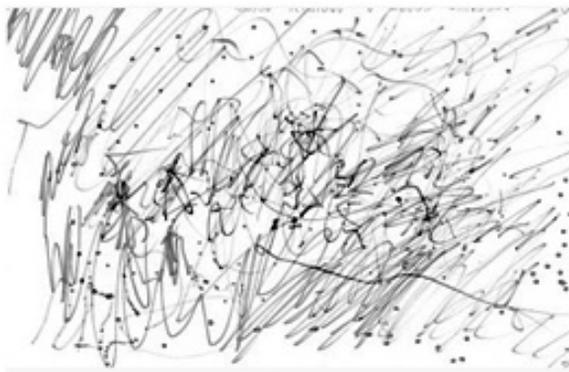


Figura 1 – Estágio garatujas

Fonte: <http://rodadeinfancia.blogspot.com.br/2013/07/grafismo-infantil-estagios-do-desenho.html>

Na segundo etapa, denominada de “Estágio Pré-esquemático”, geralmente entre quatro a sete anos de idade, evidencia-se uma tentativa de representação da realidade por parte da criança, como demonstrado na Figura 2, continuando, porém, sem coordenação.



Figura 2 – Estágio Pré-esquemático

Fonte: <http://rodadeinfancia.blogspot.com.br/2013/07/grafismo-infantil-estagios-do-desenho.html>

A terceira etapa é nomeada de “Estágio Esquemático” que ocorre entre os sete a nove anos de idade e é perceptível a linearidade do desenho que, também, apresenta formas, segundo pode-se verificar na Figura 3.



Figura 3 – Estágio Esquemático

Fonte: <http://rodadeinfancia.blogspot.com.br/2013/07/grafismo-infantil-estagios-do-desenho.html>

Na quarta, e última etapa, tem-se o “Estágio do Realismo” que se inicia aos nove e estende-se até os doze anos. A criança nessa etapa já possui consciência acerca de dimensões dos objetos e diferenciação das figuras humanas por sexo, conforme exposto na Figura 4.



Figura 4 – Estágio do Realismo

Fonte: <http://rodadeinfancia.blogspot.com.br/2013/07/grafismo-infantil-estagios-do-desenho.html>

Depreendendo-se do exposto e, com relação à classificação de Lowenfeld (1977), é observável que a criança, em sua formação, atravessa essas fases nas quais desenvolve habilidades artísticas e, também, habilidades intelectuais e motoras até a adolescência, quando atinge, então, um discernimento maior para definir seus próprios conceitos em relação à Arte. Entretanto, nota-se que na fase da adolescência comumente há uma tendência ao bloqueio criativo dos jovens, devido à ideia de que seus desenhos sejam infantis e não desenhos considerados “adultos” para sua faixa etária. Nesse ponto, o diálogo entre Educação e Arte que Freire propõe se materializa quando o educador rompe com o lugar comum e proporciona ao educando a oportunidade de “ser mais”, através de uma proposta motivadora, aliando teoria à prática, na qual o mesmo construirá mecanismos para desarticular tal bloqueio criativo. *Incentivar a criatividade individual entre alunos é primordial, ampliar as atividades em equipes e o estímulo a projetos, isso levará os alunos ao engajamento criativo, diminuindo a competição entre eles* (CHOMSKY apud JUSTAMAND, 2017, p. 157).

Dessa forma, apresentaremos na próxima seção um exemplo de implementação de um projeto, desenvolvido na forma de oficina e aplicado junto a alunos da rede pública de ensino, sobre técnicas de desenho e liberdade criativa.

Implementação do projeto no ensino fundamental

O estudo é do tipo qualitativo desenvolvido a partir do método pesquisa de campo no qual o projeto “Oficina de introdução à técnica de desenho e liberdade criativa” foi implementado, com 16 alunos na faixa etária entre 14 a 17 anos, de três turmas do nono ano do ensino fundamental da Escola Estadual Integral Bilíngue Professor Djalma da Cunha Batista, na cidade de Manaus/AM. O projeto contou com a colaboração do professor do curso de Artes Visuais e do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, ambos, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

O projeto demandou para sua realização, ocorrida em 2017, uma carga horária de 4 horas e foi motivado pela tendência ao bloqueio criativo existente na fase da adolescência, tendo sido implementado na forma de uma oficina de introdução cujo objetivo foi estimular a liberdade criativa dos alunos, apresentando formas diversificadas de expressões gráficas que podem ser alternativas ao desenho realista. A seguir, apresentaremos as etapas de execução da oficina.

- Na primeira etapa, foi realizada uma explanação oral e visual, onde foram expostas aos alunos, através de imagens em projetor, as histórias de diferentes estilos de desenho, principais artistas e obras e suas técnicas, tais como: caricatura, cartum, grafiti, desenho minimalista, surrealista, expressionista e abstracionista. Tal momento objetivou a familiarização dessas técnicas e a identificação dos estilos que mais os agradavam;
- Na segunda etapa, ocorreu a abordagem teórica e prática das técnicas de: aquarela, hachuras e texturas, aguada de nanquim e doodle art²;
- Na terceira etapa, os alunos executaram uma proposta plástica de temática livre com as técnicas e estilos ensinados durante a oficina utilizando para isso os materiais disponíveis, tais como:

² Doodle art é uma palavra inglesa para referir-se a um tipo de esboço ou desenho realizado ao acaso, quando uma pessoa está distraída ou ocupada. Para maiores informações: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Doodle>>.

tintas guache, pinceis, nanquim, água, lápis para desenho, lápis de cor tipo aquarela, papel de gramatura 300, copos plásticos, godês³ e pano.

Ao final da oficina cada aluno apresentou sua proposta plástica desenvolvida para socialização com os demais participantes, conforme ilustrado na Figura 5.



Figura 5 – Produção da Oficina de introdução à técnica de desenho e liberdade criativa
Fonte: Imagens produzidas pelos autores durante a oficina

Resultados

Durante a oficina de Introdução à Técnica de Desenho e Liberdade Criativa, ao serem apresentados aos diferentes estilos de desenhos, os alunos puderam opinar acerca daqueles com quais haviam se identificado e se interessado mais, com isso foi observado que se tornaram mais confiantes para desenvolver seus próprios desenhos, havendo reconhecimento entre as obras e o que julgavam ser capazes de produzir. Observou-se, ainda, a curiosidade dos alunos e o encantamento dos mesmos com as descobertas das técnicas e a possibilidade de produzirem obras inserindo suas próprias expressões e vivências através da manipulação dos materiais e das técnicas.

³ Pequena tigela na qual se dilui tinta. Para maiores informações: <<https://www.dicio.com.br/gode/>>.

Nesse sentido, cada aluno desenvolveu e apresentou, para socialização entre os colegas, uma proposta plástica a partir das técnicas repassadas. Ao final da oficina houve, ainda, a produção de um vídeo relatando todo o processo de ensino e aprendizagem dos alunos envolvidos nesse projeto. Na etapa final, ocorreu à aplicação de um instrumento de medição, na forma de questionário, para aferir a satisfação dos alunos face ao que foi implementado. Tal questionário pode constatar a satisfação dos alunos e a viabilidade desse projeto alcançar uma amplitude além do que fora proposto inicialmente. A oficina, além disso, promoveu a certificação dessa atividade através da Faculdade de Artes da Universidade Federal do Amazonas.

Tal experiência prática teve importância ímpar ao passo em que se pode verificar que existem alunos que reprimem suas habilidades artísticas em função de pensarem que não sabem desenhar e/ou comparam suas habilidades com as de outros alunos e não encontram os traços realistas que outros conseguem desenvolver com desenvoltura.

Conclusões

Depreendendo-se de todo o exposto, foi possível ratificar como a implementação de um projeto, que articule a teoria à prática, é capaz de resgatar a curiosidade e a criticidade dos educandos para problematizações quando inseridos os mesmos num espaço que lhes permita serem os sujeitos da produção de seus próprios conhecimentos. Como implementação do projeto futuramente, o mesmo será incorporado às atividades de extensão da Faculdade de Artes da Universidade Federal do Amazonas e aplicado junto aos alunos de escolas públicas de Manaus.

No que tange ao ensino pelos professores, necessita-se que o mesmo tenha um pensar certo, ou seja, um pensar em conjunto com o educando e isso se traduz quando se inseri os alunos na prática, não uma prática desprovida de teoria porque se assim o fosse estaríamos diante de mera mecanização, mas uma prática articulada à teoria que desafie o educando a “ser mais”. “Ser mais” como aluno, “ser mais” como profissional. “Ser mais” como ser pensante e crítico. “Ser mais” como ser humano. Esse é o verdadeiro papel de um educador do século XXI no pensamento pós-colonial e da prática educativo-crítica.

Agradecimentos

À Universidade Federal do Amazonas, através do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. Ao Prof. Michel Justamand responsável pela disciplina Contribuições do Pensamento Pós-Colonial. Ao Prof. Ivon Carlos da S. Lobato responsável pela disciplina Teoria da Percepção Visual da FAARTES. Aos alunos Marcus Vinícius C. Duarte e Lucas Furtado Simões pelas colaborações durante a oficina e filmagem da mesma.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

BARBOSA, Ana Mae. **Tópicos Utópicos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação e Atualidade Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

JUSTAMAND, Michel. **Neoliberalismo: a máscara atual do capital**. São Paulo: Alexa Cultural, 2017.

LOWENFELD, Viktor. **Desenvolvimento da capacidade criadora**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. v. 4, 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Política de Acolhimento de crianças e adolescentes no município de Manaus: uma realidade silenciada em meio ao descaso do poder público

Maria Goreth da Silva Vasconcelos

Maria Almerinda de Souza Matos

Caracterização da Política de Acolhimento no Município de Manaus¹

O acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em nosso país é um campo que se encontra em reordenamento tanto no que se refere às políticas sociais amplas, como a prática cotidiana dentro do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Nesse sentido, o governo brasileiro acompanhando a dinâmica de reestruturação em torno das questões referentes ao direito da criança e adolescentes, no ano de 2006 aprovou o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC). Tal normativa instituiu as diretrizes nacionais para as medidas de apoio sociofamiliar, acolhimento familiar e institucional e processos de adoção.

Neste documento fica claro o empenho em torno de uma política nacional de assistência com foco na família, cujas orientações vão à direção de se romper com a cultura da institucionalização, de modo a fortalecer o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No mesmo empenho em junho de 2009, aprovou-se a Resolução Conjunta nº 1, que instituiu o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescente, com a finalidade de regulamentar em território nacional, no âmbito da Política de Assistência Social, a organização e oferta do

¹ O texto contido neste subtítulo foi extraído da dissertação de Mestrado da autora. Ver Vasconcelos (2015, p. 53-55).

referido serviço ao público infanto-juvenil sob medida de proteção social especial. Em agosto do mesmo ano, sancionou-se a Lei 12.010 que dispôs sobre a adoção; alterou as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA, 8.560, de 29 de dezembro de 1992 que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento. Ainda, revogou dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; dando ainda outras providências. Estes documentos são marcos legais necessários para o entendimento da atual política de acolhimento de crianças e adolescentes, a qual se organiza em torno dos programas de acolhimento familiar² e acolhimento institucional³. É importante, entretanto considerar que,

A organização dos diferentes serviços de acolhimento tem como objetivo responder de forma mais adequada às demandas da população infanto-juvenil. A partir da análise da situação familiar, do perfil de cada criança ou adolescente e de seu processo de desenvolvimento, deve-se indicar qual serviço poderá responder de forma mais efetiva às suas necessidades. Deve-se considerar, ainda: sua idade; histórico de vida; aspectos socioculturais; motivos do acolhimento; situação familiar; previsão do menor tempo necessário para viabilizar soluções de caráter permanente (reintegração familiar ou adoção); condições emocionais e de desenvolvimento, bem como condições específicas que precisem ser observadas (crianças e adolescentes com vínculos de parentesco – irmãos, primos, crianças e adolescentes com diferentes deficiências, que estejam em processo de saída da rua, com histórico de uso, abuso ou dependência de álcool ou outras drogas, etc.) (BRASIL, 2009, p. 66).

Percebemos desse modo que as formas e programas de acolhimento devem condizer com a realidade das políticas locais e perfis dos sujeitos a que se destinam, orientando-se pelo que reza as normativas nacionais.

No sentido de conhecer a Política de Acolhimento existente no município de Manaus, conduzimo-nos ao CMDCA⁴ e a COIJ⁵, para solicitar informações a respeito da referida realidade. Foram-nos disponibilizados documentações e dados referentes às instituições de acolhimento, ali cadastradas. Seguimos realizando contato com as referidas entidades. Aplicamos

² “[...] o acolhimento familiar é compreendido como uma medida protetiva, a qual possibilita a criança e ao adolescente em vulnerabilidade e afastado de sua família de origem ser colocado sob a guarda de uma outra família. Essa família é previamente selecionada, cadastrada e vinculada a um programa. [...]” (COSTA, N. R do A., & FERREIRA-ROSSETI, M. C. Psicologia: Reflexão e Crítica. 22 (1), p. 112).

³ Acolhimento institucional é “um espaço de proteção provisório e excepcional, destinado a crianças e adolescentes privados da convivência familiar e que se encontra em situação de risco pessoal ou social ou que tiveram seus direitos violados”. (RONDÔNIA, 2009, p. 9).

⁴ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

⁵ Coordenadoria da Infância e da Juventude.

junto aos responsáveis pelas mesmas, um questionário para levantamento de informações, tendo como direcionamento os itens apontados no documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescente.

O caminhar ao longo do processo permitiu-nos identificar que no município de Manaus, no momento do levantamento de dados para a pesquisa, constavam cadastradas junto aos conselhos responsáveis pela política de assistência a crianças e adolescentes, nove instituições de acolhimento institucional, a saber: Aldeias Infantis SOS, Casa VHIDA, Lar Batista Janell Doyle, Abrigo Moacyr Alves, Monte Salém, O Coração do Pai, O Pequeno Nazareno, Casa Mamãe Margarida, Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes sob Medida Protetiva – SAICA.

As referidas unidades situam-se na área urbana do município. Possuem características que refletem os objetivos sociais a que se destinam, e especificidades relacionadas ao público-alvo a que atendem. São compostas por profissionais onerados pela própria instituição, ou cedidos pela Secretaria Municipal de Educação- SEMED/Manaus. Em algumas percebemos a presença de voluntários, que se conduzem a fim de conhecer de modo próximo a realidade, e contribuir com seus saberes e fazeres ante ao contexto.

No que se refere às questões físicas e materiais, os locais na sua maioria possuem estrutura física própria com exceção do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes sob medida protetiva (SAICA) que funciona em um prédio locado pela Prefeitura Municipal de Manaus. Sobre este último foi-nos informado que se encontra em construção um espaço para desenvolvimento das atividades a que se refere, tendo-se como objetivo ampliar o processo de atendimento por ele prestado, uma vez que para ali, as crianças e adolescentes, atualmente, são conduzidos por um tempo máximo de uma semana, o que equivaleria após reordenamento, atendimento em regime de acolhimento institucional, em outra unidade cadastrada na rede.

Através da pesquisa identificamos que a atual política de Acolhimento existente no município, no momento do estudo, não contemplava programas de acolhimento familiar de acordo com o rezado nas normativas vigentes, presenciando-se apenas a realidade de programas de acolhimento institucional, experienciados nas instituições acima mencionadas.

Pensando o acolhimento à luz das orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes

As informações obtidas referentes à realidade do Acolhimento no município de Manaus refletem o que vem acontecendo nas demais regiões do país. Em pesquisa sobre o Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes, realizada em 2003 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) junto às instituições cadastradas na Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC) do Ministério do Desenvolvimento Social, estimou-se que,

[...] em torno de 80.000 crianças e adolescentes estão vivendo em instituições de abrigo no Brasil. Entretanto, a maioria das crianças e adolescentes dos abrigos investigados têm famílias (86,7%), sendo que foram afastados de suas famílias por situações de negligência, abandono ou violência e possuem um perfil considerado distante do desejado para adoção (58,5% meninos, 63% afrodescendentes e 61,3% com idade entre 7 e 15 anos). Muitos passam longos períodos nos abrigos, existindo aqueles que passam toda a infância e adolescência. São provenientes de famílias pauperizadas, que enfrentam várias dificuldades quanto à sua manutenção e subsistência (SILVA, 2004 apud COSTA & ROSSETTI-FERREIRA, 2009 p.112).

Embora no momento da pesquisa não tenha sido possível a quantificação/estimativa de percentuais detalhados, semelhantes ao estudo nacional, uma vez que o município e estado, nos setores de cadastros relacionados, não nos viabilizou acesso a informações/cadastros precisos sobre determinados itens, foi possível, a partir de entrevistas com assistentes sociais, técnicos e funcionários das unidades de acolhimento, da Rede de Serviços e setores relacionados ao Sistema de Garantia de Direitos, bem como informações contidas no banco de dados das unidades de acolhimento visitadas, em relatórios descritivos e outros documentos locais, identificar que a maioria das crianças e adolescentes sob medida de proteção de alta complexidade, foram inclusos à modalidade de assistência, acolhimento institucional em detrimento ao acolhimento familiar. Isto nos conduz a percepção de que embora o reordenamento em torno do processo de acolhimento aponte o Acolhimento Familiar como medida preterida em relação a outros modelos protetivos, o Acolhimento Institucional ainda tem sido o modo de atendimento mais utilizado no Município de Manaus, semelhante ao que acontece em território nacional. Ainda, que não existe no município implantado e em efetivação programas de Acolhimento Familiar, como sugerido no PNCFC.

A realidade referente aos sujeitos em destaque quando da necessidade da medida protetiva, e que por decisão do judiciário precisam ser retirados do ambiente familiar natural, é o encaminhamento para contextos nos quais se desenvolve programas de acolhimento na modalidade de Abrigo⁶ ou Casa-lar⁷.

É importante destacar que os espaços de acolhimento institucional, na atualidade, se inscrevem com o desafio de superar a cultura da institucionalização⁸, que durante muito tempo perdurou no atendimento dos sujeitos desassistidos socialmente.

Na história brasileira, ao longo de muitos anos, o modelo da institucionalização figurou como realidade no atendimento de crianças desvalidas, órfãos, doentes mentais, deficientes, idosos desassistidos de suas famílias, e todo um público em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Neste contexto destacamos a imagem dos educandários, orfanatos, FEBEM, manicômios, asilos e até mesmos os presídios de segurança máxima, sendo que este último perdura até os dias de hoje em modelo semelhante.

Os espaços referidos constituíam-se como verdadeiros confinamentos, onde se perdia a individualidade e o respeito social. Ali prevalecia a lei do mais forte, ou a postura alienada e alienante para a vida.

As políticas públicas neste íterim conduziam-se em torno de afastar da sociedade o “problema”, pelo afastamento social do sujeito, que como vítimas do sistema de exclusão, continuavam vítimas do descaso do poder público e das políticas governamentais da época em um processo contínuo de marginalização.

⁶ Segundo as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, Abrigo é o serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta (BRASIL, 2009, p.67).

⁷ O Serviço de Acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (BRASIL, 1990-ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta (BRASIL, 2009, p. 69).

⁸ Sobre estes contextos cuja base e modelo Goffman (1987) apud Benelli & Costa-Rosa (2004) denominou de “instituições totais” e que se caracterizam, fundamentalmente por, “[...] serem estabelecimentos fechados que funcionam em regime de internação, onde um grupo relativamente numeroso de internados vive em tempo integral. A instituição funciona como local de residência, trabalho, lazer e espaço de alguma atividade específica, que pode ser terapêutica, correccional, educativa etc. Normalmente há uma equipe dirigente que exerce o gerenciamento administrativo da vida na instituição”.

A partir de meados do século vinte, mundialmente estabelecem-se movimentos pela mudança de tais sistemas. O cenário ainda que de modo tímido, a partir das lutas em prol dos direitos humanos, apontadas em várias frentes, começa a se modificar, resultando no que se convencionou denominar de paradigma da inclusão. Segundo Vasconcelos (2013, p. 2),

O paradigma da inclusão apresenta-se para o nosso tempo como um horizonte que aponta para a valorização do homem, para sua ressignificação, para o respeito a direitos independente de classe, etnia, religião, gênero, deficiência e outros. O discurso da inclusão caminha na direção de se construir práticas que levem em consideração o valor a vida e aos direitos humanos, no intuito de construir uma sociedade que acolha, respeite e valorize o outro [...].

A influência deste pressuposto conduziu a se questionar a condição dos espaços de atendimento de crianças e adolescentes desassistidos e/ou em situação de vulnerabilidade social, conforme o que se inscrevia nos espaços de institucionalização, tendo-se agora o desafio pela implantação de uma política de Acolhimento com moldes inclusivos e humanitários.

De acordo com o documento Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento Institucional (2009), as unidades destinadas a tais atividades, na atualidade,

[...] deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local (BRASIL, 2009, p. 67).

As observações realizadas junto as nove entidades de acolhimento institucional em Manaus, conduziu-nos a concluir que as mesmas atendem a maioria dos critérios básicos considerados como necessários para o funcionamento de tais serviços.

Nos aspectos gerais de construção, todas cumprem o que se orienta nas normativas nacionais. Ambas se assemelham a residências, seguindo o padrão arquitetônico das demais moradias da comunidade. Não possuem placas identificativas da natureza institucional do equipamento, ou que conduzam a estigmatização dos usuários. Com exceção do SAICA, mantido pela esfera do governo municipal, cujo espaço de funcionamento é locado, as demais entidades estão construídas em áreas próprias, pertencentes às organizações sociais, a que fazem parte.

As mesmas possuem quadro de recursos humanos pertinentes, com formação, experiência e capacitação mínima exigida. Atendem em quantitativo acima do exigido como mínimo para atuação na função, ou seja: um coordenador para cada unidade (nível superior e experiência em função congênere), dois profissionais na equipe técnica para atendimento a até 20 crianças e adolescentes profissionais com nível superior com experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco, um profissional educador/cuidador para até 10 usuários profissionais.

A maioria dos funcionários componentes das equipes técnicas pertencem ao quadro de pessoal mantido pela entidade em regime de CLT⁹. Em algumas situações tem-se a cedência de profissionais da Secretaria Municipal de Educação de Manaus, os quais desenvolvem atividades educativas formais (escolares), no espaço da própria instituição, como é o caso da Casa Mãe Margarida, Casa VHIDA, Monte Salém e Janell Doyle.

No quadro do SAICA todos os funcionários são servidores públicos do organograma da SEMMASDH. Em algumas instituições ainda se tem a presença de voluntários que contribuem com sua formação e ações nas realidades locais.

No critério referente ao ponto de vista geográfico e socioeconômico, no qual se orienta que as unidades devam assistir próximo ao local de origem dos sujeitos, percebemos o estabelecimento de um cenário nem sempre possível.

Na realidade da Casa VHIDA por se tratar do atendimento de uma demanda extensa de crianças sob acompanhamento do HIV, o que se amplia a assistência de cadastrados de todas as zonas da cidade, esta questão não se torna efetiva, uma vez que a mesma possui apenas uma unidade e se localiza na zona oeste da cidade de Manaus, para onde todos os cadastrados devem se dirigir; O SAICA, localizado na área central da cidade, funcionando em caráter emergencial e provisório atende demandas variadas e relacionadas à área total do Município; O Abrigo Moacyr Alves cujos sujeitos na maioria têm neste espaço a única oportunidade de moradia, uma vez que perderam contato com as famílias de origem e encontram-se em faixa-etária, condições físicas e neurológicas, que resultam em baixa probabilidade para adoção, recebe sujeitos de áreas distintas da cidade.

⁹ Sigla da Consolidação das Leis do Trabalho. A CLT é uma norma legislativa de regulamentação das leis referentes ao Direito do Trabalho e do Direito Processual do Trabalho no Brasil. Foi aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e sancionada por Getúlio Vargas, presidente do Brasil na época.

No que se refere às questões relativas a documentações, processos formativos e de acompanhamento, percebemos que naqueles espaços o serviço funciona a contento. Há organização de documentos quanto ao acompanhamento psicossocial dos usuários e respectivas famílias, com vista à reintegração familiar, capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários, o que é feito por iniciativa local de cada unidade. Há organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual; elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios semestrais sobre a situação de cada criança e adolescente, apontando: possibilidades de reintegração familiar; necessidade de aplicação de novas medidas; ou, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção; preparação da criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o (a) cuidador (a)/educadora (a) de referência); mediação, em parceria com o educador/cuidador de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso, conforme apontado nas Orientações Técnicas (2009).

No que se refere às condições e documentações exigidas, o Estado como órgão supervisor e regulador, acompanha de modo próximo a dinâmica das instituições, não permitindo funcionamento destas, caso haja, descumprimento dos critérios contidos no ECA, nas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e demais referências/ normativas nacionais.

Quanto ao encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da Rede de Serviços e do Sistema de Garantia de Direitos, as intervenções necessárias ao acompanhamento de crianças e adolescentes e suas famílias, ainda é um desafio a se transpor na realidade manauense. O trabalho intersetorial como um todo não é uma constante entre os serviços de assistência do município.

Segundo Junqueira (2004)

A intersetorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços, de forma a garantir um acesso igual dos desiguais. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses.

Esta dinâmica não confere ao que percebemos sobre a assistência de crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Os dados nos apontaram que o trabalho fragmentado nesta área continua permeando o universo das Políticas nos setores governamentais e não-governamentais. Embora as normativas direcionem para o trabalho em Rede, no qual as Políticas se organizariam por um prisma intersetorial, cujas estratégias se efetivariam pelas parcerias, visando-se o bem comum, isto não condiz com o que encontramos neste cenário.

No que a isto se refere, chamou-nos a atenção as dificuldades enfrentadas pelos gestores das unidades de acolhimento no que se refere a matrícula escolar dos sujeitos a eles tutelados, que ao migrarem de um contexto para outro, nem sempre conseguem de maneira regular esta inserção, uma vez que o setor de regulação de matrículas (Central de Matrículas) obedece a prazos sistematizados, que se fecham em datas específicas.

Muitos sujeitos, decorrentes deste processo, acabam por perder o ano letivo. De outro modo também aqueles que conseguem adentrar regularmente no sistema, ao ingressarem nas novas escolas, nem sempre recebem um atendimento que leve em consideração sua realidade. Ao migrarem de um espaço para outro, visto se afastarem do contexto ameaçador, se não completarem um bimestre letivo, e assim comprovarem rendimento escolar, acabam por se incorrer em processos de reprovação, uma vez que o novo espaço não se preocupa em verificar uma forma de recuperar o período em curso. Sobre isto, a assistente da CMM (2015), destaca

Mas não é feito um trabalho como, por exemplo, de se... a menina não tem o primeiro bimestre, ela não vai ficar matriculada regular, que eu entendo que é uma necessidade das escolas... que já perde o ano. Deveria ter uma questão de adaptação.... Não tem. Ela vai entrar como ouvinte. Aquele ano ela já perdeu, porque a proposta eu penso... eu não tô falando dessa escola, tô falando da rede no geral. Bom seria que houvesse um atendimento, realmente, especializado, para esse público.

Outra situação a se destacar, obtida mediante informações em entrevista com representantes das instituições de acolhimento, é a que envolve a aprovação junto ao Conselho Municipal de Educação, de Projetos referentes às propostas educativas a serem desenvolvidas no interior das Unidades de Acolhimento. É frequente um esbarrar-se em burocracias impostas, as quais no sentido da aprovação dos projetos, se exige que façam adaptações pautadas

nas referências utilizadas para a Rede Regular de Ensino de modo geral, solicitando que retirem dos documentos o teor social e especificações relacionadas a realidade dos referidos setores.

Podemos mencionar que a realidade de atendimento dos sujeitos que se encontram em acolhimento institucional em Manaus, se apresenta mediante minimização de responsabilidade por parte do Estado. Por um lado, ocorre a inexistência de um trabalho em perspectiva intersetorial, com maior participação deste organismo, uma vez que ante a esta situação tem se posicionado como regulador e fiscalizador das instituições não-governamentais que se responsabilizam e prestam tais serviços no município. O Estado tem sido omissor na implementação e execução de políticas públicas de Acolhimento no contexto de sua esfera governamental.

Em outro sentido, no município de Manaus podemos destacar que existe a necessidade de reordenamento em torno da implantação do Acolhimento Familiar propriamente dito, algo que se quer saiu da letra da Lei. Ainda, a importância de se avançar ante a situação do quadro de Acolhimento Institucional existente, ainda que atualmente, estes não se apresentem como no passado sob molde de estruturas totais¹⁰.

Acreditamos que seja preciso por parte das unidades de acolhimento, que se dê mais, visibilidade ao trabalho junto às famílias, de modo a promover a reintegração familiar dos sujeitos por elas assistidos. Para isto, demanda-se a ampliação de estrutura e quadro de recursos humanos, os quais no momento apresentam condições mínimas (básicas) para atender os sujeitos dentro das unidades, ficando o trabalho junto às famílias parcialmente comprometido, uma vez que necessitaria de um número maior de profissionais para o exercício das atividades junto as mesmas.

Sabemos que tais entidades em alguns momentos são a única alternativa concreta ante ao quadro de violação dos direitos dos sujeitos que aqui mencionamos, os quais de algum modo precisam tê-los assegurados, principalmente no que se refere à proteção. Os mesmos, contudo, não podem ser de responsabilização apenas do setor não-governamental. É preciso que o poder público se envolva significativamente no processo, e ofereça espaços e serviços sobre sua esfera de manutenção.

¹⁰ Refere-se a um modelo de funcionamento cuja dinâmica assemelha-se ao que Goffman (1987) denominou de “instituições totais”.

Das instituições pesquisadas apenas uma, o SAICA, faz parte da esfera governamental. A participação do governo junto aos demais espaços se dá mediante a celebração de convênios. Para tanto, a disponibilização de verbas providas a partir dos mesmos, condiciona-se ao atendimento de inúmeras exigências, a fim de se garantir no interior das organizações elementos constitutivos da esfera pública, quais sejam: “visibilidade, controle social, representação de interesses coletivos, democratização e cultura política” (TEIXEIRA, 2011, p. 7). A legislação, ainda, aponta deveres como

A garantia de gratuidade no acesso e na fruição pelo usuário, de compromisso com a finalidade pública e a transparência nas suas ações, comprovação do efetivo exercício de suas atividades por meio de apresentação de planos de trabalho, relatórios de suas atividades ou balanço social ao Conselho competente (COLINS, FOWIER, 2007 apud TEIXEIRA, 2011).

Neste quadro percebemos que a dinâmica preconizada na política de Acolhimento Institucional do Município de Manaus, apresenta-se sob o que Teixeira (2011, p. 2), denomina de “pluralismo do bem-estar social”, o qual “vem gerando uma nova cultura de que não é possível pensar em fazer política social sem as parcerias entre o público e o privado, sem tê-los como executor das políticas”.

O Brasil apesar dos avanços constitucionais e das normativas que se desdobraram mediante abertura democrática como é o caso da LOAS¹¹, PNAS¹², SUAS¹³, ECA¹⁴ e outros, tende a seguir esta tendência. Encontramos no cenário brasileiro principalmente nas questões referentes à proteção social de crianças em situação de acolhimento institucional uma (re) filantropização dos serviços.

É importante destacar que historicamente a situação em torno deste modelo de atendimento se reescreve com facetas diferenciadas, isto dependendo do momento político, social e econômico em que a realidade brasileira se encontra. Atualmente podemos dizer que vivenciamos um momento no qual se busca na área da proteção social o reordenamento de ações por parte do Estado no sentido de atender os reflexos das reformas neoliberais ocorridas a partir dos anos de 1980, e as demandas decorrentes da luta, resistência e articulação da sociedade civil organizada, de modo a se fazer cumprir os avanços significativos nesta área e que se apresentam nas normativas nacionais.

¹¹ LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social

¹² PNAS- Política Nacional de Assistência Social

¹³ SUAS- Sistema Único de Assistência Social

¹⁴ ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

É neste contexto que consideramos o que alguns analistas denominam de “terceira via”

Trata-se de uma terceira via, nem estatal, nem privada, mas mista, de parceria entre o público, o privado e o terceiro setor que é “público, porém privado”. [...] trata-se da nova versão neoliberal dos últimos anos, menos ortodoxa e mais heterodoxa, mas com um ponto em comum a desregulamentação estatal de modo a diminuir suas demandas e remetê-las para as fontes primárias de proteção social e ao mercado (TEIXEIRA, 2011, p. 3).

Nesta ordem as funções de execução ficam sob as mãos do terceiro setor, competindo ao Estado o papel de regulador, normalizador, financiador e coordenador da rede. Na verdade, como gerenciador de políticas públicas, este precisaria ter posicionamento participativo e efetivo. Não se apresentando apenas como instância, complementar, supervisora/fiscalizadora, principalmente em relação às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e acolhimento institucional estabelecido.

O presente estudo nos apontou que o Estado, no que se refere ao atendimento do público em evidência, participa de maneira minimizada, demandando a esfera não governamental, o que deve ser de sua incumbência, de sua responsabilidade social, cuja menção, sintetizamos na fala da assistente social da CMM, em entrevista realizada no dia 15 de junho de 2015.

Nós estamos muito “a quem” do que deveria acontecer. É eles estão falando, quando eu digo eles, é o Conselho Nacional, em família acolhedora [...] Mas não existe isso na prática, se nós não temos estrutura pra abrigo! O município e o Estado não têm até hoje um abrigo. O que nós temos são ONGs. O que o Estado tem? O que o Município tem? O que ele tem é uma porta de entrada. Existe uma construção que não vai demorar pra inaugurar, mas isso foi depois do último escândalo que teve, quer dizer... pressão. Nós fazemos o que o Estado deveria fazer. O que deveríamos está fazendo, se houvesse esse trabalho, seria só um complemento, que na verdade não é. Se pensarmos cronologicamente o que é o acolhimento, o que foi o abrigo, o tempo que já gerou e o que passou, nós poderíamos ter outra estrutura, porém não é assim [...].

Percebemos mediante o depoimento, a existência de uma grande lacuna nesta área. Faltam espaços públicos e ações efetivas em várias frentes, uma vez que este serviço tem estado a cargo das organizações não-governamentais, que de acordo com as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento (2009), estão operando em sua capacidade máxima de atendimento. Falta atuação do governo municipal e estadual no combate a situação de risco social.

O censo do IBGE de 2010 indica que pelo menos 124 mil crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, na cidade de Manaus moram em área de risco. Há ausência de políticas sociais em benefício da referida população. Os papéis estão se invertendo, à medida que a sociedade civil exerce a função que deve ser ocupada, prioritariamente pelo poder público. O ECA preconiza que o Estado é responsável pela elaboração de políticas públicas que garantam prioridade no atendimento e integridade destas demandas, mediante planejamento de ações e serviços sociais, o que não se cumpre com eficácia.

Esta realidade nos leva a concluir que esta Política, por parte do Estado, aqui sob a representação do Município, fora em parcela significativa transferida ao Terceiro setor.

É neste ínterim contraditório que a proteção social de crianças e adolescentes em situação de Acolhimento se apresenta no município de Manaus, levando-nos a perceber a necessidade de se voltar o olhar em torno destas questões, de se buscar conhecer a realidade das instituições, verificando se nestas os sujeitos têm vivenciado o cumprimento de seus direitos constitucionais, se o Estado de fato vem cumprindo o papel que lhe compete. Se a atual dinâmica que envolve o setor contribui para a formação integral de crianças e adolescentes como menciona o ECA, de modo a possibilitar participação ativa na sociedade e formação plena para a cidadania. Ainda, de pensarmos na construção de uma história em torno destas questões, sem retrocessos, caminhando no sentido do avanço para a significativa inclusão social dos referidos sujeitos.

Agradecimentos

Ao professor doutor Michel Justamand pelas valiosas contribuições durante o estudo no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA. Por sua generosidade e incentivo ante a possibilidade de socializarmos, mediante suporte escrito, experiências e resultados de um caminhar árduo em torno da produção de conhecimento em território amazônico, o qual no presente espaço ganha visibilidade.

Referências bibliográficas

BENELLI, Silvio José. A Instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar.. Estudos de Psicologia (Campinas). On-line version ISSN 1982-0275 Estud. psicol. (Campinas) vol. 21 n. 3 Campinas Set/

Dec. 2004 <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2004000300008>

BRASIL, Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília: junho de 2009.

BRASIL. Lei Federal nº 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 13 de julho de 1990.

COLIN, D. A., FOWIER, M. B. Entidades de assistência social e correlata: reconstruindo concepções e compromisso. In: TEIXERA, Solange Maria. Política de Assistência Social: que modelo de proteção social preconiza? V Jornada da Internacional de Políticas Públicas: Estado, desenvolvimento e crise do capital. 23 a 26 de agosto de 2011. São Luís/ Maranhão, p.7.

COSTA, N. R. A. & ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Acolhimento Familiar: Uma Alternativa de Proteção para Crianças e Adolescentes. Psicologia: Reflexão e Crítica, 22 (1), 111-118, 2009.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 13, n.1, p. 25-36, jan/abr. 2004.

SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord.). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/ CONANDA, 2004.

TEIXEIRA, Solange Maria. Política de Assistência Social: que modelo de proteção social preconiza? V Jornada da Internacional de Políticas Públicas: Estado, desenvolvimento e crise do capital. 23 a 26 de agosto de 2011. São Luís/ Maranhão, p.7.

VASCONCELOS, Maria Goreth da Silva. Contemporaneidade e o desafio da escola inclusiva ante a orientação sexual de alunos com deficiência intelectual. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal do Amazonas, 2013.

O trabalho da mulher amazônida na pesca artesanal: experiências vivenciadas na Comunidade Sagrada Família – Remanso/AM

*Mário Bentes Cavalcante
Mírian de Araújo Mafra Castro
Rúbia Maria Farias Cavalcante*

Introdução

A pesca artesanal é um trabalho realizado por homens e mulheres nos diferentes territórios sociais ao redor do mundo. Na Amazônia essa atividade produtiva é realizada nos espaços sociais da região de várzea e terra-firme e tem suas especificidades quanto aos procedimentos e habilidades desenvolvidos pelo pescador e pela pescadora amazônida.

O trabalho na pesca artesanal, historicamente praticado pelos grupos sociais amazônidas, tem extremas relações às condições socioeconômicas inerentes ao modo de vida de localidades rurais e sua subsistência. Contudo, transformações hodiernas, vinculadas ao desenvolvimento capitalista na atividade pesqueira têm modificado relações de trabalho e procedimentos no mundo da pesca.

Essa (re) configuração na atividade pesqueira e nos territórios sociais de grupos de pescadores e pescadoras é abordada por Raposo (2015, p. 17) ao refletir sobre as consequências das alterações do capitalismo monopolista sobre o modo de vida e subsistência no mundo do trabalho na pesca. Especialmente para comunidades rurais a territorialidade refere-se também aos recursos da atividade pesqueira e representa a dimensão dos espaços da produção/reprodução material e simbólica da vida em seu processo de construção/reconstrução dos significados de mundo.

Assim, este artigo tendo como lócus o espaço social de pescadoras em uma comunidade rural amazônica, direcionou-se pelo objetivo de analisar o espaço de participação das mulheres na cadeia produtiva da pesca realizada

na Comunidade Sagrada Família – Remanso, a partir das relações de gênero presentes na cadeia produtiva da pesca artesanal.

Destaca-se que artigo ora construído é fruto da colaboração e troca de ideias entre os proponentes deste trabalho à luz da disciplina cursada no mestrado relacionado à vivência de campo de um dos proponentes como membro da equipe multidisciplinar responsável por implantar e desenvolver, no IFAM-*Campus* Parintins, o Programa Rede CERTIFIC em territórios sociais da pesca no município de Parintins.

A Rede CERTIFIC é um programa de inclusão social que consiste em reconhecer e certificar os conhecimentos não formais de trabalhadores jovens e adultos. Em Parintins, o perfil profissional adotado para a certificação foi o de “Pescador Artesanal de Água Doce”. Este programa foi criado no ano de 2009, por meio da Portaria Interministerial nº 1.082, entre o Ministério da Educação – MEC e o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Assim, este processo de certificação profissional e formação inicial e continuada baseado em pressupostos que visavam salvaguardar o reconhecimento de saberes, bem como, assegurar o respeito à autonomia e às especificidades dos trabalhadores e trabalhadoras, suscitou o interesse em refletir e compartilhar tais vivências a partir do contexto das pescadoras artesanais da Comunidade Sagrada Família – Remanso/AM.

Estratégia Metodológica

A respeito da trajetória metodológica concordamos com Ghedin e Franco (2008, p. 27) de que o método é sempre uma perspectiva de onde se quer partir para chegar a um algum lugar. Esse vislumbre por meio de uma determinada rota aponta direções sobre o caminho a ser traçado, são essas escolhas que permitem à pesquisa se tornar um conhecimento científico.

No processo de escolha do caminho a seguir, a investigação de abordagem qualitativa mostrou-se ser mais adequada para a proposta deste estudo, visto que, para além de descrever os fatos da realidade buscamos analisar e compreendê-los mediante a interação entre os sujeitos que dela participaram.

Para o desenvolvimento dos procedimentos de coleta de dados realizamos inicialmente, e ao longo da investigação, a pesquisa bibliográfica, buscando informações que subsidiassem a compreensão sobre o processo histórico da participação feminina nos espaços de pesca e demais abordagens necessárias à investigação da proposta.

Por meio do método da História Oral realizamos a escuta das narrativas das mulheres da comunidade do Remanso buscando, assim, compreender nosso objeto de estudo. A História Oral deve ser empregada em investigações sobre temas contemporâneos, em eventos ocorridos em um passado não muito distante, considerando um espaço de tempo que possa ser alcançado pela memória humana para que possam ser realizadas as coletas de dados (ALBERTI, 1990).

Como procedimento de coleta de dados foram realizadas escutas individuais das histórias de vida das mulheres que atuam na atividade de pesca da comunidade. Na história de vida valoriza-se a história própria da pessoa, em que os/as narradores/as é que dão forma e conteúdo às narrativas através da interpretação das experiências por eles/as vividas (BECKER, 1994).

Foram ouvidas 10 (dez) mulheres. A escolha das participantes da investigação levou em consideração a idade (mulheres entre 20 e 50 anos) e o tempo de atuação na atividade de pesca (entre 10 e 40 anos de pesca). Há que se considerar aqui, por meio das escutas iniciais das mulheres da comunidade Sagrada Família - Remanso, quando de nossa participação no Programa Rede CERTIFIC (entre 2010 e 2014), que o trabalho na pesca tem início, geralmente, aos oito anos, devido o envolvimento de toda família nesta atividade. Os nomes das pescadoras, são fictícios de modo a preservar a identidade das/os sujeitas/os que participaram do trabalho de campo.

Além das histórias de vida foi realizada a técnica de observação participante, durante as quatro oportunidades em que estivemos em campo para o desenvolvimento das etapas do programa CERTIFIC. A observação participante consiste na participação direta do pesquisador no contexto investigado tendo como objetivo uma maior profundidade na compreensão do objeto de estudo. A observação participante possibilita, também, uma intervenção por parte do pesquisador no fenômeno investigado, sendo o investigador parte do contexto de observação (MINAYO, 2008).

Os procedimentos de observação participante e de escuta das narrativas de histórias de vida foram complementares, possibilitando, assim, uma aproximação mais fidedigna da realidade investigada. Utilizando as palavras de Roberto Cardoso de Oliveira “[...] se o olhar possui uma significação específica para um cientista social, o ouvir também goza dessa propriedade” (OLIVEIRA, 2000, p. 21).

O desenvolvimento da observação participante gerou a necessidade de registros em um diário de campo, sendo esse um instrumento onde se assentaram as nossas percepções sobre a realidade investigada. A análise dos dados coletados foi realizada por meio da análise de conteúdo

Por fim, foi sob estes aspectos metodológicos, que desenvolvemos a investigação buscando construir, o mais próximo possível, um quadro interpretativo da realidade em que se insere o contexto estudado.

O trabalho da mulher amazônica na pesca artesanal e o ocidente vencedor

Entender o trabalho da mulher amazônica na pesca artesanal envolve considerar os contextos que cercam as relações sociais entre homens e mulheres na sociedade ocidental e sua influência sobre diferentes modos de vida. Historicamente, sobretudo entre o século XX e XXI, as desigualdades, socialmente construídas, entre homens e mulheres e a necessidade de políticas públicas que as atendam em suas especificidades, vem suscitando estudos contemporâneos sobre condição feminina e relações sociais de gênero, buscando desvelar a tessitura que envolve a produção/reprodução da dominação masculina. Contudo, Torres (2005, p. 24) adverte que “a construção do gênero como categoria de conhecimento que busca explicar as condições de homens e mulheres na sociedade é bem recente”.

Na atividade pesqueira a realidade da desigualdade de gênero se apresenta, por exemplo, no mito da panema, no trabalho feminino visto como ajuda, evidenciando a naturalização dos mecanismos de dominação masculina nos mais distintos contextos culturais em que se dão as práticas sociais.

Joan Scott (1995) em seus estudos sobre gênero expõe que compreende esse conceito de análise como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas nas diferenças entre os sexos, primeiro formulador do significado das relações de poder.

Na cadeia produtiva da pesca participam homens e mulheres, porém o trabalho da mulher ainda não é socialmente reconhecido. Sua participação nas atividades pesqueiras ainda é vista como não trabalho, uma extensão do trabalho doméstico. Sem dúvida, a dominação masculina vivenciada pelas pescadoras remete a uma invisibilidade social, política e econômica, fazendo com que a mulher tenha se tornado, ao longo do tempo, um sujeito invisível, silenciada pela memória social (SCOTT, 1995).

Essa invisibilidade da mulher pescadora e de tantas outras em situação de minoria social relaciona-se ao projeto capitalista de sociedade para o consumo, no qual o ocidente vencedor é o representante dos países e corporações transnacionais que constroem/reconstroem a mentalidade social para a perpetuação da dominação masculina em diferentes sociedades e nos distintos espaços do mundo.

Robert Kurz (1992, p. 131-132) elucida o termo ocidente vencedor a partir do contexto do colapso das economias de comando baseadas nas guerras e surgimento de uma autêntica economia de mercado. Quando as velhas ideologias da esquerda pseudoradical do antigo “bloco socialista” já não conseguiram frear as exigências imanentes do sistema produtor de mercadorias da modernidade. Enfim, o ocidente venceu e o princípio da concorrência e revezamento flexível de estatismo e monetarismo funcionaram para o capitalismo até melhor que a época pós-guerra. O socialismo de caserna foi paralisando até a imobilidade.

Então essa passagem de um modelo de economia a outro é marcada também pela troca de ilusões. A esperança de massa era depositada nesse momento no mercado planejado e seu sistema produtor de mercadorias como forma de conduzir ao bem-estar por meio do consumo de massa.

Esse contexto global em que se dá a economia em sua atual fase capitalista altera modos de vida nas diferentes sociedades, sejam elas rurais, urbanas, tradicionais e/ou modernas, pois o capitalismo em sua fase de expansão estabelece novos darwinismos sociais. Robert Kurz (1992, p. 135) adverte para a questão de o fetichismo do consumo ocidental corresponder ao fetiche do trabalho, de modo que a crítica pontual não está em deixar de consumir bens e serviços, mas no problema do fetichismo das coisas para consumo e suas formas de gerar uma saciedade momentânea.

Embora o grupo de pobres e desempregados, marginalizados pelo sistema produtor capitalista, esteja sempre em crescimento, principalmente em períodos de crise e reconfiguração do sistema, existem outras sociedades, a exemplo comunidades rurais, que buscam na economia de subsistência uma autonomia frente à condição de trabalho imposta pela sociedade de consumo.

Sem idealizar ou romantizar o trabalho rural, a de se observar a participação integral do trabalhador rural nas especificidades e etapas da produção artesanal, seja na agricultura ou no extrativismo. Essa realização do tra-

balho em sinergia com a natureza, constatamos durante nossa pesquisa.

A mulher pescadora, por sua vez, atua de modo efetivo em todo processo da cadeia produtiva da atividade pesqueira, seja na confecção ou reparo de apetrechos, nas saídas para o rio, na limpeza do pescado ou na garantia do fornecimento do alimento para sua família e na comercialização da produção.

Ainda assim, a divisão sexual do trabalho também se faz presente nos contextos sociais da comunidade Sagrada Família – Remanso, a exemplo, às mulheres cabe a responsabilidade pelas atividades domésticas. Os trabalhos, por elas realizados na cadeia produtiva da pesca não são reconhecidos como atividade pesqueira e sim como extensão do trabalho doméstico, embora estejam ligados diretamente ao processo de produção pesqueira. Esse fato é evidenciado pela pescadora Neuza (ENTREVISTADA A, 2012). Ela afirma não ser fácil a vida de pescadora, argumenta que durante a safra¹ chega ficar o dia e a noite pescando, retornando para casa somente pela manhã. Perguntada se gosta de pescar, a resposta é positiva, para logo em seguida dizer que mesmo gostando, preferiria ter estudado. Confidencia, ainda, que em seus vinte e dois (22 anos) anos de pesca enfrentou muitas dificuldades, principalmente quanto ao reconhecimento, isso ocorre principalmente quando vai comercializar o pescado, pois algumas pessoas querem pagar qualquer valor só pelo fato de estar negociando com mulher, consideram que a mulher não é pescadora, que só trabalha em casa cuidando dos filhos e do marido.

É nesse contexto que se clarifica a presença da desigualdade de gênero na cadeia produtiva da pesca artesanal no que se refere à participação das mulheres. Estas “desigualdades e diferenças de gênero repousam sobre uma norma social que associa o feminino à domesticidade e que se expressa na divisão sexual do trabalho, atribuindo prioritariamente às mulheres a responsabilidade com os cuidados da família” (SORJ, 2000, p. 57).

A estratégia de tornar invisível, ou negar o reconhecimento e valor do trabalho da mulher, é algo fortemente enraizado na forma de economia sustentada pelo ocidente vencedor, e no ambiente da pesca isso se reproduz fortemente. Tal assertiva ganha força na fala de uma das entrevistadas ao dizer que aprendeu a pescar com o pai, e não com o esposo, como algumas das mulheres da comunidade, pois o esposo não sabia pescar, e ela que o ensinou,

¹ Termo utilizado entre os pescadores da comunidade para designar o período do ano em que há maior facilidade para capturar o pescado, devido à quantidade maior de peixe que aparece na região.

apesar da resistência dele. Ele (o esposo) não aceitava o fato de estar aprendendo com a esposa, já que na cadeia produtiva da pesca é quase que inconcebível a mulher exercer esse papel (de ensinar) a não ser em relação aos filhos (ALCIANE, ENTREVISTADA B, 2012).

Torres (2005, p. 26) em sua obra “As Novas Amazônidas”, afirma que “as relações de gênero são transvestidas de relações de poder. A ameaça do outro e da possibilidade de perda de espaço e de hegemonia levaram os homens a construírem os fundamentos para as desigualdades legitimando, dessa forma, as diferenças entre eles”.

A invisibilidade feminina, no plano profissional na pesca artesanal, contribui para o protagonismo masculino no interior dos movimentos sociais da categoria. Sobre esse papel importante, e um tanto quanto obscurecido, da mulher ao longo da história nas atividades da pesca artesanal, Manesch, Alencar e Nascimento (1995, p.82) afirmam que “rever, questionar e criticar o padrão de relações de gênero e o papel secundário das atribuições femininas é, portanto, tocar em visões de mundo e em atitudes muito arraigadas”. Questionam, assim, a invisibilidade da pescadora na atividade da pesca, considerando que elas geralmente aprenderam a arte de pescar com suas mães e geralmente são elas quem transmitem o conhecimento e a familiaridade com a atividade pesqueira às novas gerações.

Aliado a isso estão questões culturais que afastam as mulheres da pesca, diminuindo o foco em seu protagonismo nos territórios sociais da atividade pesqueira. A divisão e naturalização dos papéis sexuais, onde a mulher cabe o cuidado com os filhos e idosos, torna suas atividades invisíveis perante a sociedade, retratando o viés desumano da economia de concorrência de mercado que coloca todos contra todos.

Confirma-se essa assertiva na fala de uma das pescadoras entrevistadas ao afirmar: “no final do dia estou muito cansada, pois preciso acordar cedo para ir para o lago e quando chego ainda preciso fazer as tarefas de casa, mas nunca reclamo, pois gosto de pescar e sei que eu tenho que ajeitar as coisas em casa” (RAIMUNDA, ENTREVISTADA C, 2012).

O relato proferido pela entrevistada ressalta que há uma continuidade de modelos familiares tradicionais sobrecarregando as mulheres trabalhadoras (BRUSCHINI, 2007), pois além das atividades de pesca, ela também é responsável pelas atividades domésticas, já que na sociedade atual ainda há pouca participação masculina nas atividades do lar, (SOARES, 2008).

Tal situação contribui na visão de Soares (2012), para que as próprias mulheres não se valorizem enquanto agentes de produção na pesca, e as impede de afirmar sua identidade como pescadora, ou seja, elas estão permanentemente em busca desse reconhecimento como pescadora.

Diante do exposto, Spivak (2010, p. 00) nos propõe uma reflexão instigante: Pode o subalterno falar? Com essa pergunta ela evidencia posturas teóricas que abordam o feminismo contemporâneo e as mais recentes teorias de multiculturalismo e globalização. Os estudos sobre os subalternos remetem a compreensão de que é lógico que o subalterno pode falar, no sentido estrito da expressão, mas Spivak se refere ao caráter dialógico na fala do subalterno e desse ponto de vista analisa que o subalterno não pode falar.

A autora enfatiza em sua análise a condição da fala do subalterno ter que se sustentar na intermediação da voz de alguém, em geral um intelectual. Evidencia a necessidade de se criar espaços por meio do qual o subalterno possa ao ser ouvido se auto representar e se articular contra a subalternidade.

A mulher subalterna enfrenta condições ainda mais críticas por conta das questões de gênero e pela obscuridade do sujeito subalterno feminino desde a sociedade de produção colonial à sociedade de produção industrial. A respeito da mulher pescadora e a condição subalterna feminina, os dados da pesquisa mostram que além das questões culturais, mencionadas anteriormente, fundadas na naturalização dos papéis sexuais nas atividades da pesca, há ainda questões assentadas na mitologia, que mesmo em parte superada, compõe o imaginário popular da atividade pesqueira.

Deste modo, o mito da panema², evidenciava a mulher a partir de sua suposta impureza, sendo responsável por toda a falta de sorte do pescador, tornando, assim, imprópria sua participação nas atividades pesqueiras (GALVÃO, 1976). Contudo, essa questão, especificamente, foi superada pelas mulheres na comunidade da Sagrada Família- Remanso; ocorrendo, assim, “um deslocamento de papéis de gênero” (TORRES, 2005, p.108).

Em outro contexto social a pesquisa de Fassarela (2008), em uma territorialidade da pesca em Vila de São Miguel, no município de Rio Grande (RN), constatou-se que atividades ditas, do mar “são responsabilidade masculina” e atividades, de terra“ são destinadas às mulheres”. Essa representação da

² Para Galvão (1976, p.81) o conceito de panema passou para o linguajar popular da Amazônia como o significado de má sorte, desgraça, infelicidade. Assim, as mulheres, principalmente durante o período de menstruação, não podiam nem tocar nos apetrechos de pesca, pois estavam impuras e isso poderia trazer todo tipo de má sorte para o homem durante a pesca.

divisão sexual das atividades pesqueiras legitima a invisibilidade do trabalho das mulheres, considerado apenas como auxílio ao homem. Da mesma forma considera o trabalho doméstico masculino como auxílio a uma obrigação feminina. Nessa perspectiva, “para as mulheres, ter um emprego é considerado uma opção e não uma obrigação, enquanto que, para os homens, o opcional é contribuir para as tarefas domésticas” (FASSARELLA, 2008, p. 185).

Entretanto, os contextos dos territórios sociais da pesca aqui explicitados jogam luz sobre uma situação que requer um debate ainda mais aprofundado a respeito da fala da mulher subalterna na atividade pesqueira e sua frágil identidade enquanto pescadora. Refletir a história do trabalho da mulher na pesca é necessário, e mais urgente, ainda, é a criação de espaços para a auto representação dessas mulheres para seu empoderamento e protagonismo frente à luta contra a subalternidade na cadeia produtiva da pesca artesanal.

Conhecimentos Tradicionais e o papel da mulher subalterna na desconstrução do monopólio capitalista

A produção/reprodução social, cultural e econômica da vida em sociedade, seja em comunidades rurais ou nas cidades da sociedade ocidental, envolve uma trama complexa sobre o modo de vida e o processo de organização social dos sujeitos que compõem esses grupos. Por sua vez a relação socioambiental estabelecida pelos sujeitos de comunidades rurais evidencia com maior notoriedade, por meio do contato que estabelecem com os ecossistemas, a preocupação em conservar os recursos naturais para a geração atual e futura.

Conforme, preconiza a Constituição Federal (CF) em seu Art. 225: *Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações. Ainda no parágrafo § 4º - **adverte:** A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais* (SCHÄFFER et. al., 2011).

Na Amazônia brasileira, Becker (1998) enfatiza que as dimensões gigantescas da floresta na região, foram constantemente utilizadas pelo Estado para afirmar a ideia de um vazio demográfico a ser habitado por brasileiros de

outras regiões; desconsiderando o *modu vivendis* dos povos locais de amazônidas identificados por suas diversas atividades extrativistas entre eles seringueiros, ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas, agricultores, pescadores.

A respeito das diversas designações com que são apresentados e reconhecidos os diversos povos ao redor do mundo Fodé Dawara (1973, p. 75-76) desvela que os termos primitivos, selvagens entre outros são oriundos de fatos da história, passados e presentes, tais como escravaturas, colonização, imperialismo, que determinaram quem eram “povos de mentalidade primitiva” na humanidade. Logo, os Trópicos, povos da América Latina, foram designados de forma torpe como povos primitivos e sem moral pelos europeus ao longo dos séculos de contato entre europeus e povos originários do continente americano, assim como da África do Sul também.

Deste modo, muitos conhecimentos tradicionais foram esquecidos pelas populações originárias ao longo do tempo de colonização. Ainda assim, salvaguardar os saberes que resistiram ao longo desse tempo é primordial para o equilíbrio da vida em sua complexidade.

Neste sentido, visando o reconhecimento de saberes amazônico o Programa CERTIFIC, por meio de uma equipe multidisciplinar, pautou todo o processo de certificação junto aos trabalhadores da pesca na Comunidade Sagrada Família – Remanso. As diretrizes foram voltadas para o desenvolvimento de um trabalho a partir da capacidade de articular e mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários à realização das atividades profissionais e sociais requeridas pela natureza do trabalho e para o convívio em sociedade de maneira partícipe, comprometida e transformadora (BRASIL, 2010).

Na ocasião em que o Programa foi desenvolvido no município de Parintins foram inscritos 84 pescadores e pescadoras; desses, 44 eram moradores/as da Comunidade Sagrada Família – Remanso, onde a pesca artesanal é praticada tanto por homens quanto por mulheres. Durante o desenvolvimento do programa estivemos quatro vezes na referida comunidade, cumprindo as etapas necessárias ao objetivo do CERTIFIC, e percebemos que além das 16 mulheres inscritas no programa, quase todas as moradoras da comunidade estavam envolvidas, de algum modo, nas atividades de pesca artesanal; seja nas saídas para o rio, no processamento do pescado ou no reparo dos apetrechos de captura.

Foi a partir desse contato que observamos que, apesar da pesca ser uma atividade praticada quase que exclusivamente por homens, as mulheres também estão inseridas nessa atividade laboral, embora enfrentem a invisibilidade de seu protagonismo (MALDONADO, 1994; DIEGUES, 1983). Surgem, com isso, a partir dessa experiência, os primeiros questionamentos sobre as relações de gênero na pesca, mais precisamente sobre o espaço de participação das mulheres na cadeia produtiva da pesca realizada na Comunidade Sagrada Família – Remanso.

A invisibilidade que atinge as mulheres em comunidades tradicionais de pescadores está relacionada a uma obscuridade mais abrangente que envolveu as mulheres ao longo do tempo; no entanto essa realidade está mudando e aos poucos se começa a reconhecer a presença feminina na pesca (MARTINS, 2005).

Vale ressaltar que a não valorização das pescadoras pode estar relacionado ao entendimento conceitual do que vem a ser pesca e pescador, pois desde a época do Brasil colônia o trabalho pesqueiro é compreendido como atividade exclusivamente masculina. Ou seja,

O mar é percebido como domínio do homem, em oposição a terra, domínio da mulher. O barco, por exemplo, é um espaço masculino onde a presença da mulher não é muito bem-vinda e, às vezes, até impedida [...] Em muitas regiões do país o imaginário simbólico relacionado às crenças e tradições traduz-se pelo interdito para as mulheres, consideradas portadoras de má sorte para a pescaria (MARTINS, 2005, p.167).

A interferência do gênero nas relações estabelecidas entre os espaços privado e público tornam invisível e limitam a participação da mulher na atividade pesqueira e a sua contribuição na produção e na reprodução.

Joan Scott (1995) destaca que o gênero é um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana, ou seja, de relações. Acrescenta a autora que por serem as relações de gênero instituídas historicamente, cabe neste sentido às mulheres o zelo e a manutenção do espaço doméstico e a perpetuação de condições favoráveis à reprodução.

Alencar (1993) evidencia que a atividade de pesca na água, as mulheres que não desenvolvem diretamente a atividade de captura são responsáveis pela manutenção e pela reprodução social nas comunidades pesqueiras.

No entanto, as pescadoras ainda enfrentam dificuldades para que o seu trabalho na pesca seja reconhecido. O modelo considerado ideal de divisão sexual do trabalho, em que a figura do homem se destaca como único provedor do lar converge para a não percepção das mulheres enquanto sujeitos sociais produtivos, permanecendo o mito da invisibilidade feminina dentro do universo pesqueiro.

Considerações Reflexivas

As considerações, momentaneamente param por aqui, enfatizando que se pretendeu, a partir dos dados apresentados, fomentar a discussão, o que, decerto, não é simples e não caberia em apenas um artigo, pois é necessário ultrapassar os espaços teóricos e envolver-se na criação e articulação dos espaços de auto representação do sujeito subalterno feminino.

A visibilidade do trabalho da mulher, no que tange ao seu reconhecimento na cadeia produtiva da pesca, depende em parte da transformação da mentalidade social a partir de novas práticas e espaços de poder da fala da mulher subalterna. Desconstruir a condição feminina de submissão é revolucionário e necessário para desenvolver novas formas de ser e estar no mundo. A partir do respeito aos saberes feminino e suas formas de ensinar as gerações mais recentes, os conhecimentos tradicionais sobre a produção de alimentos, geração de renda e manutenção da família com base na interação ser humano/natureza teremos mais chances de construir/reconstruir um lugar mais sustentável para a vida em sua essência e plenitude.

Ainda que prevaleça de forma muito intensa o modelo de relações de gênero que reduz a mulher ao papel secundário nas atividades de pesca; é imperativo que essa situação seja revista, questionada e criticada, pois “a desigualdade entre os gêneros não é uma condição necessária das sociedades, é um determinante social e um produto cultural possível de mudança” (TORRES 2005, p.26).

A mudança é urgente para a sustentação da vida humana e sua interação com os diferentes ecossistemas; na pesca artesanal o valor e respeito à natureza, a mãe terra, é exemplo de que outras formas de economia são possíveis, cabendo a humanidade repensar a forma como vem se relacionando com sua própria espécie e com as demais que compõe o planeta Terra.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Contemporânea do Brasil, 1990.

ALENCAR, Edna F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, Lourdes; LEITÃO, Wilma e MELLO, Alex F. (orgs). Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

BRASIL. Orientações para a implantação da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Rede CERTIFIC/ organizado por Luiz Caldas, 2010.

BECKER, Howard. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. 2a ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

BECKER, Berta K. Amazônia. São Paulo: Editora Ática, 1998.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

DIEGUES, Antônio Carlos. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1983.

FASSARELLA, Simone Simões. O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino. Ser Social, Brasília, v. 10, n. 23, p. 171-194, jul-dez, 2008.

FODÉ, Dawara. A mentalidade primitiva. In: Manifesto do Homem primitivo. Editora Futura, 1973, p. 75-113.

KURZ, Robert. O olhar fixado no ocidente – caindo do fogo na brasa. In: O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Editora: Paz e Terra, 1992, p. 131-153.

SOARES, Cristiane. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. Revista Gênero, Niterói, v. 9, n. 1, p.9-29, 2. sem. 2008.

SORJ, B. Os cuidados com a família e as desigualdades de gênero e de classe. In: COSTA, Et. AL. (orgs.). *Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo*. Recife: SOS Corpo/ Instituto Feminista para Democracia, 2010, p.33-56.

GALVÃO, Eduardo. Santos e Viagens: um estudo da viagem religiosa de Ita, Baixo Amazonas. 2. Ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1976.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. Questões de método na construção da pesquisa em educação. São Paulo, Cortez, 2008.

MALDONADO, Simone Carneiro. Mestres e Mares: espaço e divisão na pesca marítima. 2. ed. São Paulo: Anablume, 1994.

MANESCHY, M. C., E. Alencar e I. H. Nascimento. 1995. Pescadoras em busca de cidadania, in *A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Organizado por M. L. M. Álvares e M. A. D’Incao, pp. 81-96. Belém: GEPEN.

MARTINS, Maria Cristina. Partilhando saberes na ilha de Itaoca: a roda de siri - entre o mundo do trabalho e as memórias de infância. Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós- Graduação em Educação. Doutorado. Niterói, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo. 2 ed. Brasília: Paralelo 15. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil para a análise histórica. 3. ed. Recife: Ed. SOS Corpo, 1995.

TORRES, Iraildes Caldas. As Novas Amazônidas. Manaus: Edua, 2005.

SCHÄFFER, Wigold Bertoldo [et al.] Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação & Áreas de Risco. O que uma coisa tem a ver com a outra? Relatório de Inspeção da área atingida pela tragédia das chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro / Wigold Bertoldo Schäffer... [et al.]. – Brasília: MMA, 2011. 96 p. : il. color. ; 29 cm. + mapas. (Série Biodiversidade, 41).

SOARES, S. M. Descaindo a rede do reconhecimento: as pescadoras e o Seguro Defeso na comunidade Cristo Rei no Careiro da várzea-AM. Manaus. Dissertação de Mestrado - (Pós- Graduação e Cultura e Sociedade) Universidade Federal do Amazonas. 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Bricolagens audiovisuais no interior do Amazonas: a emergência de um cinema contra hegemônico em Tefé

Rafael de Figueiredo Lopes

Introdução

Neste artigo discute-se sobre formas alternativas de cinema, a partir de uma breve contextualização sobre as novas cartografias audiovisuais e os diferentes termos e enfoques em torno desta temática que abrange um panorama bastante diversificado. Pois, nestas cartografias, abarca-se desde os filmes produzidos para os circuitos de arte, passando pelo cinema de engajamento social e político até os vídeos feitos por realizadores sem o conhecimento formal das possibilidades técnicas e artísticas dos cânones cinematográficos.

Diante deste cenário polissêmico, a intenção não é exatamente detalhar as características do audiovisual contemporâneo nem aprofundar a problematização sobre o futuro do cinema, teorias de análise fílmica, correntes estéticas e narrativas, inovações tecnológicas entre outras possibilidades. O objetivo é refletir sobre a marginalização de determinados tipos de contextos de produção, e evidenciar o audiovisual no interior do Amazonas e suas inter-relações com o cenário global. De alguma maneira, as questões mais amplas que foram supracitadas perpassaram pela discussão central deste trabalho, mas de forma relacional, apresentando algumas pistas sobre complexo campo do cinema e audiovisual.

O referencial teórico é interdisciplinar, orbitando por pesquisadores que tratam de pressupostos sobre cinemas alternativos contemporâneos, processos socioculturais e comunicacionais. Salienta-se que autores dedicados aos estudos pós-coloniais inspiram a reflexão que se segue. Além da pesquisa bibliográfica, apoia-se na observação de filmes e na prospecção de informações em redes sociais e sites da internet. As pontuações advindas do ambiente online não, necessariamente, estão explicitadas no texto, mas agregam-se às argumentações no encadeamento das reflexões expostas.

Como estratégia metodológica, delinea-se o contexto temático a partir de uma série de conceitos entrelaçados, no intuito de relacionar diferentes percepções sobre o cinema no mundo e na Amazônia. Assim, converge-se para o exemplo do cinema contra hegemônico produzido no município de Tefé, no Amazonas. Embasa-se em entrevista com o cineasta tefeense Orange Cavalcante, publicada no Blog do MIMO, do Grupo de Pesquisa Mídia Moda e Linguagens (UFAM/CNPq), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM). As falas do artista (CAVALCANTE, 2017) expõem características acerca dos processos de criação e das relações socioculturais da produção audiovisual em Tefé.

Portanto, traz-se à tona experiências de realizações filmicas e ideias criativas que geralmente são invisibilizadas (pois estão excluídas dos circuitos artísticos ou comerciais) e desconstrói-se a crença de que o cinema, para ter valor, precisa seguir padrões estéticos e narrativos hegemônicos. Desvelando-se outras formas de ver, pensar e mostrar o mundo audiovisualmente. Assim, pretende-se ativar reflexões e provocar questionamentos sobre a importância do cinema alternativo nas dinâmicas comunicacionais da sociedade contemporânea, trazendo outras perspectivas para a compreensão de identidades socioculturais e a construção de uma cidadania comunicativa e cognitiva mais democrática.

Muito além de *Hollywood*

O cinema apresenta outras formas de expressão além do modelo industrial e comercial mais difundido no mundo: o hollywoodiano. Esse padrão, que é símbolo de poder dos grandes produtores estadunidenses e da supremacia tecnológica da indústria audiovisual, começou a ganhar mais força a partir da década de 1920, quando passou a focar-se na potencialização de mais espectadores para a maior arrecadação de bilheteria. Além disso, também nesta época, começou a ser superada a ideia de ser apenas uma opção dentre os populares espetáculos de variedades (teatro de *vaudeville*) para constituir-se enquanto uma linguagem independente.

Entre 1930 e 1950 ocorreu a consolidação do estilo estético e narrativo hollywoodiano, com gêneros marcantes na cinematografia, tais como a comédia, o burlasco, o musical, o policial, o drama psicológico, o terror e o western, como reforça Bazin (1991). No decorrer do processo histórico e social

tornou-se o principal referencial de como se fazer cinema no mundo, forjando um esquema injusto de produção, distribuição e exibição, pois tende a marginalizar ou invisibilizar outras possibilidades de expressões cinematográficas.

Por meio de estudos do comportamento e da psicologia social, que o cinema é um dos meios de comunicação mais poderosos para a disseminação de ideologias e modelos socioculturais, salienta Silva (2014). O imperialismo hollywoodiano (que domina o mercado mundial de filmes em quantidade de títulos e em faturamento) configura um sistema econômico-cultural-ideológico extremamente lucrativo e com forte influência no imaginário mundial (SILVA, 2014). Esta fábrica de sonhos, suplementada pelo viés do entretenimento e da diversão proporcionados pelos filmes, impõe valores sociais a serem alcançados, focados na beleza, juventude, fama, sucesso, poder e riqueza. Mas, a finalidade comercial do cinema não se restringe aos Estados Unidos, há outras indústrias cinematográficas bastante produtivistas na Europa, na Índia, na China e até no Brasil (com a Globo Filmes). Entretanto, como aponta Silva (2014), há vertentes operando às margens dos cinemas comerciais, geralmente, articuladas fora do esquema dos mega estúdios e dos conglomerados empresariais de comunicação. É o cinema independente¹ que, no contexto pós-moderno, apresenta-se em formas cada vez mais fluidas, com propostas voltadas até para a interatividade sensorial ao vivo com o espectador, como é o caso do transcinema.

Todavia, estas possibilidades diversificadas no campo do audiovisual não conseguem ultrapassar aos poderosos bloqueios do *show business*. Pode-se associar esta sistemática aos efeitos do que Santos (2000, p. 37-38) compreende como uma *globalização perversa*, que está ligada a dupla tirania do dinheiro e da informação, configurando as relações da sociedade capitalista e influenciando no caráter e no comportamento das pessoas, pois a comunicação é intermediada por interesses das elites. Conforme o autor, essas inter-relações são a base para um discurso único no mundo, o *globalitarismo*, no qual as informações manipuladas a fim de atender os objetivos dos meios

¹ Todavia, há de se ressaltar, que alguns tipos de cinema independente podem ser viabilizados com grandes recursos financeiros, por diretores e produtores que, dentro de sistema convencional, imprimem um estilo original e ganham autonomia para prosseguir com seus projetos autorais, a exemplo de Stanley Kubrick, Steven Spielberg, Martin Scorsese e Francis Ford Coppola, que sempre tiveram projetos paralelos ao trabalho comercial. Também ocorre o contrário, há cineastas que começam como realizadores independentes e devido a projeção que seus filmes alcançam, acabam ganhando a chancela de grandes estúdios, como é o caso do estadunidense Quentin Tarantino, do mexicano Alejandro Iñárritu, vencedor de dois Oscar consecutivos, por *Birdman* (2015) e *O Regresso* (2016), e do brasileiro Fernando Meirelles, catapultado para *Hollywood* após o sucesso internacional de *Cidade de Deus* em 2002.

de comunicação, cristalizam os *alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações*, aprofundando os processos de desigualdades.

Nesse sentido, toda e qualquer forma de expressão comunicacional ou artística que emerge fora do sistema dominante é uma configuração de resistência. Embora não seja uma regra (pois, podem ser patrocinados por grandes companhias), também fazem parte do cinema independente filmes produzidos para os circuitos artísticos, com estéticas experimentais, reflexão filosófica, engajamento social e político, e que geralmente ganham mais visibilidade em festivais de cinema, mostras de arte, cineclubes e entre grupos de pesquisas no campo do cinema e audiovisual.

Denninson (2013), com base em pesquisas empíricas e análises filmicas, apresenta pressupostos sobre as novas cartografias do cinema mundial, questionando e desconstruindo a visão policêntrica de pensar sempre na manutenção do padrão *Hollywood* como superior e estigmatizar outras cinematografias como periféricas. A autora defende uma visão inclusiva, ao mesmo tempo universal e regional, apontando que há uma nova rede de produção e circulação, com novas propostas estéticas, práticas de realização e alternativas de exibição no mundo inteiro. Normalmente, estimuladas pelas possibilidades das tecnologias digitais audiovisuais que influenciam a produção e o consumo de filmes. Isto inclui questões temáticas, narrativas, estéticas e na relação com a recepção, configurando-se como uma forma de desafio e oposição aos ditames dos modelos hegemônicos que visam colonizar o imaginário e as expectativas do público.

Ainda no que tange aos filmes independentes, há os que não se enquadram nos circuitos de arte e nem no cinema de ativismo, e pouco figuram em abordagens acadêmicas e estudos empíricos. Nesta parcela enquadram-se, entre outros formatos, os filmes familiares, os registros de eventos e o chamado *social cinema*, que compreende os filmes feitos para redes sociais da internet, tais como os vídeos *selfies*, os *web mobile*, as *webseries*, os filmes de ficção amadores para sítios de compartilhamento de vídeo (entre os quais o *YouTube* é o mais popular).

Estas filmografias, consideradas amadoras, por ocuparem uma posição de suposta inferioridade diante dos cinemas comerciais, de arte ou de engajamento sociopolítico, frequentemente são desvalorizadas e quase não

chamam a atenção dos pesquisadores tradicionais como um fenômeno socio-comunicacional de relevância. São considerados *cinemas menores*, em função de sua invisibilidade institucional e econômica. Entretanto, as novas sistêmicas da transmidialidade digital no contexto cibercultural funcionam como um passaporte para sua visibilidade (RUY; PEREIRO; BAAMONDE, 2016).

Isto ocorre, possivelmente, porque a cultura digital permitiu novos arranjos produtivos, redes de criação e consumo que transformaram a percepção, a prática de realização e a relação com os produtos fílmicos. Atualmente, em função das inúmeras possibilidades da internet e dos equipamentos digitais de captação e edição de imagens, a produção e disseminação de filmes alternativos aos modelos hegemônicos é muito mais fácil e abrangente, independente do lugar em que seus realizadores estejam inseridos espacialmente. Conforme Santaella (2010), os sujeitos não são apenas consumidores são agentes, produtores e difusores de conteúdos, pois a comunicação é marcada pela conectividade, mobilidade e ubiquidade.

É importante pontuar que a produção amadora sempre existiu em paralelo à produção industrial e ao cinema conceitual. Os suportes alternativos de registro e exibição mudaram conforme os avanços tecnológicos (películas de 16mm, Super-8, fitas de VHS, DV, Mini-DV, cartão de memória e etc., para serem projetados em telões, vistos na TV, no videocassete, no computador, no celular), mas a vontade do ser humano expressar-se por meio do audiovisual é uma constante (FOSTER, 2016). Nesse sentido, o cinema é um sistema dinâmico e que evolui conforme as dinâmicas socioculturais e tecnológicas.

Como salientou-se, esta temática é pouco discutida até mesmo entre os pesquisadores dedicados ao audiovisual, portanto, são escassos os estudos científicos ou marcos teóricos voltados ao cinema amador, que normalmente é desprezado tanto pelas ciências humanas quanto pela filosofia da arte, conforme Foster (2016). Assim sendo, sua conceituação é bastante controversa e gera polêmica, principalmente, quando tangencia objetos de estudo consagrados pelos campos da sociologia ou da antropologia, por exemplo. Estudos destas áreas do conhecimento, questionam as terminologias atribuídas por pesquisadores da comunicação para designar este fenômeno que circula às margens do sistema dominante.

Portanto, para ampliar esta discussão, aproxima-se à temática do audiovisual algumas perspectivas do pensamento pós-colonial. Spivak (2010)

considera as margens como o centro silencioso ou silenciado pelas opressões e assimetrias (sociais, culturais, ideológicas, políticas e econômicas) impostas por elites imperialistas dos centros hegemônicos. A autora também alerta sobre o risco de as abordagens intelectuais propagarem a manutenção de sujeitos *subalternos*, ao considerá-los apenas como objetos para validação de estudos científicos, sem dar a eles o devido protagonismo no lugar de fala e representação.

Entretanto, quando se pensa em como ecoar essas vozes e reforçar o valor de suas identidades, Said (2007, p. 161) aponta a grande dificuldade em ampliar as discussões para além das margens, pois *todos os principais meios de comunicação são controlados pelos mais poderosos*, e dessa forma, artistas e intelectuais independentes ou ativistas são *marginalizados pela mídia dominante* que tem a sua disposição as *máquinas de oratórias*. Said (2007) salienta que muitas vezes os artistas e intelectuais são cooptados por governos ou empresas privadas e tornam-se porta-vozes de determinadas ideologias e modelos de produção artística que servem aos interesses dos sistemas de poder dominantes, o que traz sérios riscos para a diversidade cultural. Por isso, o autor aponta a importância do papel público das comunidades artísticas e intelectuais na luta por rupturas e pela criação de possibilidades comunicacionais alternativas, permitindo despertar entre os cidadãos a consciência crítica e democrática.

As ideias suscitadas a partir de autores imbuídos no pensamento pós-colonial são fundamentais para que se possa compreender antagonismos, complementaridades e concorrências entre os cânones cinematográficos (voltados ao mercado e à imposição de padrões estéticos) e as audiovisualidades alternativas (de caráter experimental, colaborativo e participativo). E, principalmente, para se evidenciar a importância de outras narrativas além dos modelos hegemônicos, sem cair em devaneios idealizados, pois:

[...] o lugar provisório do intelectual é o domínio de uma arte exigente, resistente, intransigente, na qual, lamentavelmente, ninguém pode se refugiar, nem buscar soluções. Mas apenas nesse exílio precário é possível compreender de fato a dificuldade do que não pode ser compreendido, e continuar a seguir em frente mesmo assim (SAID, 2007: 173).

Que cinema é esse?

Cinema amador, paracinema, periférico, *trash*, de bordas, de garagem, de baixíssimo orçamento, são algumas denominações usadas para caracterizar filmografias que não se enquadram em modelos industriais, não figuram na lista de grandes festivais e nem em circuitos artísticos. Cánepa (2011, p. 03) reforça que esses produtos audiovisuais geralmente são *desqualificados pela cultura oficial e, quase sempre, ligados a um sistema de produção que fica (tanto estética quanto economicamente) à margem da grande indústria do cinema e também do cinema de arte ou experimental.*

Em geral, as produções alternativas de baixo orçamento são realizadas como lazer, em caráter coletivo-colaborativo, movidas pelo “brincar” de fazer cinema. Esse divertimento acaba estabelecendo vínculos e laços afetivos entre os sujeitos que participam das atividades, que resultam em filmes de entretenimento, exibidos entre familiares, nas salas de aula, distribuídos em DVDs caseiros, pelas redes sociais e sites de compartilhamento da internet e até em festivais alternativos. Algumas iniciativas também estão vinculadas a projetos sociais, educativos ou de formação técnica. Mas, para os participantes, o sentido lúdico talvez seja mais relevante que a busca por retorno financeiro, profissionalização, fruição estética ou reflexão sociocultural e artística.

Para caracterizar este tipo de produção a pesquisadora Bernadette Lyra (2009) propôs o conceito *cinema de bordas*. Conforme a autora, é um tipo de produção artesanal feita por sujeitos autodidatas com recursos técnicos precários, com baixíssimo ou sem nenhum orçamento, elaborando filmes com estruturas que fogem aos padrões, com fragmentação de formatos, colagem de gêneros e temáticas dramáticas marcadas pelo pastiche. Segundo Lyra (2009), são filmes produzidos por realizadores movidos basicamente pela satisfação pessoal e o prazer de socializar. Resultam de um processo marcado por influências midiáticas diversas, aliado a disponibilidade de determinados meios de produção (ou seja, condições técnicas e artísticas improvisadas), apresentando reelaborações do cinema tradicional para práticas e representações do cotidiano ao qual se inserem. Nem sempre existe um roteiro formal, na maioria das vezes os realizadores têm uma ideia sobre o que querem fazer e experimentam as possibilidades na prática, pois, segundo Lyra (2009, p. 42), os sujeitos produzem, dirigem e atuam. A pesquisadora ainda pontua sobre

as singularidades de gêneros audiovisuais que se manifestam em contextos *de adequações e trocas, simbolizações e ressimbolizações entre o regional e o global*, uma profusão que mistura imaginários, representações estereotipadas, músicas, lendas urbanas, boatos.

Mesmo apartada do *mainstream*, no entanto, este tipo de produção vem crescendo com o avanço da tecnologia e a facilidade de acesso aos equipamentos digitais. E ganha até o *status* de *cult* em mostras temáticas voltadas ao segmento². Isto demonstra a relevância dos filmes que quebram os cânones formais da produção cinematográfica e se aproximam da experiência lúdica, seja como um laboratório para realizadores ou como alternativa de entretenimento para o público. Cánepa (2011) diz que a apropriação de elementos midiáticos e da cultura popular, conjugada à falta de orçamento, capacidade de improviso, e simplicidade do ponto de vista narrativo, técnico, estético e temático, configura-se como uma espécie de bricolagem, adaptando-se às habilidades individuais e recursos disponíveis entre os grupos.

Um dos primeiros autores a usar o termo bricolagem (do francês *bricolage*) para abordagens científicas foi o antropólogo Claude Lévi-Strauss (1970), a fim de trazer outras interpretações e definir conhecimentos que até então eram considerados “primitivos”. Lévi-Strauss propôs romper com a noção de que apenas após o surgimento da ciência moderna o conhecimento tornou-se sistematizado. Para o autor, desde a pré-história os saberes são resultado de observações e experimentações sistemáticas, pois há séculos os seres humanos observam, testam e classificam o que está em sua volta. Porém, guiados pela intuição e criatividade. Para exemplificar, Lévi-Strauss cita o desenvolvimento da cerâmica, da tecelagem, da agricultura e da domesticação de animais.

Já o teórico do cinema Jacques Aumont também usa a expressão *bricolagem* para expressar os processos criativos dos filmes amadores e suas interseções com apropriações diversas. Nesse sentido, dentro das dinâmicas de um mundo complexo podemos associar bricolagem à interdisciplinaridade.

Entre Hollywood, seus derivados e concorrentes, por um lado, e as bricolagens mais ou menos “feitas em casa” de cineastas cuja produção às vezes se avizinha do cinema particular (é o caso de muitos “experimentais”), exis

² A exemplo da Mostra Cinema de Bordas promovida pelo Instituto Itaú Cultural/SP (em 2009, 2010 e 2011), e a Mostra Cinema de Garagem, apresentada no Caixa Cultural/RJ (2012), Cinema do Dragão/CE (em 2014) e no Centro Cultural da Justiça Federal/RJ (em 2014).

tem as pequenas empresas artesanais, as de cineastas-produtores que, para cada novo filme, devem buscar, ao mesmo tempo, o material intelectual e artístico e os meios econômicos e institucionais (AUMONT, 2012: 161).

Conforme Ikeda e Lima (2014) o modelo industrial de produção audiovisual profissional no Brasil é extremamente desigual e beneficia produtores consolidados no mercado. Pois, para participar de editais públicos para captação de recursos pelas leis de incentivo é obrigatório ter firma constituída, com registro na ANCINE (Agência Nacional do Cinema e Audiovisual), e atender uma série de outras exigências, como apresentar o histórico de produções e a qualificação técnica e artística das equipes de profissionais envolvidas. Porém, os autores ressaltam que com o barateamento dos equipamentos de produção e pós-produção houve a possibilidade de fazer filmes em vídeo (com equipamentos caseiros). Ikeda e Lima (2014) propõe o termo *cinema de garagem*, numa alusão ao termo popular “banda de garagem”, trazendo a ideia de uma arte que se faz em casa, com amigos, criando e experimentando informalmente, utilizando o espaço e os recursos que estão ao alcance. Para os autores, a internet também favoreceu a formação de redes entre realizadores, ampliando horizontes e permitindo a produção fora do eixo Rio-São Paulo. Além disso, os novos processos digitais e a hibridização de formatos tiraram a importância central do tipo de bitola ou do orçamento para a realização de um filme, fazendo com que as fronteiras entre o amador e o profissional sejam cada vez menos marcadas, salientam Ikeda e Lima (2014).

Para muitos pesquisadores, as experiências amadoras atuais têm semelhanças aos primórdios da sétima arte. Conforme Lins e Blank (2012) os filmes realizados após a institucionalização da “invenção do cinema”, com o cinematógrafo dos Irmãos Lumière, em 1895, na França, eram voltados a registros do cotidiano. E, no entendimento atual, poderiam ser considerados como amadores, tendo em vista que o cinema ainda não havia se constituído enquanto linguagem técnica e artística. Nas primeiras décadas, as produções atraíam o público pela curiosidade de ver imagens em movimento. Era um espetáculo de atrações e as sessões caracterizavam-se pela projeção de um conjunto de pequenos filmes que expressavam situações cotidianas, números de magia, paisagens e vistas de cidades. Aos poucos foram surgindo as histórias ficcionais, ainda muito semelhantes a uma peça teatral filmada, principalmente com as experimentações de Georges Méliès.

Foster (2016) também reforça que com a rápida ascensão do cinema como entretenimento, surgiram as especialidades de criação e produção (roteiro, direção, cenografia, figurino, atuação, som etc.), além do já citado sistema de distribuição e exibição, geridos por grandes grupos empresariais. Com o passar do tempo as especialidades ramificaram-se ainda mais. Também se diversificaram gêneros, estilos cinematográficos e aparatos tecnológicos. Esse aprimoramento pelo lado profissional também favoreceu a produção amadora, pois a autora aponta que desde as primeiras décadas do século XX havia anúncios publicitários destinados a vender equipamentos de filmagem não profissional. Foster (2016) também salienta que a palavra *amador* provém do latim *amator*, que significa alguém que faz por amor e não por necessidade ou por razões econômicas. Mas, conforme a autora, tratar da cultura cineamadora é um constante exercício de estabelecer distinções.

Evidentemente a produção amadora não é única. As tentativas de definição esbarram em contradições. Semanticamente, o *amador* denota substâncias diferentes como: o sujeito (aquele que filma), a forma do registro (o tipo de enquadramento usado), a acepção do senso-comum (trabalho mal feito) e a condição econômica (trabalho não remunerado). O *amador* está sempre entre uma coisa e outra, um sujeito-conceito que se constitui a partir de uma falta ou de uma afirmação. Na sua feição negativa, designa o mal feito, o não profissional, sem remuneração. Na sua faceta afirmativa, designa o trabalho livre, a liberdade de expressão, a criatividade, a espontaneidade (FOSTER, 2016: 34).

Por isso, cabe salientar que a referência aos termos cinema amador ou cinema de bordas não tem nenhuma intenção em depreciar este tipo de produção ou lançar um olhar de julgamento técnico-artístico, pois nesta discussão o interesse é a reflexão sobre os processos socioculturais e comunicacionais em torno desse fenômeno.

O audiovisual contemporâneo no Amazonas

Aos poucos, a produção audiovisual amazonense começa a evidenciar potencialidades, ao transcender abordagens espetacularizadas sobre a Amazônia. O ritmo de produção ainda não tem a regularidade ou o “reconhecimento” de outras cinematografias regionais (que quebram o padrão hegemônico de *Hollywood* ou da Globo Filmes), como o cinema pernambucano. A questão econômica e as alternativas para viabilização de projetos também são complicadas. Mas, os realizadores locais buscam novas estratégias para

impulsionar a produção de filmes de ficção, documentários, experimentais e de animação.

O Amazonas também foi o estado que mais aprovou projetos no último edital do Proday, Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro, da Ancine, para a produção de filmes e séries para TVs públicas. Em 2016, a II Mostra do Cinema Amazonense confirmou a diversidade criativa que permeia os novos realizadores. O evento que tem por objetivo divulgar filmes regionais (no intuito de mobilizar os realizadores locais, estimular novas produções e formar plateia), exibiu 25 filmes de diferentes gêneros e formatos.

A nova safra de cineastas amazonenses expõe temáticas que tratam de violência sexual, lendas, conflitos adolescentes, sensações corporais, imaginário regional, memórias de família, crimes passionais, práticas esportivas, além de uma miscelânea de críticas sociais. São assuntos universais, mas que ganham singularidades a partir do ponto de vista e do lugar de fala de quem narra essas histórias, das visualidades que revelam ambientes característicos da urbanidade amazônica e de seus interiores, da relação do homem com a natureza e das intervenções ecossistêmicas nas transformações dos espaços e dos processos socioculturais.

Muitos realizadores locais destacam-se com produções em diferentes gêneros e abordagens. Sérgio Andrade, com o longa-metragem de ficção *Antes o tempo não acabava*, foi selecionado para o Festival de Berlim em 2016; Aldemar Matias, com o documentário *Parente*, que relata a propagação do vírus HIV entre comunidades indígenas, foi premiado no *Amazonas Film Festival* em 2011. Também se salienta o trabalho de Cristiane Garcia (*Nas asas do condor*, 2007); Zeudi Souza (*Vivaldão: o colosso do Norte*, 2011); Dheik Praia (*Rota de Ilusão*, 2012); Francis Madson (*Jardim dos Percevejos*, 2014); Moacy Freitas (*Se não...*, 2015); Luiz Carlos Marins (*Loucussão*, 2015); Keila Serruya (*A rua na dança: o corpo urbano*, 2015) e Rafael Ramos (*Aquela estrada*, 2016). A maioria desses projetos foram realizados em parceria com coletivos artísticos que, ao integrarem artistas de diferentes vertentes (música, literatura, artes plásticas, dança, teatro, cinema), tornam-se laboratórios para experimentações, colocando em prática ações culturais colaborativas. É importante ressaltar que realizadores como Zé Leão, Chicão Fill e Izis Negreiros também têm contribuído na produção e difusão de filmes amazonenses nas últimas duas décadas.

Desde 2006, o NAVI (Núcleo de Antropologia Visual da UFAM), coordenado pela antropóloga Selda Vale da Costa (curadora da Mostra Amazônica do Filme Etnográfico), desenvolve pesquisas e promove debates acerca da representação audiovisual da Amazônia. Os pesquisadores do grupo já publicaram livros e artigos nos quais remontam um painel desde os primeiros registros cinematográficos na região, feitos pelas companhias exibidoras estrangeiras, passando pelo trabalho de pioneiros, como Silvino Santos, até as narrativas contemporâneas. Integrantes do núcleo, como Gustavo Soranz, Fernanda Bizarria, Sávio Stoco, Antônio José Costa e Bruno Vilella, debruçam-se em diferentes linhas investigativas sobre o cinema na Amazônia, explorando temáticas históricas, sociológicas, etnográficas, estéticas, com intuito de analisar questões artísticas, socioculturais, antropológicas e comunicacionais.

Entretanto, pouca atenção vem sendo dada para os produtores que estão fora do circuito dos festivais e dos meios acadêmicos. Os filmes do Rambú do São Jorge, possivelmente, sejam os exemplos mais emblemáticos da filmografia amadora amazonense e destacam-se entre as produções brasileiras nesse segmento. Inclusive, já foram exibidos na Mostra Itaú Cultural de Cinema de Bordas, em 2009³. O evento que é realizado anualmente em São Paulo tem por objetivo valorizar as cartografias audiovisuais amadoras do Brasil.

O Rambú do São Jorge já tem uma filmografia composta por seis obras. A série é protagonizada pelo ator-serralheiro Aldenir Trindade, mais conhecido por Cóti, e parodia os *blockbusters* da série Rambo, do ator Sylvester Stallone, sendo que o Rambú amazônico tem o típico físico franzino, enquanto o Rambo é musculoso, o que acrescenta uma forte dose de humor escrachado aos filmes locais (numa análise crítica poderíamos sugerir que essa associação reforça a sublimação a uma submissão colonialista que ainda está impregnada em nossas concepções). O Rambú também se inspira em muitos outros filmes de ação hollywoodianos, ressignificando as referências estadunidenses para o universo amazônico. Por terem roteiros improvisados, até mesmo quando a intenção é tentar apresentar uma cena mais dramática ou supostamente séria, as sequências causam comicidade pelo reforço de clichês e estereótipos. Os filmes são realizados de forma colaborativa, reunindo parentes, amigos e moradores do bairro São Jorge para as gravações, como um jogo de fim de semana ou uma brincadeira entre amigos.

³ Disponível em: < http://sites.itaucultural.org.br/cinemadebordas/edicoes_antiores.php > Acesso em 25 jul. 2017.

No interior do Amazonas também há uma emergência de realizadores audiovisuais amadores. Francisco das Chagas, em Careiro Castanho, produziu em colaboração com amigos dois longas metragens desde 2015, voltados a questões ambientais. Em Parintins há um grupo experimental ligado ao curso de Comunicação Social da UFAM, realizando filmes mais voltados aos dramas familiares. Em Itacoatiara, São Gabriel da Cachoeira e Benjamim Constant também há grupos dedicados à produção audiovisual em ficção e documentário. Os filmes também são gravados como brincadeiras, reunindo a participação de amigos e parentes. O tempo de produção para cada vídeo varia, pode levar apenas um dia ou se estender por vários finais de semana ou folgas e feriados. Depois, a diversão continua quando os filmes são exibidos em casa, nos centros comunitários e nas escolas. Alguns também são disponibilizados na internet, já que o acesso, a mobilidade e a ubiquidade da rede podem diminuir fronteiras e democratizar possibilidades de produção e acesso aos conteúdos informativos e de entretenimento.

O cinema contra hegemônico de Tefé

A constatação de que além de espectador é possível ser um agente criador, produtor e difusor de produtos audiovisuais, independente do espaço geográfico no qual se insere, é exemplificado pela Associação Fogo Consumidor Filmes, no município de Tefé⁴, no Amazonas. As iniciativas do grupo demonstram que, com criatividade, boa vontade e envolvimento comunitário, é possível fazer filmes interessantes no interior da Amazônia, sem nenhum orçamento e ainda ganhar o reconhecimento fora das fronteiras brasileiras.

O coordenador do grupo, Orange Cavalcante, é um tefeense de 37 anos, que, por meio de uma bolsa de estudos, graduou-se em cinema na Argentina e depois regressou à Tefé para desenvolver voluntariamente o Projeto Social “Cinema e Identidade”, voltado a oficinas de produção de filmes com o envolvimento da comunidade local. Desde 2010 já foram produzidos 21 títulos, entre longas-metragens e curtas de ficção e documentário. Como não existe um cinema na cidade (no sentido de uma casa de espetáculo tradicional para a exibição), os filmes são lançados em eventos públicos, na praça central da cidade, exibidos em um telão por meio de retroprojektor. Posteriormente, passam a circular em sessões organizadas em associações comunitárias e em

⁴ A distância em linha reta entre Manaus e Tefé é de 522 km, mas como o meio de transporte mais comum entre as cidades é por embarcações, via fluvial, a distância de condução é 674 km, podendo levar três dias de viagem.

escolas. Depois são disponibilizados no canal do grupo no *YouTube*⁵. Conforme Cavalcante (2017) objetivo da Associação é utilizar o cinema como uma possibilidade de inclusão social e resgate da autoestima, estimulando a capacidade criativa e o pensamento crítico.

A Associação não tem patrocínio e os filmes são realizados com o chamado “orçamento zero” e dependem da colaboração mútua entre os integrantes. *Toda a equipe se ajuda: alguém traz a farinha, outro o peixe, um integrante tem um motorzinho para o transporte e assim sucessivamente* (CAVALCANTE, 2017).

Antes da produção dos filmes são realizadas oficinas de capacitação, em parceria com escolas públicas que cedem o espaço para as aulas, concebidas para instigar a percepção artística para novos olhares cinematográficos, além da técnica para a operação dos equipamentos e da preparação do elenco para atuar.

Dentro dessas oficinas os participantes recebem uma base teórica/prática sobre linguagem audiovisual e geralmente no final de cada curso, como conclusão, cada grupo realiza um trabalho prático. Em cada aula, se desenvolvem obstáculos epistemológicos concretos que funcionam como disparadores para exercícios e reflexões sobre o audiovisual. Por outro lado, também trabalhamos com adaptação de conceitos teóricos em função da melhor comunicação com os participantes, evitando a exposição fechada de conceitos que resultem distantes da realidade de cada participante (CAVALCANTE, 2007).

Cavalcante (2017) também destaca que é durante as oficinas que cada um dos participantes vai se identificando com as diferentes funções da produção audiovisual e passam a exercitar suas habilidades, sejam elas na equipe de produção, na operação de câmera, no figurino, na maquiagem, na direção de arte, edição etc. As ideias para temáticas a serem abordadas nos filmes e os roteiros também são colaborativos e surgem das improvisações durante os exercícios nas oficinas, procurando abordar aspectos da cultura local e questionamentos provenientes do cotidiano dos participantes. Entre os gêneros cinematográficos o terror é o preferido. Para fazer os efeitos especiais usam truques simples, alguns com soluções bem regionais.

Geralmente os efeitos estão relacionados com sangue e hematomas. Produzimos o sangue com limão, açaí e urucum e quando temos um pouco mais de orçamento compramos mel ou glicerina e misturamos com corante vermelho para bolo. Como a maioria das histórias são regionais, então não

⁵ Canal da Associação Fogo Consumidor Filmes no *YouTube*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UC6BBxFF6V1bS25njWBuyDnw>> Acesso em 29 jul. 2017.

temos muito problemas com figurinos, cada um usa o que tem ou pede emprestado. Quanto ao equipamento técnico, trabalhamos somente com uma câmera e um microfone. Muitas vezes gravamos o som com a própria câmera e, para isso, usamos diversas técnicas para que o som não seja prejudicado por ruídos de vento ou outros fatores ambientais. O mesmo sucede com a iluminação, sempre procuramos trabalhar com a luz natural, quase nunca realizamos cenas noturnas, justamente para não haver problemas com a iluminação (CAVALCANTE, 2017).

Conforme Cavalcante (2017), *a ideia é sempre alcançar um público maior, mostrar que no Amazonas existem vozes, e fazer ouvir nossas vozes através do cinema*. Curiosamente, mesmo com uma trajetória que vem se fortalecendo há quase sete anos, a Associação ainda é pouco conhecida no estado, até mesmo pelos cineastas da capital e produtores regionais. Até então, obteve espaço em apenas uma mostra de filmes amazonenses realizada em Manaus, em 2016. Entretanto, muitos de seus trabalhos já foram selecionados e até premiados em festivais de cinema alternativo na Argentina, Porto Rico, Venezuela, Chile e Espanha.

Por incrível que pareça temos mais reconhecimento fora do Brasil do que dentro do nosso próprio estado. Todos os trabalhos que realizamos participaram de festivais internacionais. Somente no ano passado participamos de 15 festivais fora do Brasil e com uma grande recepção do público que recorre a esses festivais (CAVALCANTE, 2017).

A invisibilidade no próprio estado não desanima a Associação Fogo Consumidor Filmes, assim como a participação em festivais não os envaidece. Pelo contrário, afinal, conforme o coordenador do grupo o objetivo do projeto não é atingir as frivolidades da fama e nem o sucesso financeiro, mas ser um constante exercício para a formação humanística e sociocultural.

Esse trabalho está além das leis do mercado porque não se procura lucro. O objetivo principal é formação e construção de conhecimento do ser humano. Geralmente, temos um imaginário deturpado das histórias, mitos, relatos e até mesmo da realidade das pessoas que moram no interior. Muitas vezes, essa forma de pensamento é resultado dos meios massivos de comunicação, de estereótipos construídos por realizadores que vem de outros lugares. Então, isso gera vários tipos de preconceitos a respeito da vida das pessoas que moram no interior. Através do projeto “Cinema e Identidade”, essas pessoas tem a oportunidade de construir seus próprios relatos sem a interferência de terceiros. Os próprios moradores passam a ser produtores desses trabalhos, passam a ser os protagonistas de suas histórias, passam a ter vozes próprias e isso rompe esses preconceitos por parte da sociedade com relação a população do interior (CAVALCANTE, 2017).

Considerações finais

A produção audiovisual alternativa, seja ela estabelecida enquanto cinema amador, cinema político, cinema de arte e etc., precisa ser compreendida como expressão de resistência e ruptura frente ao sistema hegemônico. E, assim, abrir ou ocupar espaços na cena artística e cultural das sociedades, valorizando inovações criativas e os novos arranjos de produção, distribuição e exibição.

Embora os festivais funcionem como espaços para consagração artística, divulgação midiática e também vitrines para comercialização há outras estratégias que podem ser utilizadas para driblar as imposições dos meios elitizados, uma dessas alternativas é o financiamento coletivo (*crowdfunding* que é uma “vaquinha” feita pela internet).

Quando pensamos especialmente nos filmes de baixo ou nenhum orçamento, considerados por muitos como amadores, precisamos compreendê-los para além de uma atividade de passatempo ou como subprodutos do consumo tecnológico e do imaginário colonizado. Pois, tendo em vista os contextos de produção e a ousadia dos sujeitos que os fazem brotar, expressam a força e a autenticidade subversiva e despojada da arte. Sobretudo, quando ignoram as regras cinematográficas formais, como enquadramentos, movimentos de câmera, som, luz, atuação, etc, impostas pelo *mainstream*, e desse modo apresentam um frescor necessário para o audiovisual.

A tecnologia digital modificou os processos de produção audiovisual, impactando na formação de cineastas, nas dinâmicas de produção, na linguagem, na estética, nas alternativas de circulação e na exibição. Essas transformações globais possibilitaram aos realizadores amazonenses mais autonomia criativa e o incremento da filmografia local, promovendo outras representações e discursos sobre a região, contrapondo-se à espetacularização exótica construídas ao longo do processo histórico.

O caso de Tefé, por exemplo, é a prova de que é possível fazer filmes com outra lógica de produção e outros nexos de sentidos e significações. E interconecta-se com outras cartografias que também subvertem o estigma da marginalidade para mostrar que estão no centro de outros contextos. Fazendo circular outras narrativas e outras estéticas que expressam diferentes formas de pensar, agir, e ser no mundo.

Com os apontamentos apresentados neste artigo, busca-se ampliar os horizontes das pesquisas sobre audiovisual na Amazônia pela compreensão de processos socioculturais. E, assim, contribuir para a construção de um pensamento crítico e descolonizado. Portanto, verifica-se a importância de articular possibilidades criativas-comunicacionais para romper com imposições e preconceções colonialistas, construídas culturalmente no processo civilizador e que ainda incidem sobre a Amazônia e, lamentavelmente, ganham cada vez mais ênfase sob os espetaculosos holofotes dos sistemas midiáticos imperialistas.

Referências bibliográficas

AUMONT, Jacques. As teorias dos cineastas. São Paulo: Papyrus, 2012.

BAZIN, André. O Cinema. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CÁNEPA, Laura. O cinema de bordas e a estética trash. In: Anais do XXXIV Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2011, Recife. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-0364-1.pdf>> Acesso em 23 jul. 2017.

CAVALCANTE, Orange. A força audiovisual do interior. Entrevista concedida ao Blog do MIMO (Grupo de Pesquisa em Mídia Moda e Linguagens - UFAM/CNPq), publicada na coluna Linguagens e Expressões. Manaus: mimoufam.wordpress.com, 03 mai. 2017. Disponível em: <<https://mimoufam.wordpress.com/2017/05/03/linguagens-e-expressoes-2/>> Acesso em 19 jul. 2017.

DENNINSON, Stephanie. World Cinema: As novas cartografias do cinema. São Paulo: Papyrus, 2013.

FOSTER, Lila. Cinema amador brasileiro: história, discursos e práticas. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais - ECA/USP. São Paulo, 2016.

IKEDA, Marcelo; LIMA, Dellani (orgs.). Cinema de Garagem. Rio de Janeiro: WSET Multimídia, 2014.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. São Paulo: Editora da USP, 1970.

LINS, Consuelo; BLANK, Thais. Filmes de família, cinema amador e a memória do mundo. In: Revista Significação. São Paulo: USP, 2012, vol. 37, n. 39, pp. 52-74.

LYRA, Bernadette. Cinema Periférico de Bordas. In: Revista Comunicação, mídia e consumo. São Paulo, 2009, vol. 6 n. 15, pp. 31-47.

RUY, Karine; PEREIRO, Marta; BAAMONDE, Silvia. O sucesso dos cinemas menores: baixo orçamento e alternativas cinematográficas no Brasil e na Galiza. In: Revista Eptic. Universidade Federal de Sergipe, 2016, vol. 18, nº 2, pp. 125-141.

SAID, Edward W. O papel público de escritores e intelectuais. In: Humanismo e Crítica democrática. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTAELLA, Lucia. A ecologia pluralista da comunicação: conectividade, mobilidade, ubiquidade. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Iomana. Cinemas Fluidos: Análise das inter-relações entre cinema independente experimental brasileiro e arte contemporânea no contexto pós-cinema. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

O pós-colonialismo e a desconstrução do discurso da Sustentabilidade

Salatiel da Rocha Gomes

Introdução

É inegável a força que algumas ideias possuem sobre o pensamento coletivo da sociedade em que vivemos. Dizemos força porque tais ideias possuem um regime de verdades que nos parecem ser a ideal e a “salvação” (subjativação) de alguns problemas que enfrentamos no cotidiano. Um desses problemas e que queremos sublinhar nesse texto refere-se às relações da sociedade com o meio ambiente, presentes nas ações e nos discursos. O recorte dessa relação que trazemos para esse texto é o da sustentabilidade e o da Educação tida como “ambiental” nas escolas.

Esses discursos, muito presentes na sociedade atual, são sempre seletivos e excludentes e se referem às práticas geradoras de significados, que por sua vez são apoiadas em regras históricas e definem o que pode e o que não pode ser dito. Dentro de uma figuração social, engendra discursos tidos como verdadeiros ou falsos. Em suma, não são neutros, possuem um interesse estabelecido e em sua maioria ideológico, apresentando claramente relações de poder (FOUCAULT, 2001).

Quando trazemos a relação do conceito de pós-colonialismo com o movimento da sustentabilidade, assumimos a necessidade de rupturas epistemológicas nesse campo, desconstruindo narrativas e colocando em evidências o reducionismo de um pensamento hegemônico, dicotômico e ingênuo da questão ambiental.

Segundo Hall, o termo pós-colonial não se restringe a descrever uma determinada sociedade ou época, mas serve para rever o ideal de uma nação. “Sinaliza a proliferação de histórias e temporalidades, a intrusão da diferença e da especificidade nas grandes narrativas generalizadoras do pós-iluminismo eurocêntrico” (HALL, 2003, p. 111).

Como não há um consenso entre autores e pesquisadores sobre o conceito de Pós-colonialismo, Santos (2008), em uma tentativa de caracterização e explicação, considera que o termo apresenta duas vertes: A primeira, relacionada a um tempo histórico e cronológico, sucedendo ao movimento das independências; a segunda vertente relacionada aos discursos, práticas e relações de poder. Essa segunda nos permite analisar as contradições e apontar a complexidade presente nas desigualdades sociais. Spivak (2010) menciona a necessidade da ascensão de intelectuais tidos como pós-coloniais, pois estes possibilitam espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar. A autora reforça que “não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar ‘contra’ a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido (SPIVAK, 2010, p. 14).

O pensamento pós-colonial tem desconstruído muitas questões da modernidade, apresentando críticas à construção histórica e social que define alguns conceitos como Norte/Sul, Leste/Oeste, Desenvolvido/Subdesenvolvido, dominante/dominado, dentre outros, que trazem consigo a marca de um processo colonizador. Portanto, o termo pós-colonial reconhece a necessidade de analisar algumas narrativas, oriundas de práticas colonialistas e eurocêntricas, e apresentar uma nova forma de compreensão da sociedade atual.

O pensamento Ocidental e o discurso da Sustentabilidade

O pensamento ocidental, tido como moderno intensifica a forma de compreensão da questão ambiental à luz das ideias do capitalismo. Por isso, a crença em uma harmonia entre desenvolvimento econômico e meio ambiente é muito comum e mencionada como possível. No entanto, a aparente prosperidade econômica tem seus efeitos imediatos e em longo prazo, escondendo uma ameaça ecológica e societária, gerando doenças físicas e mentais, estresse, violência, insegurança e um total mal-estar da civilização (LATOUCHE, 2004).

Esses efeitos têm ligação direta com a relação do ser humano com o ambiente. No pensamento ocidental, quanto mais se explora mais a sociedade é desenvolvida. Por isso, “busca-se aumentar a produtividade, acelerar as vendas, aperfeiçoar as infraestruturas, investir em equipamentos e entrar no mundo virtuoso da acumulação e do crescimento ilimitado” (IDEM, p. 9).

Contraopondo essa realidade, Latouche (IDEM, p. 21) considera que é necessária uma descolonização, ou seja:

Aprender que podemos viver (e sem dúvida melhor) sem uma acumulação frenética de objetos e de necessidades novas que põem em risco o futuro do planeta. Redescobrir que nenhuma sociedade preenche satisfatoriamente o ser humano em relação à sua preocupação existencial e a sua infinitude essencial. Libertando-se da prisão do sentido para mergulhar no oceano das necessidades artificiais, o ser humano ocidental vira as costas à sabedoria a porção de felicidade a ele acessível na terra.

No que tange à análise sobre os discursos sobre sustentabilidade, direcionamos nosso olhar para a questão midiática e sua inserção no contexto das escolas e de outras organizações educativas, uma vez que esses meios de comunicação chegam com muita força e com efeitos de verdade. É possível dizer que o discurso da sustentabilidade que nos é apresentado é um discurso do ocidente, principalmente dos Estados Unidos e da Europa. Para Lima (2003, p.102), trata-se de um discurso que:

Surgiu como um substituto ao discurso do desenvolvimento econômico, produzido e difundido pelos países centrais do capitalismo – sobretudo os Estados Unidos – para o resto do mundo no contexto da Guerra Fria. A partir dos anos 70 do século passado, o discurso desenvolvimentista revelou seus limites através de uma crise, que embora tivesse maior visibilidade econômica, era também social, ambiental e ético-cultural.

Nesses discursos, o que vendo sendo propagado maciçamente é a condição de normalidade e harmonia e que a ideia do desenvolvimento econômico é inevitável e necessária à sociedade. Na contramão dessa perspectiva, Latouche (2004), talvez considerado como um grande defensor de outra lógica, a do decrescimento, menciona que há a necessidade de outro estilo de vida e que o modelo atual de consumo e de produção nos fará extintos. Para Latouche (2009), uma lógica de crescimento e um projeto de decrescimento são incompatíveis, mas o projeto de decrescimento visa fazer crescer a alegria de viver, restaurando a qualidade de vida (um ar mais sadio, água potável, menos estresse, mais lazer, relações sociais mais ricas etc.). Seria isso possível? Por onde começar?

Reflexões sobre a Escola e seu papel na formação de alunos críticos

Logo após a pergunta de “Por onde começar? ”, entendemos que a escola é um espaço de aprendizagem propício a reflexões coletivas em torno da temática ambiental, visto que esta temática está presente tanto no currículo do componente curricular de Ciências quanto na abordagem dos temas transversais. Mas como esses diálogos estão acontecendo? A escola incentiva um

pensamento crítico ou reproduz a lógica do Estado?

Dia do meio ambiente, caminhada para sensibilização, Dia D da Coletiva Seletiva, Campanha para reciclagem... são tantos movimentos que a escola realiza em prol de uma “educação ambiental” e quando não articuladas com uma perspectiva crítica acaba se tornando incompleta, reducionista e fragmentada. A expressão “incompleta” diz respeito às limitações que essas ações possuem efetivamente no ambiente. São interessantes, mas acabam se tornando um meio de efetivação de um modelo hegemônico. Um exemplo disso encontramos no relatório “O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental” realizado pela UNESCO no ano de 2006. Nesse relatório, os objetivos das escolas em desenvolver a Educação Ambiental referem-se à Conscientização para cidadania e à sensibilização para o convívio com a natureza. Não se discute a questão histórica e crítica dos elementos socioambientais. Por isso, consideramos ainda que as práticas e ações desenvolvidas na maioria das escolas são limitadas e reproduzem de certa forma a lógica do capital.

Não se expõe questões envolvendo justiça ambiental. Quem mais sofre, a título de exemplo, com a poluição são as pessoas mais pobres e que ficam localizadas nas áreas mais periféricas, e são essas pessoas que mais sofrerão com a escassez de água, energia, alimentos, doenças, etc. Sobre essa colocação, Pádua e Lago (2004, p. 56-7) reiteram mencionando:

Os mais pobres são os que recebem com maior impacto os efeitos da degradação ambiental, com o agravante de não terem acesso a condições favoráveis de saneamento, alimentação, etc., e não poderem se utilizar dos artifícios de que os ricos normalmente se valem para escapar do espaço urbano poluído (casas de campo, viagens, etc.).

É nesse sentido que pensamos que a relação ambiente e sociedade não dever ser analisada apenas pelo enfoque ecológico. As relações sociais, políticas e econômicas estão inter-relacionadas. Todavia, há um interesse hegemônico e ideológico em manter, principalmente nas escolas, uma análise à luz das ciências naturais. Isso não seria uma forma de subjetivação e de poder? Na perspectiva de Spivak (2010), como pode um aluno falar se não é estimulado a pensar criticamente sobre essa relação ambiente e sociedade?

As conferências de Estocolmo em 1972 e a de Tbilisi em 1977 trouxeram importantes contribuições para a concepção que temos atualmente da relação sociedade e ambiente, rompendo com o paradigma das ciências natu-

rais que separava o ser humano da natureza, reduzindo, portanto, meio ambiente apenas à natureza. É importante destacarmos isso porque essa herança naturalista ainda se faz muito presente nas práticas escolares denominadas de “educação ambiental”.

No Brasil, a partir da década de 1990, alguns pesquisadores seguiram a linha crítica dessa educação ambiental realizada nas escolas e nas instituições, defendendo que o ser humano é parte da natureza e que a crise ambiental não é uma mera crise ecológica. É, portanto, resultado de uma crise permeada de intenções claramente políticas e econômicas; interditas e que não possuem intenção nenhuma em discutir os aspectos éticos, culturais, estéticos e sociais. Nessa perspectiva, a formação do indivíduo dá-se da seguinte forma:

Sente-se separado, não integrado ao ambiente natural, percebe-se ambiente como suporte para o seu desenvolvimento a partir de uma visão servil, utilitarista e consumista, de dominação totalitária da natureza, potencializando uma desnaturalização da humanidade. Rompe assim as relações de equilíbrio entre seres humanos em sociedade e o meio ambiente (GUIMARÃES, 2007, p. 35 – Grifo Nosso).

Mais do que dizer na citação acima que o grifo é nosso, queremos destacar essa separação existente nas discussões sobre ambiente. Para Loureiro (2007), somos sínteses singulares de relações, unidade complexa que envolve estrutura biológica, criação simbólica e ação transformadora da natureza, por isso, necessita-se da inserção de uma dinâmica que contemple todas essas dimensões.

Partiremos no próximo tópico para uma análise das reportagens da revista *Ciência Hoje das Crianças*, disponibilizada de forma impressa e digital, a fim de percebermos como esse pensamento ocidente está presente e como de certa forma influência nas práticas de educação ambiental realizada nas escolas.

A revista *Ciência Hoje*

A revista *Ciência Hoje para Crianças* (CHC), criada em 1896, é uma das revistas que mais circulam nos espaços escolares e é distribuída trimestralmente nas escolas. Apresenta-se como multidisciplinar, pois dialoga com várias áreas, incluindo as ciências humanas, exata, meio ambiente, saúde e tecnologia. Delimitamos, a título de exemplo, algumas matérias sobre meio ambiente, de modo a ilustrar a relação estabelecida sobre ambiente e sociedade.

Na primeira análise que realizamos, percebemos que a maioria das reportagens sobre meio ambiente estão relacionadas às temáticas: parques nacionais brasileiros, curiosidades sobre a Fauna e Flora e Fenômenos da Natureza. As abordagens trazidas dentro de tais reportagens sugerem sempre a ação conservacionista e um olhar naturalista à luz principalmente da Ecologia. Como já mencionamos isso não é um problema, mas reforça um discurso chamado por Guimarães (2007), de romântico e hegemônico, nos fazendo acreditar enquanto sociedade que esse é um problema simples, que pode ser resolvido apenas com ações individuais. Outras temáticas como reciclagem e coleta seletiva foram continuamente abordadas. A seguir, seguem alguns exemplos para análise:

Exemplo 1: Solução para o lixo!¹

Que tal saber mais sobre reciclagem com ‘Duda cata tudo’?

No começo era tudo muito estranho. A mãe de Duda, o personagem principal desta história, brigava muito com o garoto, que vivia catando lixo. Era latinha, cabo de vassoura, tampinha de garrafa.... Para que juntar tanto bagulho, meu filho?

Mas, dentro da garagem de casa, tudo isso e muitas outras coisas que são consideradas lixo se transformavam em brinquedos. Cabo de guarda-chuva quebrado, por exemplo, nas mãos do garoto, virava uma arma contra dragões. E isso era bem legal.

Mesmo assim, com tanta bronca da mãe, Duda começou a desanimar. Até o dia em que a professora deu uma aula sobre reciclagem e reaproveitamento de lixo: aí, sim, tudo começou a fazer sentido na cabeça do garoto. Era o que ela fazia! O menino contou para a professora os tesouros que tinha na garagem e sabe o que aconteceu? Surpresa!



Fonte: Revista *CHC para Crianças*, 2015.

¹ Disponível em : <http://chc.org.br/solucao-para-o-lixo/> . Acesso em 14/08/2017.

A matéria acima visualizada presente na revista CHC ilustra muito bem a força da ideia de reciclagem sem uma discussão aprofundada da questão. Esse pensamento que vem do ocidente nos remete a uma seguinte lógica: Eu exploro o ambiente, produzo com força total para gerar emprego e desenvolvimento economicamente e socialmente o país. Em contrapartida, a própria sociedade oferece uma alternativa de amenizar tais impactos seja realizando corretamente a coleta seletiva seja reciclando. No entanto, é pouco comum nas escolas uma discussão com mais profundidade dessa lógica do consumo e que esclareça que muitas de nossas ações mais reproduzem essa lógica do que transforma propriamente a realidade. Um exemplo é o uso da tecnologia para amenização dos impactos ambientais. O que vemos nos debates é o viés “salvacionista”. No entanto, nem sempre essa relação se dá como imaginamos. Nas palavras de Santos (2002, p. 238): “união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado”. Abaixo, segue outra reportagem, com o título “Calcule sua pegada”.

Exemplo II:



Fonte: Revista Ciência Hoje para Crianças, Setembro/2015.

Essa matéria, da edição de setembro de 2015, tem como principal objetivo apresentar uma ferramenta que ajuda alunos e professores a calcular a quantidade de dióxido de carbono produzida em um ano por cada pessoa e de quantas árvores são destruídas por conta desse impacto ambiental, apresentando, inclusive, recomendações.

De certo, é uma atividade interessante e que pode ajudar no processo de tomada de consciência. Porém, a consciência que pensamos é a de Freire (1997), quando esclarece que o indivíduo necessita ter condições de pensar

criticamente sobre a realidade em que vive, transformando e intervindo. Certamente, para que isso aconteça, é necessária a apresentação de outros elementos: o da provocação, como diria Freire. Quem realmente mais libera dióxido de carbono? Será que nossas pequenas ações vão amenizar os impactos liberados exponencialmente pelas indústrias?

Exemplo III:



Fonte: *Revista Ciência Hoje das Crianças*, 2014.

Uma das matérias da edição 259, de Agosto de 2014 “E aí, a água vai acabar mesmo?”, tem como principal objetivo enumerar diversas práticas que ajudam no combate ao desperdício da água. O conteúdo da matéria gira sempre nessa perspectiva, ou seja, a da ação em um contexto micro. O nível dessas discussões é o que consideramos como limitado, uma vez que não se levanta questões envolvendo a falta de saneamento básico, a necessidade de água potável e sua relação com a qualidade de vida, dentre outros aspectos que vão além do viés ecológico.

Considerações Finais

A questão ambiental e sua relação com as práticas cotidianas deve ser um tema retomado sempre, mas não apresentado apenas por um fio condutor das ciências naturais. Incluir a sociedade nessas discussões enseja pensar na complexidade presente e na conjugação das esferas ecológicas, políticas, econômicas, culturais, éticas e sociais. Isso requer uma postura e um posicionamento crítico em todos os espaços que a discutem. Elencamos a escola por ser um espaço de formação de estudantes que pode possibilitar uma cons-

ciência crítica, desnaturalizando alguns discursos e contrapondo a hegemonia posta tão fortemente nos currículos e na mídia em geral. Consideramos que nesse modelo de civilização ocidental, prioriza-se a superprodução e o lucro. A sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável é apenas um discurso autorizado, com força de verdade e que omite os efeitos perversos da lógica capitalista como a exclusão e desigualdade social, dependência política e econômica e a degradação maciça do meio ambiente. Trata-se, portanto, de “um conceito capaz de ecologizar a economia, eliminando a contradição entre crescimento econômico e preservação da natureza” (LEFF, 2001, p. 18). Todavia, a economia e a ecologia não são incompatíveis? No pensamento ocidental é possível essa conciliação e existe grande ceticismo entre a coerência do termo e sua aplicabilidade. Cabe, portanto, a inserção de uma educação ambiental mais crítica, principalmente nas escolas; que problematiza; que contrapõe e que desconstrói os discursos tidos como verdades absolutas.

Referências bibliográficas

- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- GUIMARÃES, M. Educação ambiental: no consenso um embate? Campinas: Papirus, 2007.
- HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? Da diáspora, Identidades e mediações Culturais. UFMG, 2003.
- LATOUCHE, Serge. Pode a África contribuir para resolver a crise do Ocidente? IV Congresso Internacional de Estudos Africanos. Barcelona, 2004.
- LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LIMA, G. da C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. Ambiente & Sociedade, v. 6, n. 2, jul./dez., p. 99-119, 2003.
- LOUREIRO, C.F.B. Educação Ambiental crítica: contribuições e desafios. In: SORAIA S. de M.; TRAJBER, R. Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Ministério da Educação, Coordenação Ge-

ral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. p. 65-71.

PÁDUA, José Augusto; LAGO, Antônio. O que é ecologia. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, B. S. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: Edusp, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

A mulher brasileira e a luta pela inserção na história

Taniamara Queiroz de Freitas

Introdução

O presente capítulo tem o objetivo de promover uma análise da inserção da mulher na história do Brasil por meio de um recorte das suas lutas, adversidades e conquistas ao longo dos últimos séculos. A trajetória do gênero feminino é marcada por duas palavras: espaço e reconhecimento, uma forma de desmistificar a ideia de segundo sexo ou sexo frágil. A imagem atrelada a atividades domésticas e aquelas tidas como “delicadas” está perdendo espaço, dada a busca incessante pela igualdade nos mais diversos âmbitos.

Uma das principais conquistas das mulheres no período em questão é a educação, tendo em vista que no século XIX a função delas estava atrelada principalmente a reprodução, criação dos filhos e os serviços do lar. Tarefas complexas e cansativas, mas elas sabiam que poderiam transpor as barreiras da sociedade e realizar outras atividades; diferente daquelas já enraizadas no pensamento da época.

A educação foi o primeiro passo dado pelo gênero feminino para diversos movimentos. Com as mulheres letradas surgiram as lideranças em prol do espaço e dos direitos deste público, a luta contra a subalternidade; infelizmente presente até os dias atuais. Vale ressaltar que com a conquista do nível de instrução houve a aquisição de alguns direitos, como o voto feminino e a inserção da mulher na política. Embora seja necessário frisar o fato do percurso até a obtenção dos mesmos ter sido permeado por muitos obstáculos.

O mundo do trabalho ainda está em processo de aceitação quanto a presença do público feminino em algumas atividades, principalmente aquelas ligadas ao gênero masculino. A divisão entre tarefas destinadas a mulher e ao homem fortalece a ideia do preconceito e de uma sociedade permeada por estigmas. Isso porque se acreditava/acredita que o homem era/é o provedor do lar, e a mulher era/é apenas a mãe, esposa e dona de casa.

Apesar deste cenário viver uma profunda mudança, embora lenta em alguns aspectos, o avanço do sexo feminino no mercado de trabalho, principalmente nas áreas vinculadas à figura masculina, continua sofrendo com as desigualdades; seja na divisão de cargos ou na questão da renda. A realidade salarial retrata uma discrepância. O interessante é que essa situação vem acompanhando o sexo feminino desde o início da sua jornada. Enfim, este panorama nos permite uma profunda reflexão voltada à presença feminina e às suas conquistas.

Séculos XX e XXI: A inserção das mulheres na história do Brasil

A trajetória da mulher na história do Brasil não se diferencia da história das mulheres de outras localidades e temporalidades, tendo sua imagem atrelada aos trabalhos domésticos e a alguns serviços pesados, como, por exemplo, a agricultura. Em momentos anteriores ao século XX, o gênero feminino era visto como o segundo sexo, e sempre subordinado ao homem. As principais funções das mulheres eram: reprodução, criação dos filhos, fição, tecelagem e alimentação. Se retrocedermos um pouco mais, especificamente até a civilização grega, podemos perceber que a relevância do papel feminino na sociedade era extremamente limitada. Elas eram excluídas de atividades ligadas ao conhecimento e ao pensamento. As únicas a usufruírem desses elementos eram as cortesãs, que utilizavam o pouco domínio sobre as artes para agradar os homens que as procuravam para momentos de lazer/prazer. O direito à educação era exclusividade dos homens, negado às mulheres.

O código legal romano legitimava a discriminação da mulher. Entretanto, contam Alves e Pitanguy, em 195 d.C., as mulheres se dirigiam ao Senado Romano para protestar contra o privilégio masculino do uso dos transportes públicos e contra a obrigatoriedade de só poder se locomoverem a pé. Um dos senadores se manifestou, expondo aos demais o “perigo” de deixar as mulheres em igualdade com os homens, pois, de acordo com ele, as mulheres seriam capazes de em pouco tempo desejar governar os homens. Para Alves e Pitanguy, o direito aparece nessa passagem como instrumento de legitimação da posição inferior da mulher romana. (SIQUEIRA, 2005, p. 6-7)

Ao longo dos tempos este cenário começou a ser alterado, pois as mulheres começaram a ser ouvidas (mesmo que parcialmente) pela esfera pública. Para garantir os seus direitos, não havia medo. Elas começaram a realizar greves e a lutar pelo seu espaço. A educação é o pilar destas atitudes, visto que

as lideranças dos movimentos eram letradas. O retrato dessa busca pelo conhecimento é tortuoso, tendo em vista que elas não tinham prioridades e em muitos casos eram limitadas a cuidar apenas da casa, o que afetou a imagem delas durante anos. As mulheres brancas eram submissas aos seus pais e se casavam muito cedo, passando então a ser de domínio do marido depois do casamento. Elas só podiam fugir dessa situação com a reclusão em um convento.

A figura feminina estava (em determinados cenários continua) ligada a ideia da subalternidade. Algo que a historiadora indiana, Gayatri Chakravorty Spivak, abordou de forma significativa no seu artigo *Pode o subalterno falar?* (2010). Uma crítica a representação do sujeito do chamado terceiro mundo no âmbito do discurso ocidental que acaba por fortalecer tal perspectiva. O que está em “jogo” no contexto a ser analisado neste capítulo é o direito deste grupo, denominado subalterno, de falar, se expressar, de espaço, além da garantia de autonomia. Isto se torna mais compreensível quando se analisa a situação de uma viúva indiana impedida de se auto representar por ser mulher e devido a sua condição social, viuvez. O subalterno fica a margem da sociedade e quando este for do gênero feminino encontrar meios de se fazer ouvir é uma tarefa árdua. O Brasil, como pode-se verificar, não foge a essa regra, ligada a uma sociedade permeada por preconceitos, tabus e superioridade.

A tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais os sujeitos subalternos possam falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido (a). Para ela, não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar “contra” a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido (SPIVAK, 2010, p. 14).

Até as primeiras décadas do século XX no Brasil, a educação não era algo tão valorizado no âmbito da sociedade, pois a dedicação maior dos homens era principalmente à agricultura e à economia cafeeira. Para eles não havia a necessidade de estudos para executar suas tarefas diárias. Com o passar dos anos, as únicas mulheres que tinham acesso à cultura eram as brancas, restringidas apenas ao contato social, o que as tornavam em certos momentos mais conservadoras que os homens.

Todas as inovações do ponto de vista social, político e cultural só chegavam ao Brasil por meio dos filhos do sexo masculino oriundos de uma oligarquia patriarcal, educados na Europa. Porém, faltava-lhes algo: era a influência e a orientação da mãe para que eles pudessem conhecer o mundo

com outros olhos. Vale ressaltar que só no fim do século XIX é que começam a aparecer as primeiras mulheres que liam e escreviam. Mas essas mulheres restringiam-se ao mundo insignificante do romance francês. Ou seja, aos poucos a mulher sai da domesticidade e começa a se integrar finalmente à educação, a princípio, como escritora ou professora.

Podemos visualizar melhor a inserção da mulher na sociedade e seu enriquecimento cultural, analisando os fatos socioeconômicos, que se desenvolveram desde o período colonial até a fase de industrialização do país. No período colonial, a igualdade jurídica entre os homens dificulta a realização da principal meta do sistema capitalista: a acumulação de capital. Por essa razão, a utilização da força de trabalho escrava constitui-se no meio adequado para atingir esse objetivo. Contudo, a Revolução Industrial inglesa do século XVIII gera a necessidade de mão-de-obra livre assalariada para garantir a existência de um mercado consumidor e, assim, possibilitar a sobrevivência do capitalismo industrial. Como a tendência desse sistema de produção é conquistar cada vez mais mercados consumidores, a economia brasileira, baseada na mão-de-obra escrava não consumidora, mostra-se um entrave para a expansão do sistema. (CERDEIRA, s/data, p. 9-10)

O fato de o direito à educação ter demorado a ser disponibilizado para a mulher faz com que a realidade seja prejudicada, assim como o crescimento do Brasil. O analfabetismo ainda é um problema. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), este elemento torna-se mais preocupante quando se faz um panorama geral. Segundo o órgão das Nações Unidas, baseado em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) coletados em 2012, o Brasil é o 8º país com mais adultos analfabetos do mundo; cerca de 14 milhões de pessoas.

Apesar deste cenário, vale lembrar que através da conquista do nível de instrução foi possível obter-se outras conquistas, tais como o voto feminino e a inserção da mulher na política.

Na América do Norte, os Estados Unidos foram o primeiro país, ainda no século XIX, a ter as mulheres participando dos movimentos em busca da abolição da escravatura. Em 1869, no estado de Wyoming, uma norte-americana conseguiu votar. O ato só pôde ser realizado devido a autonomia que a constituição, naquela época, delegava aos estados. Já na América Latina, o primeiro país a conceder o direito do voto às mulheres foi o Equador, isso em 1929. Essa história poderia ter sido diferente, pois na década de 1890 dois políticos brasileiros e intelectuais da época, César Zama e Almeida Nogueira, começaram a luta por esse direito feminino.

Um dos empecilhos para a mulher poder exercer a cidadania estava ligado ao fato de que, para a Constituição de 1891, o voto feminino seria um estímulo ao fim das famílias. Para os homens daquela época, o ser feminino só tinha uma função: servir o marido e procriar. Depois de muita insistência, a professora Celina Guimarães tornou-se a primeira brasileira a fazer o alistamento eleitoral. O fato aconteceu em 1927, no município de Mossoró, estado do Rio Grande do Norte. Essa conquista regional impulsionou a luta feminina da expansão dos votos. Nesse período são fundadas diversas organizações a congregar as militantes feministas, mas uma em especial já atuava de forma contundente, a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, que foi fundada no Rio de Janeiro em 9 de agosto de 1922. O perfil das mulheres que buscavam o direito ao voto era de pessoas cultas, que tinham acesso aos noticiários do mundo.

Perry Anderson, por exemplo, afirma que o movimento mais importante do século XX é o movimento feminista. Realmente, as mulheres viraram o mundo de cabeça, desistindo do papel de coadjuvantes da história para fazerem parte do elenco principal. Para serem vistas e ouvidas, falaram alto evocando Simone de Beauvoir, que dizia que a emancipação da mulher não é uma questão de felicidade, mas de liberdade. Liberdade para trocar a paz pela luta, a segurança pelo questionamento.... Para eles, quem estava sendo ameaçada era a família, que se desagregaria com a mulher que não tivesse mais como única função servir o marido e procriar (COLLING, 1997, p. 39).

Pode-se averiguar que, apesar de o Brasil ter sido o último país a eliminar a escravidão (oficialmente), ele não foi o último a conceder o voto às mulheres. Isto porque nações de grande influência mundial, como, por exemplo, a França, só disponibilizou esse direito algum tempo depois. A conquista do voto no plano nacional aconteceu através do Código Eleitoral Provisório, de 24 de fevereiro de 1932, que determinava que todas as brasileiras casadas, com a autorização do marido, solteiras e viúvas, com renda própria, poderiam votar. Esse decreto aconteceu durante o governo do presidente Getúlio Vargas, e por meio do artigo 121 deixava claro que não havia obrigatoriedade do voto feminino.

O alistamento eleitoral foi realizado no Brasil inteiro. Em alguns Estados o número de mulheres que havia se inscrito ficou aquém do esperado. A motivação era pouca, mas havia exemplos dignificantes, como o caso da moradora de Itabira, em Minas Gerais, Virgínia Augusta de Andrade Lage, que fez questão em se inscrever perante a justiça apesar de contar com a idade de 99 anos (RIBEIRO, 2009).

Os movimentos feministas prezavam pela organização e tinham seus objetivos delimitados. Aproveitaram a conquista do voto para realizar outras reivindicações acerca da condição da mulher, como o direito de ocupar cargos políticos. Durante a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, ocorrida no dia 3 de maio de 1933, a brasileira pôde pela primeira vez, na esfera nacional, votar e ser votada. O interessante é que as lutas pelo reconhecimento perante a sociedade ultrapassaram séculos de condição subalterna. Os meios então utilizados para esse importante avanço foram passeatas, manifestos, entre outros.

Sabemos que, para um país como o Brasil, a presença da mulher nas decisões políticas precisaria ser significativa e adequada ao seu verdadeiro *status* perante a sociedade, pois ao longo dos tempos ela vem mostrando a importância do seu trabalho fora de casa, como, por exemplo, no campo. Mas a realidade não expressa essa importância, pois, segundo Alves (2009), em seu artigo “Mulher na política: 24 de fevereiro e o direito de voto”, as mulheres são apenas 9% da Câmara Municipal e 12% dos assentos nas Assembleias Legislativas.

Para Alves (2009), o sistema político brasileiro tem uma inquestionável natureza excludente. Juridicamente, “todos são iguais perante a lei”. No entanto, a realidade vai contra a esse princípio na medida em que existe algo que distribui o poder político, separando-os entre os gêneros masculinos e femininos, mas sempre levando uma maior parte para os homens, excluindo as mulheres de certas decisões. Tendo como base essa realidade, deve-se ir além, com medidas voltadas para a ascensão da igualdade, uma vez que para muitos autores a discriminação não será combatida apenas com a concretização de normas jurídicas.

É este raciocínio que fundamenta as políticas de “ação afirmativa” enquanto medidas temporárias e especiais de proteção a grupos sociais excluídos, visando a promover sua ascensão na sociedade até um nível aceitável de equiparação aos demais grupos historicamente privilegiados. No Brasil, a lei que pretende garantir um nível mínimo de candidaturas femininas foi instituída nas eleições de 1996, estabelecendo cotas de 20% para as mulheres. A cota mínima passou para 25% em 1998 e para 30% a partir das eleições do ano 2000 (ALVES, 2009, p. 2).

Diversas pesquisas mostram que, para a população, as mulheres têm capacidade, competência e responsabilidade para assumir funções públicas, mas isso não depende apenas da sociedade. Enquanto cresce a populari-

dade do sexo feminino devido ao bom desempenho nas atividades públicas, os partidários fazem vista grossa para essa situação. Para eles, a figura feminina ainda é vista como a representante e zeladora da família: mãe e dona de casa, por causa de suas características biológicas.

O fato de a vida pública das mulheres ter sido de domínio dos homens por muito tempo se faz refletir na atualidade, uma vez que para algumas os problemas políticos e econômicos que afligem o mundo ainda são elementos desconhecidos. Esses casos possuem influência na ocupação de cargos políticos.

Se dependesse somente do eleitorado, haveria crescimento expressivo do número de vereadoras e prefeitas eleitas. Acontece que as mulheres não dependem apenas dos eleitores. Para se chegar ao parlamento municipal, estadual ou federal é preciso passar por um verdadeiro vestibular que afunila as chances de uma mulher ser candidata. E, o pior, neste “vestibular” os critérios de escolha não são baseados no mérito, mas, sim, na lógica da hierarquia partidária. Infelizmente, a maioria dos partidos políticos brasileiros herdou práticas sexistas e abrem espaços para as mulheres somente como “formiguinhas” que trabalham muito nas bases, mas raramente são aceitas como “companheiras de poder” na hora de decidir as candidaturas e a ocupação de cargos públicos em que o partido esteja contemplado (IDEM).

A primeira mulher a ser eleita a um cargo político foi Alzira Soriano, nomeada prefeita da cidade de Lajes, situada no Rio Grande do Norte (pioneiro quando o assunto é o reconhecimento da presença feminina). Isto aconteceu no ano de 1928 no Partido Republicano. Mas ela não conseguiria terminar seu mandato devido uma Comissão de Poderes do Senado ter anulado os votos de todas as mulheres. Essa luta se estenderia por mais cinco anos. Só em 3 de maio de 1933 outra mulher seria eleita no Brasil, a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz. Ela foi a primeira mulher a votar e ser eleita deputada federal, além de ter participado de trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte entre os anos de 1934 e 1935. Apesar dos movimentos feministas terem alcançado grandes conquistas, até a década de 1970 essa realidade não era suficiente para mudar esse quadro de exclusão. Só no ano de 1979, com a morte do titular no senado João Bosco de Lima, a primeira mulher assume um posto no Senado, Eunice Michiles, pelo Partido Democrático Social (PDS-AM).

Vale ressaltar que a partir do final da década de 1980, com a ajuda do crescimento industrial, o cenário político começou a mudar, pois dez anos depois outras mulheres seriam eleitas senadoras, tais como: Júnia Marise

(PRN-MG) e Marluce Pinto (PTB-RR) e, após quatro anos, Roseane Sarney (PRL) foi eleita, no Maranhão, a primeira mulher governadora. Acontecimentos como esses contribuíram e muito para o crescimento das mulheres. Elas já conseguiram ocupar alguns ministérios e secretarias, como a Especial de Políticas para as Mulheres. Suas participações foram ampliadas nas esferas do poder. A prova de que a participação do sexo feminino está cada vez incisiva reflete-se nas urnas. Nas eleições de 2010 o Brasil elegeu a primeira mulher presidente.

Na medida em que foram se constituindo como sujeitos políticos, as mulheres elaboraram um discurso sobre si mesmas, nomeando o que significa o feminino e as relações que se estabeleceram numa situação de opressão. É o processo de masculinização e feminização dos sujeitos. Pesquisas mostram que as mulheres não permanecem omissas ou passivas ao longo da história, mas sua participação é desconsiderada. Esta passividade, entendida como docilidade feminina, serviu a interesses determinados, mantendo os mecanismos de poder inalterados. (COLLING, 1997, p. 94-5).

Atualmente (2017), 55 cadeiras da Câmara Federal são ocupadas por mulheres, mas esse número ainda é pequeno, pois há um total de 513 cadeiras. O número de mulheres cresce a cada eleição. Esse panorama pode ser visto quando se analisa a eleição de 1989, quando apenas 16 deputadas foram eleitas, ou seja, tem diminuído a barreira existente entre os gêneros no que se refere à participação delas no legislativo. No entanto, ao compararmos com o quantitativo, é notável que a desigualdade ainda permaneça.

Outro ponto a salientar é a representação feminina no Senado. No total são 13 mulheres nessa casa legislativa, sendo duas do Partido dos Trabalhadores (PT), aquele que mais elegeu mulheres na Câmara Federal e na história do Senado. Um processo ainda muito recente no Brasil é o de implementação de cotas para a ocupação de cargos na esfera política, porém, apesar de nova, essa vertente vem dando, mesmo que de forma tímida, mais visibilidade aos processos de exclusão da mulher dos espaços políticos e, portanto, explicitando a diferença existente neste cenário entre o sexo feminino e masculino. Em função disso, as cotas são tratadas como tema central nas discussões e reuniões relacionadas à política, além, é claro, do fato de ser considerada pelos movimentos feministas algo crucial para um reconhecimento do pape da mulher.

Muitas pessoas não conhecem o verdadeiro sentido das cotas e, com isso, surgem equívocos que precisam ser esclarecidos. Um exemplo que

Ferreira salienta é o fato de que 30% das cotas dos cargos legislativos para as mulheres não resolve o problema da desigualdade, e que suas lutas deveriam ser por 50% das cotas. Embora o movimento lute pela igualdade, segundo a autora, 30% representa apenas um ganho quando comparado à estrutura da sociedade e às lutas pelas quais as mulheres passaram. Outro ponto invariavelmente ressaltado diz respeito ao fato de as pessoas acharem que a lei das cotas, por si só, não garante o direito de poder. O simples incremento quantitativo de mulheres a ocupar mais espaço no âmbito legislativo não é fator decisivo para uma alteração substantiva na relação de poder. Mas assim como as cotas podem trazer à tona a própria condição subalterna da mulher, acredita-se que por meio desse mecanismo, no decorrer do tempo, seja possível vislumbrar mudanças acerca dos valores que permeiam o exercício do poder.

Enfim, a população não percebe que as cotas são algo positivo para as mulheres, ou seja, ainda não ficou claro que a iniciativa pode ajudar no crescimento do número de mulheres e, conseqüentemente, criar condições mais favoráveis para a participação feminina nas direções de sindicatos, câmaras, assembleias, partidos, etc. Por meio deste recurso, elas pretendem tornar mais visíveis o que o gênero feminino enfrenta na sua integração ao poder, uma instância ainda caracterizada como eminentemente masculina.

As ações afirmativas (mais precisamente a lei de cotas) constituem-se em formas positivas de reverter formalmente o quadro de desigualdade entre os gêneros e demais atores sociais historicamente excluídos. A Lei 9.100/95 vem responder às reivindicações dos movimentos feministas, muito embora seja do conhecimento de todos que somente com uma ação conjunta das diversas organizações de mulheres com os partidos políticos e, a partir de um projeto de educação política que tenha o gênero como enfoque, será possível diminuir estas disparidades.

É certo que a Lei das Cotas não irá mudar esse quadro nas próximas eleições, entretanto, a legalidade permitirá uma maior ousadia das mulheres de adentrar num mundo antes interdito. O ato de permitir o que foi negado de forma autoritária e irracional pode ser também estimulante. A presença cada vez maior de mulheres nas Câmaras Municipais significa sua preocupação com os destinos da Cidade da qual elas estão mais próximas, mais receptivas e com maior poder de articulação para intervir, dadas as suas relações familiares. Sua inserção em um espaço geográfico mais favorável, o deslocamento para exercer a vida pública é mais facilitado. Diferente das Assembleias Legislativas e Câmara Federal, que significa muitas vezes dificuldade de conciliar a vida pública com a vida privada, dadas as cobranças

que em geral são feitas às mulheres, ao contrário dos homens que são mais estimulados, uma vez que o poder lhe é visto como algo natural, intrínseco a sua condição de homem (FERREIRA, s/data).

O crescimento da mulher no mercado de trabalho

A inserção das mulheres no mundo do trabalho aconteceu ainda no mundo antigo quando o gênero feminino exercia atividades no campo, mas sempre no âmbito familiar. No decorrer dos séculos, as atividades diversificaram-se, as viúvas ou aquelas que pertenciam à classe menos favorecida da sociedade tinham de sustentar seus filhos e, para isso, utilizavam tarefas simples que geravam renda, tais como: bordados, doces, aulas de música, entre outras. Essas atividades não eram respeitadas pelos cidadãos, pois se acreditava que o homem era o provedor do lar, e a mulher era apenas a mãe, esposa e dona de casa.

A profissionalização da mão de obra feminina só pôde acontecer de forma incisiva com o advento da I e II Guerra Mundial (1914-1918 e 1939-1945). Nesse cenário, as mulheres tiveram que assumir a posição dos homens no mercado de trabalho, uma vez que eles foram para as frentes de batalha e fazia-se necessário alimentar os filhos. O fim desse fato histórico impulsionou ainda mais as atividades do gênero, pois muitos homens perderam a vida ou retornaram ao lar mutilados, impossibilitados de voltar ao trabalho.

Não se pode esquecer que no século XIX as mulheres também receberam incentivos, tendo em vista que, com a consolidação do sistema capitalista, houve transformações na produção e organização do trabalho feminino. Apesar de alguns resquícios da exploração ainda continuarem em algumas empresas.

Desde então, algumas leis passaram a beneficiar as mulheres. Ficou estabelecido na Constituição de 32 que “sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual; veda-se o trabalho feminino durante 22 horas às 5 da manhã; é proibido o trabalho da mulher grávida durante o período de quatro semanas antes do parto e quatro semanas depois; é proibido despedir mulher grávida pelo simples fato da gravidez”. Mesmo com essa conquista, algumas formas de exploração perduraram durante muito tempo. Jornadas entre 14 e 18 horas e diferenças salariais acentuadas eram comuns. A justificativa desse ato estava centrada no fato de o homem trabalhar e sustentar a mulher. Desse modo, não havia necessidade de a mulher ganhar um salário equivalente ou superior ao do homem. (PROBST, s/data)

Enfim, aos poucos as mulheres deixaram de ser apenas agentes do âmbito doméstico e, em certos casos, passaram a dividir essa tarefa com o

homem. Mas isso não quer dizer que este processo tenha acontecido a todo vapor, embora ao longo do tempo ele venha ganhando maior solidez. O diferencial está no acúmulo de funções, pois muitas delas possuem tripla jornada, trabalham em empresas, cuidam dos filhos e ainda realizam afazeres domésticos, diferentemente de um número expressivo de homens. Ou seja, além de cumprir os papéis tradicionais, passou a ser uma das principais fontes de renda, ganhando autoridade e tornando-se uma espécie de exemplo moral para a família. Qualquer deslize ou descuido nesse campo moral, no entanto, pode prejudicar essa imagem. Enquanto aos homens há certa leniência quanto a certos vexames, tais como embriagar-se ou cometer traições, para as mulheres tais deslizes são completamente vedados.

O ideal de reciprocidade na relação geralmente é rompido quando os homens se recusam a assumir as tarefas domésticas.... Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, ainda na década de 1960, por James Morgan com 2214 casais, revelou que, ao se casarem, os homens efetuavam, por semana, duas vezes menos horas de trabalhos domésticos do que durante o período de solteiros (4 horas por semana em vez de 8), enquanto o inverso valia para as mulheres (40 horas semanais contra 20 para as solteiras). Nesse aspecto, parece que a realidade não mudou tanto assim em quatro décadas. Em pesquisa publicada pelo Datafolha em 1998, 47% dos homens admitiram nunca limpar a casa. Das mulheres entrevistadas, por sua vez, 58% disseram nunca ter tempo para ver shows musicais e 76% revelaram nunca ir ao cinema. Maior carga de trabalho doméstico e menores chances de lazer tornaram as mulheres céticas em relação aos benefícios do casamento.... Por aqui ainda pesam os efeitos da tradição cultural que faz com que tanto homens quanto mulheres encarem o trabalho profissional como complementar ao do marido, mesmo que seja a única a entrar com dinheiro em casa. Isso torna invisível seu esforço fora do lar (CARREIRA, AJAMIL e MOREIRA, 2001, p. 129, 152-3).

Um dos fatores que contribuiu bastante para o crescimento significativo do gênero feminino no mercado de trabalho foi a redução no número de filhos. A queda na taxa de fecundidade ocorreu com mais intensidade nas décadas de 1970 e 1980. Com menos filhos, as mulheres puderam conciliar melhor o papel de mãe e trabalhadora. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao período de 2004 e 2014, houve uma queda de 18,6% na taxa de fecundidade da população brasileira. A média para este espaço de tempo é de 1,74 filhos por mulher. Essa é a menor taxa de todos os tempos. Isto é perceptível quando se comparam os dados dos anos 1960 (havia 6,3 nascimentos por cada cidadã), da década de 1970 (5,8), e dos anos 1980 (4,4), e dez anos depois a estimativa já era de 2,9.

Portanto, para consolidar sua posição enquanto mão de obra relevante na sociedade, a mulher tende a adiar os projetos voltados para a construção ou aumento da família. As preocupações são muitas, e variam da seguinte forma: como vão poder educar seus filhos? Onde e com quem deixá-los no período do trabalho durante os cursos de aperfeiçoamento profissional ou viagens a trabalho? Este cenário se agrava quando elas não possuem cônjuge, pois nessa situação o trabalho chega a ser triplicado.

A estrutura familiar brasileira sofreu modificações entre 1992 e 2008. O tipo de arranjo predominante à época era o do casal com filhos (62,8% do total). No ano passado, esse modelo representou 50,5% do total de arranjos familiares. Houve também um aumento significativo de famílias chefiadas por mulheres, que subiram de 4,5% para 31,2% no período pesquisado, somando 4,3 milhões de famílias em 2008. Essa elevação está relacionada ao crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, segundo o estudo do IPEA. O aumento da proporção de mulheres cônjuges que contribuem para a renda familiar evoluiu de 39,1% para 64,3% (GRANDA, 2009).

No entanto, a multifuncionalidade feminina é vista por muitas empresas como uma vantagem estratégica. Aos poucos a razão, a matemática e a disciplina que imperam no âmbito masculino vão sendo assimiladas ou substituídas pela criatividade, maior dedicação e afetividade próprias do mundo feminino. Outras características também fazem a diferença, como a facilidade de trabalhar em equipes heterogêneas. Grupos desse tipo, quando atuam em sintonia, possuem facilidades de encontrar soluções variadas e criativas para problemas tidos como impossíveis de ser resolvidos. Há quem diga que esses elementos podem ser encontrados com mais facilidade entre aquelas que são mães. Tal ideia vai contra a concepção de que filhos atrapalham a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Ao contrário do que sempre se pensou, maternidade é hoje em dia considerada uma escola para as mulheres que almejam a liderança. No trabalho de direção, coordenação e gestão exigem-se muitas das habilidades que a mulher desenvolve quando nascem seus filhos e como organizadora e administradora do lar. Dentre tais habilidades destacam-se: capacidade de organização, conciliação e equilíbrio entre diferentes atividades, como ensinar, dirigir, monitorar, manejar conflitos ou dividir informações. Para realizar múltiplas atividades, as mulheres precisam dialogar, negociar, ter visão de conjunto, compartilhar papéis e responsabilidades, trabalhar em equipe etc (CARREIRA, AJAMIL e MOREIRA, 2001, p. 68).

Outro fator que veio acompanhando o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho foi a mudança no perfil das trabalhadoras. Algumas delas correspondem à faixa etária, ao estado civil e à escolaridade. De acordo com os professores do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Rodolfo Hoffmann e Eugênia Troncoso Leone, no artigo “Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002”, esse aumento generalizado do sexo feminino no campo de trabalho ocorreu principalmente com as mulheres acima de 25 anos, chefes e cônjuges, e com um nível de escolaridade elevado, além de uma renda salarial muito menor do que a dos homens. Carece indagar que o aumento de empregos em situações precárias tem contribuído para a redução de uma parcela dos homens na disputa pelo mercado de trabalho. De certo modo, também é perceptível a diminuição nas diferenças entre o gênero feminino e masculino, não só pela falta de escolaridade do homem e nem pelo trabalho conjunto que ambos estão oferecendo, mas pela capacidade que as mulheres vêm adquirindo em adentrar o mercado reservado somente para homens.

Entre as mulheres situadas em níveis ocupacionais mais baixos “em setores que no passado serviram de postos de entrada no mercado de trabalho para jovens que posteriormente se deslocavam para outros setores”, a dificuldade de encontrar alternativas de emprego melhor levou muitas dessas mulheres a permanecer nas mesmas atividades, usufruindo de um progresso muito menor do que no passado, quando tiveram a oportunidade de mudar de ocupação. Já as mulheres em níveis ocupacionais mais elevados e que entraram mais tarde no mercado de trabalho ocuparam as oportunidades criadas por alguns setores, como o de atividades sociais (saúde, educação, previdência e assistência social), serviços auxiliares da atividade econômica e administração pública, muitas vezes disputando essas ocupações com os homens. Essa disputa foi mais exacerbada nos setores de atividade em que não houve aumento no total de oportunidades ocupacionais. (HOFFMAN e LEONE, 2004).

Os homens sempre estiveram à frente das mulheres no que diz respeito a ocupar um alto cargo dentro de uma empresa. Na maior parte das vezes a divisão foi feita da seguinte forma: homens executando atividades industriais, já as mulheres os serviços leves e que exigem delicadeza. Porém, essa distribuição de tarefas, e que já é uma expressão constitutiva da própria sociedade, vem sofrendo algumas alterações em determinados ramos da economia que, segundo Cristina Bruschini (1998), são provocadas, até certo ponto, por novas metodologias então adotadas para desvencilhar o mercado de trabalho e que tende a dar maior visibilidade à presença feminina nas ocupações agrícolas.

Apesar de a presença das mulheres ser significativa nos setores de serviços e áreas sociais, além do agrícola, pelas razões metodológicas já mencionadas, é possível hoje encontrá-las em cargos que alguns anos atrás só eram ocupados por homens. Nas ocupações administrativas é perceptível o crescimento das mulheres em funções burocráticas, como cargos de diretorias, chefia na administração pública e etc.

Quando se examinam as relações de emprego (posição na ocupação) mantidas pelos trabalhadores verifica-se que, embora as mulheres predominem, como seus colegas, entre os empregados/assalariados (42% das ocupadas e 57% dos ocupados) e os trabalhadores por conta própria (27% dos ocupados e 17% das ocupadas) um percentual expressivo de trabalhadoras (quase 40%), mas não de trabalhadores, ocupa posições precárias no mercado de trabalho, seja como trabalhadoras domésticas, seja como não remuneradas e como trabalhadoras para o autoconsumo. Enquanto a atividade não remunerada feminina predomina no setor agrícola e, em menor escala, no comércio, a produção para o autoconsumo é basicamente realizada pelas mulheres na agricultura. A primeira destas formas de atividade incorpora, prioritariamente, crianças de ambos os sexos (52% das meninas e 59% dos meninos, na faixa de 10 a 14 anos de idade) e mulheres com mais de 60 anos, embora estas predominem na atividade voltada para o consumo familiar. (BRUSCHINI, 1998)

Entretanto, deve-se salientar que, a despeito desse grande avanço do sexo feminino no mercado de trabalho, principalmente em áreas antes designadas exclusivamente aos homens, as mulheres ainda sofrem com a desigualdade de renda. Embora esse número tenha aumentado gradativamente, não foi o suficiente para mudar a realidade salarial delas. O interessante é que essa situação vem acompanhando o sexo feminino desde o início da sua jornada.

Para Bruschini, (1998), entre 1985 e 1995 houve uma grande diminuição na concentração de trabalhadoras nas faixas de baixa renda, porém os resultados mais positivos em relação à média salarial foram no período de 85-90, quando ambos passaram a receber um valor superior a dois salários mínimos. Deste então, uma nova melhora só veio acontecer de 93-95, após a estabilização econômica propiciada pelo Plano Real. Mesmo assim, a mulher chega a receber acerca de 36% a menos que as remunerações relativas aos homens.

O livro *Mudando o mundo: a liderança feminina no século 21*, mostra que em 10 anos, de cada 100 mulheres brasileira, 37 trabalhavam, um aumento de 9% se comparado com outras décadas. Vale ressaltar que em 1998 o preconceito não acontecia somente entre os sexos masculino e feminino, mas também em relação à raça e cor, pois enquanto as mulheres brancas recebiam

79% do salário médio do homem, as negras ficavam com 40% dos rendimentos destes.

As mulheres representam 44% do contingente de servidoras da administração pública federal. A participação feminina supera a masculina nos ministérios da área social (Educação, Cultura, Saúde, Previdência e Assistência Social). Nos ministérios da área econômica e de infraestrutura, a predominância é masculina. A maior parte das mulheres recebe por mês até três salários mínimos (44,6%), enquanto apenas 11,7% ganham mais de dez salários mínimos. Mais da metade dos homens com o curso superior (52,4%) ganha acima de dez salários mínimos; isso acontece somente com 29,9% das mulheres na mesma situação. Cerca de 75% das mulheres em cargos de direção têm vínculos com o serviço público, segundo a Escola de Administração Pública “ ENAP, de Brasília. Segundo a OIT “ Organização Internacional do Trabalho, as mulheres chegarão a igualdade de condições com os homens, se as conquistas continuarem no ritmo atual, somente daqui a 470 anos (CARREIRA, AJAMIL e MOREIRA, 2001, p. 31- 2).

Outra conquista da mulher que, apesar dos preconceitos, pode ser citada é a sua incorporação nos quadros das Forças Armadas. Mesmo já tendo provado sua competência e responsabilidade, elas são limitadas a apoiar o quadro administrativo e exercem funções nas equipes de médicos, dentistas, farmacêuticos, veterinários, professores, economistas, advogados e outras atividades que não exigem muito da força física. Hoje, o gênero feminino pode adentrar de forma permanente em qualquer uma das três forças armadas, seja como sargento, tenente, oficial e etc. Sendo que não há sequer alguma possibilidade delas chegarem a uma hierarquia maior, como a de general, por exemplo, pois esses tipos de patentes cabem exclusivamente aos homens. Tais postos superiores estão condicionados ao exercício do comando, área ainda limitada para as mulheres.

Para a pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas - CPDOC/FGV, e também professora da Universidade Federal Fluminense, Maria Celina D'Araújo, a identidade feminina construída pelos militares brasileiros vai além da metáfora da guerra. Em vários aspectos, sente-se a força do argumento da fragilidade servindo de estrutura para restrições. A ideia de proteção coloca a mulher em uma posição destinada ao ser que necessita de defesa em qualquer situação, nunca como um agente direto do exercício da violência. Enfim, o fato é que, apesar de a mulher ter conseguido o direito de entrar para os quadros das Forças Armadas, ela ainda é vista como o sexo frágil, um ser emotivo, sensível e frágil, que não suportaria enfrentar certas missões militares, não só em termos de valentia, mas também de capacidade física.

A presença da mulher em missões bélicas está associada normalmente a momentos excepcionais. Fora disso sua imagem está sempre mais remetida ao lar, aos filhos, à maternidade, à ternura do que à violência e ao mundo rude e cruel da guerra ou mesmo ao mundo impessoal e frio da caserna. Há exceções como Joana D'Arc que confirmam a regra de que mulheres guerreiras são mais comuns em tempos de guerra. Por isso mesmo são normalmente figuras lendárias, temas para filmes e mitologias. Por essas percepções, sua entrada na vida militar se deu de forma muito especial: são admitidas, em geral, desde que limitadas a funções administrativas. Não podem ser deslocadas para funções de combate e na Marinha de vários países estão impedidas de embarcar. Os grandes desafios da luta, do combate e do medo, continuam no mundo masculino e várias razões são usadas neste sentido. (ARAÚJO, s/data).

Conclusão

Durante o percurso bibliográfico e as ideias trabalhadas neste artigo percebe-se que a mulher, desde o início de sua trajetória na história do Brasil, tem sua imagem vista como o segundo sexo, ou o sexo frágil. Além do fato de que a perspectiva feminina, historicamente, sempre foi tomada como limitada. Elas eram excluídas de atividades ligadas ao conhecimento e ao pensamento.

A luta por reconhecimento e espaço na sociedade transpassa os séculos e continua se fazendo presente no dia a dia. Apesar de já se ter comprovado a sua competência, responsabilidade e talento em diversas áreas é preciso provar diariamente a presença das suas qualidades. Uma tarefa árdua e cansativa que tem de ser dividida com outras tarefas. Isso porque as mulheres, em muitos casos, deixaram de ser apenas um elemento da casa e tornaram-se comandantes dela, dividindo esse trabalho com o homem. Porém acumula funções, como: cuidar da casa, ser comandante dela e ainda trabalhar externamente.

Apesar de todas as adversidades é perceptível que as mulheres conquistaram espaço ao longo dos séculos, porém isso não quer dizer que este processo tenha ocorrido de maneira rápida, mas vem ganhando solidez com o decorrer do tempo. A invasão de espaços tidos como masculinos é o retrato deste ponto de vista. A prova de que o processo de conquista é diário e sua consolidação constante.

Referências bibliográficas

ALVES, José Eustáquio Diniz. Mulher na política: 24 de fevereiro e o direito de voto. Disponível em www.maismulheresnopoderbrasil.com.br. Acesso em 18 de julho de 2017.

BRUSCHINI, Cristina. **TRABALHO FEMININO NO BRASIL: novas conquistas ou persistência da discriminação?** São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/15244285/Trabalho-Feminino-no-Brasil-novas-conquistas-ou-persistencia-da-discriminacao>. Acesso em 18 de julho de 2017.

CARREIRA, Denise; AJAMIL, Menchu; MOREIRA, Tereza. **Mudando o mundo: a liderança feminina no século 21.** São Paulo: Cortez; Rede Mulher de Educação, 2001.

CERDEIRA, Cleide Maria Bocado. Os primórdios da inserção sociocultural da mulher brasileira. Disponível em <http://ww.unibero.edu.br/download/.../Cleide%20B%20Cerdeira.pdf>. Acesso em 18 de julho de 2017.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Record; Rosas dos Tempos, 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Mulheres e questões de gênero nas Forças Armadas brasileiras. Santiago: Centro de Estudios de Defensa, p. 1-20, 2003.

FERREIRA, Mary. Mulher e Política: Do voto feminino à Lei das Cotas: a difícil inserção das mulheres nas democracias representativas. *Revista Espaço Acadêmico*, n 37, junho de 2004. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/037/37cferreira.htm>. Acesso em 18 de julho de 2017.

GRANDA, Alana. **População brasileira envelhece e taxa de fecundidade diminui, mostra Ipea. Disponível em** www.agenciabrasil.gov.br . Acesso em 18 de julho de 2017.

HOFFMAN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. Belo Horizonte. 2004. Disponível em: <http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n2/140202.pdf>. Acesso em 18 de julho de 2017.

PROBST, Elisiana Renata. A evolução da mulher no mercado de trabalho. Santa Catarina. Disponível em www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf . Acesso em 18 de julho de 2017.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. A mulher e o Voto. Disponível em http://www.al.sp.gov.br/web/eleicao/mulher_voto.htm. Acesso em 18 de julho de 2017.

SIQUEIRA, Shymenne Costa. Jornalismo Esportivo: A inserção da mulher jornalista no núcleo esportivo das emissoras de TV de Belo Horizonte. Belo Horizonte: dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.convergencia.jor.br/bancomonos/2005/Shymenne.pdf>. Acesso em 18 de julho de 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? 1 ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

Educação Especial: Desafios na contemporaneidade no acesso ao conhecimento

Tássia Patrícia Silva do Nascimento

Trajatória e legislação da pessoa com deficiência

A história da pessoa com deficiência em países da Europa e América do Norte foram identificados quatro estágios no desenvolvimento do atendimento (KIRK e GALLAGHER, 1987, p. 12; MENDES, 1995, p. 44; SASSAKI, 1997, p. 62). Segundo o artigo 1º da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, “pessoas com deficiência são aquelas que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Inicialmente é evidenciada uma primeira fase, marcada pela negligência, na era pré-cristã, em que havia uma ausência total de atendimento. Os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas, e a sociedade legitimava essas ações como sendo normais. Na era cristã, segundo Pessotti (1984, p. 42), o tratamento variava segundo as concepções de caridade ou castigo predominantes na comunidade em que o deficiente estava inserido.

Num outro estágio, nos séculos 18 e meados do século 19, encontra-se a fase de institucionalização, em que os indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados e protegidos em instituições residenciais. O terceiro estágio é marcado, já no final do século 19 e meados do século 20, pelo desenvolvimento de escolas e/ou classes especiais em escolas públicas, visando oferecer à pessoa deficiente uma educação à parte. No quarto estágio, no final do século 20, por volta da década de 70, observa-se um movimento de integração social dos indivíduos que apresentavam deficiência, cujo objetivo era integrá-los em ambientes escolares, o mais próximo possível daqueles oferecidos à pessoa normal.

Podemos dizer que a fase de integração se fundamentava no fato de que a criança deveria ser educada até o limite de sua capacidade. De acordo com Mendes (1995, p. 78), a defesa das possibilidades ilimitadas do indivíduo e a crença de que a educação poderia fazer uma diferença significativa no desenvolvimento e na vida das pessoas aparecem no movimento filosófico posterior à Revolução Francesa. Desse momento em diante o conceito de educabilidade do potencial do ser humano passou a ser aplicado também à educação das pessoas que apresentavam deficiência mental. Dessa forma, faz-se necessário um recorte dos devidos conceitos de deficiência visual e auditiva no qual irá se abordado. Por conseguinte, deficiência visual segundo Amiralian:

A deficiência visual é entendida como a perda total ou parcial da visão, até a ausência da percepção da luz. Ela pode ocorrer desde o nascimento e, nesse caso, se classifica como congênita e ainda pode ser adquirida ao longo da vida da pessoa – sendo, dessa forma, denominada como adquirida. Conhecer a origem da deficiência visual pode ser importante para fins educacionais, isso porque qualquer resquício de memória visual pode auxiliar o trabalho do professor na alfabetização do estudante cego (AMIRALIAN, 1997, p. 16).

Deficiência auditiva, segundo Campos:

Define o surdo como: [...] aquele que apreende o mundo por meio de contatos visuais, que é capaz de se apropriar da língua de sinais e da língua escrita e de outras, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento cognitivo, cultural e social (CAMPOS, 2014, p. 48).

Sendo assim, a definição de deficiência visual e auditiva considera que a pessoa com alguma limitação ou impedimento visual e/ou auditivo tem uma incapacidade e que tem uma diferença linguística e, conseqüentemente, uma diferença cultural. Após a exposição da diferença na classificação, será adotado os termos “cego” e “surdez” ou as expressões “pessoa cega” e “pessoa surda”. Consideramos, assim, que um sujeito cego e/ou surdo possui toda a capacidade de aprender e se desenvolver, devendo-se respeitar sua particularidade linguística e cultural.

Chegamos finalmente à fase da inclusão, onde estamos amparados legalmente até hoje, nessa fase todo ou qualquer indivíduo se vê dentro de um contexto onde as particularidades são deixadas aquém, e dentro das modalidades da sala de aula estamos todos inclusos e fortalecendo nossas potencialidades, pessoas com deficiência ou não. Todas as pessoas com necessidades especiais devem ser inseridas em classes comuns, sendo que os ambientes físicos e

os procedimentos educativos é que devem ser adaptados aos alunos, conforme suas necessidades e especificidades. Entende-se por inclusão de acordo com Sasaki (2010, p. 22), “é um processo que contribui para um novo tipo de sociedade através de transformações, nos ambientes físicos (...) e na mentalidade de todas as pessoas”.

No caso do Brasil, o marco histórico que se consagrou em relação às Pessoas Com Deficiência somente surgiu na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tratando em diversos dispositivos sobre a proteção específica das pessoas com deficiência. A esse respeito e de forma genérica, segue a tabela 1, que traz a apresentação conceitual de alguns dispositivos marcantes da Constituição Federal de 1988.

Tabela 1- Constituição Federal de 1988

Artigo/Inciso/ Parágrafo	Texto
Art. 5º Caput	Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
Art.7º, Inciso XXXI	São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.
Art. 37 Inciso VIII	Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

<p>Art.203 Incisos IV e V</p>	<p>Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos.</p> <p>IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.</p> <p>V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.</p>
<p>Art. 208, III</p>	<p>Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:</p> <p>III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.</p>
<p>Art. 227, inciso II do parágrafo I e parágrafo II</p>	<p>Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.</p> <p>§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:</p> <p>II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.</p> <p>§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.</p>

Fonte: Arquivo pessoal

Primeiros desafios ao acesso à escola da Pessoa com Deficiência

Quando dirigimos o nosso olhar para a história da Educação Especial no Brasil, verificamos que a evolução do atendimento educacional especial irá ocorrer com características diferentes daquelas observadas nos países europeus e norte-americanos. Os quatro estágios identificados em tais países não parecem estar estampados na realidade brasileira (MENDES, 1995, p. 101; DECHINI, 2001, p. 55).

A fase da negligência ou omissão, que pode ser observada em outros países até o século 17, no Brasil pode ser estendida até o início da década de 50. Segundo Mendes (MENDES, 1995, p. 61), durante esse tempo, observamos que a produção teórica referente à deficiência esteve restrita aos meios acadêmicos, com escassas ofertas de atendimento educacional para as Pessoas com Deficiência.

Entre os séculos 18 e 19 podemos identificar a fase da institucionalização em outros países do mundo, marcada pela concepção organicista, que tinha como pressuposto a ideia de a deficiência mental ser hereditária com evidências de degenerescência da espécie. Assim a segregação era considerada a melhor forma para combater a ameaça representada por essa população. Nesta mesma ocasião, no nosso país, não existia nenhum interesse pela educação das pessoas consideradas idiotas e imbecis, persistindo, deste modo, a era da negligência (MENDES, 1995, p. 131; DECHINI, 2001, p. 62).

A história da Educação Especial no Brasil tem como marcos fundamentais a criação do “Instituto dos Meninos Cegos” (hoje “Instituto Benjamin Constant”) em 1854, e do “Instituto dos Surdos-Mudos” (hoje, “Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES”) em 1857, ambos na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa do governo Imperial (JANNUZZI, 1992, p. 41; BUENO, 1993, p. 21-2; MAZZOTTA, 1996, p. 68).

A fundação desses dois Institutos representou uma grande conquista para o atendimento dos indivíduos deficientes, abrindo espaço para a conscientização e a discussão sobre a sua educação. No entanto, não deixou de “se constituir em uma medida precária em termos nacionais, pois em 1872, com uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos, no país eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos” (MAZZOTTA, 1996, p. 29), nestas instituições. Assim, a Educação Especial se caracterizou por ações isoladas e o atendimento se referiu mais às deficiências visuais, auditivas e, em menor quantidade, às deficiências físicas.

Atualmente temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu Capítulo V – Da Educação Especial, em seu artigo 58, “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. No qual dá parâmetros legais de otimização de uma educação mais igualitária para todos os indivíduos.

Paradigmas do processo comunicacional da pessoa com deficiência

A comunicação faz parte dessa concepção de direitos fomentados e adquiridos pelas pessoas com deficiência. Só através de uma comunicação otimizada e participativa que evoluiremos como sociedade e como nação. Dessa forma, faz-se necessário a interação da comunicação como parte importante desse fragmento entre a educação e o acesso ao conhecimento.

A acessibilidade, segundo Tavares:

A possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, refere-se a dois aspectos, que embora tenham características distintas, estão sujeitos a problemas semelhantes, no que diz respeito à existência de barreiras que são interpostas às pessoas com necessidades especiais: o espaço físico e o espaço digital (TAVARES FILHO et al., 2002, p. 36).

A acessibilidade não se mostra apenas em quesitos estruturais e arquitetônicos, como rampas de acesso, comumente pensado pela maioria das pessoas, mas vai além dessa concepção, abrangendo diversas áreas como educação, trabalho, lazer, cultura, comunicação, regulamentos etc. Esses tipos de acessibilidade, para firmar os direitos assegurados por lei, devem estar presentes em todos os tipos de ambientes, sejam eles externos ou internos, ficando possível o trânsito físico e virtual de qualquer pessoa, sejam elas com ou sem deficiência.

Sasaki (2006, p. 61) acredita que os espaços inclusivos e acessíveis são aqueles que gradualmente vão implementando as medidas de acessibilidade. É a partir do processo comunicacional, seja ela oral, escrita ou gestual, que é possível exercer a liberdade de expressão, bem como garantir outros direitos assegurados a todos. A partir desta que se pode estabelecer um núcleo de convivência e integração indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ampliando a noção de comunicação, como afirmam Caval-

cante e Ferreira (CAVALCANTE e FERREIRA, 2011, p. 64), foi promulgado o Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, através da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, na qual a linguagem oral é colocada no mesmo nível de outras comunicações, ao declarar que:

Art. 2 “Comunicação” abrange as línguas, a visualização de textos, o Braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis. (BRASIL, 2008, p. 31).

A importância de se ter e desenvolver meios de comunicação que possam contemplar quaisquer tipos de condição é essencial não só para exercer direitos como para o desenvolvimento humanístico. Assim, se faz necessário a adoção de recursos alternativos que auxiliem o indivíduo nos processos interativos, condicionando-o a igualdade perante os demais sujeitos. Um dos métodos que viabilizam a comunicação é a Comunicação Alternativa que

envolve o uso de gestos manuais, expressões faciais e corporais, símbolos gráficos (bidimensionais como fotografias, gravuras, desenhos e a linguagem alfabética e tridimensionais como objetos reais e miniaturas), voz digitalizada ou sintetizada, dentre outros como meios de efetuar a comunicação face-a-face de indivíduos incapazes de usar a linguagem oral. (Von Tetzchner, 1997: 7; Glennen, 1997: 27; Nunes, 2003: 10)

O processo comunicacional nada mais é do que uma Tecnologia Assistiva que é uma nova dimensão e tipo de tecnologia que vem sendo crescentemente estudado nos dias atuais, e que também aponta para a autonomia e desenvolvimento do ser humano, enquanto sujeito dos seus processos, e também para a construção de uma escola inclusiva. Utilizada como mediadora, como instrumento, como ferramenta mesmo, para o “empoderamento”, para a equiparação de oportunidades e para a atividade autônoma da pessoa com deficiência na sociedade atual (GALVÃO FILHO, 2009, p. 42).

É uma área de conhecimento interdisciplinar, que abrange produtos, recursos, estratégias, metodologias e serviços que promovam ou ampliam as habilidades e a inclusão de pessoas com privações funcionais.

A Comunicação Alternativa (CA) é uma das categorias da Tecnologia Assistiva (TA), também denominada Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) ou Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA). A Comunicação Alternativa é uma ferramenta que atende pessoas sem fala, escrita

funcional ou com problemas entre a comunicação e a habilidade de ler e/ou escrever. Por meio das diversas formas de expressão do sujeito e construção dos recursos próprios desse meio que a CA é utilizada para construir e ampliar a via de expressão e compreensão de pessoas que possuem algum tipo de deficiência (BERSCH e SCHIRMER, 2005, p. 22).

A importância de se entender os diversos aspectos que cercam a questão da deficiência é fundamental para compreender essa temática sob o ângulo da comunicação e toda a sua funcionalidade com a população que a detém. Uma das formas de expressar esse entendimento é garantir às pessoas com deficiência o cumprimento de seus direitos sobre acessibilidade, objetivando a sua inclusão, seja tanto âmbito organizacional quanto social e cultural.

Evolução tecnológica para pessoas com deficiência

Por meio da mediação do outro, o ser humano pode, desde pequeno, ir atribuindo sentido ao que está ao seu redor. Dessa forma, o homem. Vai desenvolvendo internamente as suas funções mentais superiores, atribuindo um significado intrapsíquico, a partir dos significados construídos nas relações sociais intersíquicas e fundamentais para essa mediação, segundo Vygotsky (1994, p. 44), os signos e os instrumentos.

O ser humano conseguiu evoluir como espécie graças à possibilidade de ter descoberto formas indiretas, mediadas, de significar o mundo ao seu redor, podendo, portanto, por exemplo, criar representações mentais de objetos, pessoas, situações, mesmo na ausência dos mesmos. Essa mediação pode ser feita de duas formas: através do uso dos signos e do uso dos instrumentos. Ambos auxiliam no desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. (GALVÃO FILHO, 2004, p. 87)

No entanto, as limitações de indivíduo com deficiência tendem a tornarem-se uma barreira para esses processos de significação do mundo por meio da mediação do outro. Dispor de recursos de acessibilidade, a chamada tecnologia assistiva, seria uma maneira concreta de neutralizar as barreiras causadas pela deficiência e inserir esse indivíduo nos ambientes ricos para a aprendizagem e desenvolvimento, proporcionados pela cultura.

E, segundo Piaget (1975, p. 66), não é somente a quantidade das ações, movimentos e interações que determinam as condições favoráveis para o desenvolvimento cognitivo, mas também a qualidade e a intensidade dessas interações. Braga (1995, p. 17) chama a atenção para as conclusões de Piaget nesse sentido, ao comentar sobre os resultados de um estudo por ele de-

envolvido sobre o atraso cognitivo de crianças da zona rural do irã: “conclui que o retardo observado era causado pela combinação da falta de atividade e movimento, associada à falta de objetos para manipular e à interação social precária” (IDEM, p. 52).

Nesse sentido, surgem com a intenção de otimizar esse processo e trazer maior empoderamento as pessoas com necessidades especiais, os formatos de produção de livros sonoros e em linguagem de sinais, livros em DAISY, Meccaisy, Livro Falado, Audiolivro, audiodescrição e SignWriting, são termos que diariamente se escuta ou se lê e isso requer um estudo mais atento sobre cada formato, bem como sobre o público a ser beneficiado com estas produções, no qual serão abordados nessa pesquisa.

Educação especial na perspectiva inclusiva

Vimos que a pessoa com deficiência passou por muitos aspectos históricos para se estabelecer na sociedade e ter seus direitos adquiridos e legítimos, assim como também percebemos a interação constante da comunicação como parte desse processo de evolução de indivíduo com deficiência, e as tecnologias estabelecidas a ele.

Para começar a discussão “Os estabelecidos e os Outsiders” (ELIAS, 2000), mostra como figuração, uma pequena unidade social como foco da investigação, explora as minúcias do que chama “a sociodinâmica da estigmatização”, adotando um olhar microscópico para construir um modelo explicativo de uma figuração universal.

Assim, descreve uma comunidade da periferia urbana, na Inglaterra, Winston Parva (nome fictício), onde passam a conviver dois grupos distintos: os que estavam alocados há muito tempo e o que chega posteriormente, e é estigmatizado como sendo composto por pessoas de menor valor.

A possibilidade de um grupo afixar em outro um rótulo de inferioridade humana e fazê-lo prevalecer era função de uma figuração específica que os dois grupos formavam entre si. Segundo o Doutor Gláucio Campos Gomes de Matos em sua obra *Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica* (ELIAS, 2015, p. 98) “O conceito de figuração ajuda a compreender o abismo que põe o indivíduo de um lado e a sociedade de outro. Rompe com a ideia de que a sociedade pudesse existir independente de indivíduos”.

É essa justamente a característica distintiva das análises de Norbert

Elias, no tocante ao problema da exclusão: as relações interdependentes estabelecidas entre os indivíduos dos diferentes grupos (ou sociedades) definem diferentes configurações (quadros) sociais. Tais relações são entendidas como relações de poder, não só no sentido de detenção dos meios de produção (ou poder econômico), mas, sobretudo como diferenças no grau de organização dos seres humanos implicados.

Entre muitas contribuições de Elias (1994, p. 26) destacamos a relação entre indivíduo e sociedade, que é conduzida a pensar em termos de relações e funções ao considerar que o que liga as pessoas é uma rede de funções interdependentes, com uma dinâmica própria. Destaca-se principalmente em Elias e Scotson (2000, p. 27) os conceitos de: figuração, interdependência, equilíbrio de poder e relação entre estabelecidos e outsiders.

A partir das contribuições de Norbert Elias (2000, p. 33) afirmamos que existe uma sociogênese da educação especial no Brasil. Ocorreram mudanças nas políticas de educação especial no que se referem às abordagens teóricas, conceituação da população a ser atendida, definição da educação especial, lócus do atendimento, serviços e apoios e formação, atribuições do professor de educação especial.

Dessa forma, Elias e Scotson (2000, p. 29), a partir do conceito “balança de poder”, contribuem para o entendimento frente à mudança de um projeto hegemônico da educação. Sendo assim, muitas configurações ocorreram à medida que as correlações de força aconteceram, nas lacunas desse projeto mediante circulação de poder. Chegamos a atual configuração da educação especial enquanto uma modalidade de ensino e podemos refletir com subsídio em Elias e Scotson:

As tensões de grupo inerentes a essa forma de relação podem manter-se latentes (o que costuma acontecer quando os diferenciais de poder são muito grandes) ou aparecer abertamente, sobre a forma de conflitos contínuos (o que costuma acontecer quando a relação de poder se altera em favor dos outsiders). (IDEM, p. 32).

Pensando no papel da educação especial, refletimos sobre o papel do Estado no contexto em dar legalidade e garantir os direitos preconizados para os indivíduos. Nessa perspectiva destacamos a contribuição de Elias (2001, p. 66) sobre a formação do Estado:

O Estado tem uma função dupla muito peculiar que, à primeira vista, parece contraditória. Por um lado, ele elimina as diferenças entre as pessoas.

Nos registros e órgãos estatais, o indivíduo é basicamente despojado de sua personalidade característica. Ele é um nome ligado a um número, um contribuinte ou, conforme o caso, uma pessoa em busca de ajuda e proteção, que as autoridades estatais podem conceder ou recusar. Mas, embora o aparelho de Estado assim introduza o indivíduo numa rede de normas que é basicamente idêntica para todos os cidadãos, a moderna organização estatal não se relaciona com as pessoas como irmãs ou tios, como membros de um grupo familiar ou de uma das outras formas pré-nacionais de integração, e sim como as pessoas como indivíduos. (IDEM, p. 149)

Com isso, Elias (2001) nos leva a refletir que existe uma troca intensa de mediação cultural acerca da relação indivíduo e sociedade, que ocorre de modo simultâneo, na qual se deve dar a devida importância ao trabalho colaborativo para as escolas, pois possibilita ao professor, com a sua experiência, colaborar com as resoluções de problemas mais sérios de aprendizagem.

Segundo Paulo Freire:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva por quem capaz de amar. (FREIRE, 1996, p. 46)

Em “Pedagogia da autonomia”, Paulo Freire aborda a prática educativa no cotidiano da sala de aula e fora dela, discorrendo sobre o desenvolvimento da formação docente e o que constitui o universo educacional, mantendo sempre uma visão crítica e democrática. O autor defende com veemência a autonomia do educando e sugere a reflexão sobre a prática educativa, afirmando que formar é muito mais que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas.

Dessa forma, faz-se necessário o processo de mudança, as lutas, a criticidade e o exercício da cidadania para a efetivação da prática. Torna-se uma exigência da relação entre teoria e prática.

Com relação à pessoa com deficiência, esse cenário tem características diferenciadas, porém fazem parte de uma mesma esfera de entendimento, com muitas particularidades e diferentes dilemas.

Por conta disso, buscamos o Autor Norbert Elias para nos dar suporte ao analisar esse cenário dentro da educação especial. Ao se trabalhar de forma coletiva, Elias (Elias, 2001: 40) reflete acerca da relação indivíduo e sociedade. Elias destaca que são ideias ilusórias, segundo ele, os conceitos de

indivíduo, no qual “se refere a aspectos humanos que existem fora das relações de homens entre si, fora da sociedade” e, por sua vez, sociedade, quando “se refere a algo que existe fora dos indivíduos, como se fosse um “sistema de papéis” ou um “sistema de ações” (ELIAS, 2001, p. 49).

Com isso, deveria existir uma troca de relações e direitos, pois Elias (IDEM, p. 56) também instiga com uma progressiva investigação empírica, no que tange tanto a estrutura de interdependências (que liga os indivíduos entre si), no caso de cada homem singular, quanto no de grupos inteiros de homens.

A partir da discussão sobre “liberdade” e “determinismo” do indivíduo que para ele não deixa de ser uma questão nos debates da história com a sociologia “relativa autonomia e a relativa dependência dos homens em suas relações recíprocas” (IDEM).

Norbert Elias considera que a estigmatização social não pode ser entendida como posição individual de desapareço e nem ser tratada como simplesmente preconceito social buscado na personalidade de indivíduos.

Tecendo considerações

Considera-se que o aluno com deficiência evidencia a necessidade de ser percebido na sua singularidade e a necessidade de se trabalhar em função das possibilidades de desenvolvimento e de aprendizagem da diversidade característica do ser humano. Desse modo, é necessário oferecer uma educação efetiva em um contexto heterogêneo.

A presença do aluno com deficiência na escola tem se intensificado nos últimos anos, porém essa presença nem sempre é bem-vinda em decorrência da falta de experiências anteriores com tal indivíduo. A escola inclusiva terá que construir uma história de interação com esses alunos de modo que se percebam indivíduos capazes de aprender. Percepção envolve contato direto. Sem o estabelecimento de uma relação de ver, ouvir, tocar etc. não é possível conhecer o outro.

A escola, com todos os seus atores, deve se abrir para essa experiência do conhecer. Muitas vezes considera-se a necessidade de preparo da escola para receber o aluno com deficiência.

A convivência estabeleça relações de percepção capazes de levar às mudanças conceituais necessárias. É necessário uma convivência desde a educação infantil em um modelo inclusivo pressupõe a formação de novas gerações com concepções sem pré-conceitos sobre o outro.

A prática pedagógica inclusiva deverá se constituir pela junção do conhecimento adquirido pelo professor ao longo de sua trajetória e da disponibilidade em buscar novas formas de fazer considerando a diversidade dos alunos e as suas características individuais. Além da percepção do aluno como capaz, o professor que quer fazer de seu trabalho uma ação inclusiva terá que pensar na modificação de sua prática pedagógica.

Referências bibliográficas

AMIRALIAN, M. L. T. Compreendendo o cego: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos-estórias. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

BERSCH, R; SCHIRMER, C. Tecnologia assistiva no processo educacional. In: SORRI-BRASIL (Org.). Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas. 1.ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005. p. 87.

BUENO, J. G. S. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

BRAGA, L. W. Cognição e paralisia cerebral: Piaget e Vygotsky em questão. Salvador: Sarah Letras, 1995.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília/DF: Senado Federal, 1988.

CAVALCANTE, T. C. F.; FERREIRA, S. P. A. Impedimentos cognitivos e a acessibilidade comunicacional na escola: contribuições da teoria de Vygotsky. Revista Ciências & Cognição, Rio de Janeiro, v. 16, n.3, p. 43, dez. 2011.

CAMPOS, M. L. I. L. Educação Inclusiva para Surdos e as Políticas Vigentes. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Orgs.). Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EDUFSCar, 2014. p. 37-61.

DECHICHI, C. Transformando o ambiente da sala de aula em um contexto promotor do desenvolvimento do aluno deficiente mental. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert . Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert . Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70, 2005.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO FILHO, t. A. Ambientes computacionais e telemáticos no desenvolvimento de projetos pedagógicos com alunos com paralisia cerebral. 2004. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

GALVÃO FILHO, T. A. Tecnologia assistiva para uma escola inclusiva: apropriação, Demandas e perspectivas. 2009. 346 f. tese (Doutorado. em. Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

JANNUZZI, G. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. Campinas/SP: Editores Associados, 1992.

KIRK, S. A; GALLAGHER, J. J. Education exceptional children. Boston: Houghton Mifflin Company, 1987

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. G. Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

NUNES, L. R. O. P. Linguagem e Comunicação Alternativa: uma introdução. In:_____ (Org.). Favorecendo o desenvolvimento da comunicação em crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Dunya, 2003. p. 1-13.

PESSOTTI, I. Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo: T. A.

Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

PIAGET, J. A construção do real na criança. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, R. K. Inclusão Construindo uma sociedade para todos. 7. Ed. Rio de Janeiro: WAV, 2006.176 p.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

TAVARES FILHO, J. P., MAZZONI, A. A. RODRIGUEZ, A .M. e ALVES, J. B. M. (2002) Aspectos ergonômicos da interação com caixas automáticos bancários de usuários com necessidades especiais características de idosos. In: Congresso Ibero-latinoamericano de Informática Educativa Especial, 3. Anais em CD, Fortaleza - Brasil, 2002.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

A voz

De onde ressoa a voz?
Daqui, dali, de todos os cantos!
O que se fala? Por que se fala? De que lugar se fala?
O que se ouve e o que se quer se ouvir?
Fala-se no ruído; fala-se no silêncio.....
Eis a voz que não quer calar...
Eis o tempo de se querer falar...
Que voz é a nossa?
A voz de um outro que reside dentro de nós sem termos de fato a consciência
dessa condição?
A voz de alguém, que liberto das vozes, das ideologicamente internalizadas,
Se permite não calar,
Se permite transgredir para falar longe,
Rompendo com a voz do “ocidente vencedor”.
Falemos todos...!
Para tantos lugares quanto possíveis, na certeza que nossas vozes ecoem ao
longe...
Sendo ditas, ouvidas e respeitadas!
Minha voz hoje é a de quem se sente desafiada, agradecida!
Agradecida por esse tempo;
Agradecida por tantas vozes ouvidas,
As quais agora ressoam dentro de mim como “verdades”
Questionadas, reconstruídas e reinscritas,
Com ou sem rupturas, mas na certeza da necessidade de “atualizações cons-
tantes”.
Agora...com voz de saudades,
O meu muito obrigada a todos!
E calando, mas ainda falando...

Goreth Vasconcelos



Sobre os autores

Andreverson P. Marinho

Possui graduação em Tecnologia do Design Gráfico (FAMETRO) e graduando em Artes Visuais (UFAM). Participa de projetos de ilustração e tecnologia, PIBITI – UFAM/2017. Desenvolve interface digital de aplicativos que auxiliam na educação indígena e Licenciatura indígena – UFAM/2017. Email: andrevsn@yahoo.com

Antônio Carlos Batista de Souza

Doutorando do PPGSCA (Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia). Docente do Instituto Federal do Amazonas – IFAM – Campus Pres. Figueiredo. Email: antonio.souzaifam@gmail.com

Delta Paula Melo

Graduada em Ciências Econômicas pela UFAM, Especialista em Marketing Empresarial, Mestranda em Sociedade e Cultura da Amazônia. E-mail: deltapaulamelo@yahoo.com.br , deltapaulamelo@gmail.com.br

Eliberto de Souza Barroncas

Professor da rede pública estadual do Amazonas. Graduação em Educação Artística pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Especialização em Metodologia do Ensino da Arte pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Artista visual, músico, compositor e poeta, integrante do projeto cultural Escada sem Degraus e dos grupos de música Remanso e Raízes Caboclas.

Estevão Rafael Fernandes

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2005) e Doutorado em Ciências Sociais (Estudos Comparados sobre as Américas) pela Universidade de Brasília (2015). Atualmente é professor do Departamento de

Ciências Sociais e do Programa de Mestrado em Histórias e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia; e professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Mato Grosso (PPGAS/UFMT). Realizou doutorado sanduíche com bolsa Capes na Duke University (Carolina do Norte, EUA) sob orientação do Prof. Walter D. Mignolo, sendo pesquisador visitante no Center for Global Studies and the Humanities daquela Universidade. Publicou, juntamente com Barbara Arisi, o livro " Gay Indians in Brazil: Untold Stories of the Colonization of Indigenous Sexualities "; pela editora suíça Springer International Publishing (2017). Também publicou " Existe índio gay? "; a colonização das sexualidades indígenas no Brasil "; pela Ed. Prisma (2017). Tem experiência na área de Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Sexualidades indígenas, Decolonialidade, Etnologia indígena, Gênero, índios Xavante, Contato Interétnico, Cosmologia Indígena, Índios Jê, Educação e política indigenista.

Fabiano de Souza Gontijo

Professor Associado (Classe D, Nível IV), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenou o PPGA/UFPA de outubro de 2014 a abril de 2016. Em 1990, começou seus estudos universitários de Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), terminando sua graduação em 1995 na França, na Université d'Aix-Marseille I. Sua monografia de conclusão de curso, sobre as consequências (e impactos) sociais e culturais da AIDS em comunidades homossexuais cariocas, foi publicada em 1998 pela editora francesa GKC. Apresentou, em 1996, sua dissertação de mestrado interdisciplinar em Sociologia, História e Antropologia (núcleo de pesquisa " Sociologie, Histoire et Anthropologie des Dynamiques Culturelles ";) na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS, Marseille), sob a orientação de Michel Agier e Jean-Louis Fabiani, tratando das festividades homossexuais do carnaval carioca e das identidades sexuais formuladas através das ritualizações. Sua tese de doutoramento em Antropologia Social (" Anthropologie Sociale e Ethnologie ";), defendida em 2000 também na EHESS e orientada por Michel Agier e Yvonne Maggie,

intitula-se Carnaval, Gênero e AIDS, aprofundando as questões tratadas na dissertação de mestrado. Foi professor de Antropologia em diversas faculdades particulares dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e bolsista do CNPq no IFCS/UFRJ (modalidade recém-doutor) para desenvolver uma pesquisa sobre as estéticas homossexuais dos rituais carnavalescos cariocas entre 2001 e 2002. Foi professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí (UFPI) entre 2002 e 2013. Na UFPI, foi o primeiro coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia de 2009 a 2012. É ainda professor colaborador do quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (ex-Antropologia e Arqueologia) da UFPI. Desenvolve pesquisas primordialmente nas áreas temáticas, por um lado, da diversidade sexual e de gênero e, por outro, do patrimônio cultural. Tem como temas de interesse e pesquisa os seguintes: Sexualidade; Rituais Contemporâneos; Culturas Urbanas; Ruralidades; AIDS, Saúde Pública e Sociedade; Patrimônio Cultural; Arqueologia Pública e Colaborativa. É sócio efetivo da Associação Brasileira de Antropologia e sócio colaborador da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

Francisco de Assis Coelho e Pinho

Presbítero Anglocatólico, Graduado em Humanidades, Especialista em Ciências Ambientais, em Didática e Metodologia do Ensino Superior. É jornalista profissional e Docente das disciplinas Filosofia e Sociologia na Rede Pública de Ensino de Manaus, Amazonas. Mestrando em Sociedade e Cultura na Amazônia, na Universidade Federal do Amazonas. Email: assis-pinho@hotmail.com

Gisele Bahia Lins

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Luterano de Manaus (ULBRA). Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA-UFAM). Bolsista pela FAPEAM. E-mail: bahia.gisele@gmail.com

Israel Pinheiro

Bacharel em Ciências Sociais, Mestre em Sociologia e Doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazo-

nas. Pesquisador veiculado ao grupo de trabalho Ilhargas: Cidades, Políticas e Saberes na Amazônia.

Joaquim Onésimo Ferreira Barbosa

Doutorando em Sociedade e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: J12barbosa@gmail.com

Jose Carlos dos Santos

Graduação em administração de empresas pela Universidade Luterana do Brasil (2005) especialista em Gestão de empresas e gestão de pessoas pela Universidade Gama Filho (2008), mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas.

Joyce Freitas Araújo Firmino

Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário do Norte (UNINORTE). Mestranda do programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Áreas de interesse: trabalho, sistema prisional e ressocialização. E-mail: joyfreitasaraujo18@gmail.com

Kamilla Ingrid Loureiro e Silva

Economista. Especialista em Logística. Aluna regular do mestrado de Sociedade e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, Bolsista CAPES. Atuou por cinco anos no curso de economia da Universidade do Estado do Amazonas em Manaus e nos Municípios de Carauari e Manicoré. E-mail: kamila.loureiro@gmail.com

Lílian Freire Noronha

Graduada em Ciências Contábeis e Artes Visuais (em curso) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) com Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), no qual, também, é Auditora Interna Federal. É aluna do Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico

(IFAM) e investiga as temáticas Artes, Educação Especial e Inclusão Educacional. Email para contato: lilian.ifam@gmail.com

Maria Almerinda de Souza Matos

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria-UFSM/RS, Professora Adjunta na Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial- NEPPD/UFAM. Email: mariaalmerinda@hotmail.com

Maria Goreth da Silva Vasconcelos

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia- PPGSCA/UFAM, Psicóloga na Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas-SUSAM/AM, Instrutora Educacional na Secretaria Municipal de Educação- SEMED/Manaus, Professora na Faculdade Metropolitana de Manaus- FAMETRO. Email: tieth15_@hotmail.com

Mariene Mendonça de Freitas

Professora do Magistério Superior na Universidade Federal do Amazonas, atuando na área de arte educação, tecnologias contemporâneas, arte multimídia e intermídia e Semiótica. Possui trabalhos artísticos e científicos no campo da ilustração, desenho digital, animação e pintura.

Marian Serrão Barros

Graduanda em Artes Visuais pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Desenvolve projetos de extensão e ensino de história e teoria de técnicas de desenho, abrangendo alunos da rede pública estadual de ensino. Investiga as áreas de educação, curadoria e crítica de arte. Email para contato: marianbarros.art@gmail.com

Mario Bentes Cavalcante

Mestrando no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: mariobenths@gmail.com

Michel Justamand (org.)

Graduado e Licenciado em História, Mestre em Comunicação e Semiótica, Doutor em Ciências Sociais/Antropologia, Pós-Doutor em História, todos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; Pós-Doutor em Arqueologia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; e Licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Nove de Julho – UNINOVE/SP. Docente do Curso de Antropologia da UFAM, no Instituto de Natureza e Cultura – INC, na unidade acadêmica na cidade de Benjamin Constant/AM. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA. Email: micheljustamand@yahoo.com.br

Mírian de Araújo Mafra Castro

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: mirianaraujo2233@gmail.com

Rafael de Figueiredo Lopes

Doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM), mestre em Ciências da Comunicação (UFAM), especialista em Jornalismo Digital e bacharel em Comunicação Social (UFRR), técnico em Design (IFSul) e Artista Cênico (TEP). É integrante do MIMO, Grupo de Pesquisa Mídia Moda e Linguagens (UFAM/CNPq) e também atua como jornalista, roteirista e produtor audiovisual. Bolsista da Capes. E-mail: rafaflopes@bol.com.br

Rúbia Maria Farias Cavalcante

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: farias.rubia@gmail.com

Salatiel da Rocha Gomes

Professor da Rede Pública Municipal de Manaus (SEMED/AM) e Analista Técnico Educacional do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM). Licenciado em Pedagogia (UEA), Especialista em Psicopedagogia (FAMETRO); Especialista em Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação em Saúde Coletiva (UFRGS); Mestre em Educação (Universidade Americana/PY/UFAM); Mestre em Educação e Ensino de Ciências (UEA) e Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM).

Taniamara Queiroz de Freitas

Graduada em Comunicação Social – Jornalismo - pelo Centro Universitário do Norte (Uninorte) e Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Possui especialização em Comunicação Empresarial e Marketing pelo Centro Universitário do Norte (Uninorte). Atualmente é mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). taniafreitas.jornalista@gmail.com

Tássia Patrícia Silva do Nascimento

Graduada em Produção Publicitária (IFAM); Especialista em Comunicação Marketing em Mídias Digitais (ESTÁCIO), Especialista em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia (IFAM), Mestranda do Programa de Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA - UFAM), Bolsista FAPEAM. E-mail: tassiapatricia.tp@gmail.com

Tharcísio Santiago Cruz (org.)

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas (2002). Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – UFAM. Especializações *Latu sensu* em Ética e Projeto Kantiano da crítica. Doutorando do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social - PPGAS/UFAM desde 2017. Professor assistente da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em Benjamin Constant. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho e Agrária, Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, educação indígena, Antropologia e ações afirmativas, Folclore, Populações de Várzea e de fronteira na Amazônia.



A PERTENÇA

Gosta do teu caminho,
Olha tuas rosas, fere-te
Em teus próprios espinhos.

Contempla o teu sol,
Umedece-te de tuas nuvens.

A aurora boreal é a iris
que levaste trinta anos para ver.
De ti não arrancas nada,
deita em ti mesmo o vale
e quando não suportar mais,
despenca neste que é o teu próprio chão.

Contempla o teu sol,
Umedece-te de tuas nuvens.

Quando o corpo encharcar-se de vazio,
Serão de folhas as tuas asas.
Quanto a correnteza de destinos,
É cada vez mais livre à razão,
Assim como as proas,
indistintas a qualquer direção.

Mariene Mendonça

CARTA ABERTA

Precisamos abrir caminhos
 Rasgar no peito as teias do tempo
 Plantar na terra pegadas de luz
 Acender esperanças cobertas de sombra

Precisamos fazer mais que pedir
 Buscar mais que gritar
 Cumprir com as próprias mãos
 A parte que nos cabe

Apesar dos campos de rosas sangrentas
 do muro ao redor das crianças
 Podemos abrir caminhos
 Caminhos que acordem todos os dias
 Silêncios que matam por omissão.

Eliberto de Souza Barroncas



ISBN 978-85-63354-99-0

